

V.3	MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL.....	3
V.3.1	Dinâmica Regional.....	5
V.3.1.1	Caracterização Socioeconômica e Cultural da Área de Influência Indireta.....	5
V.3.1.1.1	Processo Histórico de Ocupação Humana, Econômica e Cultural.....	5
V.3.1.2	Regionalização estadual e principais aspectos socioeconômicos	10
V.3.1.3	Dinâmica Populacional.....	16
V.3.1.3.1	Projeção Populacional.....	24
V.3.1.3.2	População por Idade e Sexo	25
V.3.1.3.3	Movimentos Migratórios	34
V.3.1.4	Aspectos Econômicos	36
V.3.1.4.1	Estado de Minas Gerais	36
V.3.1.4.2	Estado de São Paulo.....	39
V.3.1.4.3	Produto Interno Bruto (PIB).....	55
V.3.1.4.4	Valor Adicionado por Setor da Economia.....	57
V.3.1.4.5	Estabelecimentos e Empregos.....	61
V.3.1.4.6	Formação e Disponibilidade de Mão-de-Obra	68
V.3.1.4.7	Sindicatos e Organizações	70
V.3.1.4.8	ONGs e Entidades Ambientais nos Municípios Componentes da AII	72
V.3.1.4.9	Finanças Municipais e Realização do Orçamento Municipal	75
V.3.1.4.10	Qualidade de Vida.....	76
V.3.1.5	Pólos Regionais	78
V.3.2	Infra-Estrutura	79
V.3.2.1	Saúde.....	79
V.3.2.1.1	Rede de Atendimento.....	79
V.3.2.1.2	Mortalidade Infantil.....	89
V.3.2.1.3	Mortalidade e Morbidade.....	91
V.3.2.1.4	Doenças Endêmicas e Epidêmicas	100
V.3.2.2	Educação	111
V.3.2.2.1	Taxa de Alfabetização.....	125
V.3.3	Estrutura Urbana	126
V.3.3.1	Estrutura Viária e de Transportes.....	126
V.3.3.2	Habitação e Saneamento.....	135
V.3.3.3	Segurança Pública	145
V.3.3.4	Sistemas de Comunicação e Energia Elétrica	147
V.3.3.5	Turismo e Lazer	150
V.3.3.6	Estrutura Fundiária.....	151
V.3.3.7	Caracterização Geral da AID	161
V.3.4	Uso e Ocupação do Solo na AID	161
V.3.4.1	Travessia de Áreas Agrícolas	161
V.3.4.2	Identificação e Localização das Edificações e Infra-Estruturas na AID... ..	163
V.3.4.2.1	Travessia de Áreas com Ocupação Humana.....	163
V.3.4.2.1.1	Condições de Vida da População da AID	186
V.3.4.2.2	Cruzamentos/ Paralelismo com Infra-estrutura e Terminais da Petrobras.... ..	193
V.3.4.3	População na AID	199
V.3.4.4	Organização Social na AID	201
V.3.4.5	Planos e Programas Governamentais Propostos e Implantados nos Municípios da Área de Influência	207



V.3.4.5.1	Programas Governamentais na Esfera Federal.....	207
V.3.4.5.2	Programas Governamentais do Estado de Minas Gerais	209
V.3.4.5.3	Programas Governamentais nos Municípios do Estado de Minas Gerais	209
V.3.4.5.4	Projetos Governamentais do Estado de São Paulo.....	210
V.3.4.5.5	Programas Governamentais nos Municípios do Estado de São Paulo...	212
V.3.4.6	Identificação de Áreas Sensíveis.....	224
V.3.4.7	Planos Diretores e Legislação de Uso e Ocupação do Solo.....	233
V.3.5	Patrimônio Histórico-Cultural	234

V.3 MEIO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

Este capítulo corresponde ao diagnóstico socioeconômico e cultural da Área de Influência para a implantação do Sistema de Escoamento Dutoviário de Álcool e Derivados - SEDA - Trecho Uberaba - Taubaté.

Para a definição das áreas de estudo considerou-se as principais interferências do empreendimento no trecho citado e a sua repercussão em duas unidades espaciais distintas de análise: Área de Influência Indireta e Área de Influência Direta, tendo como parâmetro predominante a extensão dos dutos, uma vez que o empreendimento é de natureza linear.

A metodologia de pesquisa e análise das informações relativas aos aspectos socioeconômicos foi definida de forma a compreender as principais alterações e impactos que poderão sofrer a população e as localidades que estão nas proximidades da área construtiva do empreendimento.

Sendo assim, a pesquisa visou obter o máximo de informações socioeconômicas e culturais a respeito da população localizada na Área de Influência Direta.

A área de Influência Indireta foi definida considerando os municípios atravessados pelo duto em dois estados, são eles: em Minas Gerais, Uberaba; em São Paulo, Igarapava, Aramina, Ituverava, Guará, São Joaquim da Barra, Orlândia, Sales de , Oliveira, Jardinópolis, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão, Santa Rita do Passa Quatro, Porto Ferreira, Pirassununga, Leme, Araras, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Cosmópolis, Paulínia , Jaguariúna, Atibaia, Nazaré Paulista, Campinas, Morungaba, Itatiba, Bragança Paulista, Piracaia, Igaratá, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté.

Para a Área de Influência Direta, a pesquisa focalizou a área de inserção do empreendimento, considerando-se uma faixa com largura de 800 metros, sendo 400 metros de cada lado a partir da diretriz do duto.

Em cada item dos capítulos relacionados ao estudo do meio socioeconômico e cultural referente à Área de Influência Indireta e Direta, procurou-se privilegiar as variáveis que melhor representassem as singularidades existentes da organização do espaço, da economia e da população.

Foram consideradas as relações construídas historicamente com o espaço e seus usos atuais e as relações sócio-econômicas e culturais que se organizam em função desse espaço.

Consideraram-se ainda aspectos da realidade atual dos 34 municípios envolvidos na Área de Influência Indireta destacando-se os específicos das comunidades que estão sob a Área de Influência Direta do empreendimento.



O diagnóstico ora proposto levantou dados secundários coletados de órgãos e instituições em âmbito federal, estadual e municipal: IPHAN; MEC/INEP; DATASUS; SVS/DASIS; CONDEPHAAT; CONSEMA; CONAMA; CODASP; DER; Prefeituras dos Municípios Estudados; entre outros.

Utilizou-se também tratamento de base de dados estatísticos e censitários, principalmente aqueles disponibilizados pelo IBGE e pela Fundação SEADE de São Paulo, além de bibliografia de apoio.

Os estudos analisaram em nível regional o desenvolvimento econômico nacional e o crescimento urbano em suas dinâmicas específicas às quais estão subordinados os 34 municípios sob influência do traçado.

As campanhas de campo ocorreram durante o mês de janeiro de 2009 para complementação da análise socioeconômica e cultural da população residente na AID no trecho Uberaba Taubaté bem como, a análise das comunidades afetadas pelo empreendimento.

Os dados obtidos buscaram a caracterização dos 34 municípios da AII e a análise socioeconômica e cultural da população residente na AID.

O projeto ora analisado compreende um duto com 642 km de extensão com o objetivo de criar um corredor de exportação para o etanol produzido nas regiões sudeste e centro-oeste.

O etanol será recebido em centros coletores a serem construídos em Uberaba (até 3 milhões de metros cúbicos por ano) e Ribeirão Preto (até 3 milhões de metros cúbicos por ano).

Os centros coletores serão dotados de áreas para estacionamento de carretas, baias para recebimento do etanol, áreas de estocagem e instalações de bombeamento.

Na Refinaria de Paulínia (REPLAN) serão instaladas bombas e esta poderá receber até 900 mil m³/ano etanol.

Em Taubaté será construída uma instalação de bombeamento.

Os centros coletores e as instalações de bombeamento são denominados de instalações pontuais do SEDA.

V.3.1 Dinâmica Regional

V.3.1.1 Caracterização Socioeconômica e Cultural da Área de Influência Indireta

V.3.1.1.1 Processo Histórico de Ocupação Humana, Econômica e Cultural

Estado de Minas Gerais

O desbravamento da região teve início no século XVI, por bandeirantes paulistas que buscavam ouro e pedras preciosas. Em 1693, as primeiras descobertas importantes desses minerais, provocaram uma corrida cheia de incidentes, sendo o mais grave a Guerra dos Emboabas (1707-10).

Em 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que em 1720, foi desmembrada em São Paulo e Minas Gerais.

Na primeira metade do século XVIII, Minas Gerais tornou-se o centro econômico da colônia, com rápido povoamento, com destaque para as chamadas Vilas do Ouro – Ouro Preto, Mariana, Serro, Caeté, São João del-Rei, Pitangui, Sabará e Tiradentes. No entanto, a produção aurífera começou a cair por volta de 1750, o que levou Portugal a buscar meios para aumentar a arrecadação de impostos, provocando a revolta popular, que culminou na Inconfidência Mineira em 1789.

Encerrada essa fase, a política de isolamento, antes imposta à região mineradora como forma de exercer maior controle sobre a produção de pedras e metais preciosos, ainda inibia o desenvolvimento de qualquer outra dinâmica de exportação, forçando a população a se dedicar a atividades agrícolas de subsistência. Por décadas, apesar dos avanços alcançados na produção de açúcar, algodão e fumo para o mercado interno, Minas Gerais continuou restrita às grandes fazendas, autárquicas e independentes.

A estagnação econômica da província, como de toda a colônia, somente foi rompida com o surgimento de uma nova e dinâmica atividade exportadora, o café.

A introdução da cafeicultura em Minas Gerais ocorreu no início do século XIX. Localizou-se, inicialmente, na Zona da Mata, onde se difundiu rapidamente, transformando-se na principal atividade da província e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento da infra-estrutura de transportes.

A prosperidade trazida pelo café ensejou um primeiro surto de industrialização, reforçado, mais tarde, pela política protecionista implementada pelo Governo Federal após a Proclamação da República Brasileira.

As indústrias daí originárias eram de pequeno e médio porte, concentradas, principalmente, nos ramos de produtos alimentícios (laticínios e açúcar), têxteis e siderúrgicos. No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais.

O predomínio da cafeicultura diminuindo gradualmente, no período de 1930 a 1950, com a afirmação da natural tendência do Estado para a produção siderúrgica e com o crescente aproveitamento dos recursos minerais. Ainda na década de 1950, no processo de substituição de importações, a indústria ampliou consideravelmente sua participação na economia brasileira.

Um fator que contribuiu para essa nova realidade foi o empenho governamental na expansão da infra-estrutura- sobretudo na área de energia e transportes - cujos resultados se traduziram na criação, em 1952, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e no crescimento da malha rodoviária estadual, com destaque para a inauguração da Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, no fim da década.

Na década de 1960 a ação do Governo cumpriu papel decisivo no processo de industrialização, ao estabelecer o aparato institucional requerido para desencadear e sustentar o esforço de modernização da estrutura fabril mineira.

A eficiente e ágil ofensiva de atração de investimentos, iniciada no final da década de 1960, encontrou grande ressonância junto a investidores nacionais e estrangeiros. Já no início da década de 1970, o Estado experimentou uma grande arrancada industrial, com a implantação de inúmeros projetos de largo alcance sócio-econômico. O parque industrial mineiro destacou-se nos setores metal, mecânico, elétrico e de material de transportes.

Entre 1975 e 1996, o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro cresceu 93% em termos reais. Em igual período, o País registrou um crescimento de 65%. Esse relevante desempenho verificou-se, sobretudo, no setor de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública.

Na indústria extrativa mineral, a supremacia mineira durou até 1980, quando o país passou a explorar, entre outras, as jazidas do complexo Carajás. Entretanto, em 1995, o Estado ainda respondia por 26% do valor da produção mineral brasileira do setor de metálicos.

Atualmente, Minas Gerais possui o segundo maior parque industrial do país, e é o estado líder na produção mineral, sendo o maior produtor de ferro e zinco do Brasil e de nióbio do mundo. Na agricultura destaca-se o projeto de irrigação da América Latina – Projeto Jaíba. Minas é o maior produtor de leite e café do país. No turismo as cidades históricas e hidrominerais oferecem boas possibilidades de negócio.

Estado de São Paulo

No início do século XVI o litoral paulista é visitado por navegadores portugueses e espanhóis, mas somente em 1532 se dá a fundação da primeira povoação, São Vicente na Baixada Santista, fundada por Martin Afonso de Sousa.

A procura de metais preciosos levou os portugueses a ultrapassarem a Serra do Mar, pelo antigo caminho indígena do Peabiru, e em 1554, no planalto existente após a Serra do Mar, é fundada a vila de São Paulo de Piratininga, pelo padre jesuíta espanhol José de Anchieta.

Desde os primeiros tempos da colonização eram constantes as arremetidas, num bandeirismo defensivo que visava a garantir a *expansão* paulista do século XVII. Este seria o grande século das bandeiras, aquele em que se iniciaria o *bandeirismo* ofensivo propriamente dito, cujo propósito era em grande parte o lucro imediato proporcionado pela caça ao índio.

Do bandeirismo de apresamento passou-se ao bandeirismo minerador, quando a atividade de Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva, Pascoal Moreira Cabral e outros foi recompensada com o encontro dos veios auríferos em Minas Gerais e Mato Grosso.

Assim, o povoamento dos sertões brasileiros fez-se com sacrifício dos habitantes de São Paulo e em detrimento da densidade populacional da capitania. Essa ruptura demográfica, aliada a fatores geográficos já mencionados (Serra do Mar), ocasionou uma queda da produtividade agrícola, bem como o declínio de outras atividades, o que acentuou a pobreza do povo no decorrer do século XVIII.

A capitania, que então abrangia toda a região das descobertas auríferas, foi transferida para a coroa e ali se instalou governo próprio em 1709, separado do governo do Rio de Janeiro e com sede na vila de São Paulo, elevada a cidade em 1711.

No final do século XVII, bandeirantes paulistas descobrem ouro na região do Rio das Mortes, nas proximidades da atual São João del Rei. A descoberta das imensas jazidas de ouro provoca uma corrida em direção às Minas Gerais, como eram chamados na época os inúmeros depósitos de ouro por exploradores advindos tanto de São Paulo quanto de outras partes da colônia.

Como descobridores das minas, os paulistas demandavam exclusividade na exploração do ouro, porém foram vencidos em 1710 com o fim da Guerra dos Emboabas, perdendo o controle das Minas Gerais. O ouro extraído de Minas Gerais seria escoado então pelo Rio de Janeiro.

Como compensação, a vila de São Paulo é elevada à condição de cidade em 1710. O êxodo em direção às Minas Gerais provocou a decadência econômica na Capitania, e ao longo do século XVIII esta foi perdendo território e dinamismo econômico até ser simplesmente anexada em 1748 à Capitania do Rio de Janeiro.

Em 1765, é reinstituída a Capitania de São Paulo e se promove uma política de incentivo à produção de açúcar para garantir o sustento da capitania. A capitania é restaurada, entretanto, com cerca de um terço de seu território original, compreendendo apenas os atuais Estados de São Paulo e Paraná.

Assim, são fundados no leste paulista, região propícia para tal cultivo, as vilas de Campinas, Itu e Piracicaba, onde logo a cana-de-açúcar desenvolve-se. O açúcar é exportado pelo porto de Santos e atinge seu auge no início do século XIX.

Já em 1817 é fundada a primeira fazenda de café de São Paulo, no Vale do Paraíba, e após a Independência o cultivo de café ganha força nas terras do Vale do Paraíba, enriquecendo rapidamente cidades como Guaratinguetá, Bananal, Lorena e Pindamonhangaba.

Nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba eram utilizadas em grande escala a mão-de-obra escrava e os grãos eram escoados via Rio de Janeiro. Assim sendo, o Vale enriquece-se rapidamente, gerando uma oligarquia rural. Porém o restante da Província continua dependente da cana-de-açúcar e do comércio que vai se estabelecendo na cidade de São Paulo.

A exaustão dos solos do Vale do Paraíba e as crescentes dificuldades impostas ao regime escravocrata levam a uma decadência no cultivo do café a partir de 1860. O Vale vai se esvaziando economicamente enquanto o cultivo do café migra em direção ao Oeste Paulista, adentrando primeiramente na região de Campinas e Itu, substituindo o cultivo da cana-de-açúcar realizado até então.

A migração do café rumo ao Oeste provoca grandes mudanças econômicas e sociais na Província. A proibição do tráfico negreiro em 1850 leva a necessidade de busca de nova forma de mão-de-obra para os novos cultivos. A imigração de europeus passa a ser incentivada pelo governo imperial e provincial.

O escoamento dos grãos passa a ser feita via porto de Santos, o que leva a fundação da primeira ferrovia paulista, a São Paulo *Railway*, ligando Santos à Jundiaí, e passando por São Paulo, que começa a se transformar em importante entreposto comercial entre o litoral e o interior cafeeiro.

O café vai adentrando ainda mais pelo oeste paulista, passando, além de Campinas e Itu, por Rio Claro e Porto Ferreira. Em 1870, esta cultura encontra a área mais propícia ao seu cultivo, as férteis terras roxas do nordeste paulista, próxima a Ribeirão Preto, onde surgirão as maiores e mais produtivas fazendas de café do mundo.

São Paulo ingressou com dois trunfos na era republicana: a riqueza representada pelo café e o sistema de mão-de-obra livre, que fora introduzido antes da abolição da escravidão e já se adaptara e integrara no modo de produção da agricultura paulista. Assim equipado, beneficiando-se das mudanças no federalismo no Brasil decorrentes da política do café-com-leite e representando já uma grande disparidade potencial em relação às outras unidades, São Paulo transformou-se no líder da Federação. Como nos demais estados, estabeleceu-se uma junta governativa provisória.

Em 1890 inaugurou-se a era das dissensões políticas dentro do Partido Republicana Paulista (PRP), com a oposição exercida pelo Centro Republicano de Santos. Num ambiente de descontentamento, instalou-se, em 8 de junho de 1891, a Assembléia Constituinte e, em julho, Américo Brasiliense, já escolhido presidente do estado, promulgou a primeira constituição paulista.

A década de 1930 em São Paulo caracterizou-se, do ponto de vista econômico, pelos esforços de ajustamento às novas condições criadas pela crise mundial de 1929 e pela derrocada do café. Do ponto de vista político, o período foi marcado pela luta em prol da recuperação da hegemonia paulista na federação, atingida pela Aliança Liberal e afinal aniquilada pela revolução de 1930.

Com a industrialização e metropolização - após a Primeira Guerra Mundial - o cultivo do café começa a enfrentar crises de excesso de oferta e concorrência de outros países. O cultivo começa a ser controlado pelo governo, a fim de evitar crises, e várias fazendas fecham, levando imigrantes em direção a São Paulo, onde se tornam operários. Pressões políticas exigindo o fim do predomínio da elite cafeeira paulista surgem e movimentos artísticos, como a Semana de 1922, propagam novas idéias sociais e econômicas.

A imigração externa começa a se enfraquecer e greves anarquistas e comunistas rebentam em São Paulo enquanto impérios industriais como o de Matarazzo são formados.

Em 1930, o café entra em sua derradeira crise, com a “Crise de 1929” e o *crash* da Bolsa de Nova Iorque no ano anterior, o colapso dos preços externos dos grãos e a Revolução de 1930, que retira os paulistas do poder. Dois anos depois, em 1932, São Paulo combate Getúlio Vargas na Revolução Constitucionalista, em uma tentativa de retomar o poder perdido, porém é derrotado militarmente. A crise do café se amplifica e o êxodo rural em direção a São Paulo esvazia o interior do Estado.

A Segunda Guerra Mundial interrompe as importações de produtos e a indústria paulista inicia um processo de substituição de importações, passando a produzir no Estado os produtos até então importados. O processo intensifica-se no governo de Juscelino Kubitschek, que lança as bases da indústria automotiva no ABC paulista.

Para suprir a mão-de-obra necessária, o estado passa a receber milhões de nordestinos, vindos principalmente dos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba, que substituem os antigos imigrantes, agora compondo a classe média paulista, como operários.

Estes se fixam principalmente na periferia de São Paulo e nas cidades vizinhas. Este rápido aumento populacional promove um processo de metropolização, onde São Paulo se aglomera com as cidades vizinhas, formando a Região Metropolitana de São Paulo.

Em 1960, a cidade de São Paulo torna-se a maior cidade brasileira e principal pólo econômico do país, superando o Rio de Janeiro. Este título de maior cidade brasileira deve-se a um número maior de migrantes que escolhiam vir para São Paulo.

Nas décadas de 1960 e 1970 o governo estadual promove diversas obras que incentivam a economia do interior do Estado, esvaziado desde a quebra do café em 1930. A abertura e duplicação da Via Dutra (BR-116) recupera e industrializa o Vale do Paraíba, que se concentra em torno da indústria aeronáutica de São José dos Campos.

Para o Oeste, a implantação do Aeroporto Internacional de Viracopos, a criação da Universidade de Campinas (Unicamp), a abertura de rodovias como a Rodovia Anhangüera e o implemento de técnicas modernas de produção, em especial da cana-de-açúcar e de seu subproduto, o álcool combustível, levam novamente o progresso às regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Este processo de recuperação econômica do interior intensifica-se a partir da década de 1980, quando inúmeros problemas urbanos, como violência, poluição e ocupação desordenada, afligem a Região Metropolitana de São Paulo.

Entre 1980 e 2000 a grande maioria dos investimentos realizados no Estado foi feita fora da Capital, que passa de uma metrópole industrial para um pólo de serviços e finanças.

O interior, em especial os eixos entre Campinas - Ribeirão Preto e São José dos Campos - Taubaté se tornam industrializados e prósperos.

Atualmente, ainda que o crescimento não seja mais tão alto e haja concorrência de outros Estados, São Paulo é o principal pólo econômico, político e industrial da América do Sul, sendo o maior mercado consumidor do Brasil.

V.3.1.2 Regionalização estadual e principais aspectos socioeconômicos

Os 34 municípios componentes da AI do empreendimento pertencem a dois estados do Brasil: Minas Gerais e São Paulo, que apresentam divisões regionais oficiais, contemplando mesorregiões e microrregiões abaixo descritas e caracterizadas. Foram destacadas para fins desse relatório apenas as meso e microrregiões que abarcam os municípios da AI.

Estado de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais está sub-dividido em 12 mesorregiões.

Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba estão inseridas duas das dez regiões de planejamento do estado, a região do Triângulo Mineiro e a do Alto Paranaíba. É formada pela união de 66 municípios agrupados em sete microrregiões, localizada na região oeste de Minas Gerais. Conta com 2.159.047 habitantes, bem como, uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro.

Em comparação com as demais mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior contingente populacional e da segunda maior área. Segunda maior economia do estado, a mesorregião tem hoje forte influência estadual. Faz fronteira a norte com o Sul Goiano e com o Noroeste de Minas; ao sul com Ribeirão Preto, com São José do Rio Preto e com o Sul e Sudoeste de Minas; a leste com a Central Mineira e com o Oeste de Minas; a oeste com o Leste de Mato Grosso do Sul. A mesorregião é circundada pelos rios Grande e Paranaíba. Apesar de ser a terceira mesorregião mais populosa do estado, concentra a maior parte da população em quatro municípios.

As principais atividades econômicas desenvolvidas na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são de agricultura e pecuária, açúcar e álcool (três quartos da produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado), produção e processamento de grãos, processamento de carne, cigarros, cerâmica, produtos alimentares, fertilizantes, mineração, processamento de madeira, reflorestamento, metalurgia, turismo e venda por atacado.

O comércio atacadista tem grande importância para a região, com relevância nacional. O setor terciário é o maior da mesorregião e o que mais emprega. As usinas de açúcar e álcool estão cada vez mais se expandindo nos municípios da região.

A mesorregião desempenha um importante papel no desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. Indicadores mostram que a região tem apresentado bom desempenho econômico em relação ao restante do estado. No entanto, a performance do desenvolvimento não reflete como um todo em cada uma de suas sete microrregiões e de seus 66 municípios.

As rodovias federais que cruzam a região são a BR-262, que liga Vitória, capital do Espírito Santo e importante porto de exportação, ao Triângulo Mineiro, passando pela Região Metropolitana de Belo Horizonte; a BR-050, que liga Uberaba, Araguari e Uberlândia e é um decisivo corredor de tráfego na região do Triângulo Mineiro, além de dar acesso aos estados de Goiás e de São Paulo; a BR-153, que liga Frutal e a cidade de Prata no Triângulo Mineiro ao sul de Goiás e ao norte de São Paulo, funciona como um importante corredor paralelo à BR-050, auxiliando o transporte de carga na região; e a BR-365, que liga o Triângulo e o Norte de Minas a Goiás e dá acesso à rodovia Rio – Bahia, além de levar aos principais corredores viários para os demais estados limítrofes com Minas.

- Microrregião de Uberaba – município: Uberaba.

Estado de São Paulo

O estado de São Paulo apresenta quinze mesorregiões.

Mesorregião de Campinas

A Mesorregião de Campinas é formada por 90 municípios, dos quais 19 também compõem a Região Metropolitana de Campinas. Ocupa uma área de 27.079 km², que representam 10,9% do total do território do Estado. A região de Campinas abrange não só a Região Metropolitana de Campinas como um conjunto importante de aglomerados e centros urbanos.

Em 2005, esta região teve um aumento de 38% nos investimentos anunciados. Com isso, duplicou sua participação no total do Estado, passando de 7,7% para 15,8%, atrás apenas da região de São José dos Campos. Do total de US\$ 1,7 bilhão, 85,2% referiam-se ao setor industrial, com destaque para dois segmentos: produtos farmacêuticos (35,8%) e refino de petróleo e álcool (17,1%). As intenções de investimentos destinadas a este último referem-se à ampliação da Refinaria do Planalto – Replan, em Paulínia. Três outros investimentos elevados estão vinculados aos sub-setores industriais de papel e celulose, automotivo e transporte aéreo.

O fluxo de transporte rodoviário regional é suprido por excelente malha rodoviária, onde têm destaque as Rodovias Anhangüera e Bandeirantes, que fazem a ligação com a cidade de São Paulo e o interior do Estado até o limite com Minas Gerais; a Rodovia Dom Pedro I, que liga Campinas à Dutra e Fernão Dias; a Adhemar de Barros, que liga a região ao sul de Minas Gerais; e a Santos Dumont, que dá acesso à Castello Branco e à região de Sorocaba.

A infra-estrutura de transportes inclui, também, ferrovia operada pela Ferrobán, que faz a ligação Mato Grosso do Sul-Porto de Santos, a estrada de ferro operada pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, a Hidrovia Tietê-Paraná – que tem sua porta de entrada no município de Piracicaba – e inúmeras estradas vicinais. A região é servida, ainda, pelo Gasoduto Bolívia-Brasil.

Abriga o Aeroporto Internacional de Viracopos, o segundo maior do Brasil em movimento de carga aérea e o primeiro em volume e valor de importação, o Aeroporto Campo dos Amarais e o Aeroporto de Bragança Paulista.

- Microrregião de Campinas - municípios: Campinas, Cosmópolis, Jaguariúna, Paulínia.
- Microrregião de Mogi Mirim - municípios: Mogi Mirim, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho.
- Microrregião de Pirassununga – municípios: Pirassununga e Porto Ferreira.

Mesorregião de Piracicaba

A mesorregião de Piracicaba é uma das quinze mesorregiões do Estado de São Paulo. É formada pela união de 26 municípios agrupados em três microrregiões.

Na agricultura, a cana-de-açúcar é a cultura predominante e, nos últimos anos, as usinas de açúcar e álcool têm feito investimentos importantes na modernização de seus equipamentos.

A citricultura possui grande participação na agricultura regional e vem, também, se modernizando, com o adensamento do plantio, que contribuiu para o aumento da produtividade e a redução de custos. Além da produção de suco concentrado e congelado, a região é tradicional na produção de mudas.

O café também tem destaque e seu cultivo está entre os mais tradicionais do Estado. A região também é importante produtora de batata.

A agropecuária regional destaca-se, ainda, por apresentar, em muitos casos, rendimentos físicos por hectare que são superiores à média estadual. É a primeira região no país em índice de mecanização, uso de adubos, de sementes selecionadas, etc. Com isso, registram-se ganhos de produtividade, otimização dos processos produtivos e introdução constante de inovações tecnológicas.

A agricultura apresenta grande articulação com a indústria, formando complexos agroindustriais, com elevada participação de produtos exportáveis ou destinados ao mercado urbano de maior poder aquisitivo.

O principal eixo indutor da atividade industrial da região foi a Via Anhangüera, ao redor da qual se instalou a grande maioria das plantas industriais. A localização geográfica e o sistema viário regional foram fatores primordiais no desenvolvimento da agroindústria, permitindo a ligação com as regiões produtoras de matérias-primas e mercados consumidores e terminais de exportação.

A atividade industrial da região é diversificada, com a presença de indústrias do ramo alimentício, metalúrgico, metal-mecânico e bens de capital. A região é reconhecida como um dos maiores clusters do setor de jóias folheadas da América Latina. São produzidas mais de 400 toneladas de peças por mês, que representam mais da metade da produção nacional deste segmento. O Pólo emprega diretamente cerca de nove mil pessoas – e mais 40 mil, indiretamente.

Na economia da região destaca-se ainda a agroindústria Scro-alcooleira. O parque industrial baseado nesse segmento é diversificado, com destilarias de álcool e usinas de açúcar, indústrias de alimentos e de bens de capital. Os distritos industriais da região contam com infra-estrutura completa.

- Microrregião de Limeira - municípios: Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemápolis, Leme, Limeira Santa Cruz da Conceição e Santa Gertrudes.

- Microrregião de Piracicaba – municípios: Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Jumirim, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro e Tietê.
- Microrregião de Rio Claro - municípios: Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro e Torrinha.

Mesorregião Macrometropolitana Paulista

Na região destacam-se as atividades de criação de suínos, bovinos e eqüinos.

Há indústrias modernas e de alta tecnologia em diversos setores e segmentos, como têxtil, frutas congeladas, concreto, laticínios, náutica, metalúrgica, máquinas para concreto, isolantes, química e molas.

Também estão instaladas empresas de diversas nacionalidades, que atuam em diferentes setores e segmentos, como alimentos, têxtil, componentes eletrônicos, autopeças e confecções.

O turismo é importante atividade econômica da região. As fontes de águas medicinais radioativas, muito procuradas para fins terapêuticos, atraem milhares de visitantes por ano.

Além disso, alguns municípios têm como tradição a apresentação de feiras e exposições periódicas de seus produtos agropecuários como as festas da Uva, do Pêssego, do Morango e do Figo.

- Microrregião de Bragança-Paulista – municípios: Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Itatiba, Jarinu, Joanópolis, Morungaba, Nazaré Paulista, Piracaia, Tuiuti e Vargem.

Mesorregião de Ribeirão Preto

A Região de Ribeirão Preto possui 25 municípios, que ocupam uma área de 9.348 km², ou 3,7% do território paulista. Ribeirão Preto abriga também a Aglomeração Urbana de Ribeirão Preto, que é formada pelos municípios de Barrinha, Cravinhos, Dumont, Guataporã, Pradópolis, Serrana, Sertãozinho e Ribeirão Preto; este último o maior deles e sede do aglomerado.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto constitui um dos principais pólos econômicos regionais do Brasil, que se beneficia de localização privilegiada, terra de ótima qualidade, presença de universidades e centros de pesquisa, mão-de-obra qualificada, boa infra-estrutura de transportes e comunicação e mercado consumidor dinâmico.

A agricultura desenvolve-se em bases gerenciais e técnicas avançadas, tendo como principais produtos a cana-de-açúcar e a laranja. A base agrícola, no entanto, é diversificada, com destaques para o amendoim e a soja. A mecanização da colheita da cana-de-açúcar – que reduziu a queima e a poluição – e a modernização das usinas têm implicado importantes ganhos de competitividade para as empresas.

A região é servida por uma extensa rede viária, composta de rodovias, estradas vicinais, ferrovia e aeroporto. A rede viária regional é articulada pela via Anhangüera, que faz a ligação com Campinas e São Paulo e prossegue para São Joaquim da Barra, Triângulo Mineiro e Brasília, possibilitando o acesso fácil a diferentes regiões do Estado e do país.

A região possui forte ligação com o Estado de Minas Gerais, através das Rodovias Cândido Portinari e Faria Lima. Destaca-se ainda a SP-333, que dá acesso ao norte do Paraná.

Em Ribeirão Preto as rodovias compõem um anel, e fazem o contorno completo do perímetro da cidade, em uma extensão de 40 km, facilitando as ligações intra-urbanas.

O município de Ribeirão Preto é importante entroncamento rodovio ferroviário.

O principal acesso ao município é a Rodovia SP-330 – Via Anhangüera, que permite a ligação entre a capital e o Triângulo Mineiro. Conta, também, com a linha – tronco principal da malha ferroviária, que liga Brasília ao Porto de Santos. Outras vias importantes também cortam a região, como a SP-333 – Via Abrão Assed, SP-322 – Atílio Balbo e a Via Cândido Portinari. A região conta, ainda, com o Aeroporto Estadual Dr. Leite Lopes, localizado em Ribeirão Preto.

- Microrregião de Ribeirão Preto - municípios: Sertãozinho, São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Jardinópolis.
- Microrregião de São Joaquim da Barra – municípios: São Joaquim da Barra, Sales de Oliveira, Orlândia.

Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista

A Região de São José dos Campos compõe-se de 39 municípios, que ocupam 16.268 km² ou 6,5% do território paulista.

O Aglomerado Urbano de São José dos Campos é formado pelos municípios de Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba, que juntos abrigam mais de um milhão de habitantes.

O município de São José dos Campos é o centro regional que acabou polarizando o Vale do Paraíba, o litoral norte e até alguns municípios de Minas Gerais, e onde se instalou uma ampla estrutura de comércio e de serviços.

A aglomeração é um dos principais eixos de localização industrial do Estado, em função de vários fatores, como bom aparato de infra-estrutura e concentração de institutos de pesquisas na região.

O município de São José dos Campos, localizado a 89 km da cidade de São Paulo, possui um aeroporto homologado para vôos cargueiros internacionais, com capacidade para operar aeronaves de grande porte.

Possui dois portos, localizados no município de São Sebastião: o de São Sebastião, cujo canal é considerado um dos melhores do mundo em termos de extensão e profundidade, e o da Petrobrás, que recebe derivados de petróleo, que são enviados, através de oleodutos, para o planalto paulista.

O segmento aeronáutico também é de grande importância para a economia da região de São José dos Campos. Em 2005, representou 23% dos investimentos anunciados para a indústria regional.

Além deste segmento, é importante destacar a indústria de material eletrônico e equipamentos de comunicação, com a construção de nova fábrica de celulares e monitores, em Taubaté.

No setor de serviços, o destaque foi para o segmento de saúde e serviços sociais, com US\$ 49,7 milhões anunciados para construção de um hospital com 300 leitos, dentro do campus da Universidade do Vale do Paraíba – Univap, no município de São José dos Campos.

- Microrregião de São José dos Campos - municípios: Igaratá, São José dos Campos, Caçapava e Taubaté (pólo regional para outros municípios não citados neste estudo).

V.3.1.3 Dinâmica Populacional

De forma global, incluindo as áreas urbanas e aquelas com características predominantemente rurais, todos os municípios da All seguem tendência do próprio país, neste Século XX – aumento de população em quase dez vezes, de forma desuniforme e por razões diversas (Sachs, Wilhelm, Pinheiro, 2001) - e forte alteração na estrutura etária da população.

A saber, a partir da década de 1940, com alterações nas taxas de mortalidade (diminuição, com intenso aumento da expectativa de vida – ganho de 35 anos) e de fecundidade (forte redução mais recente: em cerca de 5,5 filhos por mulher), a dinâmica demográfica sofreu especial avanço para a situação atual, nas mais recentes décadas.

Também houve redução acentuada nas taxas de migração inter-regional no país.

Basta observar o exemplo da média global do Estado de São Paulo, que da década de 1970 para a de 1980, teve redução em sua taxa de migração de 14,6 % para cada 1.000 habitantes para 1,9 % para cada 1.000 habitantes, influenciando diretamente a sua velocidade de crescimento, no mesmo período: de 3,5 % a.a. para 2,1 % a.a., e para 1,8% a.a. na década seguinte (década de 1990), segundo dados do IBGE com base nos Censos.

A redução na mortalidade e na fecundidade veio a alterar substancialmente a antiga pirâmide demográfica da sociedade brasileira, com similares reflexos seguidos na região em estudo. Ou seja, a base da antiga e tradicional pirâmide, relativa à população mais jovem, passou a ser intensamente menor, com paralelo aumento em seu topo, relativo a população mais velha.

As tabelas apresentadas a seguir tratam da população e da densidade demográfica (**Tabelas V.3.1.3-1 e V.3.1.3-2**), da população rural e urbana (**Tabelas V.3.1.3-3 e V.3.1.3-4**), e da taxa de crescimento populacional (**Tabelas V.3.1.3-5 e V.3.1.3-6**) dos estados de Minas Gerais e São Paulo respectivamente.

Tabela V.3.1.3-1 –População e Densidade Demográfica – Minas Gerais

Estados/Municípios	População Total 2000 (hab.)	Área (km²)	Densidade Demográfica 2008 (hab./km²)	População 2007	População 2008
MINAS GERAIS	17.891.494	586.552,4	33,84	19.273.506	19.850.072
Belo Horizonte	2.238.526	330,9	7.357,63	2.412.937	2.434.642
Uberaba	252.051	4.516,3	64,74	287.760	292.377

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, Contagem da População 2007, Estimativas das Populações Residentes 2008.

Tabela V.3.1.3-2 - População e Densidade Demográfica – São Paulo

Estados/Municípios	População Total 2000 (hab.)	Área (km²)	Densidade Demográfica 2008 (hab./km²)	População 2007	População 2008
SÃO PAULO	37.032.403	248.176,7	165,25	39.827.690	41.011.635
São Paulo (Capital)	10.434.252	1.525,0	7206,72	10.886.518	10.990.249
Aramina	4.763	202,7	25,96	5.019	5.262
Araras	104.196	643,4	176,63	108.689	113.645
Artur Nogueira	33.124	177,8	239,41	39.457	42.567
Atibaia	111.033	478,10	270,79	127.291	129.467
Bragança Paulista	124.766	513,59	279,40	141.362	143.495
Caçapava	76.027	369,91	226,14	82.717	83.651
Campinas	968.160	795,70	1333,78	1.050.288	1.061.290
Cosmópolis	44.355	154,7	374,60	53.561	57.951
Cravinhos	28.411	311,3	98,45	29.377	30.647
Engenheiro Coelho	10.033	109,8	126,72	12.729	13.914
Guará	18.916	362,6	52,84	18.611	19.160
Igarapava	25.925	467,1	60,03	26.862	28.038
Igaratá	8.271	293,32	32,64	9.436	9.574
Itatiba	80.987	322,52	300,30	94.994	96.852
Ituverava	36.268	697,8	58,02	38.539	40.485



Estados/Municípios	População Total 2000 (hab.)	Área (km²)	Densidade Demográfica 2008 (hab./km²)	População 2007	População 2008
Jaguariúna	29.597	142,4	281,36	36.804	40.066
Jardinópolis	30.729	503,4	73,25	34.611	36.872
Leme	80.757	403,1	219,05	84.406	88.299
Morungaba	9.893	146,50	83,94	11.981	12.297
Nazaré Paulista	14.381	326,54	50,17	16.145	16.382
Orlândia	36.004	296,4	126,26	36.149	37.422
Paulínia	51.326	139,3	585,38	73.014	81.544
Piracaia	23.303	384,73	57,53	22.167	22.134
Pirassununga	64.864	726,9	97,55	67.787	70.912
Porto Ferreira	47.437	244,2	207,99	48.760	50.791
Ribeirão Preto	504.923	650,4	858,14	547.417	558.136
Sales Oliveira	9.325	303,7	26,83	8.187	8.149
Santa Rita do Passa Quatro	26.138	752,9	36,46	26.456	27.447
São Joaquim da Barra	41.587	412,3	111,04	43.703	45.782
São José dos Campos	538.298	1.099,61	565,96	612.353	622.340
São Simão	13.675	617,9	23,11	13.781	14.280
Sertãozinho	94.664	402,8	272,01	103.558	109.565
Taubaté	243.783	625,92	435,74	269.269	272.740

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, Contagem da População 2007, Estimativas das Populações Residentes 2008.

Tabela V.3.1.3-3 – População Urbana e Rural – Minas Gerais.

Estados/ Municípios	População Total (hab.)			População Urbana (hab.)			População Rural (hab.)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
MINAS GERAIS	13.380.105	15.743.152	17.891.494	8.983.371	11.786.893	14.671.828	4.396.734	3.956.259	3.219.666
Belo Horizonte	1.780.839	2.020.161	2.238.526	1.775.073	2.013.257	2.238.526	5.766	6.904	-
Uberaba	199.208	211.824	252.051	182.501	200.705	244.171	16.707	11.119	7.880

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Tabela V.3.1.3-4 - População Urbana e Rural – São Paulo.

Estados/ Municípios	População Total (hab.)			População Urbana (hab.)			População Rural (hab.)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
SÃO PAULO	25.042.074	31.588.925	37.032.403	22.196.896	29.314.861	34.592.851	2.845.178	2.274.064	2.439.552
São Paulo (Capital)	8.493.217	9.646.185	10.434.252	8.337.092	9.412.894	9.813.187	156.125	233.291	621.065
Aramina	3.446	4.064	4.763	1.785	2.916	4.145	1.661	1.148	618
Araras	65.010	87.459	104.196	54.196	79.111	97.860	10.814	8.348	6.336
Artur Nogueira	15.932	28.053	33.124	6.968	13.584	30.464	8.964	14.469	2.660
Atibaia	57.446	85.691	111.033	48.145	74.193	96.642	9.301	11.498	14.391
Bragança Paulista	83.705	108.204	124.766	62.421	91.646	110.856	21.284	16.558	13.910
Caçapava	51.142	65.655	76.027	45.015	57.938	66.651	6.117	7.717	9.376
Campinas	661.992	843.516	968.160	589.310	820.203	952.003	72.682	23.313	16.157
Conchal	13.034	19.272	22.676	9.357	15.750	20.297	3.677	3.522	2.379
Cosmópolis	23.243	36.684	44.355	18.886	32.803	42.546	4.357	3.881	1.809
Cravinhos	16.935	22.561	28.411	13.880	20.596	27.182	3.055	1.965	1.229
Engenheiro Coelho	-	-	10.033	-	-	7.009	-	-	3.024
Guará	13.327	16.362	18.916	11.927	15.175	17.959	1.400	1.187	957
Igarapava	20.261	22.324	25.925	15.316	18.724	24.037	4.945	3.600	1.888



Estados/ Municípios	População Total (hab.)			População Urbana (hab.)			População Rural (hab.)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Igaratá	4.346	6.262	8.271	2.165	4.116	5.862	2.181	2.146	2.409
Itatiba	41.377	61.236	80.987	35.304	53.718	65.754	6.073	7.518	15.233
Ituverava	27.501	33.003	36.268	13.487	19.832	34.221	4.014	3.171	2.047
Jaguariúna	15.213	24.999	29.597	9.298	19.087	25.812	5.915	5.912	3.785
Jardinópolis	19.668	24.123	30.729	15.662	21.040	28.066	4.006	3.083	2.663
Leme	46.253	68.215	80.757	41.038	64.546	77.888	5.215	3.669	2.869
Morungaba	6.501	8.174	9.893	4.566	6.215	7.772	1.935	1.959	2.121
Nazaré Paulista	8.371	11.592	14.381	2.467	4.133	5.818	5.904	7.459	8.563
Orlândia	25.330	31.319	36.004	22.933	27.543	35.208	2.397	3.776	796
Paulínia	20.753	36.706	51.326	19.089	32.907	50.762	1.664	3.799	564
Piracaia	13.677	19.000	23.303	8.116	19.000	23.303	5.561	0	0
Pirassununga	44.970	56.746	64.864	33.313	47.174	57.594	11.657	9.572	7.270
Porto Ferreira	27.991	38.492	47.437	25.641	36.504	45.568	2.350	1.988	1.869
Ribeirão Preto	318.544	436.682	504.923	308.367	426.819	502.760	10.177	9.863	2.163
Sales Oliveira	6.417	7.632	9.325	4.170	6.036	7.841	2.247	1.596	1.484
Santa Rita do Passa Quatro	20.876	24.124	26.138	13.687	18.501	22.493	7.189	5.623	3.645
São Joaquim da Barra	29.305	35.964	41.587	26.277	33.622	40.799	3.028	2.342	788
São José dos Campos	285.587	439.231	538.298	275.064	422.498	531.714	10.523	16.733	6.584
São Simão	10.676	11.987	13.675	8.000	10.821	11.940	2.676	1.706	1.735
Sertãozinho	51.543	78.776	94.664	45.433	73.567	90.531	6.110	5.209	4.133
Taubaté	168.722	205.840	243.783	160.903	196.702	229.495	7.819	9.138	14.288

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Tabela V.3.1.3-5 – Taxas de Crescimento (% a. a.)– Minas Gerais

Estados/Municípios	População Total		População Urbana		População Rural	
	1980/1991	1991/2000	1980/1991	1991/2000	1980/1991	1991/2000
MINAS GERAIS	1,49	1,43	2,50	2,46	-0,96	-2,26
Belo Horizonte	1,15	1,15	1,15	1,19	1,65	-100
Uberaba	0,56	1,95	0,87	2,20	-3,63	-3,75

Fonte: Cálculo baseado nos dados do IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000

Tabela V.3.1.3- 6 – Taxas de Crescimento (% a. a.)– São Paulo

Estados/Municípios	População Total		População Urbana		População Rural	
	1980/1991	1991/2000	1980/1991	1991/2000	1980/1991	1991/2000
SÃO PAULO	2,13%	1,78%	2,56%	1,86%	-2,02%	0,78%
São Paulo (Capital)	1,16%	0,88%	1,11%	0,46%	3,72%	11,49%
Aramina	1,51%	1,78%	4,56%	3,99%	-3,30%	-6,65%
Araras	2,73%	1,96%	3,50%	2,39%	-2,33%	-3,02%
Artur Nogueira	5,28%	1,86%	6,26%	9,39%	4,45%	-17,15%
Atibaia	3,70%	2,92%	4,01%	2,98%	1,95%	2,53%
Bragança Paulista	2,36*	2,58*	3,55%	2,14%	-2,26%	-1,92%
Caçapava	2,29*	1,64*	2,32%	1,57%	2,13%	2,19%
Campinas	2,22*	1,54*	3,05%	1,67%	-9,82%	-3,99%
Cosmópolis	4,24%	2,13%	5,15%	2,93%	-1,05%	-8,13%
Cravinhos	2,64%	2,59%	3,65%	3,13%	-3,93%	-5,08%
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-	-
Guará	1,88%	1,62%	2,21%	1,89%	-1,49%	-2,36%
Igarapava	0,89%	1,68%	1,84%	2,81%	-2,84%	-6,92%
Igaratá	3,37*	3,14*	6,01%	4,01%	-0,15%	1,29%
Itatiba	3,62*	3,15*	3,89%	2,27%	1,96%	8,16%
Ituverava	1,67%	1,05%	3,57%	6,25%	-2,12%	-4,75%
Jaguariúna	4,62%	1,89%	6,76%	3,41%	-3,97%	-4,83%
Jardinópolis	1,87%	2,73%	2,72%	3,25%	-2,35%	-1,61%
Leme	3,60%	1,89%	4,20%	2,11%	-3,15%	-2,70%
Morungaba	2,10%	2,14%	2,84%	2,52%	0,11%	0,89%
Nazaré Paulista	3,00%	2,42%	4,80%	3,87%	2,15%	1,55%
Orlândia	1,95%	1,56%	1,68%	2,77%	4,22%	-15,88%
Paulínia	5,32%	3,80%	5,08%	4,93%	7,79%	-19,10%
Piracaia	3,03*	2,29%	8,04%	2,29%	-100,00%	-
Pirassununga	2,14%	1,50%	3,21%	2,24%	-1,78%	-3,01%
Pontal	1,81%	2,01%	3,66%	3,20%	-3,28%	-4,77%
Porto Ferreira	2,94%	2,35%	3,26%	2,49%	-1,51%	-0,68%
Ribeirão Preto	2,91%	1,63%	3,00%	1,84%	-0,28%	-15,51%
Sales Oliveira	1,59%	2,25%	3,42%	2,95%	-3,06%	-0,81%
Santa Rita do Passa Quatro	1,32%	0,89%	2,78%	2,19%	-2,21%	-4,70%
São Joaquim da Barra	1,88%	1,63%	2,27%	2,17%	-2,31%	-11,40%
São José dos Campos	3,99%	2,29%	3,98%	2,59%	4,31%	-9,84%
São Simão	1,06%	1,47%	2,78%	1,10%	-4,01%	0,19%
Sertãozinho	3,93%	2,06%	4,48%	2,33%	-1,44%	-2,54%
Taubaté	1,82%	1,90%	1,84%	1,73%	1,43%	5,09%

Fonte: Cálculo baseado nos dados do IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Ao se comparar a taxa de crescimento populacional no estado de MG nos períodos de 1980/1991 e 1991/2000 nota-se um declínio nas taxas de população total, população urbana e população rural. Também nota-se um declínio no crescimento da população urbana, que passou de 2,50% ao ano, no intervalo de 1980/1991 para 2,46% no intervalo de 1991/2000. A queda da população rural teve sua intensidade ampliada em grande medida, passando de -0,96% para -2,26%.

Belo Horizonte manteve o mesmo índice de crescimento populacional, 1,15 % ao ano, nos dois períodos analisados. Em Uberaba, houve um aumento da taxa de crescimento da população total, que passou de 0,56% de 1980/1991 para 1,95% de 1991/2000. E a população urbana de Uberaba deu um salto de 0,87 % de 1980/1991 para 2,20 % de 1991/2000. A diminuição da população rural foi intensa nos dois períodos.

No estado de São Paulo, entre os períodos considerados, houve redução no ritmo tanto do crescimento das populações total e urbana, quanto da redução da população rural.

Um dado que chama a atenção diz respeito à população rural na capital São Paulo: não só ela apresentou crescimento em ambos os períodos, ao contrário do observado na média estadual e em todos os municípios da AI, como este crescimento em 1991/2000 foi muito elevado, de 11,49%.

Entre os municípios da AI, todos apresentaram crescimento da população total e urbana, e redução da rural, à exceção de São Simão, em que a população rural teve um pequeno aumento de 0,19%. No intervalo 1991/2000, o maior crescimento foi o de Paulínia, de 3,8%.

Os outros municípios que cresceram acima de 2% foram Cosmópolis, Cravinhos, Jardinópolis, Sales de Oliveira, Porto Ferreira e Sertãozinho. Todos os municípios também apresentaram crescimento inferior ao verificado no período 1980/1991, à exceção de Jardinópolis, em que a taxa passou de 1,87% a 2,73%. O município com menor crescimento foi Santa Rita do Passa Quatro, com 0,89%.

Este crescimento foi totalmente direcionado à população urbana em quase todos os municípios; a população rural teve decréscimo no período 1991/2000 que variou entre -19,1% em Paulínia, município em que a alta taxa de crescimento total foi acompanhada de um êxodo rural elevado, e - 0,81%, em Sales Oliveira. Outros municípios que apresentaram alta redução da população rural neste período foram Artur Nogueira, com - 17,15%; Orlândia, com - 15,88%; e São Joaquim da Barra, com - 11,4%.

A maioria dos municípios também apresentou intensificação do êxodo rural em comparação com o período 1980/1991. No entanto, deve-se avaliar com cuidado tais dados sobre população urbana e sobre população rural – visto que as alterações recentes na legislação municipal, que altera a classificação de determinada região (como urbana ou como rural), ainda estão em curso (a exemplo de Bragança Paulista e Nazaré Paulista).

Neste sentido, em função deste intenso avanço de áreas urbanas sobre áreas rurais tradicionais, e considerando o pouco tempo decorrente deste crescimento, além da pressão por áreas com características rurais pela indústria, pelo mercado imobiliário e turístico e pela sociedade, como regra geral, pode-se dizer que as áreas urbanas cresceram, mas necessariamente não houve crescimento de população urbana típica – fato verificado em campo pela equipe deste trecho, que constatou a presença de população tipicamente rural residindo em áreas consideradas recentemente como urbanas.

Por outro lado, cada município, no período indicado, apresenta características peculiares. Considerando o estado como um todo, vale dizer que a população rural decresceu de 1980 para 1991, passando de 2.845.178 para 2.274.064 habitantes. Mas de 1991 para 2000, o número cresceu novamente para 2.439.552 habitantes na área rural.

Há cidades em que houve um crescimento contínuo de população rural, no período de 1980 a 2000. Além caso da capital de São Paulo, que em 1980 tinha uma população rural de 156.125 habitantes, passando a 233.291 habitantes em 1991 e 621.065 habitantes, em 2000, podem ser citados outros, como Atibaia, Caçapava, Itatiba, Morungaba, Nazaré Paulista e Taubaté.

Em outros casos, nota-se um decréscimo contínuo, caso de Bragança Paulista e Piracaia (que encerra este período com o número 100% de população urbana). Por fim, há municípios que apresentam dinâmica não constante, ora crescendo, ora reduzindo sua população rural, a exemplo de Igaratá, Jaguariúna, Paulínia e São José dos Campos. Verifica-se ainda que houve redução no ritmo crescimento da população total dos municípios, à exceção de Morungaba, que apresentou crescimento neste índice.

Piracaia é exemplo extremo desta redução, pois sua taxa de crescimento no período 2000/2008 chega a ser negativo. No caso de Bragança Paulista, Jaguariúna, Paulínia e Taubaté, a redução no período se torna absoluta, sendo intercalada, no entanto, por aumento temporário, ou redução acentuada, no período intermediário.

Entre os municípios da AI no trecho Paulínia – Taubaté, no período de 1980 a 2000, verifica-se redução nas taxas de crescimento da população urbana. Taubaté e Itatiba chegam, inclusive, a demonstrar redução na própria taxa absoluta de urbanização. Como regra geral, pode-se dizer que houve intensa redução de crescimento da população rural – tendo Piracaia como exemplo máximo.

Vale novamente observar os dados sobre a população rural na capital São Paulo: não só ela apresentou crescimento em ambos os períodos, ao contrário do observado na média estadual e em quase todos os municípios da AI, como este crescimento em 1991/2000 foi muito elevado.

Deve-se dar destaque para a redução das taxas de crescimento da população rural para Atibaia, Caçapava, Igaratá, Itatiba, Morungaba, Nazaré Paulista e Taubaté.

No intervalo 2000/2008, o maior crescimento foi o de Paulínia, com taxa de crescimento da população total de 5,08% a.a. Os outros municípios que cresceram acima de 2% a.a., no período foram Jaguariúna, Morungaba e Itatiba. Quase todos os municípios deste trecho também apresentaram redução de crescimento, quando comparado ao verificado no período 1991/2000, à exceção de Jaguariúna, Morungaba e Paulínia. O município com menor crescimento, entre 2000/2008, foi Piracaia, com taxa negativa de -0,64%.

No estado de São Paulo, mesmo considerando as diferenças regionais com a média estadual, e com a capital paulista (que apresenta velocidade superior na redução de seu crescimento, no período), houve redução no ritmo de crescimento das micro-regiões da área de influência indireta do empreendimento. Na região de Campinas, por exemplo, houve redução de 2,91% a.a., na década de 1980, para 2,29% a.a., na década de 1990.

V.3.1.3.1 Projeção Populacional

A população da All para um horizonte de 10 anos foi calculada por meio de projeção geométrica, com base nas taxas de crescimento observadas anteriormente e pelas estimativas do IBGE, e está apresentada na **Tabela V.3.1.3.1-1**.

Tabela V.3.1.3.1-1 – Projeção Populacional

Município	2000	2008	2019 (Projeção)
Estado de São Paulo			
Araras	104.196	113.645	140.765
Artur Nogueira	33.124	42.567	52.152
Atibaia	111.033	129.467	157.950
Bragança Paulista	124.766	143.495	173.629
Caçapava	76.027	83.651	100.381
Campinas	968.160	1.061.290	1.220.483
Cosmópolis	44.355	57.951	73.089
Cravinhos	28.411	30.647	40.623
Igarapava	25.925	28.038	33.661
Itatiba	80.987	96.852	125.908
Ituverava	36.268	40.485	45.433
Jaguariúna	29.597	40.066	49.942
Jardinópolis	30.729	36.872	49.565
Leme	80.757	88.299	108.529
Orlândia	36.004	37.422	44.374
Paulínia	51.326	81.544	122.842
Piracaia	23.303	22.134	24.347
Pirassununga	64.864	70.912	83.501
Porto Ferreira	47.437	50.791	65.569
Ribeirão Preto	504.923	558.136	666.520
Santa Rita do Passa Quatro	26.138	27.447	30.273
São Joaquim da Barra	41.587	45.782	54.677
São José dos Campos	538.298	622.340	715.691

Município	2000	2008	2019 (Projeção)
Sertãozinho	94.664	109.565	137.149
Taubaté	243.783	272.740	327.288
Estado de Minas Gerais			
Uberaba	252.051	292.377	361.579

Fonte: IBGE e Fundação SEADE, 2009;

Estimativas para 2019 feitas sob responsabilidade da equipe do projeto.

Com base nesta projeção, a AI do empreendimento, no ano de 2019, deve alcançar um total de 5.131.796 habitantes, frente aos atuais 4.283.533. Esta expansão populacional deve concentrar-se em municípios como Engenheiro Coelho, Paulínia, Jaguariúna e Morungaba, que tem apresentado taxas de crescimento expressivas em anos recentes e ainda se encontram distantes de sua população de saturação.

O crescimento populacional deve concentrar-se nas zonas urbanas dos municípios posto que, embora o agronegócio esteja bem desenvolvido em algumas mesorregiões que incluem a AI, a tendência expressa é a de redução progressiva dos habitantes da zona rural, à exceção de municípios como Itatiba, por exemplo.

V.3.1.3.2 População por Idade e Sexo

A seguir, são apresentadas as **Tabelas V.3.1.3.2-1** e **V.3.1.3.2-2**, com a divisão da população da AI por sexo e grupos de idade.

Tabela V.3.1.3.2- 1 – Grupos de Idade por Sexo (hab.)– Minas Gerais

Estados/Municípios		MINAS GERAIS	Homem	Mulher	Belo Horizonte	Homem	Mulher	Uberaba	Homem	Mulher
Total		17.891.494	8.851.587	9.039.907	2.238.526	1.057.263	1.181.263	252.051	122.353	129.698
Grupos de idade	0 a 4	1.614.713	820.626	794.087	178.346	90.539	87.807	19.062	9.764	9.298
	5 a 9	1.679.361	852.992	826.369	175.127	88.382	86.745	20.519	10.587	9.932
	10 a 14	1.781.439	903.998	877.441	190.048	95.460	94.588	22.403	11.402	11.001
	15 a 19	1.867.256	944.875	922.381	221.922	108.606	113.316	24.901	12.511	12.390
	20 a 24	1.685.892	850.462	835.430	231.942	112.037	119.905	23.747	11.926	11.821
	25 a 29	1.425.756	706.822	718.934	198.002	95.023	102.979	19.990	9.894	10.096
	30 a 34	1.378.702	677.121	701.581	183.809	87.162	96.647	19.984	9.569	10.415
	35 a 39	1.337.574	654.619	682.955	179.979	84.051	95.928	20.178	9.542	10.636
	40 a 44	1.170.360	575.901	594.459	159.919	73.775	86.144	18.339	8.719	9.620
	45 a 49	957.271	468.323	488.948	130.530	59.034	71.496	15.241	7.159	8.082
	50 a 54	765.199	373.190	392.009	105.201	47.250	57.951	12.436	5.736	6.700

	55 a 59	602.990	288.770	314.220	79.128	35.330	43.798	9.370	4.342	5.028
	60 a 64	514.598	242.750	271.848	65.290	28.143	37.147	8.251	3.757	4.494
	65 a 69	411.030	189.937	221.093	50.913	21.085	29.828	6.603	2.922	3.681
	70 a 74	303.070	136.101	166.969	37.740	14.455	23.285	4.769	2.014	2.755
	75 a 79	194.099	85.183	108.916	24.080	8.668	15.412	3.009	1.264	1.745
	80 a 84	114.827	47.149	67.678	14.744	4.851	9.893	1.789	700	1.089
	85 ou mais	87.357	32.768	54.559	11.806	3.412	8.394	1.460	545	915

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

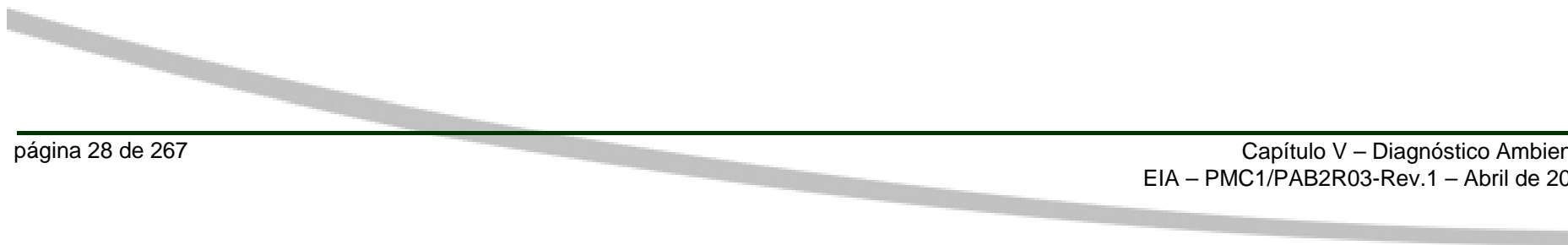
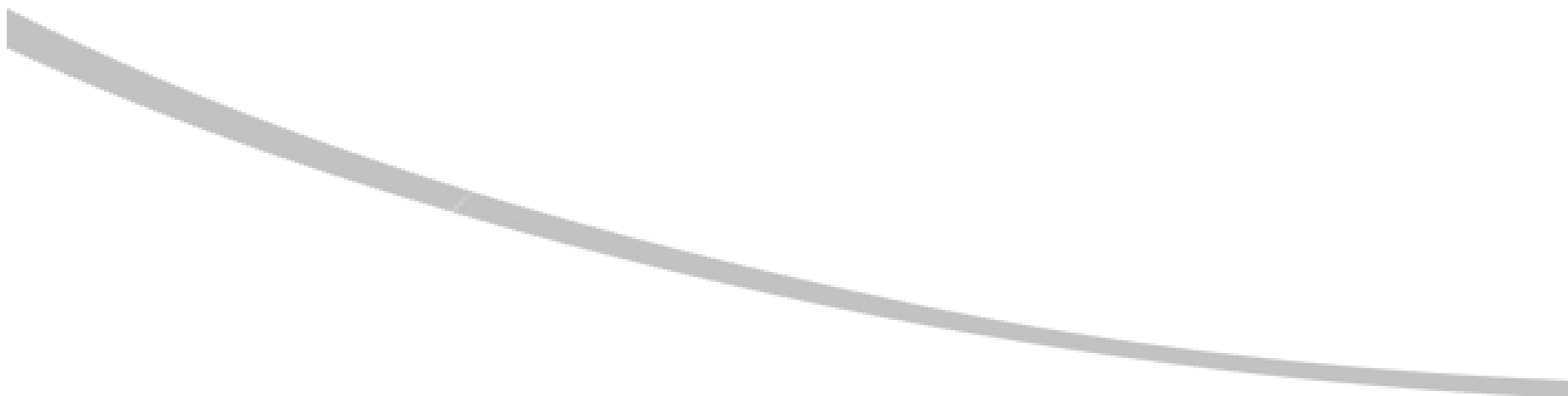


Tabela V.3.1.3.2- 2- Grupos de Idade por Sexo (hab.)– São Paulo

Estados/ Municípios	Total	Grupos de idade (anos)																	
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 a 84	85 ou mais
SÃO PAULO	37.032.403	3.192.164	3.167.627	3.383.990	3.640.171	3.535.393	3.206.546	3.038.832	2.891.737	2.566.832	2.131.462	1.700.999	1.259.693	1.053.025	830.862	646.770	403.419	222.516	160.365
Homem	18.139.363	1.623.963	1.609.522	1.710.336	1.817.616	1.757.537	1.586.803	1.492.773	1.400.360	1.241.184	1.029.684	818.855	597.226	488.217	374.521	281.136	167.939	85.479	56.212
Mulher	18.893.040	1.568.201	1.558.105	1.673.654	1.822.555	1.777.856	1.619.743	1.546.059	1.491.377	1.325.648	1.101.778	882.144	662.467	564.808	456.341	365.634	235.480	137.037	104.153
São Paulo (Capital)	10.434.252	879.506	827.335	885.988	992.645	1.022.885	946.704	877.231	822.323	734.410	617.830	494.379	360.817	301.419	238.434	193.539	122.245	67.119	49.443
Homem	4.972.678	446.789	419.169	444.434	486.442	495.196	458.428	423.201	388.645	342.336	284.765	226.399	162.513	131.589	100.545	77.589	46.718	22.899	15.021
Mulher	5.461.574	432.717	408.166	441.554	506.203	527.689	488.276	454.030	433.678	392.074	333.065	267.980	198.304	169.830	137.889	115.950	75.527	44.220	34.422
Aramina	4.763	346	404	463	458	405	335	373	388	335	275	227	212	196	145	88	56	31	26
Homem	2.423	189	202	243	229	193	184	169	180	185	126	120	112	110	82	48	31	10	10
Mulher	2.340	157	202	220	229	212	151	204	208	150	149	107	100	86	63	40	25	21	16
Araras	104.196	8.098	8.800	9.755	10.439	9.413	8.451	8.392	8.381	7.620	6.073	4.912	3.723	3.128	2.639	1.987	1.282	637	466
Homem	52.079	4.151	4.530	4.998	5.284	4.798	4.300	4.206	4.185	3.735	3.067	2.462	1.799	1.462	1.236	925	542	235	164
Mulher	52.117	3.947	4.270	4.757	5.155	4.615	4.151	4.186	4.196	3.885	3.006	2.450	1.924	1.666	1.403	1.062	740	402	302
Artur Nogueira	33.124	3.081	3.061	3.186	3.502	3.204	3.069	2.785	2.577	2.157	1.735	1.311	1.038	786	639	514	275	131	73
Homem	16.615	1.545	1.590	1.608	1.741	1.594	1.539	1.396	1.298	1.068	843	699	541	377	319	236	134	61	26
Mulher	16.509	1.536	1.471	1.578	1.761	1.610	1.530	1.389	1.279	1.089	892	612	497	409	320	278	141	70	47
Atibaia	111.033	9.488	9.610	10.815	11.425	10.491	9.121	8.448	8.429	7.566	6.330	4.934	3.724	3.118	2.691	2.159	1.377	800	513
Homem	55.201	4.858	4.958	5.547	5.867	5.262	4.539	4.099	4.099	3.709	3.143	2.438	1.793	1.462	1.274	997	627	331	201
Mulher	55.832	4.630	4.652	5.268	5.558	5.229	4.582	4.349	4.330	3.857	3.187	2.496	1.931	1.656	1.417	1.162	750	469	312
Bragança Paulista	124.766	10.275	10.785	11.376	12.426	11.771	10.351	9.493	9.493	8.768	7.155	6.035	4.331	3.709	3.217	2.487	1.545	903	652
Homem	61.772	5.313	5.437	5.727	6.249	5.907	5.264	4.747	4.692	4.282	3.450	2.925	2.123	1.723	1.511	1.153	667	369	235
Mulher	62.994	4.962	5.348	5.649	6.177	5.864	5.087	4.746	4.801	4.486	3.705	3.110	2.208	1.986	1.706	1.334	878	534	417
Caçapava	76.027	6.483	6.762	7.259	7.934	7.394	6.513	6.001	5.862	5.205	4.330	3.524	2.545	2.055	1.507	1.151	739	533	405
Homem	37.747	3.259	3.389	3.710	4.075	3.743	3.237	2.965	2.852	2.553	2.174	1.782	1.257	982	689	488	293	177	122
Mulher	38.280	3.224	3.373	3.549	3.859	3.651	3.276	3.036	3.010	2.652	2.156	1.742	1.288	1.073	818	663	446	262	204
Campinas	968.160	74.963	75.364	81.984	90.298	94.358	85.842	81.767	78.279	71.190	59.526	47.141	35.009	29.151	22.961	17.854	11.305	6.390	4.806
Homem	471.574	38.173	38.362	41.313	45.019	47.139	42.644	40.209	37.620	33.992	28.375	22.539	16.548	13.510	10.211	7.484	4.470	2.361	1.616
Mulher	496.586	36.790	37.002	40.671	45.279	47.219	43.198	41.558	40.659	37.198	31.151	24.602	18.461	15.641	12.750	10.370	6.835	4.029	3.190
Cosmópolis	44.355	3.736	4.050	4.290	4.378	4.245	3.826	3.747	3.637	3.096	2.476	1.940	1.431	1.125	902	675	415	237	149
Homem	22.215	1.881	2.054	2.151	2.229	2.123	1.954	1.878	1.837	1.567	1.223	968	709	559	438	321	180	82	61
Mulher	22.140	1.855	1.996	2.139	2.149	2.122	1.872	1.869	1.800	1.529	1.253	972	722	566	464	354	235	155	88
Cravinhos	28.411	2.522	2.607	2.730	2.846	2.613	2.385	2.264	2.210	1.940	1.567	1.257	895	825	668	498	298	156	130
Homem	14.464	1.308	1.401	1.415	1.494	1.338	1.228	1.130	1.122	983	810	629	439	401	301	236	120	60	49
Mulher	13.947	1.214	1.206	1.315	1.352	1.275	1.157	1.134	1.088	957	757	628	456	424	367	262	178	96	81
Engenheiro Coelho	10.033	1.004	926	939	1.178	1.143	958	814	739	542	449	381	306	236	184	122	42	42	28
Homem	5.203	520	495	449	605	578	514	440	398	281	230	191	174	117	100	71	14	16	10
Mulher	4.830	484	431	490	573	565	444	374	341	261	219	190	132	119	84	51	28	26	18
Guará	18.916	1.850	1.777	1.767	1.888	1.927	1.555	1.451	1.348	1.203	1.028	858	635	519	422	302	190	109	87
Homem	9.481	928	921	883	930	1.039	775	742	681	605	507	440	299	241	202	135	81	39	33
Mulher	9.435	922	856	884	958	888	780	709	667	598	521	418	336	278	220	167	109	70	54
Igarapava	25.925	2.030	2.137	2.356	2.445	2.405	2.053	2.052	2.047	1.798	1.422	1.208	1.036	928	726	549	334	223	176
Homem	12.762	1.041	1.059	1.202	1.192	1.257	1.032	1.000	1.033	897	680	568	485	419	338	247	142	100	70
Mulher	13.163	989	1.078	1.154	1.253	1.148	1.021	1.052	1.014	901	742	640	551	509	388	302	192	123	106
Igaratá	8.271	802	788	830	837	724	658	643	602	553	479	336	289	246	191	141	79	44	29

Estados/ Municípios	Total	Grupos de idade (anos)																	
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 a 84	85 ou mais
Homem	4.288	409	393	423	440	368	331	325	312	285	259	188	169	134	99	78	41	25	9
Mulher	3.983	393	395	407	397	356	327	318	290	268	220	148	120	112	92	63	38	19	20
Itatiba	80.987	6.606	6.678	7.537	7.923	7.792	6.922	6.805	6.464	5.734	4.571	3.713	2.732	2.314	1.976	1.527	895	493	309
Homem	40.349	3.366	3.348	3.773	4.028	3.940	3.516	3.330	3.238	2.909	2.209	1.866	1.348	1.099	944	713	395	205	124
Mulher	40.638	3.240	3.330	3.764	3.895	3.852	3.406	3.475	3.226	2.825	2.362	1.847	1.384	1.215	1.032	814	500	288	185
Ituverava	36.268	2.840	2.954	3.278	3.736	3.338	2.749	2.633	2.699	2.540	2.185	1.863	1.502	1.312	1.000	705	476	284	174
Homem	17.945	1.446	1.534	1.716	1.951	1.681	1.367	1.272	1.294	1.229	1.060	899	720	608	489	304	193	118	64
Mulher	18.323	1.394	1.420	1.562	1.785	1.657	1.382	1.361	1.405	1.311	1.125	964	782	704	511	401	283	166	110
Jaguariúna	29.597	2.476	2.512	2.701	2.948	2.980	2.642	2.433	2.341	2.129	1.690	1.311	969	764	660	462	326	156	97
Homem	14.938	1.250	1.294	1.405	1.499	1.552	1.368	1.175	1.152	1.041	844	685	500	378	316	225	157	58	37
Mulher	14.659	1.226	1.218	1.296	1.449	1.428	1.274	1.258	1.189	1.088	846	626	469	386	344	237	169	98	56
Jardinópolis	30.729	2.756	2.938	2.956	3.056	2.720	2.424	2.364	2.254	2.092	1.803	1.426	1.073	892	761	542	366	184	122
Homem	15.492	1.428	1.539	1.457	1.590	1.372	1.233	1.192	1.149	1.036	900	719	524	444	376	253	160	76	44
Mulher	15.237	1.328	1.399	1.499	1.466	1.348	1.191	1.172	1.105	1.056	903	707	549	448	385	289	206	108	78
Leme	80.757	7.327	7.545	8.018	8.319	7.556	6.659	6.415	6.053	5.228	4.485	3.637	2.609	2.235	1.768	1.388	823	410	282
Homem	40.830	3.764	3.886	4.067	4.260	3.966	3.443	3.257	3.048	2.592	2.284	1.822	1.302	1.087	829	608	356	156	103
Mulher	39.927	3.563	3.659	3.951	4.059	3.590	3.216	3.158	3.005	2.636	2.201	1.815	1.307	1.148	939	780	467	254	179
Morungaba	9.893	911	858	923	1.003	999	877	775	729	618	566	476	341	266	205	158	115	40	33
Homem	5.005	461	433	470	505	530	416	405	344	313	291	256	180	137	108	75	52	16	13
Mulher	4.888	450	425	453	498	469	461	370	385	305	275	220	161	129	97	83	63	24	20
Nazaré Paulista	14.381	1.351	1.362	1.493	1.364	1.275	1.157	1.067	1.029	820	650	645	536	544	411	306	195	94	82
Homem	7.413	666	705	760	709	643	608	551	514	458	316	351	270	321	215	155	101	37	33
Mulher	6.968	685	657	733	655	632	549	516	515	362	334	294	266	223	196	151	94	57	49
Orlândia	36.004	2.898	3.134	3.418	3.558	3.224	2.944	3.037	2.879	2.572	2.055	1.727	1.309	1.103	789	616	368	212	161
Homem	17.864	1.440	1.556	1.733	1.826	1.662	1.472	1.517	1.426	1.311	966	848	641	530	354	285	142	91	64
Mulher	18.140	1.458	1.578	1.685	1.732	1.562	1.472	1.520	1.453	1.261	1.089	879	668	573	435	331	226	121	97
Paulínia	51.326	4.251	4.388	4.874	5.260	5.290	4.754	4.459	4.239	3.602	3.054	2.254	1.480	1.136	824	635	416	231	179
Homem	25.688	2.164	2.260	2.493	2.633	2.583	2.398	2.263	2.059	1.802	1.539	1.165	756	562	367	298	190	80	76
Mulher	25.638	2.087	2.128	2.381	2.627	2.707	2.356	2.196	2.180	1.800	1.515	1.089	724	574	457	337	226	151	103
Pirassununga	64.864	5.114	5.288	5.706	6.303	5.693	5.073	5.013	5.298	4.439	3.686	3.330	2.569	2.164	1.765	1.522	974	545	382
Homem	31.971	2.619	2.710	2.896	3.157	2.848	2.564	2.503	2.576	2.181	1.796	1.610	1.236	1.032	847	626	429	204	137
Mulher	32.893	2.495	2.578	2.810	3.146	2.845	2.509	2.510	2.722	2.258	1.890	1.720	1.333	1.132	918	896	545	341	245
Porto Ferreira	47.437	3.800	4.095	4.391	4.678	4.360	3.900	3.942	3.810	3.216	2.625	2.146	1.718	1.502	1.276	958	542	289	189
Homem	23.640	1.883	2.129	2.247	2.308	2.215	1.963	2.031	1.901	1.588	1.294	1.064	829	701	613	468	225	106	75
Mulher	13.797	1.917	1.966	2.144	2.370	2.145	1.937	1.911	1.909	1.628	1.331	1.082	889	801	663	490	317	183	114
Ribeirão Preto	504.923	38.295	40.806	44.948	49.403	47.492	41.985	39.775	39.661	36.758	30.849	24.923	18.834	15.823	12.720	10.009	6.226	3.647	2.769
Homem	243.032	19.475	20.830	22.722	24.564	23.409	20.457	19.203	18.947	17.371	14.449	11.584	8.601	7.016	5.591	4.225	2.464	1.257	867
Mulher	261.891	18.820	19.976	22.226	24.839	24.083	21.528	20.572	20.714	19.387	16.400	13.339	10.233	8.807	7.129	5.784	3.762	2.390	1.902
Sales Oliveira	9.325	766	808	892	884	831	698	740	701	672	541	500	313	291	240	194	137	65	52
Homem	4.682	412	409	484	417	405	357	380	361	319	258	265	152	148	113	96	59	28	19
Mulher	4.643	354	399	408	467	426	341	360	340	353	283	235	161	143	127	98	78	37	33
Santa Rita do Passa Quatro	26.138	1.681	1.904	2.196	2.375	2.126	1.910	1.958	2.063	1.803	1.624	1.407	1.179	1.140	983	782	508	281	218
Homem	12.745	826	946	1.092	1.208	1.070	949	959	1.010	893	798	696	548	542	459	357	205	109	72
Mulher	13.393	855	958	1.104	1.167	1.056	961	999	1.053	910	826	711	631	598	524	425	303	172	140
São Joaquim da Barra	41.587	3.272	3.486	3.688	4.201	3.965	3.559	3.218	3.227	2.874	2.397	1.998	1.575	1.318	1.030	773	534	269	203

Estados/ Municípios	Total	Grupos de idade (anos)																	
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80 a 84	85 ou mais
Homem	20.520	1.682	1.721	1.821	2.160	2.000	1.834	1.622	1.535	1.463	1.172	939	763	579	522	329	220	92	66
Mulher	21.067	1.590	1.765	1.867	2.041	1.965	1.725	1.596	1.692	1.411	1.225	1.059	812	739	508	444	314	177	137
São José dos Campos	538.298	47.574	48.373	52.254	55.813	52.749	46.144	43.879	43.753	39.301	32.718	24.411	15.903	11.860	8.718	6.640	4.239	2.384	1.600
Homem	265.968	24.232	24.409	26.505	27.903	26.477	22.800	21.463	20.852	19.203	16.278	12.213	7.897	5.599	3.970	2.907	1.782	907	577
Mulher	272.330	23.342	23.964	25.749	27.910	26.272	23.344	22.416	22.901	20.098	16.440	12.198	8.006	6.261	4.748	3.733	2.457	1.477	1.023
São Simão	13.675	1.124	1.155	1.373	1.391	1.154	984	1.054	1.033	872	742	678	524	454	412	312	209	116	88
Homem	6.820	578	588	685	719	603	513	537	523	416	362	335	257	208	204	131	90	40	31
Mulher	6.855	546	567	688	672	551	471	517	510	456	380	343	267	246	208	181	119	76	57
Sertãozinho	94.664	7.932	8.281	9.265	9.740	9.412	8.038	7.722	7.478	6.643	5.352	4.255	2.957	2.516	1.923	1.455	879	462	354
Homem	47.528	4.158	4.211	4.680	4.924	4.852	4.083	3.773	3.726	3.388	2.684	2.142	1.432	1.238	887	661	377	197	115
Mulher	47.136	3.774	4.070	4.585	4.816	4.560	3.955	3.949	3.752	3.255	2.668	2.113	1.525	1.278	1.036	794	502	265	239
Taubaté	243.783	20.649	20.827	22.336	24.479	23.350	20.652	19.952	19.274	17.134	14.271	11.403	8.209	6.714	5.225	4.130	2.618	1.508	1.060
Homem	120.119	10.544	10.679	11.336	12.354	11.660	10.275	9.927	9.382	8.304	7.101	5.520	3.903	3.190	2.302	1.710	1.039	544	352
Mulher	123.664	10.105	10.148	11.000	12.125	11.690	10.377	10.025	9.892	8.830	7.170	5.883	4.306	3.524	2.923	2.420	1.579	964	708

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000



Nos municípios da AI, a razão entre sexos seguiu em direção a um sentido, idêntico ao verificado na sociedade brasileira, paulista, na capital e em todos os municípios (em termo de tendências, ou seja, em números relativos): a leve predominância da população feminina sobre a população masculina, com exceções, ainda em termos de números absolutos, para os seguintes municípios: Igaratá, Jaguariúna, Morungaba, Nazaré Paulista e Piracaia (onde, apesar da tendência histórica para o inverso, a população masculina levemente predomina).

De forma objetiva e resumida, sabe-se que o grupo de idade que apresenta maior predominância é o de 20 a 24 anos de idade, com exceções para: Campinas, Jaguariúna, Morungaba e Paulínia, que apresentam pico populacional para o grupo de idade entre 25 e 29 anos de idade. Exceções também devem ser feitas para Nazaré Paulista e para Piracaia, que apresentam pico populacional em extrato mais novo, entre 15 e 19 anos de idade. Ou seja, em plena faixa de idade com alto potencial de fecundidade e com alta inserção na PEA.

No caso de população feminina, os picos de população também estão entre 20 e 24 anos de idade, sendo que exceções podem ser feitas para Campinas, Jaguariúna e Paulínia, que apresentam pico na faixa de idades entre 25 e 29 anos, e para Igaratá (que apresenta os mesmos valores de 15 a 19 anos de idade, para a faixa entre 20 a 24 anos de idade), Nazaré Paulista e Piracaia, que apresentam pico populacional entre 15 e 19 anos de idade.

No caso da população masculina, neste trecho, os picos de população continuam entre 20 e 24 anos de idade. Exceções para cima (de 25 a 29 anos de idade), como picos populacionais, podem ser feitas para Campinas, Jaguariúna e Morungaba.

Exceções para baixo (de 15 a 19 anos de idade), como picos populacionais, podem ser feitas para Nazaré Paulista e Piracaia. Em termos numéricos, Campinas corresponde ao único município isolado que pode interferir na média deste trecho.

À exceção de Jaguariúna e de São José dos Campos, que também apresentam evolução no índice de envelhecimento de sua população todos os municípios do trecho apresentam valores superiores a 40%, em 2008. Vale destacar que todos estes municípios tinham valores inferiores a 25% em 1980.

Este mesmo raciocínio pode ser aplicado para a análise da faixa populacional com idade igual a 60 anos, ou superior: todos municípios do trecho tiveram grande aumento nesta faixa. São José dos Campos, como exemplo, no período, teve aumento superior a 100% nesta faixa de idade (de 4,20% a 8,55%, de 1980 a 2008). De forma complementar, há intensa redução na faixa de idade inferior a 15 anos, de 1980 a 2008, nos municípios do trecho – em geral, com reduções superiores a 10% no total da população do município.

Estas análises indicam a mesma tendência nacional e do estado de São Paulo: maior envelhecimento futuro da população e maior redução nas taxas de crescimento (sem considerar taxas migratórias).

A pirâmide etária de Porto Ferreira apresenta uma população total de 47.437 habitantes, sendo 23.640 homens e 13.797 mulheres. O grupo de 15 a 19 anos, do gênero feminino é o que apresenta maior população, totalizando 2.370 habitantes. O gênero masculino deste mesmo grupo etário totaliza 2.308 habitantes.

Em Santa Rita do Passa Quatro a situação inverte-se. A população total é de 26.138 habitantes, sendo 13.393 mulheres e 12.745 homens. Também neste caso, o maior grupo etário está na população de 15 a 19 anos, totalizando 2.375 habitantes, mas os homens são maioria, somando 1.208 habitantes e as mulheres somam 1.167 habitantes. Já a pirâmide etária de Sertãozinho apresenta que o grupo mais representativo é o masculino, de 15 a 19 anos, que segundo a tabela soma 4.924 habitantes. A pirâmide também representa o grupo que tem menor população, homens de 85 ou mais, que segundo a tabela somam 115 habitantes. A população feminina para essa faixa etária no município é de 239 habitantes.

V.3.1.3.3 Movimentos Migratórios

Os resultados aqui considerados, fluxos migratórios e taxas líquidas de migração, em suas séries históricas (com dados de 1991 e de 2000, coletados pelo Censos Demográficos do IBGE), permitem avaliar diretamente, e de forma contextualizada em evolução temporal, como se dá a contribuição migratória para a dinâmica populacional – com imediata aplicação para entendimento das taxas de crescimento anual dos municípios (considerando a redução de taxa de natalidade regional) e as respectivas projeções de crescimento populacional.

A observação destes valores para fluxos migratórios e taxas líquidas de migração, apresentados na **Tabela V.3.1.3.3-1.**, permite perceber uma correlação que se verifica na maior parte dos casos entre recebimento de fluxos migratórios elevados e desenvolvimento industrial relevante, com destaque para a indústria, conforme apresentado no item **Aspectos Econômicos**.

Os grandes centros urbanos como São Paulo, São José dos Campos e Campinas representam um fator de atração para maior volume de populações, o que, porém, tem mais efeito sobre os fluxos migratórios de cidades menores vizinhas do que sobre si próprias. Isto pode ser observado com mais força na capital São Paulo, que vem apresentando fluxos migratórios negativos relevantes ao longo das duas décadas consideradas, o que reflete a saturação de sua ocupação.

Centros de desenvolvimento relevante mas porte um pouco menor, como Ribeirão Preto, apresentaram altos índices de migração nos períodos considerados.

Em sua região, Araras e Leme também receberam fluxos consideráveis, o que indica ser toda esta região um foco de atração populacional.

Em que pese a redução nas taxas de crescimento, mesmo considerando um valor relativo pequeno, o saldo migratório para as regiões de Campinas e São José dos Campos apresentou crescimento no período de 1991 a 2000, com exceção de Jaguariúna e de São José dos Campos. De forma relativa ao montante populacional, medido pela taxa líquida de migração, houve ligeira redução da importância da migração para a população na região, no período de 1991 a 2000, com exceção de Bragança Paulista, Itatiba, Morungaba e Taubaté, que apresentaram pequeno aumento em sua taxa líquida de migração.

Tabela V.3.1.3.3-1–Movimento Migratório – Saldo Migratório Anual e Taxa Líquida de Migração (Por Mil Habitantes), 1991 e 2000

Estado/Municípios	Saldo Migratório Anual 1991	Saldo Migratório Anual 2000	Taxa Líquida de Migração 1991	Taxa Líquida de Migração 2000
SÃO PAULO	53.352	147.443	1,90	4,31
São Paulo (Capital)	-68.724	-50.824	-7,60	-5,07
Atibaia	1.306	1.503	18,51	15,28
Caçapava	136	137	2,34	1,93
Bragança Paulista	643	1.332	6,73	11,90
Campinas	2.802	3.169	3,74	3,50
Igaratá	78	102	14,93	14,04
Itatiba	889	1.307	17,56	18,38
Jaguariúna	546	319	28,02	12,06
Morungaba	12	44	1,63	4,87
Nazaré Paulista	135	164	13,66	12,63
Paulínia	924	948	33,53	21,68
Piracaia	176	187	10,83	8,84
São José dos Campos	5.407	3.474	15,17	7,11
Taubaté	-326	1.298	-1,74	5,77
Artur Nogueira	795	1.123	37,6	42,74
Cosmópolis	696	545	23,85	13,88
Engenheiro Coelho	NA	224	NA	26,34
Jaguariúna	546	319	28,02	12,06
Paulínia	924	948	33,53	21,68
Araras	622	768	8,25	8,04
Leme	732	321	13,03	4,33
Pirassununga	250	299	4,94	4,93
Cravinhos	160	333	8,17	13,12
Jardinópolis	19	370	0,87	13,53
Ribeirão Preto	4.078	3.421	10,94	7,34
São Simão	-22	61	-1,93	4,76
Sertãozinho	1.011	600	15,87	6,95
Porto Ferreira	394	517	12,01	12,08
Santa Rita do Passa Quatro	-10	49	-0,45	1,95
Aramina	-2	36	-0,57	8,17
Guará	-4	49	-0,26	2,78
Igarapava	-148	153	-6,95	6,36

Estado/Municípios	Saldo Migratório Anual 1991	Saldo Migratório Anual 2000	Taxa Líquida de Migração 1991	Taxa Líquida de Migração 2000
Ituverava	-3	-32	-0,09	-0,93
Orlândia	-47	97	-1,65	2,89
Sales Oliveira	7	104	1,05	12,3
São Joaquim da Barra	40	192	1,24	4,96
MINAS GERAIS*	-21.956	3.272	-1,39	0,11
Belo Horizonte (capital)*	-	13.956	-	6,2
Uberaba*	-	-277	-	0,11

Fonte: Fundação SEADE – Fevereiro de 2009, IBGE - Censo Demográfico 2000

* Brito e Horta, 2002.

V.3.1.4 Aspectos Econômicos

V.3.1.4.1 Estado de Minas Gerais

Minas Gerais ocupa uma posição de liderança com relação a diversos produtos importantes para a economia nacional e internacional, tanto em atividades tradicionais como em setores de ponta. O estado é o maior produtor mundial de nióbio, e o maior produtor brasileiro de minério de ferro, zinco, aço, cimento, leite e café. Possui ainda o maior rebanho equino e o terceiro maior bovino do país, é o segundo maior pólo de fundição e automotivo do Brasil, e o terceiro maior produtor nacional de cana de açúcar.

Setores Primário, Secundário e Terciário

Minas Gerais ocupa o primeiro lugar no ranking nacional de produção de café, sendo responsável por quase metade do volume produzido no país. O Sul de Minas é a principal região produtora do Estado.

O milho é outro produto de destaque, do qual Minas Gerais é o segundo maior produtor brasileiro, representando 17,9% da produção nacional. A maior região produtora de milho do Estado é o Sul de Minas, responsável por cerca de 25,4% da produção estadual.

O estado ocupa ainda a terceira posição no ranking nacional de cana de açúcar, açúcar e álcool, e é o sétimo maior produtor brasileiro de soja, e um dos maiores produtores de algodão.

Com relação à pecuária, Minas Gerais abriga o terceiro maior rebanho bovino do País, com 21,6 milhões de cabeças, sendo responsável pela produção de 816 mil toneladas de carne, ou 10,2% de toda carne produzida no Brasil. As criações de aves e suínos de corte também são expressivas. O Estado ocupa o 5º lugar no ranking nacional de aves de corte, e o quarto lugar na produção de carne suína.

O estado ocupa ainda o primeiro lugar na produção nacional de leite, com cerca de 7 bilhões de litros por ano. Este volume representa 28,4% do que é produzido em todo o País. O Estado possui um rebanho bovino com cerca de 21,6 milhões de cabeças, dos quais 4,9 milhões são gado leiteiro. Na pecuária mineira 70% dos produtores são de pequeno porte. O estado também possui 1,2 mil empresas de laticínios.

As sete empresas siderúrgicas instaladas em Minas Gerais (com um total de 11 usinas em operação) foram responsáveis por 35,4% de toda a produção brasileira de aço em 2005, confirmando a posição do Estado como maior produtor brasileiro de aço bruto. O parque siderúrgico instalado em Minas Gerais, que reúne 11 das 24 usinas em operação no Brasil, é moderno, passa por constantes processos de reestruturação e ampliação e está em condições de oferecer ao mercado interno e externo um produto de ótima qualidade.

As siderúrgicas em funcionamento no Estado produzem desde placas, blocos e tarugos a barras, fio-máquina, vergalhões, arames e tubos sem costura, estando aptas a atender todas as demandas do mercado, dos produtos semi-acabados aos aços longos especiais. Um dos diferenciais competitivos da indústria siderúrgica mineira é o fato de o Estado também ser o maior produtor brasileiro de minério de ferro. O setor conta com matéria-prima de qualidade, em abundância e próxima das usinas.

Minas Gerais é o segundo maior pólo automobilístico brasileiro. Em 2004, o Estado foi responsável por 20,2% da produção nacional de veículos automotivos e 1,7% da produção de máquinas agrícolas. Essa posição de destaque na indústria automobilística foi alcançada em apenas 30 anos. A primeira unidade produtora de veículos no Estado começou a ser instalada em 1973 e entrou em operação três anos depois, em 1976.

O crescimento da indústria automobilística no Brasil, primeiro país a reunir as dez maiores fábricas do mundo, contribuiu decisivamente para fortalecer a indústria de fundição, que hoje destina 60% de sua produção ao setor automotivo. Minas Gerais respondia por 25% da produção nacional de fundidos e 20% do que é produzido se destina à exportação em 2005.

O estado é também o maior produtor de cimento do Brasil, sendo responsável por 24% de toda a produção brasileira. Em 2005, as 12 fábricas de cimento instaladas no Estado foram responsáveis pela produção de 8,8 milhões de toneladas. O parque cimenteiro de Minas Gerais é moderno e utiliza tecnologia e equipamentos avançados. Um dos fatores que contribuem para o bom desempenho da indústria cimenteira em operação em Minas Gerais é a qualidade da matéria-prima, uma vez que o Estado possui as melhores reservas de calcário do País.

A indústria têxtil e de confecções representa uma atividade tradicional no Estado, reunindo mais de uma centena de unidades instaladas e produzindo basicamente para consumo de massa, utilizando o algodão como principal matéria-prima. Nos últimos anos, o setor tem investido na modernização tecnológica, novos produtos, redução de custos e preços, melhoria de qualidade e novo modelo de gestão, para

ampliar sua competitividade e seus mercados, no Brasil e no exterior. Minas Gerais é também o quinto maior produtor brasileiro de calçados, reunindo cerca de 2.400 empresas, sendo 98% delas de pequeno e médio portes. A produção de calçados no Estado está concentrada em quatro pólos.

O maior está localizado no município de Nova Serrana, no Centro-Oeste de Minas, distante 125 km de Belo Horizonte.

O estado abriga ainda uma elevada concentração de empresas de biotecnologia, um setor de tecnologia de ponta voltado para as áreas de saúde humana, agronegócios e fornecimento de equipamentos e insumos. O setor, por suas características de interatividade, atua de maneira muito próxima, o que favorece a concentração de empresas em um mesmo local. Cerca de 30% das empresas de biotecnologia do País estão concentradas em Minas Gerais.

As indústrias eletroeletrônicas apresentam um rápido crescimento no Estado. Os pólos de eletroeletrônicos estão concentrados no sul do estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Minas Gerais é também o principal Estado reflorestador do País, com uma área de 1,7 milhões de hectares de florestas plantadas. No Brasil, a área de florestas plantadas é de 5 milhões de hectares.

O estado detém 50% das florestas plantadas de eucalipto existentes no Brasil e coloca à disposição dos investidores uma área superior a um milhão de hectares, já em fase de corte, além de outros 90 mil hectares de pinus tropical, plantados mais recentemente.

A produção de celulose em Minas Gerais é de cerca de 10% da produção nacional, e a produção de papel correspondente a cerca de 5% da produção nacional.

O setor terciário em Minas Gerais gerou em 2008 R\$ 112.175.614 mil de valor adicionado, ou o correspondente a quase o dobro do gerado pela indústria no mesmo período. O estado possui hoje uma estrutura de serviços bastante desenvolvida.

O turismo tem destaque neste contexto, pois Minas Gerais é o segundo estado do país neste setor, atraindo cerca de 10% dos turistas brasileiros. O patrimônio histórico, cultural e folclórico, grandes lagos e parques ecológicos, grutas, montanhas, esportes de aventura e as estâncias hidrominerais do Circuito das Águas, localizadas na região Sul do Estado, são os principais atrativos aos turistas nacionais e estrangeiros.

O comércio possui a maior participação no setor terciário tanto em número de empresas e de empregos quanto no valor gerado. O comércio varejista do estado é diversificado, especialmente nos centros urbanos de maior porte.

V.3.1.4.2 Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo destaca-se no contexto nacional pela expressiva participação na economia, respondendo por mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A economia paulista é forte e diversificada, tendo o maior parque industrial do país e mercado de trabalho com mão-de-obra altamente qualificada.

A indústria de São Paulo tem uma sólida base tecnológica, produzindo produtos com alto valor agregado destacando-se os segmentos de tecnologia da informação, informática, aeroespacial e automotiva. O setor agropecuário é expressivo e apresenta elevados índices de produtividade. Na área de serviços constata-se que, dos 260 *shopping centers* existentes no país, 94 deles estão localizados no Estado de São Paulo.

Setores Primário, Secundário e Terciário

A atividade agropecuária é a atividade econômica mais pulverizada no Estado, com maior concentração na região Norte, onde está localizada a All e as maiores culturas de cana de açúcar e de laranja, além da criação de bovinos. A Região Metropolitana de São Paulo e o Vale do Paraíba são as regiões onde a agropecuária é mais incipiente.

São Paulo responde por cerca de um quarto do valor produzido pela agropecuária brasileira. Na produção brasileira de laranja e cana de açúcar, São Paulo contribui com 80% e 58% respectivamente. O valor da produção dessas duas culturas correspondeu a US\$ 5,63 bilhões, em 2005 (43,0% do valor da produção no Estado). Na pecuária o Estado de São Paulo responde por 6,7% do rebanho brasileiro e 7,4% da produção nacional de leite.

Conforme Censo Agropecuário, de 2006, e Dados de Produção Agrícola Municipal, de 2007 (IBGE Cidades), a microrregião de Campinas tem relevante atividade de plantio de cana, feijão, arroz em casca, soja, sorgo granífero e milho, tanto no que diz respeito à área plantada quanto à quantidade de produtos da lavoura temporária.

Os produtos da lavoura permanente no município de Campinas, no ano de 2007, são: abacate, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, manga, maracujá, tangerina e uva. No município de Morungaba, destacam-se as plantações de café, figo, laranja e limão. Em Jaguariúna, predomina o plantio do abacate, da laranja e do maracujá. Em Itatiba e Paulínia, abacate, banana, café, caqui, laranja, goiaba, limão, manga, maracujá e uva são os principais produtos agrícolas.

Destaca-se ainda a criação de bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, frango, coelhos, ovos, leite e mel, sendo o município de Campinas o maior produtor de carne e leite.

A agropecuária destaca-se, ainda, por apresentar, em muitos casos, rendimentos físicos por hectare que são superiores à média estadual. É uma das primeiras regiões no país em índice de mecanização, uso de adubos, de sementes selecionadas etc.

Com isso, registram-se ganhos de competitividade, otimização dos processos produtivos e introdução constante de inovações tecnológicas. A agricultura apresenta grande articulação com a indústria, formando complexos agroindustriais, com elevada participação de produtos exportáveis ou destinados ao mercado urbano de maior poder aquisitivo.

Na agricultura, a cana-de-açúcar é a cultura predominante e, nos últimos anos, as usinas de açúcar e álcool têm feito investimentos importantes na modernização de seus equipamentos. A citricultura tem grande participação na agricultura regional e vem, também, se modernizando, com o adensamento do plantio, que contribuiu para o aumento da produtividade e a redução de custos. Além da produção de suco concentrado e congelado, a região é tradicional na produção de mudas.

O café, também, tem destaque e seu cultivo está entre os mais tradicionais do Estado. A região também é importante produtora de batata e parte relevante da produção nacional é de lá originária.

Na microrregião de Bragança Paulista, as principais produções da lavoura temporária, no levantamento de 2007, são: o arroz em casca, a batata inglesa, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, a mandioca e o tomate. Entre os produtos da lavoura permanente, no município de Piracaia salientam-se a banana, o café, a goiaba, a laranja, o limão, o pêssego, a tangerina, o caqui e a uva.

Atibaia e Bragança Paulista são grandes produtores de abacate, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maracujá, pêssego, tangerina e, no primeiro município, também a produção de uva é bastante significativa.

A agropecuária é bastante importante para economia do município de Atibaia. Conhecida como a Cidade das Flores e dos Morangos, Atibaia é destaque nacional na produção de flores e morangos. As culturas de milho, feijão e gengibre também são significativas. A pecuária bovina é expressiva, com mais de 10 mil cabeças, e uma produção anual de mais de três mil litros de leite.

Na microrregião de São José dos Campos, os principais produtos da lavoura temporária são: o arroz em casca, a batata inglesa, a cana-de-açúcar, o feijão – produzido especialmente em São José dos Campos e Caçapava – a mandioca, e o milho. Quanto aos produtos da lavoura permanente há a banana, o café, a laranja, o limão, a tangerina e o caqui.

Os principais produtos agropecuários são: o leite, a carne bovina e a produção de matrizes. Embora seja reduzida a expressão da agropecuária, devido à presença de solos montanhosos, o agronegócio tem condições de intensificar o desenvolvimento regional, sobretudo com a expansão de produtos que utilizem o diferencial geográfico e preservem o meio ambiente.

A indústria paulista concentra-se principalmente na Região Metropolitana de São Paulo e em seu entorno. Esta indústria paulista responde por mais de 40% da produção brasileira, sendo o estado com maior participação no setor.

Entre os diversos setores da indústria de transformação, o mais representativo no estado é o setor de produtos químicos, seguido pelo setor de produção de alimentos e bebidas, pelo setor de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, e pelo setor de fabricação e montagem de veículos automotores.

A microrregião de Campinas conta com grandes indústrias de porte e de ponta, destacando-se, além do Pólo Petroquímico de Paulínia, as indústrias de telecomunicações e eletroeletrônicas, as mecânicas, metalúrgicas, químicas e as de material elétrico, de papel e papelão e têxteis.

O crescimento da região foi reforçado com os investimentos em infra estrutura, energia e, sobretudo, transportes, que ampliaram a malha rodoviária regional, além da construção da Refinaria de Paulínia e da instalação de instituições de pesquisa e Universidades.

Uma especificidade de Campinas – sua função de centralidade em relação a expressivas parcelas do território estadual – condicionou seu crescimento. A cidade e a região beneficiaram-se do impulso comercial e de serviços decorrentes da ocupação territorial do Oeste e estão estrategicamente próximas da Capital e do Porto de Santos, além de o município de Campinas ter se constituído em importante entroncamento rodo-ferroviário (Secretaria de Planejamento, 2007).

O crescimento industrial da região de Campinas foi acompanhado por um processo de modernização, padronização e melhoria da qualidade na indústria têxtil e de vestuário, estimulando também importantes segmentos agro-industriais, como o de sucos cítricos e o de abate de aves. Por outro lado, o crescimento da produção agrícola exigiu o aumento da capacidade de transformação dessas matérias-primas, sendo o caso da fabricação de álcool o exemplo mais expressivo desse fato.

Finalmente, sobre o conjunto do grupo de indústrias de bens não-duráveis, teve impacto muito importante a intensidade da urbanização, não só pelo crescimento do mercado, mas por sua diversificação com a emergência de novos padrões e hábitos de consumo (Biodinâmica, 2003).

No grupo de bens intermediários, sobressai a participação regional no Valor da Transformação Industrial do Estado, particularmente devido às indústrias de papel e papelão, couros e peles, minerais não metálicos, borracha e às químicas, estas últimas bastante concentradas em Paulínia (Biodinâmica, 2003).

O parque produtivo tem forte presença de setores modernos e plantas industriais de alta tecnologia que, ao atraírem diversas redes de fornecedores especializados, aumentam o dinamismo industrial, intensificando as relações entre as empresas. A disponibilidade de mão-de-obra, com capacidade de ocupar postos de trabalho que exigem elevada qualificação, formada a partir do excelente parque universitário instalado, colabora para acentuar esse dinamismo, aumentando os níveis de competitividade da indústria e gerando um círculo virtuoso.

A microrregião de Campinas é a segunda região do estado de São Paulo em valor de produção industrial, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo, e responsável por mais de 10% do total da produção industrial nacional. Abrange desde áreas industriais tradicionais como automotiva, têxtil, metalúrgica, alimentícia, petroquímica e farmacêutica até nichos da produção de ponta em telecomunicações, eletrônica, informática e química fina.

A estrutura produtiva regional é bastante complexa. A região de Campinas se caracteriza por uma agricultura moderna e diversificada, por um dos mais expressivos parques industriais do interior do Estado de São Paulo e por um setor de serviços moderno, sofisticado e de alta tecnologia.

A diversificação e o peso da estrutura industrial do entorno de Campinas são marcantes, podendo-se destacar, o Pólo Petroquímico de Paulínia, composto pela Replan, da Petrobras, e por outras empresas do setor químico e petroquímico.

Na microrregião de Bragança Paulista, a implantação da Estrada de Ferro Bragantina, no período cafeeiro, transformou a Vila de Nova Bragança - depois Bragança Paulista – em pólo de desenvolvimento regional, devido a sua posição estratégica em relação às vias de acesso (ferrovia e, depois, rodovias) a São Paulo e ao porto de Santos.

O parque industrial é diversificado. Nele, estão instaladas empresas de diversas nacionalidades, que atuam em diferentes setores e segmentos, como alimentos, têxtil, componentes eletrônicos, autopeças e confecções.

O setor da indústria de São José dos Campos responde por 28% e o de serviços por 50,46% de todo o conjunto de riquezas produzido. Não possui participação nas exportações do Estado de São Paulo. De toda mão-de-obra empregada, a indústria absorve 26,01%, o setor de comércio 10,45% e a atividade de serviços 52,67%. (Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS – 2004).

São José dos Campos, por sua vez, é o décimo primeiro maior PIB do Brasil, e o terceiro no Estado de São Paulo, sendo o segundo maior exportador de todo o país.

É o maior pólo aeroespacial da América Latina. Seu processo de industrialização teve início no setor têxtil e com a indústria de cerâmica. A partir da década de 1940, após a implantação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), a modernização local contou ainda com o desenvolvimento, nos campos de pesquisa e produção, das áreas relacionadas à tecnologia aeronáutica e aeroespacial (CIESP, 2008).

O volume total de riquezas produzidas a preços correntes foi de 16 bilhões de reais, no ano de 2006 a indústria responde por 70% desse total e os setores de comércio e serviços por 30%. A participação de São José dos Campos nas exportações do Estado de São Paulo é de 9,79% do montante total do comércio exterior.

A participação da indústria nos vínculos empregatícios é 34,28%, do comércio 19,86% e do setor de serviços 41,79% (Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS – 2006).

O complexo industrial do município de São José dos Campos, que conta com mais de 700 indústrias, destaca-se no cenário nacional pelo forte desempenho nos seguintes setores e suas respectivas cadeias produtivas: automotivo, de telecomunicações, aeroespacial e de defesa, setor químico e de petróleo.

A estrutura industrial predominante da região é intensiva em capital e tecnologia. Grandes unidades foram implantadas, com destaque para empresas ligadas aos setores petroquímico, automobilístico, de telecomunicações, químico, bélico, farmacêutico, veterinário e, sobretudo, o aeronáutico.

Este inclui a Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer e todo o cluster aeronáutico e aeroespacial, cuja produção constitui-se um dos principais itens da pauta de exportações do país.

A indústria de material de transportes, ligada aos complexos automobilístico e aeroespacial, ocupa a primeira posição em importância regional, seguida da indústria química (Secretaria de Planejamento, 2007).

No município de São José dos Campos, encontra-se o Instituto Técnico de Aeronáutica (ITA), ligado ao Centro Técnico aeroespacial (CTA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, a Embraer e inúmeras empresas do setor aeronáutico, constituindo o maior pólo de alta tecnologia voltado à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção aeroespacial.

Devido à experiência singular do arranjo produtivo de São José dos Campos, onde existe um núcleo endógeno de desenvolvimento tecnológico fortemente enraizado no espaço geográfico e uma elite técnica competente há potencial para o adensamento da cadeia produtiva local.

O setor terciário teve um significativo desenvolvimento, induzido pelo crescimento da indústria, do emprego e da população. Há, na região, importantes Universidades (Univap, UNESP, entre outras), centros e institutos de pesquisa, modernos serviços, boa rede de escolas, shopping centers e importantes centros atacadistas.

Nesta nova fase da industrialização, que se fez notar principalmente nos municípios de São José dos Campos, Taubaté e Caçapava, surge uma indústria moderna e de grande escala, voltada para os mercados nacional e internacional e com predomínio dos segmentos de material de transporte, mecânico, metalúrgico e petroquímico.

O município dispõe de ambiente empresarial na área de tecnologia, favorecendo a entrada de novas empresas do setor. Esse ambiente é composto por prestadoras de serviços, desenvolvedoras de sistemas, *softwares*, *websites* e consultorias, envolvendo ampla gama de tecnologias e aplicações, como telemetria, automação de processos, sensoriamento remoto e telecomunicações.

O município de Caçapava possui Produto Interno Bruto de 1 bilhão e 500 milhões de reais. O setor da indústria responde por 68,75% e o de comércio e serviços por 29,67% de todo o PIB. A participação da indústria nas exportações do Estado de São Paulo é de 0,21%. A indústria absorve 45,14%, o setor de comércio 19,86% e a atividade de serviços 30,01% de vínculos empregatícios no município (Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS – 2006).

Taubaté, segundo maior município da região, experimentou um processo de industrialização acelerado nas décadas de 80 e 90 do século passado. Possui fábricas de grande porte como Ford, Volkswagen, LG, Usiminas, Vicunha, Embraer, IFF e Alstom, além de inúmeras outras de médio e pequeno porte, perfazendo mais de 100 indústrias nos quatro distritos industriais (Una I e II, Piracangaguá e São Gonçalo). Com 4 bilhões e seiscentos milhões de reais de PIB a preços correntes, é também o segundo da região considerada a mais industrializada do Estado de São Paulo. O setor industrial responde por 67,27% desse montante, enquanto os segmentos de comércio e serviços respondem por 32,07% (CIESP, 2008). Responde por 1,39% de todas as exportações de São Paulo.

De toda mão-de-obra empregada, as indústrias instaladas no município respondem por 27,47%, a atividade comercial por 18,71% e o setor de serviços por 51,26% (Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS – 2006).

A região apresenta um panorama econômico diversificado. Na calha do Vale do Rio Paraíba do Sul, ao longo da Rodovia Presidente Dutra, existe um eixo dinâmico com municípios industrializados e com uma complexa infra-estrutura urbana.

Com a crescente urbanização dos municípios a partir das décadas de 60 e 70, a demanda por atividades de comércio e de prestação de serviços aumentou. A instalação de unidades industriais também contribuiu para a elevação do rendimento médio das famílias que passaram a consumir no comércio local. A complexidade das relações de trabalho faz surgir atividades liberais e de prestação de serviços dentro das próprias unidades fabris. Essa intensa rede, desencadeada pelo crescimento das cidades/urbanização e pela expansão da interiorização da indústria no Estado de São Paulo, transforma o setor terciário da economia na maior fonte de emprego e renda nas principais cidades no traçado do duto, tais como Campinas, São José dos Campos e Taubaté.

Essas cidades receberam grandes empreendimentos comerciais, como *shopping centers*, grandes redes de supermercados, atacadistas e lojas de materiais de construção. Os grandes magazines de roupas e calçados se expandem em grande parte da região estudada, sem inibir, contudo, ainda a forma do comércio local, sobretudo nos ramos de vestuário e de alimentos.

O turismo vem recebendo investimentos cada vez maiores, apoiados em planejamentos regionais institucionais e parcerias com atores do setor privado. É notável e relevante o aumento do número de empregos no setor de serviços nos municípios de Jaguariúna, Itatiba, Igaratá, Bragança Paulista, Atibaia e Taubaté em decorrência da organização de atrativos para os visitantes, além de instalação de rede hoteleira e de restaurantes. O turismo de negócios é também fator de desenvolvimento local nos municípios de Campinas, São José dos Campos e Taubaté.

Várias cidades têm no turismo, a sua principal atividade econômica, como é o caso da estância hidromineral de Atibaia, conhecida pela qualidade terapêutica de suas águas.

Campinas é o município com o setor de serviços mais forte. São José dos Campos e Taubaté possuem o setor terciário com maior força em razão da grande classe média que forma o mercado consumidor local. Esses municípios são ainda importantes apoios em serviço e comércio mais especializado, ao litoral norte paulista e à região de Campos do Jordão (Biodinâmica, 2003).

Campinas possui escala para desenvolver um conjunto de atividades tradicionalmente encontrado apenas nas grandes capitais do país. Seu setor terciário engloba um desenvolvido segmento de serviços, com destaque para os complexos universitário, cultural e hospitalar; grandes redes educacionais, bancária, imobiliária e de transportes; comércio de grande porte ou especializado; rede de alojamento e alimentação; e serviços pessoais diferenciados (SÃO PAULO, Secretaria de Planejamento, 2007).

Um ramificado sistema viário serve as regiões do duto, permitindo uma eficiente integração do mercado de trabalho e facilitando os deslocamentos entre residência, local de trabalho ou centros de compras. De certo modo, vem se consolidando uma tendência de maior crescimento industrial dos municípios pequenos e médios e maior especialização dos municípios sede no atendimento de demandas regionais nas atividades comerciais, de abastecimento e de serviços especializados.

O Estado de São Paulo possui o maior pólo de serviços do país. Das receitas do setor no país, São Paulo é responsável por cerca de 42%. As interfaces entre as dinâmicas demográfica, social e industrial no Estado de São Paulo se traduzem numa grande oferta e demanda tanto dos serviços prestados às empresas, quanto ao consumidor final, além dos serviços públicos relativos às áreas de saúde, educação e infra estrutura.

Os segmentos mais importantes são serviços de informação, compreendendo os setores de telecomunicações, atividades de informática; audiovisuais, notícias e jornalismo; transporte, e serviços prestados às empresas.

O comércio do estado de São Paulo representa quase 30% do número de estabelecimentos comerciais e de pessoal ocupado no país. O varejo é o principal segmento do comércio paulista, com 45% de sua margem de comercialização. Em seguida vem o atacado com 35% e finalmente o grupo que agrega o comércio de veículos e combustíveis com 20%. O comércio varejista é o maior empregador, com 71% das pessoas ocupadas no setor.

Indústria da Cana-de-Açúcar

Considerando a importância do etanol para este empreendimento e para toda AI, foi feita análise deste crescente e importante setor da economia, no âmbito deste estudo.

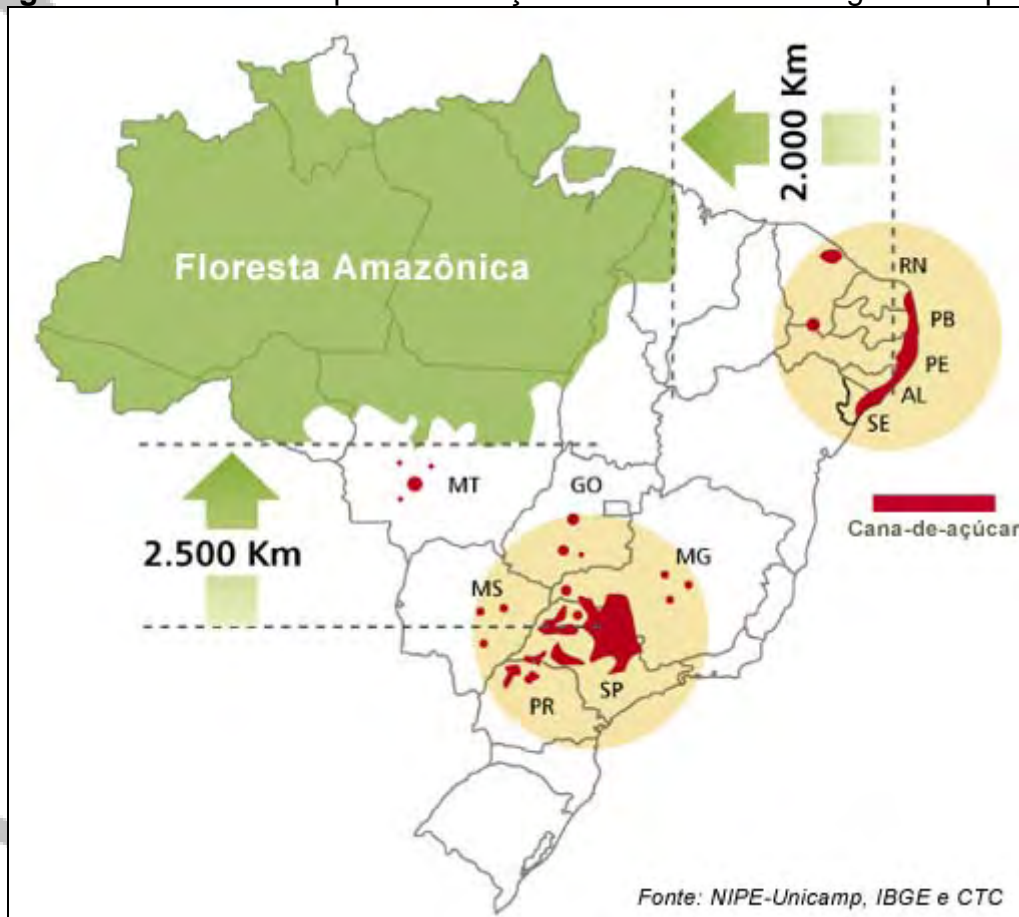
O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, conforme a UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), ocupa sete milhões de hectares em todo país. Suas regiões de cultivo são:

- Sudeste;
- Centro-Oeste;
- Sul;
- Nordeste.

Dessa forma, no país é possível produzir açúcar e etanol o ano inteiro, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. Os preços da cana são determinados de acordo com a oscilação da oferta e da demanda que são acompanhadas pelo CONSECANA, no caso do Estado de São Paulo (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool de São Paulo), criado em 1999 objetivando estruturar em bases modernas a regulamentação governamental do setor.

O mapa da produção de cana-de-açúcar no Brasil mostra as áreas de concentração das plantações e das usinas produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, que se concentram nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil (**Figura V.3.1.4.2-1**). Atualmente, este mapa de ocupação da cana-de-açúcar é intensamente discutido junto do zoneamento ecológico-econômico do país, e em especial da Amazônia – sempre com olhos atentos da sociedade brasileira e da sociedade global, que entendem a ocupação da Amazônia pela cana-de-açúcar com sérias restrições.

Figura V.3.1.4.2-1 – Mapa da Produção do Setor Sucroenergético do país



Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 16/04/09.

Com a crise do petróleo na década de 1970, surgiu o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. A partir deste marco histórico foi possível a ampliação da área para a plantação de cana-de-açúcar e a implantação de destilarias de etanol. E o álcool como forma de combustível passou a ser incentivado pelo fato de ser uma energia renovável e poluir menos que os derivados do petróleo.

Em março de 2003, com o lançamento do carro *Flex*, que possibilita a escolha do combustível, e com o aumento das preocupações de impactos ambientais, o etanol tornou-se uma grande alternativa de combustível para o Brasil e para o mundo.

A **Tabela V.3.1.4.2 -1** mostra o aumento da produção de etanol nos últimos anos, no país.

Dentre as regiões divididas como Centro-Sul e Norte-Nordeste, que são as regiões produtoras de cana, a Centro-Sul destaca-se pela produção de cana-de-açúcar e consequentemente, produção de etanol. Historicamente, a região Nordeste se destaca pela produção de cana para a produção de açúcar, mas com grandes exemplos de produção de etanol.

Com base no mapa acima, as tabelas mostram a safra de cana-de-açúcar processada pelas usinas brasileiras, por safra e por tonelada, e a safra de etanol, por safra e por milhares de litros.

Tabela V.3.1.4.2 -1 – Cana-de-açúcar processada pelas usinas brasileiras (ton.)

Região / Safra	1990/1991	2000/2001	2007/2008
Centro – Sul	170.194.659	207.099.057	431.184.748
Norte – Nordeste	52.234.501	50.522.960	62.199.804*
Brasil	222.429.160	257.622.017	493.384.552*

Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 16/04/09

*Os dados da safra 2007/2008 para a região Norte – Nordeste, ainda não foram finalizados. Os valores apresentados na tabela referem-se à posição em 01/07/2008

Tabela V.3.1.4.2 -2 – Etanol Hidratado: Produção Brasileira (mil litros)

Região/ Safra	1990/1991	2000/2001	2007/2008
Centro – Sul	8.620.301	4.261.979	13.180.638
Norte – Nordeste	1.608.282	710.092	1.119.708*
Brasil	10.228.583	4.972.071	14.300.346*

Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 16/04/09

*Os dados da safra 2007/2008 para a região Norte – Nordeste ainda não foram finalizados. Os valores apresentados na tabela referem-se à posição em 01/07/2008

Com o incentivo do uso do etanol como combustível, em março de 2003, surge o aumento de vendas de veículos chamados “Flex”, desde o ano de seu lançamento até os dias atuais.

Nota-se o aumento significativo dos automóveis “Flex” e diminuição nas vendas tanto nos automóveis com combustão apenas de gasolina quanto de álcool, conforme mostra a **Tabela V.3.1.4.2-3**:

Tabela V.3.1.4.2 - 3 – Vendas de automóveis e comerciais leves por tipo de combustível, no Brasil

Ano	Total de Automóveis e Comerciais leves		
	Gasolina	Álcool	Flex/Fuel
2003	1.152.463	36.380	48.178
2004	1.077.945	50.950	328.379
2005	697.033	32.357	812.104
2006	316.561	1.863	1.430.334
2007	245.660	107	1.995.090

Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 16/04/09

O etanol, produzido a partir da cana-de-açúcar, em comparação com a gasolina, reduz as emissões de gases causadores do efeito estufa em até 90% e sua produção, assim como a do açúcar, é gerada por meio de energia elétrica própria com a queima do bagaço da cana.

Na **Figura V.3.1.4.2-2**, pode-se ver que as emissões evitadas com etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil, em substituição à gasolina, chegam a mais de 80%, enquanto as emissões de etanol de grãos, produzido nos Estados Unidos, não chegam aos 40%.

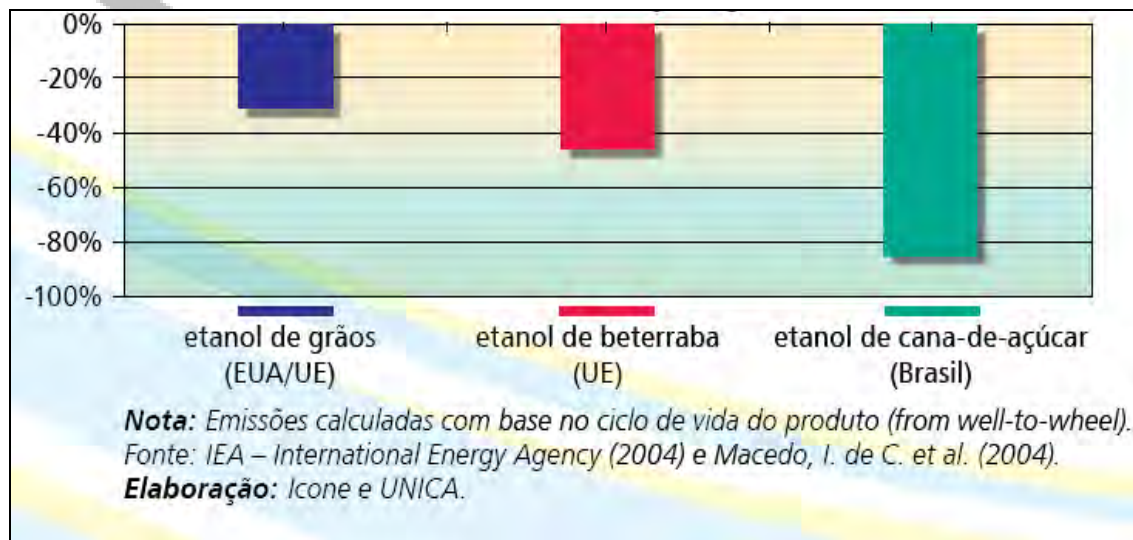


Figura V.3.1.4.2-2 – Balanço de emissões de gases de efeito estufa baseado no ciclo de vida do produto (Emissões evitadas com etanol em relação à gasolina)

Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 16/04/09

O Brasil é grande exportador mundial de etanol. O principal importador, os Estados Unidos, compra anualmente 1.519,4 milhões de litros (2008), seguido dos Países Baixos, com 1.331,4 milhões de litros.

Com a expansão das áreas de produção de cana e o estímulo da produção sustentável, houve também o aumento de exportação nos últimos oito anos.

No ano de 2000, o Brasil exportou 227,3 milhões de litros, sendo 183,6 milhões da região Centro-Sul e 43,7 milhões da Norte-Nordeste. Em 2008, passou a exportar 5.118,7 milhões – 4.590,3 milhões da região Centro-Sul e 528,4 milhões da Norte-Nordeste.

Tabela V.3.1.4.2 - 4 – Exportações brasileiras de etanol por país de destino

País	Volume (milhões de litros)		
	2006	2007	2008
Total	3.416,6	3.530,1	5.118,7
Estados Unidos	1.749,2	849,7	1.519,4
Países Baixos	344,5	800,9	1.331,4
Jamaica	133,0	312,1	436,1
El Salvador	182,7	226,8	355,9
Japão	227,7	367,2	263,2
Trinidad e Tobago	72,3	160,5	224,3
Virgens, Ilhas Am.	-	52,7	187,9
Coréia do Sul	93,4	67,4	186,6
Costa Rica	92,2	172,2	109,4
Nigéria	43,1	124,2	97,8

Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 17/04/09

Tabela V.3.1.4.2 - 5 – Exportações Anuais de Etanol pelo Brasil

Ano civil	Volume (milhões de litros)		
	Brasil	Centro-Sul	Norte-Nordeste
2000	227,3	183,6	43,7
2001	345,7	300,0	45,7
2002	789,2	576,1	213,0
2003	757,4	457,3	300,1
2004	2.408,3	1.865,8	542,5
2005	2.600,6	2.090,8	509,8
2006	3.416,6	2.966,3	450,3
2007	3.530,1	3.055,4	474,7
2008	5.118,7	4.590,3	528,4

Fonte: Disponível no site da UNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 17/04/09

Sustentabilidade e Produção de Etanol

Atualmente, as práticas agrícolas da produção de cana-de-açúcar baseiam-se em aspectos mais próximos da sustentabilidade na economia brasileira, conforme mostra a **Figura V.3.1.4.2-3**. O combate às pragas e às doenças nas plantações é feito por meio de baixa utilização de agroquímicos.

É pequeno o uso de fertilizantes industrializados, trocado por fertilizantes orgânicos, que colabora para a diminuição dos gases de efeito estufa. Outra vantagem é a conservação do solo, devido ao caráter semi-perene da cana-de-açúcar – desta forma é possível conservar e reter o solo nas áreas canavieiras.

No Brasil, as áreas de plantações contam com chuva abundante, principalmente na região Centro-Sul do país, o que possibilita a baixa utilização de água nas plantações, pois as plantações praticamente não necessitam de irrigação. Por fim, vale repetir a questão da auto-produção de energia nos processos industriais.



Figura V.3.1.4.2-3 – Práticas Agrícolas e Ambientais nas Plantações de Cana-de-Açúcar

Fonte: Disponível no site da ÚNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 16/04/09

Em junho de 2007 foi assinado pelo Governo do Estado de São Paulo e a UNICA (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro que estabeleceu diversos princípios e diretrizes técnicas a serem cumpridas pelas indústrias da cana-de-açúcar, dentre as principais, o fim da queima para colheita da cana-de-açúcar nas áreas cultivadas pelas usinas em todo o Estado paulista, a proteção de nascentes e remanescentes florestais, controle de erosões e gerenciamento adequado das embalagens de agrotóxicos.

Este Protocolo avançou a Lei Estadual (de SP) 11.241, de 2002, que tratava da eliminação gradativa da queima de palha de cana nas lavouras.

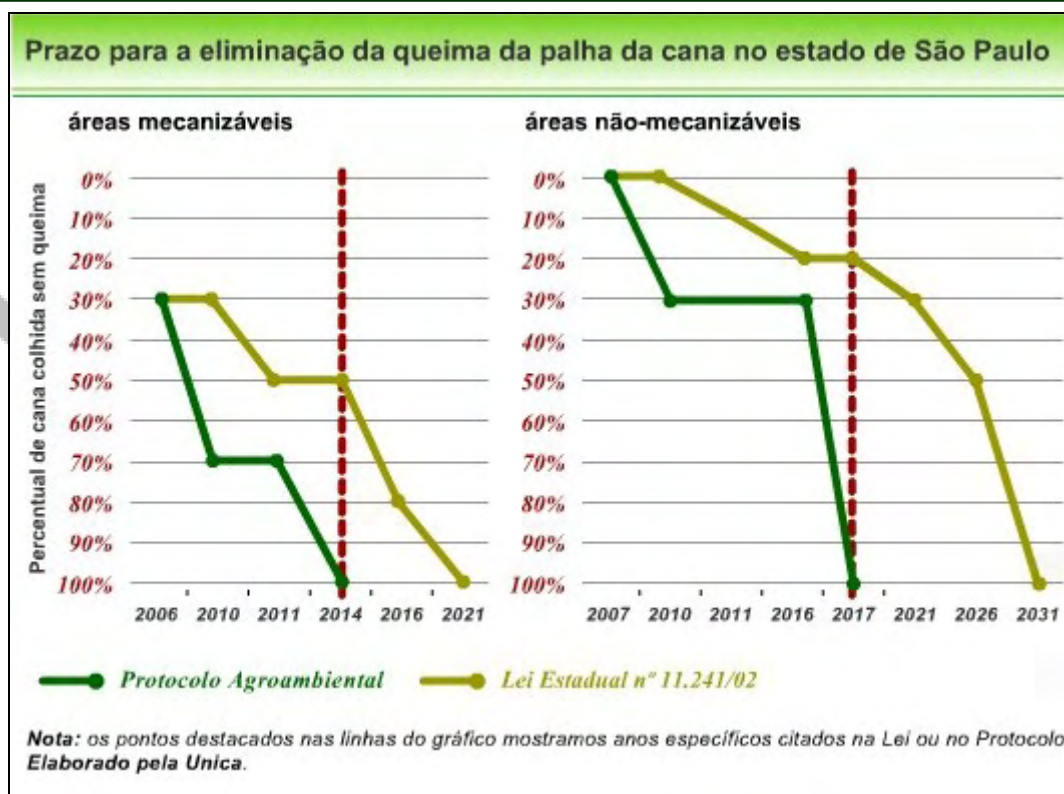


Figura V.3.1.4.2-4– Estimativa do Protocolo Agroambiental no Estado de São Paulo para a eliminação da queima da palha de cana

Fonte: Disponível no site da ÚNICA: <http://www.unica.com.br>, acessado em 17/04/09

De acordo com o Governo, com a assinatura do Protocolo, estima-se que em 2014 haverá no Estado de São Paulo cerca de sete milhões de hectares de cana plantada – veja **Figura V.3.1.4.2-4**. E, dessa área, cerca de 5,9 milhões de hectares serão em áreas mecanizáveis – neste ano 100% sem praticar a queima de cana. Dessa forma, também se estima a redução da utilização de água no processo industrial para no máximo de 1m³ de água por tonelada de cana-de-açúcar moída e a recuperação das áreas de mata ciliar, onde se espera recuperar até 2017, 140 mil hectares.

Região Centro-Sul

O Estado de São Paulo é o principal produtor de cana-de-açúcar no Brasil. Segundo a análise da expansão do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil, esta posição se deve a quatro fatores principais:

- A localização na região centro-sul, que é o maior mercado interno da região;
- As terras férteis permitem produzir quase duas vezes mais do que na região nordeste;
- A presença de um setor de bens de produção para o setor canavieiro em São Paulo;
- Limitação de terras disponíveis no Nordeste, com necessidade de irrigação.

A **Figura V.3.1.4.2-5** mostra o potencial de produção das áreas no Brasil. Observa-se que a região Centro-Sul abrange o Estado de São Paulo, o Sul de Minas, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, áreas já ocupadas pela agropecuária. Portanto, não são necessários grandes investimentos relacionados à infra-estrutura para o cultivo de cana, devido ao solo e ao clima que prevalecem na região.

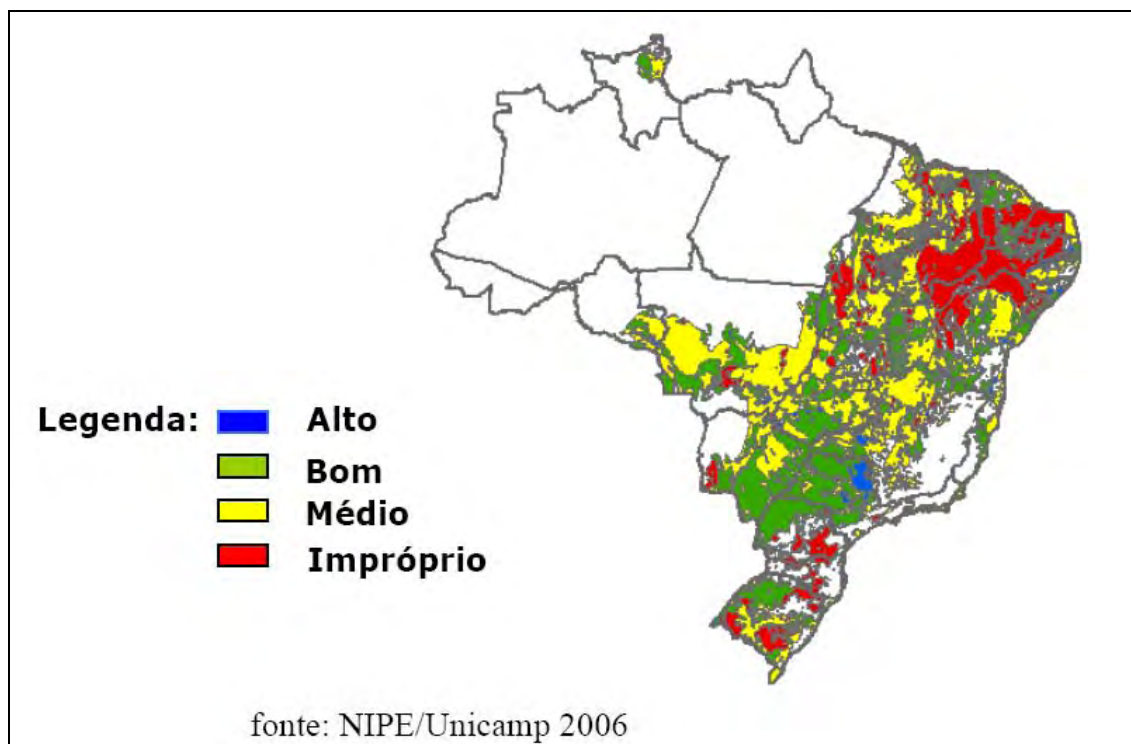


Figura V.3.1.4.2-5– Mapa do potencial de áreas para produção de cana-de-açúcar sem irrigação

Fonte: Programa de Agricultura e Meio Ambiente WWF – Brasil

As áreas da região Sudeste têm substituído as pastagens pela cana, nas áreas que eram reservadas para a engorda de gado, e especula-se que os produtores de gado têm se deslocado para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, onde há a expansão da produção brasileira de carne. Na **Tabela V.3.1.4.2-6**, é possível observar o aumento das áreas na região Centro-Sul, com exceção ao Estado do Paraná, que de 109.416 hectares em 2006/07 diminuiu para 82.173 em 2007/08.

Tabela V.3.1.4.2 - 6– Área de Expansão da Cana-de-Açúcar por Estado nas Safras 2006/07 e 2007/08

Estados	Safra 2006/07 (hectares)	Safra 2007/08 (hectares)
São Paulo	265.210	351.984
Paraná	109.416	82.173
Minas Gerais	66.975	75.913
Mato Grosso do Sul	37.155	39.229
Goiás	51.112	51.497
Total Brasil	581.942	653.722

Fonte: Conab (2008)

A maior concentração de produção de cana é na região Centro-Sul do Brasil, visto que o Estado de São Paulo teve nas safras de 2006/07 e 2007/08 a maior área de expansão. A Figura 6 destaca a região Sudeste, como a maior produtora de cana, açúcar e etanol de todo o país, tendo quase 70% de produção comparada ao restante das regiões.

REGIÃO/ESTADO	PRODUÇÃO DE CANA (milhões de toneladas)	% DO TOTAL	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (milhões de toneladas)	PRODUÇÃO DE ETANOL (bilhões de litros)
Sudeste	339,8	68,54%	21,56	15,49
São Paulo	296,3	59,76%	19,11	13,35
Minas Gerais	35,7	7,20%	2,12	1,78
Centro-Oeste	50,9	10,27%	2,10	2,98
Goiás	21,1	4,26%	0,95	1,21
Mato Grosso	14,9	3,01%	0,54	0,89
Mato Grosso do Sul	14,9	3,01%	0,62	0,88
Nordeste	63,7	12,85%	4,79	2,15
Alagoas	29,4	5,93%	2,52	0,85
Pernambuco	19,8	3,99%	1,68	0,51
Sul	40,5	8,17%	2,51	1,87
Paraná	40,4	8,15%	2,51	1,86
Norte	0,9	0,18%	0,04	0,04
TOTAL	495,8	100%	31,00	22,53

Figura V.3.1.4.2-6 – Produção brasileira de cana-de-açúcar, açúcar e etanol (safra 2007/08)

Fonte: UNICA e MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

Historicamente, o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, principalmente na região Centro-Sul e Nordeste, ocasionou efeitos ambientais nocivos nos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, por causa da redução da cobertura da mata nativa e redução da mata ciliar.

Hoje, observa-se o crescimento da cultura da cana em outras regiões, como Centro-Oeste, onde estão sendo adaptados os materiais para a produção e para a colheita no Cerrado.

Não foi possível quantificar com precisão, neste estudo, as principais vias de escoamento das usinas de álcool para o sistema de distribuição de álcool-combustível próximo ao empreendimento em tela. No entanto, estima-se que seja possível falar em um alto percentual do total 18,47 bilhões de litros de etanol – correspondente à Safra 2007/2008 das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Ou seja, trata-se de um grande potencial redutor de transporte rodoviário por transporte por dutos.

Esta situação pode ser entendido como um grande aliado ambiental, desde que garantidos o efetivo planejamento participativo e monitoramento especiais que estes dutos ensejam, tendo como efetivos aliados os moradores e entidades das áreas atingidas por seu traçado.

V.3.1.4.3 Produto Interno Bruto (PIB)

O volume dos PIBs municipais na All apresenta grande variação entre os municípios. A produção econômica de maior importância na All está localizada nos municípios de Ribeirão Preto, Campinas, Jaguariúna, Paulínia, Taubaté e São José dos Campos. O volume da produção econômica destes municípios deve-se, sobretudo, a seus parques industriais, que estão entre os maiores do país.

As **Tabelas V.3.1.4.3-1** e **V.3.1.4.3-2** abaixo apresentam os dados para o PIB dos estados, capitais e municípios da All.

Tabela V.3.1.4.3-1 – PIB e PIB per capita – Minas Gerais.

Estados/Municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	População (hab.)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
MINAS GERAIS	214.813.511	19.478.918	11.028
Belo Horizonte	32.725.361	2.399.920	13.636
Uberaba	4.431.828	285.094	15.545

Fonte: IBGE Cidades, 2006.

Tabela V.3.1.4.3-2 – PIB e PIB per capita – São Paulo

Estados/Municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	População (hab.)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
SÃO PAULO	511.735.917	38.595.825	5.948.974
São Paulo (Capital)	187.953.256	10.660.591	17.630
Aramina	44.117	5.043	8.748
Araras	1.497.453	110.893	13.503
Artur Nogueira	302.954	41.787	7.249
Atibaia	1.665.553	119.166	13.976
Bragança Paulista	1.869.362	136.286	13.716
Caçapava	1.750.194	75.813	23.085
Campinas	23.624.853	1.039.297	22.731
Cosmópolis	530.510	49.585	10.699
Cravinhos	270.131	32.076	8.421
Engenheiro Coelho	120.204	12.246	9.815
Guará	189.587	20.516	9.240
Igarapava	488.264	28.181	17.326
Igaratá	71.537	8.537	8.379
Itatiba	2.101.468	91.479	22.972
Ituverava	385.876	38.314	10.071
Jardinópolis	314.399	34.868	9.016
Jaguariúna	2.318.067	34.779	66.651
Leme	817.307	88.615	9.223
Morungaba	172.402	12.007	14.358
Narazé Paulista	116.062	14.613	7.942
Piracaia	199.252	22.335	8.921
Orlândia	754.575	38.939	19.378
Paulínia	6.175.617	60.486	102.099
Pirassununga	937.112	69.950	13.396
Porto Ferreira	641.070	53.041	12.086
Ribeirão Preto	10.077.280	551.312	18.278

Estados/Municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	População (hab.)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)
Sales Oliveira	114.808	10.386	11.054
Santa Rita do Passa Quatro	285.195	27.400	10.408
São Joaquim da Barra	600.943	45.110	13.321
São Simão	151.399	14.733	10.276
Sertãozinho	1.889.283	104.618	18.058
São José dos Campos	15.530.132	594.948	26.103
Taubaté	5.395.602	265.514	20.321

Fonte: IBGE Cidades, 2006.

Nos casos de Paulínia e São José dos Campos, a maior contribuição relativa ao produto é representada pelas refinarias da Petrobras.

Na maior parte dos casos dos municípios da All, o volume do PIB apresenta correspondência ao tamanho do município. Isto pode ser observado nos valores do PIB *per capita*, que tem variação relativamente pouco expressiva em grande parte dos municípios, oscilando próximo aos R\$ 10 a 15 mil. Porém, um bom número de municípios apresenta valores distantes destes, com variação muito maior no sentido de valores superiores.

Dentre os 33 municípios da All no estado, 9 possuem PIB *per capita* acima do da capital, São Paulo. Porém, todos os municípios da All em ambos os estados possuem PIB *per capita* acima da média estadual.

A **Figura V.3.1.4.3-1** a seguir ilustra a comparação entre os valores do PIB para os municípios da All.

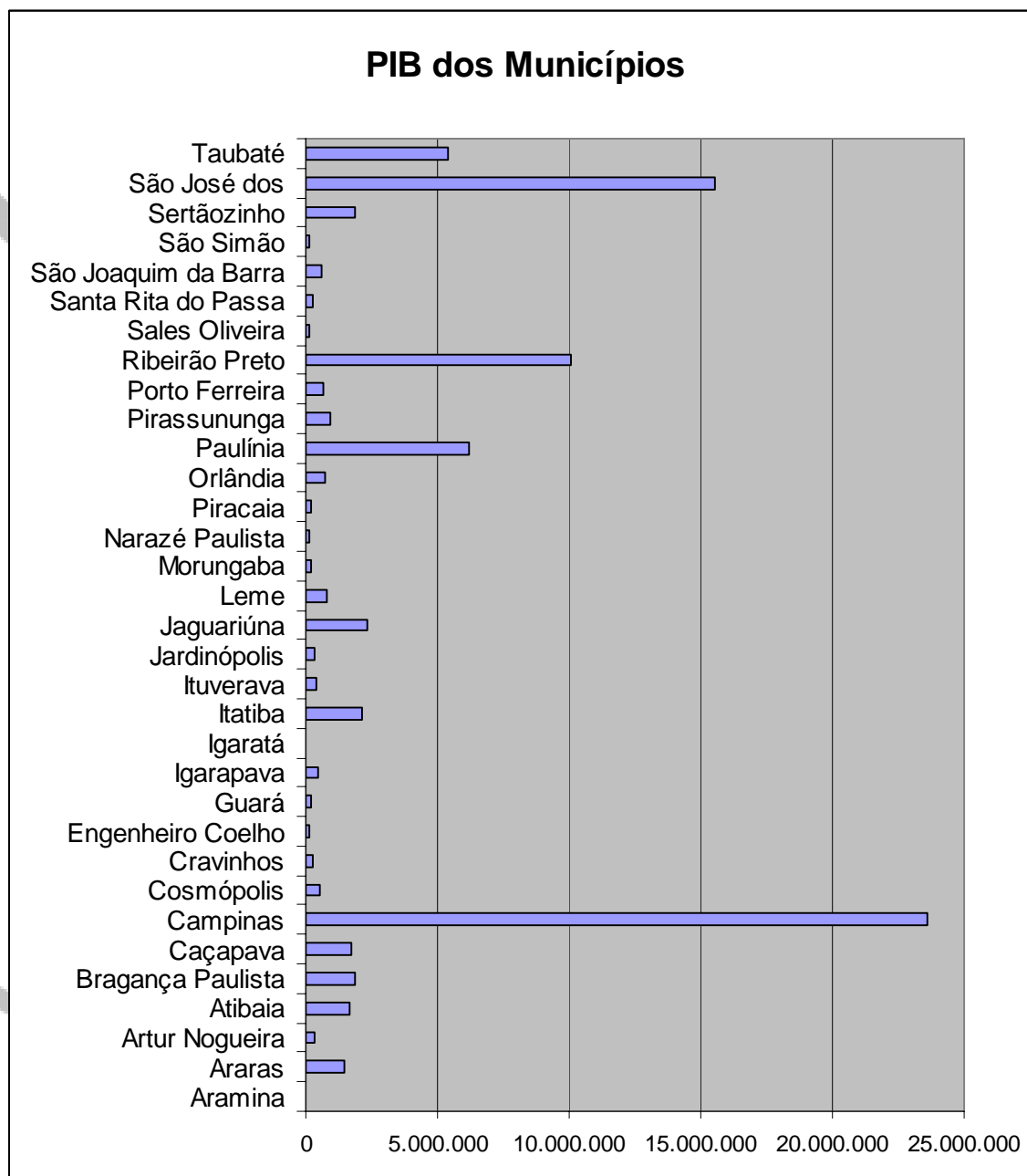


Figura V.3.1.4.3-1 – PIB dos Municípios da AII.

V.3.1.4.4 Valor Adicionado por Setor da Economia

No contexto geral da AII, o setor de serviços é o responsável pela maior parte do valor adicionado gerado, como pode ser visto no gráfico a seguir. Do total do Valor Adicionado na AII, 62,6% são representados pelo setor terciário, 35,6% pelo setor secundário e apenas 1,7% pelo setor primário.

Esta proporção se encontra próxima às encontradas para a média dos estados de Minas Gerais e São Paulo, em que o setor terciário também representa mais da metade do valor adicionado total.

As **Tabelas V.3.1.4.4.-1 e V.3.1.4.4.-2** apresentam os dados para o valor adicionado na All, por setor da economia, incluindo ainda o valor representado pelos impostos.

Tabela V.3.1.4.4.-1– Valor Adicionado por Setor – Minas Gerais

Estados/Municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	Agropecuária (R\$ 1.000,00)	Indústria (R\$ 1.000,00)	Serviços (R\$ 1.000,00)	Impostos (R\$ 1.000,00)
MINAS GERAIS	214.813.511	15.700.245	59.771.458	112.175.614	27.166.192
Belo Horizonte	32.725.361	136	4.588.359	22.586.792	5.559.072
Uberaba	4.431.828	355.683	1.298.918	2.257.816	519.409

Fonte: IBGE Cidades, 2006

Tabela V.3.1.4.4.-2– Valor Adicionado por Setor – São Paulo

Estados/Municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	Agropecuária (R\$ 1.000,00)	Indústria (R\$ 1.000,00)	Serviços (R\$ 1.000,00)	Impostos (R\$ 1.000,00)
SÃO PAULO	511.735.917	11.413.124	129.656.193	288.070.592	82.596.007
São Paulo (Capital)	187.953.256	18.305	37402338	118.510.657	32.021.954
Aramina	44.117	11189	2.627	26451	3.848
Araras	1.497.453	64.988	490.109	778.687	163.667
Artur Nogueira	302.954	18.347	68.312	187.088	29.205
Atibaia	1.665.553	49.604	460.718	963.092	192.139
Bragança Paulista	1.869.362	26.633	558.467	1.064.962	219.300
Caçapava	1.750.194	11.173	880.746	632.694	225.580
Campinas	23.624.853	56.751	4.694.058	12.958.349	5.915.695
Cosmópolis	530.510	11.023	162.711	301.330	55.445
Cravinhos	270.131	24.297	67.761	149.730	28.341
Engenheiro Coelho	120.204	17.296	26.495	63.318	13.094
Guará	189.587	21.439	62.112	91.888	14.147
Igarapava	488.264	21.717	76.429	334.429	55.687
Igaratá	71.537	6.595	13.311	44.438	7.193
Itatiba	2.101.468	18.442	889.841	914.372	278.814
Ituverava	385.876	41.164	45.392	265.935	33.384
Jaguariúna	2.318.067	13.870	1.102.843	857.269	344.084
Jardinópolis	314.399	32.364	48.685	199.784	33.564
Leme	817.307	44.016	191.023	501.990	80.277
Morungaba	172.402	6.467	60.928	75.760	29.246
Nazaré Paulista	116.062	5.385	30.742	64.766	15.169
Orlândia	754.575	20.619	199.949	432.420	101.586
Paulínia	6.175.617	9.270	2.042.369	3.269.583	854.394
Piracaia	199.252	12.183	48.412	121.347	17.310
Pirassununga	937.112	59.428	286.001	449.408	142.274
Porto Ferreira	641.070	30.804	185.463	303.491	121.310
Ribeirão Preto	10.077.280	36.313	1.687.403	7.144.316	1.209.247
Sales Oliveira	114.808	22.549	27.343	56.476	8.439
São José dos Campos	15.530.132	15.404	6.595.542	6.717.013	2.202.174
Santa Rita do Passa Quatro	285.195	45.011	54.862	162.546	22.775
São Joaquim da Barra	600.943	25.740	224.809	285.518	64.874
São Simão	151.399	36.090	20.644	81.634	13.031
Sertãozinho	1.889.283	36.891	811.605	812.233	228.552

Estados/Municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	Agropecuária (R\$ 1.000,00)	Indústria (R\$ 1.000,00)	Serviços (R\$ 1.000,00)	Impostos (R\$ 1.000,00)
Taubaté	5.398.602	14.241	2.061.958	2.188.796	1.133.426

Fonte: IBGE Cidades, 2006.

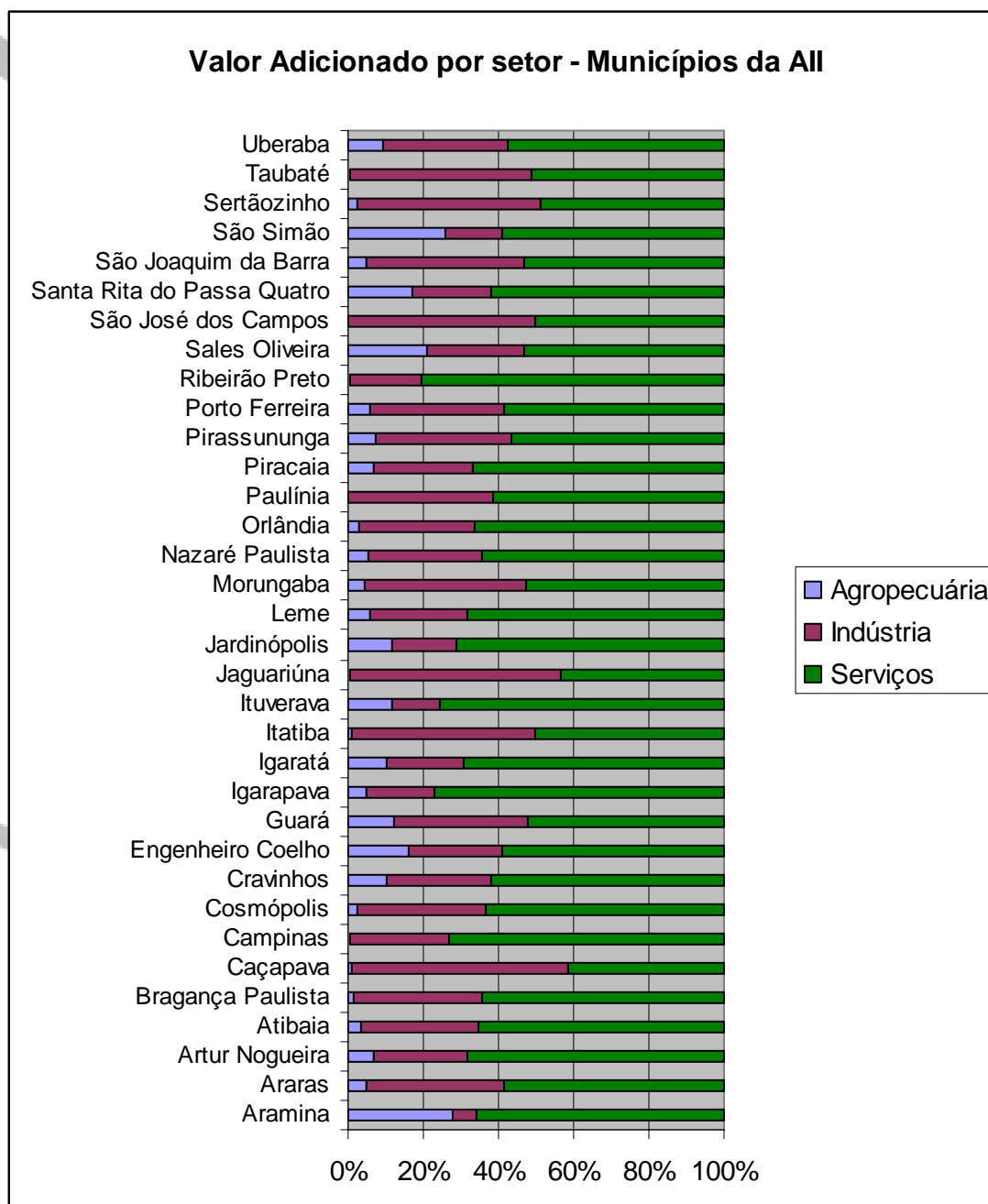


Figura V.3.1.4.4.-1- Proporção do Valor Adicionado por Setor

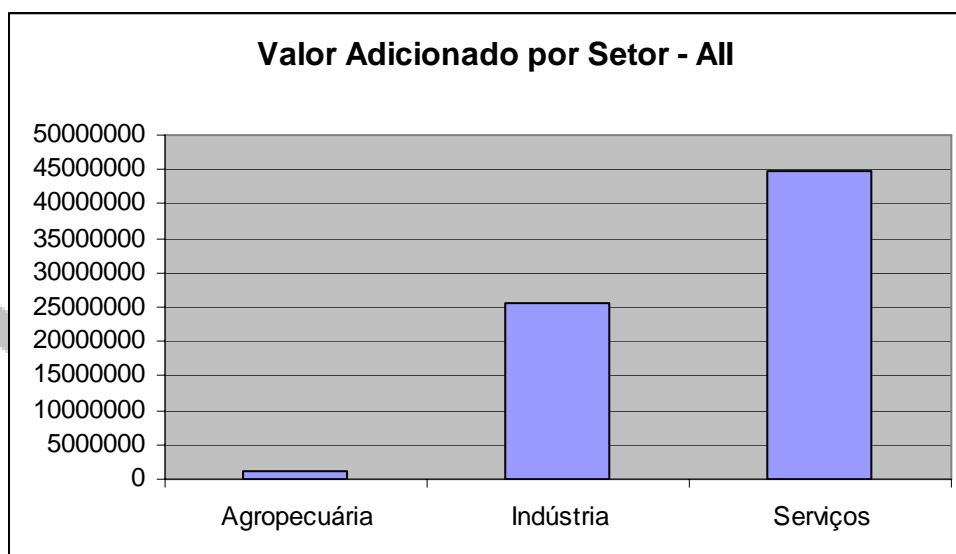


Figura V.3.1.4.4.-2- Valor Adicionado por Setor da Economia

Esta distribuição por setor, no entanto, varia muito entre os municípios componentes da All. Embora em todos estes o setor terciário tenha grande relevância, em municípios como Caçapava, Jaguariúna e São José dos Campos, a indústria responde por cerca de metade do valor adicionado total.

Outros municípios com participação proporcionalmente maior do setor secundário são: São Joaquim da Barra, Araras, Paulínia, Sertãozinho e Itatiba.

Em geral, a qualidade de vida da população, considerada do item **Qualidade de Vida**, tem correlação com a força da atividade econômica e conseqüente volume de impostos arrecadados.

Assim, municípios como Uberaba, Ribeirão Preto, Campinas, São José dos Campos, Paulínia e Taubaté, tem correlação direta entre grande volume de impostos arrecadados e boa qualidade de vida, indicando uma boa aplicação destes recursos pelo poder público.

Alguns municípios, porém, como Cosmópolis, tem relativamente baixa qualidade de vida da população se considerado o volume da arrecadação em comparação com os demais municípios da All. Outros municípios com arrecadação pouco elevada apresentam índices melhores.

Aramina apresenta uma configuração da economia por setor que se aproxima do perfil de cidades pouco desenvolvidas em geral, similar a padrões encontrados comumente antes do período de maior desenvolvimento da industrialização no Brasil, entre os anos 1960 e 1970.

Neste município, o setor primário responde por quase 30% do valor adicionado total, enquanto a indústria representa menos de 10% desse total. Outro município em que a agropecuária representa uma fatia maior do total produzido do que a indústria é São Simão. Em ambos, a cana de açúcar é o principal produto agrícola.

Por outro lado, nos municípios de Paulínia, Ribeirão Preto, Campinas e São José dos Campos, a agropecuária é inexpressiva para a economia municipal.

Estes municípios possuem produção agrícola centrada nas lavouras temporárias; porém, considerando que neles os setores primários e secundários produzem um alto volume de valor adicionado, a produção agrícola comparativamente tem pouca importância.

Analisando estes dados, é possível perceber uma correlação entre alto PIB e PIB per capita e concentração da economia nos setores de indústria e serviços.

Os municípios mais pobres da All são justamente aqueles em que o setor primário é mais representativo e em que o setor secundário se apresenta menos desenvolvido.

A tendência de crescimento econômico, com a instalação do empreendimento, nos setores de serviços e comércio será relevante em decorrência do consumo de bens e serviços aumentar consideravelmente nos municípios próximos aos futuros canteiros de obra.

A arrecadação de impostos decorrentes da tributação desses setores vai ajudar a impulsionar a execução de políticas públicas locais.

V.3.1.4.5 Estabelecimentos e Empregos

As **Tabelas V.3.1.4.5-1 a V.3.1.4.5-4**, a seguir, apresentam os dados para estabelecimentos e empregos nos estados de São Paulo e Minas Gerais, suas capitais, e os municípios da All.

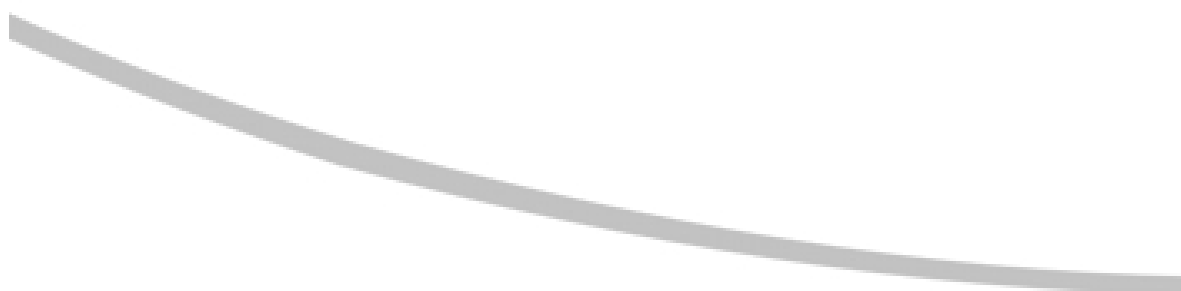


Tabela V.3.1.4.5-1 – Estabelecimentos – Minas Gerais
ESTRUTURA EMPRESARIAL, 2006 (número de unidades locais)

ESTRUTURA EMPRESARIAL, 2000 (número de unidades locais)																	
Estados/Muni cipios	Total	Setor primário		Setor secundário				Setor terciário									
		Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e segurança social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
MINAS GERAIS	690.664	6.625	246	4.534	69.347	804	13.835	329.436	43.881	31.958	13.524	85.091	2.544	10.946	16.631	61.259	3
Belo Horizonte	121.143	509	11	233	8.846	55	4.298	43.485	7.103	4.048	2.984	34.113	180	2.518	3.795	8.962	3
Uberaba	12.763	227	4	35	1.335	4	326	6.185	735	741	218	1.451	16	246	295	945	-

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2006

Tabela V.3.1.4.5-2 – Empregos – Minas Gerais
ESTRUTURA EMPRESARIAL, 2006 (número total de pessoas ocupadas)

Estados/Muni cípios	Total	Setor primário		Setor secundário				Setor terciário									
		Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e segurança social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	internacionais e outras instituições
MINAS GERAIS	4.337.237	64.917	396	46.056	787.343	28.836	218.067	1.061.264	161.378	223.790	61.215	461.703	749.432	144.751	158.224	169.855	10
Belo Horizonte	1.253.768	3.042	37	1.959	84.289	21.878	109.934	207.540	46.237	56.198	24.513	261.039	283.492	43.904	54.194	55.502	10
Uberaba	75.001	1.433	5	216	14.047	562	2.512	22.105	3.171	3.689	1.067	6.027	8.765	4.880	3.054	3.468	-

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2006

Tabela V.3.1.4.5-3 – Estabelecimentos – São Paulo
ESTRUTURA EMPRESARIAL, 2006 (número de unidades locais)

Estados/Municípios	Total	Setor primário		Setor secundário				Setor terciário									
		Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e segurança social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
SÃO PAULO	1.854.518	20.706	759	2.484	161.411	1.742	37.465	846.099	139.182	88.255	35.922	319.972	2.941	28.746	41.908	126.889	37
São Paulo (Capital)	618.362	2.298	151	242	55.686	354	14.769	245.125	35.165	28.452	16.713	147.232	546	10.343	17.931	43.319	36
Aramina	202	11	-	-	8	-	1	91	15	29	2	18	2	2	3	20	-
Araras	4.974	54	3	5	557	1	132	2.543	379	267	71	485	4	64	121	288	-
Artur Nogueira	1.870	11	-	-	168	1	24	1.086	138	80	15	150	4	33	33	127	-
Atibaia	6.267	57	4	14	585	3	86	3.055	836	165	84	692	3	84	139	460	-
Bragança Paulista	7.161	61	3	38	846	12	80	3.716	745	221	75	629	7	95	203	430	-
Caçapava	2.516	16	7	24	180	4	23	1.338	260	97	34	186	3	51	97	196	-
Campinas	53.483	216	19	28	3.262	50	1.649	25.139	3.346	3.382	1.007	9.359	53	925	1.444	3.604	-
Cosmópolis	2.416	20	-	1	180	-	51	1.353	243	218	19	129	2	25	44	131	-
Cravinhos	1.574	45	2	5	110	2	32	881	91	112	20	158	5	10	15	86	-
Engenheiro Coelho	462	14	-	-	37	-	3	232	68	23	1	23	3	9	7	42	-
Guará	1.128	20	1	1	40	2	11	669	167	98	7	28	2	6	10	66	-
Igarapava	1.374	38	1	7	73	2	13	741	108	180	11	65	3	17	28	87	-
Igaratá	250	10	3	2	27	1	8	102	19	6	5	31	2	3	4	27	-
Itatiba	4.506	53	1	3	564	2	113	2.085	357	136	53	706	2	65	96	270	-
Ituverava	1.886	68	1	-	97	3	25	1.162	147	110	17	70	2	29	38	117	-
Jaguariúna	2.165	40	1	12	221	8	34	1.003	217	165	23	277	3	23	37	101	-
Jardinópolis	2.096	60	-	2	202	2	36	997	188	125	30	319	2	15	21	97	-
Leme	4.079	289	-	10	422	1	56	2.047	442	226	30	251	3	40	52	210	-
Morungaba	713	15	1	9	49	2	11	309	43	38	9	172	2	9	11	33	-
Nazaré Paulista	457	12	-	4	55	1	4	198	53	17	5	61	2	3	6	36	-
Orlândia	2.042	33	-	-	104	2	29	1.231	146	153	26	122	5	32	56	103	-
Paulínia	3.389	24	1	4	246	4	92	1.679	266	399	34	394	5	26	40	175	-
Piracaia	1.089	20	-	12	173	3	14	517	138	18	11	65	2	27	16	73	-
Pirassununga	3.123	465	2	5	204	3	32	1.438	311	103	28	193	9	55	57	218	-
Porto Ferreira	2.879	92	-	21	410	4	27	1.534	245	150	28	137	4	22	54	151	-
Ribeirão Preto	34.884	156	3	7	2.060	10	805	18.723	2.673	1.516	612	4.797	37	552	1.138	1.795	-
Sales Oliveira	402	34	-	-	43	1	5	186	22	45	3	21	3	3	7	29	-
Santa Rita do Passa Quatro	1.199	101	-	8	116	1	11	567	116	45	20	76	4	20	27	87	-
São Joaquim da Barra	2.261	17	4	4	166	3	25	1.340	255	92	23	135	3	32	48	114	-
São José dos Campos	24.245	64	3	15	1.308	20	733	11.299	1.901	1.169	410	4.472	27	537	708	1.579	-
São Simão	968	40	-	11	56	1	16	568	56	66	15	36	3	9	18	73	-
Sertãozinho	5.265	79	10	1	551	6	92	2.666	465	507	59	431	9	58	105	226	-
Taubaté	9.595	36	3	19	541	3	141	5.055	792	434	132	1.145	17	235	355	687	-

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2006

Tabela V.3.1.4.5-4 – Empregos – São Paulo
ESTRUTURA EMPRESARIAL, 2006 (número total de pessoas ocupadas)

Estados/Municípios	Total	Setor primário		Setor secundário				Setor terciário									
		Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	Pesca	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	Construção	Comércio, reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicações	Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	Administração pública, defesa e seguridade social	Educação	Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
SÃO PAULO	12.402.259	138.293	1.347	18.908	2.606.715	51.526	420.803	2.890.996	524.680	698.783	301.487	1.920.065	1.450.695	405.950	484.772	487.004	235
São Paulo (Capital)	4.810.401	6.321	201	1.765	605.693	19.879	199.801	970.040	204.085	268.290	163.918	968.096	832.753	161.692	213.785	193.849	233
Aramina	406	51	-	-	11	-	-	184	39	59	-	51	-	-	1	10	-
Araras	34.539	1.900	8	21	10.609	-	1.335	8.322	1.034	1.954	454	1.702	2.447	1.542	1.992	1.219	-
Artur Nogueira	8.887	308	-	-	3.645	-	105	2.473	176	211	107	218	1.028	167	81	368	-
Atibaia	30.733	327	5	83	7.426	498	786	9.394	2.539	1.147	508	1.996	2.231	1.047	1.425	1.321	-
Bragança Paulista	37.691	616	3	134	10.244	244	533	11.277	1.865	1.166	456	2.907	2.700	1.458	1.979	2.109	-
Caçapava	17.604	17	7	159	6.993	72	371	4.582	769	663	206	631	1.281	436	904	513	-
Campinas	367.523	1.439	23	262	55.305	5.169	11.636	103.514	20.302	30.279	9.586	54.465	17.464	27.492	16.478	14.109	-
Cosmópolis	10.726	59	-	-	3.037	-	939	3.564	495	1.136	107	609	-	193	154	433	-
Cravinhos	6.585	251	-	29	1.756	-	205	1.679	223	664	86	592	727	113	118	142	-
Engenheiro Coelho	2.572	42	-	-	914	-	9	532	96	41	-	83	388	381	19	67	-
Guará	2.617	52	-	-	448	-	169	1.051	204	162	27	68	-	25	70	341	-
Igarapava	5.666	153	-	36	1.691	-	36	1.698	216	375	76	121	810	97	213	144	-
Igaratá	904	31	6	-	336	-	14	239	112	16	10	114	-	2	3	21	-
Itatiba	31.267	199	-	39	12.220	-	1.258	6.617	1.189	1.229	295	5.752	-	850	815	804	-
Ituverava	6.475	61	-	-	924	72	83	3.095	283	271	110	219	-	479	405	473	-
Jaguariúna	26.925	199	-	73	12.383	147	215	3.786	721	703	149	5.699	1.215	548	503	584	-
Jardinópolis	7.433	273	-	-	1.603	-	247	2.308	280	470	90	1.612	-	117	212	221	-
Leme	20.463	1.059	-	53	5.904	-	480	6.607	784	869	193	752	1.938	513	579	732	-
Morungaba	20.930	83	-	5	1.766	-	164	1.015	190	78	37	17.484	-	13	40	55	-
Nazaré Paulista	1.514	22	-	4	441	-	18	408	254	61	6	220	-	5	26	49	-
Orlândia	10.253	302	-	-	2.358	-	454	3.572	327	730	188	266	1.023	198	338	497	-
Paulínia	33.729	112	-	278	9.131	53	1.972	6.993	1.376	3.363	254	2.482	5.382	271	232	1.830	-
Piracaia	3.776	92	-	71	1.620	13	72	1.106	196	54	50	132	-	33	199	138	-
Pirassununga	19.442	628	-	11	6.044	184	95	4.988	709	705	220	574	2.799	1.011	744	730	-
Porto Ferreira	15.299	263	-	26	6.314	215	175	4.264	547	823	181	395	1.098	195	367	436	-
Ribeirão Preto	192.218	867	6	137	21.604	320	8.100	65.921	10.314	9.663	5.363	26.793	8.730	10.624	15.619	8.157	-
Sales Oliveira	1.654	5	-	-	558	-	77	360	41	115	20	31	233	27	42	145	-
Santa Rita do Passa Quatro	6.642	121	-	16	2.406	-	26	1.806	304	234	110	310	737	175	229	168	-
São Joaquim da Barra	16.589	32	3	12	9.865	30	133	3.636	376	386	126	348	785	188	447	222	-
São José dos Campos	175.358	199	4	44	45.417	453	7.044	42.004	8.171	7.662	3.470	24.506	13.892	6.133	8.827	7.532	-
São Simão	3.997	167	-	125	1.188	-	47	1.296	153	145	51	77	486	33	81	148	-
Sertãozinho	35.977	719	12	-	21.350	27	773	2.666	979	1.658	608	2.507	1.830	618	955	1.275	-
Taubaté	79.101	84	3	270	19.306	116	1.213	18.251	3.621	3.460	993	16.749	4.982	3.973	4.180	1.900	-

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas 2006.



Com relação aos estabelecimentos presentes na AII, em Uberaba-MG, os estabelecimentos do setor terciário representam mais da metade do total de unidades, com destaque para o comércio. O setor primário soma apenas 231 estabelecimentos. Entre os estabelecimentos industriais, o destaque fica por conta das indústrias de transformação.

Da mesma forma, os serviços e em especial o comércio concentram a maior parte dos empregos gerados no município. Após o comércio, as indústrias de transformação são responsáveis pelo segundo maior volume de empregos.

Considerando-se a proporção entre número de estabelecimentos e de empregos gerados, o setor primário possui em média 6,3 empregos por estabelecimento. Já no setor de administração pública há 548 empregos por estabelecimento.

No estado de São Paulo, o setor que concentra o maior número de estabelecimentos é o que inclui o comércio; este também é o setor com maior número de postos de trabalho em pouco mais de metade dos municípios da AII.

A indústria de transformação representa o segundo maior estoque de postos de trabalho, sendo o setor com mais empregos nos municípios de Artur Nogueira, Araras, Bragança Paulista, Campinas, Cravinhos, Paulínia, Porto Ferreira, Sales de Oliveira, Santa Rita do Passa Quatro, São Joaquim da Barra, Jaguariúna, Sertãozinho, São José dos Campos, Itatiba, Taubaté e Caçapava.

O setor agropecuário tem número relativamente pequeno de postos de trabalho formais, superando os mil empregos apenas nos municípios de Araras e Leme. Considerando-se que muitos destes municípios têm na agropecuária uma importante base de apoio da economia, este dado de pequeno número de empregos pode ser interpretado como indício da falta de formalização do trabalho na área.

Com relação à população total, Araras é um município que se destaca pelo número de empregos existente, em especial nos setores que incluem indústria de transformação, comércio, agropecuária e serviços imobiliários.

Em Aramina, ao contrário, existe uma situação de extrema precariedade no que diz respeito ao trabalho formal, tendo sido registrados apenas 406 empregos em todo o município. Como este município tem sua economia fortemente baseada no campo, em especial no cultivo da cana de açúcar, esta situação indica a existência de um grande número de trabalhadores rurais sem nenhum tipo de registro.

Esta distribuição dos empregos reflete os níveis de formação da população economicamente ativa local, apresentados no item Educação. Os municípios que concentram mais postos de trabalho ocupados nos setores secundário e terciário correspondem àqueles com maior disponibilidade de mão de obra qualificada, como Ribeirão Preto, Araras, Sertãozinho, Campinas, São José dos Campos e Taubaté. Por outro lado, municípios com menor nível de formalização do emprego correspondem àqueles com maior concentração da economia no setor primário, e mão de obra com menor formação.

A evolução da economia local e dos níveis de qualificação da população segue historicamente aproximada, o que mostra a forte interconexão entre estas variáveis.

Os municípios da AI que possuem o maior número de estabelecimentos agropecuários são Pirassununga, Leme e Atibaia (pela sua grande produção de morangos e flores). Este dado sugere a predominância de estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte em oposição aos estabelecimentos de grande porte, mais comuns em outros municípios.

V.3.1.4.6. Formação e Disponibilidade de Mão-de-Obra

Os locais com maior concentração de mão-de-obra de alta qualificação na AI são os municípios de maior porte, como Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Uberaba, e também outros que sediam universidades e instituições de pesquisa, caso de Pirassununga.

Em geral, há um maior contingente de mão-de-obra qualificada em direção ao sul da AI, área de urbanização mais consolidada e com maior oferta de serviços de educação.

Nos municípios de menor porte e menos desenvolvidos, em geral a maior parte da mão-de-obra possui baixa qualificação e é alocada principalmente em ocupações de baixos requerimentos técnicos.

Ribeirão Preto possui um grande número de instituições de Ensino Superior, oferecendo cursos de formação universitária das faculdades da Barão de Mauá, Ceforp, Faban, Moura Lacerda, Unaerp, Unip, USP e UniCOC, pós-graduação da Barão de Mauá, Faap, FGV, Fundace, Moura Lacerda e Unaerp, além do ensino profissionalizante no Senai e Sesi, Senac e Sesc.

A USP de Ribeirão Preto oferece os cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Ciências Farmacêuticas, Direito, Administração e Contabilidade, entre outros.

Em Pirassununga, existe um campus da USP, o maior em extensão territorial da Universidade, no qual são oferecidos os cursos de Zootecnia, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Biossistemas e Veterinária. Estes cursos se encontram alinhados com a vocação produtiva regional, sendo voltados ao desenvolvimento do agronegócio. O campus conta também com uma Estação Meteorológica.

A região de Campinas abriga importantes instituições de ensino superior como a Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Puccamp, a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ, da USP, os Institutos de Biociências e de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, as Faculdades de Campinas (FACAMP), a Universidade Metodista (UNIMEP), o Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), a Universidade São Francisco (UFS) e a Universidade Paulista (UNIP).

A região possui a maior concentração de instituições de pesquisa e desenvolvimento do interior brasileiro, com destaque para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento - CPqD, a Fundação Centro Tecnológico para a Informática - CTI, a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico - CODETEC, o Instituto Agrônomo de Campinas-IAC, o Instituto Tecnológico de Alimentos - ITAL, o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron - LNLS e o Instituto de Zootecnia.

A existência dessas instituições e de inúmeras escolas técnicas e a conseqüente disponibilidade de pessoal qualificado foram fundamentais para a presença de empresas de alta tecnologia, que atuam principalmente nos setores de informática, microeletrônica, telecomunicações, eletrônica, e química fina, além de um grande número de empresas de pequeno e médio porte fornecedoras de insumos, componentes, partes, peças e serviços.

Outro fator relevante é o Parque Tecnológico a ser instalado na região que ocupará uma área de aproximadamente oito milhões de metros quadrados no perímetro da Unicamp, PUC-Campinas e Rodovia Campinas - Mogi-Mirim. Esse Parque reunirá Empresas e Institutos de Pesquisa, de modo a permitir o uso de serviços compartilhados, próximos aos laboratórios de grandes universidades, gerando um ambiente favorável ao desenvolvimento de atividades de alto valor agregado, ao surgimento de empresas de base tecnológica e novos empreendimentos imobiliários (Prefeitura Municipal de Campinas, 2009).

A região de São José dos Campos abriga renomados estabelecimentos de ensino superior, além de institutos de pesquisa formadores de mão-de-obra altamente especializados em várias áreas. Isso faz de São José dos Campos um dos maiores centros de referência científica e tecnológica da América Latina.

Esses institutos estão localizados no CTA, vinculado ao Comando da Aeronáutica, que conta com quatro unidades: o ITA, com cursos de graduação em diversas modalidades de Engenharia; o Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, que desenvolve projetos nos setores aeronáutico, aeroespacial, de defesa e de propelentes químicos; e o Instituto de Estudos Avançados – IEAV, com pesquisas em ciência pura e aplicada, o Instituto de Fomento Industrial – IFI. Em Taubaté há uma importante instituição de ensino superior com mais de 15.000 alunos, a Universidade de Taubaté - UNITAU.

Outros institutos ligados ao setor aeroespacial são: Instituto de Proteção ao Voo – IPV e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Há também nas regiões de Campinas, São José dos Campos e Bragança Paulista unidades do Senai, Senac, Faculdades de Tecnologias (Fatec), há o Centro Paula Souza e diversas escolas privadas que qualificam mão-de-obra especializada para os setores primário, secundário e terciário da economia, atentando ainda para especificidades locais que demandem formação própria.

Diante do presente quadro de crise econômica há um aumento da oferta de trabalho em decorrência dos cortes recentes ocorridos na indústria e na construção civil, além da demanda por serviços técnico-especializados ter sofrido sensível diminuição conforme recentes indicadores econômicos (Fundação Getúlio Vargas, jan/2009). Essa mão-de-obra é qualificada pelos arranjos produtivos locais.

V.3.1.4.7. Sindicatos e Organizações

Existe uma quantidade expressiva de sindicatos nos municípios da AI, com destaque para os municípios de maior destaque no cenário industrial. Estes sindicatos em geral possuem representação média junto às categorias a que se direcionam e atuam sobretudo em assuntos de interesse local dos associados, apresentando pouca atuação em nível regional ou estadual.

Os sindicatos de maior porte, porém, como o SINDIPETRO Campinas, com sede em Cosmópolis, ou o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, e as associações de grande porte com sedes locais, como a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP ou a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, tendem a apresentar uma maior relevância regional e estadual. Outros exemplos de entidades bastante atuantes são o Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba - SRU e a Associação Comercial e Industrial de Campinas - ACIC.

Foram localizados sindicatos e congêneres na maior parte dos municípios componentes da AI. Os sindicatos mais relevantes são apresentados a seguir.

Tabela V.3.1.4.7- 1 – Resumo de Entidades Sindicais e de Representação na AI do empreendimento.

Município	Entidades Sindicais e de Representação
Atibaia	Sindicato Rural de Atibaia Sindicato dos Metalúrgicos Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Purificação e Distribuição de Água APEOESP OAB
Araras	Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas e Farmacêuticas Sindicato dos Trabalhadores de Indústrias de Papel, Papelão e Artefatos de Papel SINTRAMOMAR APEOESP OAB Sindicato da Construção e Mobiliário
Bragança Paulista	Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários SEAAC OAB APEOESP Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias de Bragança
Caçapava	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São José dos Campos e Região Sindicato dos Empregados do Comércio, Hotelaria e Similares de São José dos Campos e Região

Município	Entidades Sindicais e de Representação
	APEOESP OAB
Campinas	SINDSAÚDE SINDVIÁRIOS SECOVI OAB APEOESP ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos
Cosmópolis	SINDPETRO Campinas
Igarapava	OAB
Itatiba	Sindicato Têxtil STMMMEI OAB
Ituverava	OAB
Jaguariúna	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos Sindicato dos Químicos OAB
Leme	OAB
Orlândia	APEOESP OAB
Paulínia	Sindicato do Transporte Rodoviário de Bens de São Paulo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Campinas e Região OAB
Piracaia	OAB
Pirassununga	Sindicato dos Gráficos APEOESP OAB
Porto Ferreira	SINDICER OAB Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Ferreira
Ribeirão Preto	SINDHORP STIAARP APEOESP SINTERC OAB SINDICAPRI Sindicato Mogiana Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos Sindicato dos Trabalhadores Avulsos Não-portuários em Movimentação Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo
Santa Rita do Passa Quatro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Transformação OAB
São José dos Campos	SINDICAMPOS SINDIVAPA SESVESP SINPRAE OAB APEOESP

Município	Entidades Sindicais e de Representação
	Sindicato do Vestuário Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São José dos Campos e Região Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Anexos do Vale do Paraíba Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos
São Joaquim da Barra	OAB ACISJB – Associação Comercial e Industrial de São Joaquim da Barra
Sertãozinho	Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas Sindicato dos Empregados Rurais de Sertãozinho Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Sertãozinho OAB
Taubaté	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem Sindicato dos Trabalhadores na indústria da Construção Civil e Mobiliário Sindicato do Comércio Varejista de Taubaté Sindicato Rural de Taubaté APEOESP OAB
Uberaba	Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil SINDUBE – Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberaba SRU – Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba SINDALIU – Sindicato das Indústrias de Alimentação de Uberaba OAB

V.3.1.4.8 ONGs e Entidades Ambientais nos Municípios Componentes da All

Os municípios componentes da All possuem uma quantidade expressiva de ONGs e entidades associadas a temas socioambientais, conforme apresenta a **Tabela V.3.1.4.8- 1** abaixo. A maior parte destas entidades se concentra nos municípios de maior porte, especialmente nas regiões dos municípios de Campinas e São José dos Campos. Estas entidades, porém, quase não são encontradas na parte da All localizada no norte do Estado de São Paulo.

Tabela V.3.1.4.8- 1 – Resumo de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Entidades Afins a temas socioambientais na All do empreendimento.

Município	ONGs e Entidades Afins
Atibaia	Associação Vidanimal – AVA (ambiental) Fraternidade Universal Projeto Curumim (sócioambiental) Centro CEDIC – Centro de Experimentação e Divulgação Científica (sócioambiental; CNEA) Instituto Pedra Grande de Preservação Ambiental – IPEG (ambiental) Colegiado Acadêmico para a Reflexão de Princípios – CARP-ECO (acadêmico) Grupo dos Amigos da Serra – GAS (ambiental) Instituto para Conservação dos Carnívoros Neotropicais – PRO-CARNIVOROS (ambiental) Serra do Itapetinga, Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos – SIMBIOSE (ambiental)
Araras	Associação de Proteção e Preservação Ambiental de Araras - APPA (ambiental).

Município	ONGs e Entidades Afins
Bragança Paulista	<p>Viva Vila (sócioambiental) Bragança+ (sócioambiental); SOS Vale do Jaguarý (sócioambiental) Modsix (recursos hídricos) Coletivo da Região Bragantina CEA-USF (Centro de Estudos Ambientais – Universidade São Francisco) (sócioambiental) Associação Terceira Via (de Joanópolis) – Suporta os Coletivos Regionais (sócioambiental) Associação Ambientalista Projeto Copaíba – AAPC (de Socorro) – apoio a viveiros regionais de mudas florestais (sócioambiental) Mata Ciliar (de Pedreira) – suporte o viveiro de mudas florestais de Bragança Paulista (sócioambiental).</p>
Caçapava	Fundação Ecológica Vale do Paraíba – FUNDEVAP (ambiental)
Campinas	<p>Associação Campineira de Ação Ecológica – ACAE (sócioambiental) Associação de Agricultura Natural de Campinas – ANC (sócioambiental) Associação Ecológica Cidade Jardim – AECJ (sócioambiental) Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico – ANEDE (sócioambiental; CNEA) ECOFORÇA – Pesquisa e Desenvolvimento (sócioambiental; CNEA); Fundação André Tosello (ambiental) Fundação José Pedro de Oliveira – FJPO (sócioambiental) Grupo de Profissionais de Meio Ambiente – GRUMA (ambiental) Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – Instituto 21 (sócioambiental) Instituto de Cooperação e Desenvolvimento Ambiente Total – IAT (sócioambiental) Instituto de Gestão Ambiental – INGA (sócioambiental); Instituto de Sociedades e Desenvolvimento AutoSustentável – ISDAS (sócioambiental) Instituto Phenix para Estudo e Pesquisa Ambiental – INPA (ambiental) Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (sócioambiental) Sociedade Cultural, Científica e Ecológica Trilha Verde (sócioambiental) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (sócioambiental) ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (cultural) ACIC – Associação Comercial e Industrial de Campinas (representação) CHINAC – Centro de História Natural de Campinas (ambiental) CEPAGRI – Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura (sócioambiental UNICAMP) CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (representação) CRCVB – Campinas e Região Conventions & Visitors Bureau (turismo) EMBRAPA – MAPA – Barão Geraldo (sócioambiental) GDR – Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar (sócioambiental; CEASA – Campinas) HABICAMP – Associação Regional da Habitação (sócioambiental) IAC – Instituto Agrônomo de Campinas – SAA-SP (sócioambiental) IAL – Instituto Adolfo Lutz – Saúde-SP (sócioambiental) ITAL – Instituto Tecnológico de Alimentos – SAA-SP (sócioambiental) PUCCAMP (sócioambiental) UNIP – Universidade Paulista (sócioambiental) Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies – PROESP (ambiental)</p>
Igaratá	Sociedade Amigos de Proteção ao Ecossistema – SAPE (ambiental)
Itatiba	Universidade São Francisco – USF (sócioambiental)
Jaguariúna	ACIJ – Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna (representação)



Município	ONGs e Entidades Afins
	Associação Amigos do Camanducaia – AMICA (representação)
Nazaré Paulista	Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ (sócioambiental; CNEA).
Paulínia	Associação Prolong Vida (sócioambiental) Associação Paulinense de Proteção Ambiental – ASPAPA (representação)
Piracaia	Associação Comercial e Industrial de Piracaia – ACIP (representação) Grupo de Educação e Preservação Ambiental de Piracaia – GEPAP (ambiental)
Pirassununga	Associação Ambientalista Paiquere (ambiental)
Porto Ferreira	Associação Cidadania e Vida (sócioambiental)
Ribeirão Preto	Agência Nacional de Reciclagem – ANR (representação) Agência Cultural e Ecológica Pau Brasil – ACEPB (ambiental) Associação Vida Animal – AVA (ambiental) Sociedade de Defesa Regional do Meio Ambiente – SODERMA VIVACIDADE (ambiental) Sociedade de Defesa, Preservação e Conservação do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Tamburi - Sociedade Tamburi (ambiental)
São José dos Campos	Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP (ensino) Vale Verde – Associação de Defesa do Meio Ambiente (sócioambiental; CNEA) Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos (representação) ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ensino) ETEP – Faculdades (ensino) Faculdade IBTA (ensino) UNESP – Faculdade de Odontologia (ensino) UNIP – Universidade Paulista (ensino) INEA – Instituto Nacional de Ensino Avançado (ensino) INPG – Unidade de São José dos Campos (ensino) FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado (ensino) CTA – Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial (tecnológico) INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (tecnológico) CIESP (representação) Centro de Amigos da Natureza – CAMIN (sócioambiental; CNEA) Biosfera (sócioambiental)
São Simão	Associação Cultural e Ecológica – Ogawa Butoh Center (sócioambiental) Tamanduá Organização Civil Simonense – TOCIS (ambiental)
Sertãozinho	Associação Internacional Protetora do Meio Ambiente – AIPMA (ambiental)
Taubaté	Jeca Tatu (sócioambiental) Associação Comercial e Industrial de Taubaté (representação) Universidade de Taubaté – UNITAU (ensino) UNAVALE – UNA (sócioambiental; CNEA); GESAF – Grupo Ecológico Sombra e Água Fresca (ambiental) Instituto Sapucaia (sócioambiental)
Uberaba	Comitê de Segurança no Trânsito, Náutica e Apoio a Natureza - COMSETRAN-URA DEGRAF - Instituto Academia De Desenvolvimento Social ¹

Fonte: CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas e PROAONG, Secretaria do Estado de Meio Ambiente.

¹ TRANSPETRO E TERRA BYTE, Relatório Ambiental OSBRA, 2007.

V.3.1.4.9 Finanças Municipais e Realização do Orçamento Municipal

As receitas municipais obedecem à mesma lógica nos municípios da All. As maiores fontes de arrecadação são oriundas dos repasses da União e dos Estados, correspondentes ao FUNDEB e às repartições de tributos arrecadados por cada pessoa política, por meio do Fundo de Participação dos Municípios.

O ICMS é a maior fonte de receitas dos municípios cujas atividades dos setores secundário e terciário são intensas, muito embora seja um tributo de competência dos Estados. No Estado de São Paulo, junto de outros tributos indiretos que atingem a cadeia produtiva, a repartição da fatia sobre o volume total gera um grande montante de recursos para os municípios de Paulínia, Campinas, Jaguariúna, Caçapava, São José dos Campos e Taubaté.

Municípios com grandes loteamentos de condomínios fechados, de alto padrão de moradia, possuem grandes arrecadações de imposto predial e territorial urbano (IPTU), como é o caso de Atibaia. E também municípios com grande ocupação urbana de classe média proporcionam boas receitas desse tributo, como Campinas, São José dos Campos e Taubaté.

O imposto sobre serviços (ISS) é uma grande fonte de receitas para municípios com grande atividade de prestação de serviços, tratando-se de um tributo de arrecadação municipal.

As despesas dependem do respectivo orçamento aprovado nas Câmaras de Vereadores de cada município, mas a Constituição Federal obriga investimento mínimo de 25% em educação e 15% em saúde, considerada a receita total arrecadada. Também fixa gasto máximo de 54% com despesas de pessoal, impondo sanções ao administrador público que ultrapassar esse limite.

A **Tabela V.3.1.4.9-1** apresenta as receitas e despesas orçamentárias no ano de 2007 para os municípios da All.

Tabela V.3.1.4.9-1 - Receitas e Despesas Orçamentárias - All.

Município	Orçamento 2007 - R\$ milhões	
	Despesas	Receitas
Aramina	7	8,2
Araras	156,1	177,9
Artur Nogueira	30,5	39,6
Atibaia	130,6	150,5
Bragança Paulista	126,7	144,7
Caçapava	77,8	86,4
Campinas	1.438,50	1.532,50
Cosmópolis	47,2	57,9
Cravinhos	28,5	37,3
Engenheiro Coelho	12,7	13,3
Guará	19,8	24,8
Igarapava	26,7	32,7

Município	Orçamento 2007 - R\$ milhões	
	Despesas	Receitas
Igaratá	9,6	11,7
Itatiba	98,8	127,8
Ituverava	nd	nd
Jaguariúna	98,4	128,8
Jardinópolis	nd	nd
Leme	74,7	91,4
Morungaba	16,1	17,3
Nazaré Paulista	nd	nd
Orlândia	nd	nd
Paulínia	439,4	702
Piracaia	20,7	25,9
Pirassununga	55,7	68
Porto Ferreira	44,1	52,1
Ribeirão Preto	647,1	733,2
Sales de Oliveira	12,1	13,8
Santa Rita do Passa Quatro	28	26,7
São Joaquim da Barra	36,6	42,6
São José dos Campos	777,7	982,3
São Simão	16,7	19,4
Sertãozinho	114,5	139,4
Taubaté	278,9	338,1
Uberaba	273,7	333

Fonte: www.ibge.gov.br/cidades

V.3.1.4.10 Qualidade de Vida

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador desenvolvido pela ONU para mensurar a qualidade de vida da população de uma determinada localidade. Este indicador é calculado a partir da combinação de variáveis de renda, longevidade e educação, permitindo visualizar um quadro abrangente das condições de vida desta população.

O IDH é considerado baixo para valores entre 0 e 0,499; médio, entre 0,500 e 0,799; e alto, acima de 0,800.

A **Tabela V.3.1.4.10-1** a seguir apresenta a evolução do IDH para os municípios da All, bem como para o estado como um todo e sua capital.

Tabela V.3.1.4.10-1- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Localidade	IDH 1991	IDH 2000
SÃO PAULO	0,778	0,820
São Paulo (Capital)	0,805	0,841
Aramina	0,739	0,794
Araras	0,766	0,828
Artur Nogueira	0,760	0,796

Localidade	IDH 1991	IDH 2000
Atibaia	0,760	0,819
Bragança Paulista	0,768	0,820
Cosmópolis	0,756	0,799
Caçapava	0,761	0,834
Campinas	0,811	0,852
Cravinhos	0,755	0,815
Engenheiro Coelho	0,734	0,792
Guará	0,708	0,759
Igarapava	0,733	0,790
Igaratá	0,704	0,764
Itatiba	0,766	0,828
Ituverava	0,732	0,789
Jaguariúna	0,764	0,829
Jardinópolis	0,747	0,808
Leme	0,732	0,796
Orlândia	0,773	0,824
Morungaba	0,732	0,788
Paulínia	0,790	0,847
Pirassununga	0,778	0,839
Piracaia	0,719	0,792
Porto Ferreira	0,748	0,802
Ribeirão Preto	0,822	0,855
Sales Oliveira	0,763	0,819
Santa Rita do Passa Quatro	0,764	0,832
São Joaquim da Barra	0,752	0,810
São José dos Campos	0,790	0,847
São Simão	0,764	0,801
Sertãozinho	0,776	0,833
Taubaté	0,797	0,837
MINAS GERAIS	0,697	0,773
Belo Horizonte (Capital)	0,791	0,839
Uberaba	0,763	0,834

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD, 2003

O IDH apresentou evolução positiva para todas as unidades espaciais consideradas no período compreendido entre os Censos Demográficos do IBGE de 1991 e 2000. Inclusive, boa parte das unidades espaciais apresentou mudança de grupo no período, passando de IDH médio a alto. Nenhuma das unidades apresentou baixo IDH.

Com relação às médias estaduais, em Minas Gerais, Uberaba teve IDH bastante acima da média de Minas Gerais nos dois períodos considerados. Já no estado de São Paulo, em 2000, os municípios de Araras, Orlândia, Paulínia, Pirassununga, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Jaguariúna, Caçapava, Campinas, Sertãozinho, Itatiba e Taubaté tiveram IDH acima da média estadual.

Considerando-se a evolução em São Paulo desde 1991, é possível perceber que os municípios da All tiveram evolução maior que a da média do estado; em 1991, dentre os municípios da All, apenas Paulínia, Ribeirão Preto, Campinas, São José dos Campos e Taubaté tinham IDH acima da média estadual. Isto indica que o desenvolvimento econômico apresentado por esta região do estado no período apresentou reflexos sobre a qualidade de vida de sua população.

O município com maior IDH da All é Ribeirão Preto, único que ultrapassou o índice da capital estadual. O IDH mais baixo é o de Guará.

Com relação à evolução, os municípios que apresentaram melhora relevante neste índice foram Uberaba, Porto Ferreira, Sales de Oliveira, Cravinhos e Aramina, embora o IDH deste último ainda não tenha alcançado o nível alto.

V.3.1.5 Pólos Regionais

Os municípios que nomeiam as mesorregiões podem ser considerados pólos locais, que exercem influência sobre os municípios da All em diversos níveis. Estes são municípios de maior porte, dotados de uma estrutura de comércio e serviços mais diversificada e que muitas vezes é acessada pelos habitantes dos municípios próximos.

Entre estes serviços, destacam-se os de saúde e educação, principalmente no que concerne aos atendimentos de saúde de especialidades e à educação superior, que não estão presentes em alguns dos municípios de menor porte da All. Também concentram serviços privados básicos e setoriais – a exemplo de hotelaria, mecânicas de automóveis etc.

A influência destes pólos é exercida também por meio de sua maior força econômica, que representa um maior estoque de postos de trabalho disponíveis, sobretudo no caso dos municípios com parques industriais desenvolvidos.

No entanto, o turismo, o comércio, a conservação ambiental e a prestação de serviços especializados tendem a agregar municípios e atividades ao redor de pólos centrais.

Respectivamente a cada setor citado anteriormente, como exemplos, podem ser destacados: Circuito das Frutas, agregando municípios da região Bragantina e da região de Campinas ao redor de um circuito, sem núcleo central; São José dos Campos, como agregador de comércio; Bragança Paulista, Nazaré Paulista e Igaratá, como núcleos iniciais focados em conservação ambiental; e Campinas, agregando para si, em serviços de informação e de informática, e São José dos Campos, agregando em serviços educacionais. Além de agregar com atividades privadas, tais pólos agregam serviços e estruturas públicas, que reforçam suas características de núcleos regionais.

Entre os municípios da All, podem ser identificados quatro pólos de influência regional e estadual: Uberaba, Ribeirão Preto, Campinas e São José dos Campos. Uberaba tem influência, sobretudo na região do Triângulo Mineiro. Ribeirão Preto exerce influência sobre toda a região norte do estado de São Paulo. São José dos Campos exerce influência sobre os municípios do Vale do Paraíba (Caçapava, Igaratá e Taubaté). Campinas exerce influência nos municípios da Região Metropolitana e em Mogi Mirim, Pirassununga e Bragança Paulista.

V.3.2 Infra-Estrutura

V.3.2.1 Saúde

V.3.2.1.1 Rede de Atendimento

Em 2008, o número total de estabelecimentos de saúde em MG era de 24.822. O setor privado responde pela maioria desses totalizando 17.236 estabelecimentos. Em seguida, tem-se a esfera municipal, responsável por 7.422 estabelecimentos. As esferas estaduais e federais respondem por 141 e 23 estabelecimentos, respectivamente.

Tabela V.3.2.1.1-1– Estabelecimentos de Saúde – Minas Gerais

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
MINAS GERAIS	24.822	23	141	7.422	17.236
Belo Horizonte	3.470	5	22	230	3.213
Uberaba	281	1	4	56	220

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, atualizado em 10/12/2008

Os dados relativos às cidades de Belo Horizonte e Uberaba reafirmam a supremacia do investimento privado em saúde, seguido pelas esferas municipal, estadual e federal. Os dados sobre a rede de atendimento à saúde em Minas Gerais (**Tabela V.3.2.1.1-1**) indicam a prevalência dos consultórios isolados, que são responsáveis por 12.906 estabelecimentos.

Em seguida, têm-se os centros de saúde/unidade básica que correspondem a 4.066 estabelecimentos. As unidades de apoio Diagnose e Terapia contam com 1.982 estabelecimentos. Em Belo Horizonte e Uberaba também prevalecem o alto índice de consultórios isolados. A capital conta com 2.409 postos deste tipo e Uberaba abriga 136 desses estabelecimentos. Nenhuma das cidades conta com o serviço de centro de apoio à saúde da família.

Tabela V.3.2.1.1.-2– Rede de Atendimento à Saúde – Minas Gerais

Estados / Municípios	Total	Central de Regulação de Serviços de Saúde	Centro de Apoio à Saúde da Família	Centro de Atenção Hemoterapia e/ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Saúde/Unidade Básica	Clinica Especializada / Ambulatório de Especialidade	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia	HospEspecializ.	Hospital Geral	Hospital/Dia Isolado	Laboratório Central de SP.1	Policlinica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	PS Geral	Secretaria de Saúde	Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Mista	Unidade Móvel de Nível pré-hosp Urgência	Unidade Móvel Terrestre
MINAS GERAIS	24.821	15	7	16	147	4.066	2.842	12.906	48	100	89	589	46	4	254	1.212	4	91	15	1.982	252	28	14	94
Belo Horizonte	3.470	1	-	2	8	147	427	2.409	25	1	43	33	15	1	11	-	2	8	1	305	23	-	3	5
Uberaba	280	1	-	1	4	33	54	136	-	2	6	6	-	-	9	3	-	-	1	22	1	-	1	-

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, atualizado em 10/12/2008
1-SP-Saúde Pública

Tabela V.3.2.1.1.-3– Leitos Hospitalares – número de leitos

Estados / Municípios	Total	Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétricos	Pediátricos	Outras Especialidades	Hospital/Dia
MINAS GERAIS	47.705	10.468	16.043	3.631	4.967	6.056	5.951	589
Belo Horizonte	9.996	2.983	2.430	1.253	479	972	1.591	288
Uberaba	993	267	296	123	58	74	175	-

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, atualizado em 10/12/2008

De acordo com a **Tabela V.3.2.1.1.-3**, em 2008, o estado de Minas Gerais teve 47.705 leitos ocupados. Deste total, 16.043 correspondem a casos clínicos, 10.468 dizem respeito a casos cirúrgicos, 6.056 a casos pediátricos, 5.951 são de outras especialidades, 4.967 são de casos obstétricos e 3.631 são de casos complementares.

Em Belo Horizonte, os casos cirúrgicos prevalecem, somando 2.983.

Em seguida, têm-se os casos clínicos, com 2.430 registros, os de outras especialidades totalizam 1.591, os complementares 1.253, os pediátricos 972 e os obstétricos 479. Em Uberaba, os casos clínicos correspondem a 296 registros, os cirúrgicos somam 267, as outras especialidades 175, os casos complementares 123, os pediátricos 74 e os obstétricos 58.

As **Tabelas V.3.2.1.1.-4 a V.3.2.1.1.-6** apresentam os dados para a estrutura de atendimento à saúde no estado de São Paulo.

Os consultórios isolados aparecem como o tipo de estabelecimento mais comum na maioria das cidades da AII. Igarapava, por exemplo, tem uma rede composta por 34 estabelecimentos, sendo que 23 são consultórios isolados, 5 são Centros de Saúde/Unidade Básica, 1 é o hospital Geral, 1 é a policlínica e 4 são Unidades de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado).

Os dados indicam que o investimento em saúde, por parte da esfera federal, praticamente não atinge os municípios de menor porte no interior de São Paulo. Dentro de todo o estado, apenas 8 estabelecimentos pertencem à esfera federal, sendo que 5 se localizam na capital.

A participação da esfera estadual também não é muito significativa. Em todo o estado, conta-se com 448 estabelecimentos que respondem a tal esfera. Desses, 106 ficam na capital.

O Ministério da Saúde lançou em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento para a área de saúde, que tinha como meta atingir 40 mil equipes de médicos, enfermeiros e auxiliares para atenderem 130 milhões de pessoas, através do Programa Saúde da Família, o que representaria um aumento de aproximadamente 67% de equipes de PSF.

O investimento previsto é da ordem de R\$ 88,6 bilhões no setor até 2011, esses recursos estariam vinculados a metas definidas com estados e municípios.

Outras ações previstas é a ampliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com mais 4,2 mil ambulâncias. O programa quer também fortalecer a produção nacional de medicamentos e insumos.

Os prestadores privados de estabelecimentos de saúde são bastante representativos nos Municípios da All – Trecho Paulínia/Taubaté. Municípios como Campinas que contam com 920 estabelecimentos de Saúde, 807 são de prestadores privados. O mesmo ocorre com São José dos Campos que conta com 957 estabelecimentos, sendo 877 de prestadores privados.

Considerando-se o quadro geral do atendimento à saúde na All, pode-se concluir que, embora o atendimento ambulatorial em geral apresente níveis suficientes para atendimento à demanda, o mesmo não pode ser dito com relação à internação e procedimentos de especialidades.

A rede pública de saúde tem atendimento mais abrangente nos níveis mais básicos; postos de saúde e consultas médicas e odontológicas são disponibilizadas em todos os municípios da All, atendendo à demanda e com pequena capacidade para absorção de novas demandas. A rede privada tem maior dimensão, e bom espaço para absorção de novas demandas.

Embora as municipalidades sejam responsáveis por uma proporção muito maior dos estabelecimentos de saúde que os governos estadual ou federal, foram identificados poucos projetos municipais específicos para a área.

Tabela V.3.2.1.1.-4 – Número de Estabelecimentos de Saúde – São Paulo

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
SÃO PAULO	44.597	8	448	6.907	37.234
São Paulo (Capital)	10.118	5	106	762	9.245
Aramina	4	0	0	3	1
Araras	243	0	0	31	212
Artur Nogueira	41	0	0	14	27
Atibaia	201	-	-	25	176
Bragança Paulista	172	-	2	39	131
Caçapava	203	-	-	22	181
Campinas	1506	-	13	103	1390
Cosmópolis	50	0	0	18	32
Cravinhos	22	0	0	5	17
Engenheiro Coelho	6	0	0	5	1
Guará	20	0	0	8	12
Igarapava	34	0	0	7	27
Igaratá	7	-	-	6	1
Itatiba	89	-	-	23	66
Ituverava	116	0	0	15	101
Jaguariúna	49	-	-	12	37
Jardinópolis	23	0	0	12	11
Leme	143	0	0	30	113
Morungaba	9	-	-	5	4
Nazaré Paulista	5	-	-	2	3
Orlândia	95	0	2	11	82
Paulínia	98	0	0	22	76
Piracaia	6	-	-	2	4
Pirassununga	141	1	0	29	111
Porto Ferreira	103	0	0	14	89
Ribeirão Preto	926	0	15	117	794

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Sales Oliveira	16	0	0	5	11
Santa Rita do Passa Quatro	58	0	3	8	47
São Joaquim da Barra	121	0	2	14	105
São José dos Campos	1116	-	6	71	1039
São Simão	29	0	0	6	23
Sertãozinho	126	0	0	14	112
Taubaté	508	-	7	73	428

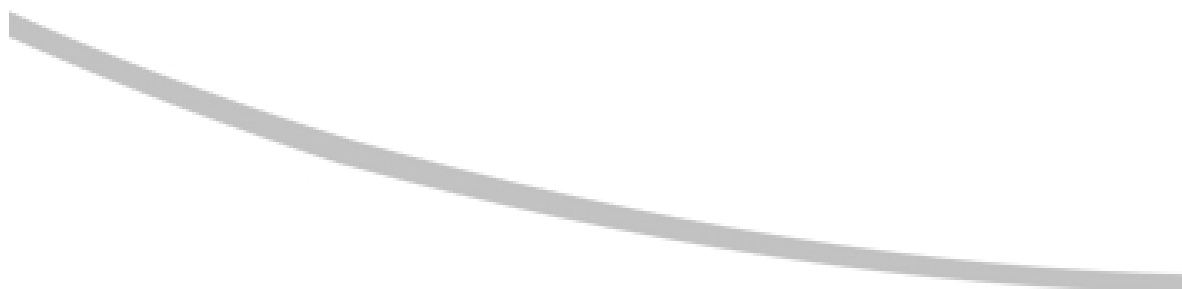
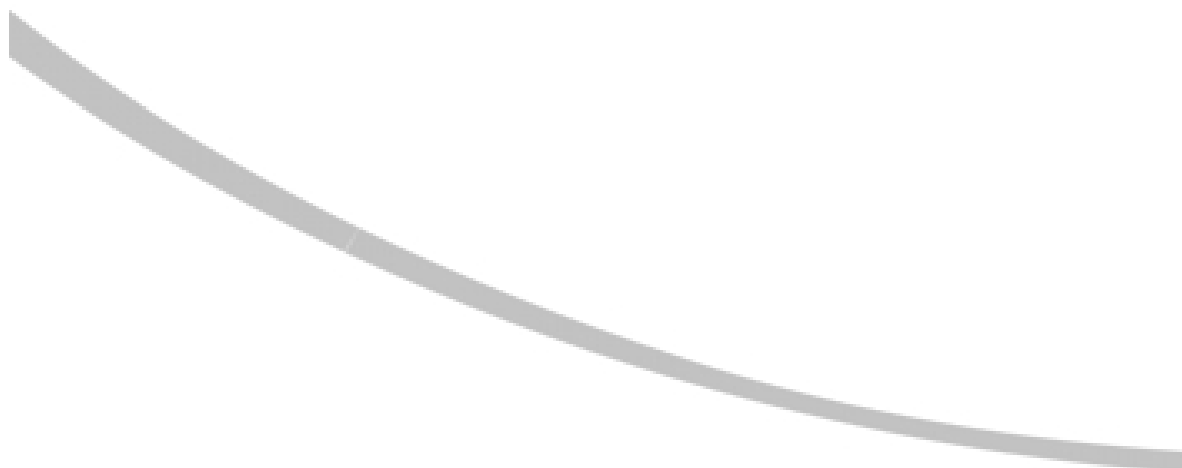
Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, atualizado em 10/12/2008



Tabela V.3.2.1.1-5– Rede de Atendimento à Saúde – São Paulo

Estados / Municípios	Total	Central de Regulação de Serviços de Saúde	Centro de Apoio à Saúde da Família	Centro de Atenção Hemoterapia e/ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Parto Normal Isolado	Centro de Saúde/Unidade Básica	Clínica Especializada / Ambulatório de Especialidade	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Hospital/Dia Isolado	Laboratório Central de SP1	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro Especializado	Pronto Socorro Geral	Secretaria de Saúde	Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia (SADT Isolado)	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Mista	Unidade Móvel de Nível pré-hosp urgência	Unidade Móvel Fluvial	Unidade Móvel Terrestre
SÃO PAULO	44.597	57	3	10	254	2	4.147	6.103	27.388	21	75	192	738	89	16	1.178	377	22	215	44	3.045	421	31	75	1	93
São Paulo (Capital)	10.118	11	-	-	42	1	493	1.700	6.778	8	16	54	147	15	1	205	34	5	17	1	529	40	1	13	-	7
Aramina	4	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Araras	243	-	-	-	1	-	23	37	161	-	-	1	4	-	-	2	-	-	1	-	11	2	-	-	-	-
Artur Nogueira	41	-	-	-	-	-	10	5	16	-	-	-	1	-	-	3	1	-	-	-	4	1	-	-	-	-
Atibaia	201	-	-	-	-	20	10	141	-	-	-	1	-	-	13	1	-	-	-	14	1	-	-	-	-	-
Bragança Paulista	172	1	1	-	2	22	42	78	-	1	-	2	1	-	1	4	-	1	-	12	2	-	1	1	-	-
Caçapava	203	-	-	-	-	19	6	168	1	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	4	1	-	-	-	-	-
Campinas	1506	1	-	-	10	63	274	984	1	3	12	18	8	1	26	-	2	4	7	90	1	-	1	-	-	-
Cosmópolis	50	-	-	-	1	-	7	9	17	-	-	-	1	-	-	4	4	-	-	-	6	1	-	-	-	-
Cravinhos	22	-	-	-	-	-	3	2	13	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Engenheiro Coelho	6	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guará	20	-	-	-	1	-	5	2	8	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Igarapava	34	-	-	-	-	-	5	-	23	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-
Igaratá	7	-	-	-	-	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-
Itatiba	89	-	-	-	1	15	15	35	-	1	-	2	1	-	5	-	-	-	-	11	1	-	1	1	-	-
Ituverava	116	1	-	-	-	-	10	12	82	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	8	1	-	-	-	-
Jaguariúna	49	-	-	-	-	6	2	32	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	3	2	-	-	1	-	-
Jardinópolis	23	-	-	-	-	-	8	4	4	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-
Leme	143	-	-	-	-	-	16	20	83	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	1	12	1	-	-	-	6
Morungaba	9	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-
Nazaré Paulista	5	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Orlândia	95	-	-	-	-	-	6	2	76	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	5	2	-	1	-	-
Paulínia	98	1	-	-	2	-	6	13	58	-	-	-	2	-	-	9	-	-	-	1	4	1	-	-	-	1
Piracaia	6	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Pirassununga	141	-	-	-	2	-	1	8	98	-	-	-	2	-	-	3	18	-	1	-	7	-	-	1	-	-
Porto Ferreira	103	-	-	-	-	-	7	-	78	-	-	-	1	-	-	3	4	-	-	-	9	1	-	-	-	-
Ribeirão Preto	926	1	-	-	2	-	37	139	577	-	1	4	12	-	1	37	13	-	1	1	91	4	-	2	-	3
Sales Oliveira	16	-	-	-	-	-	4	-	8	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-
Santa Rita do Passa Quatro	58	-	-	-	2	-	6	4	43	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
São Joaquim da Barra	121	-	-	-	-	-	10	6	94	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	9	1	-	-	-	-
São José dos Campos	1116	2	-	1	4	39	118	841	2	1	8	9	5	-	26	1	1	5	-	46	4	1	-	2	-	-
São Simão	29	-	-	-	-	-	3	2	20	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-
Sertãozinho	126	-	-	-	1	-	10	18	77	-	-	-	2	1	-	4	-	-	1	-	10	2	-	-	-	-
Taubaté	508	-	-	-	1	57	112	287	-	-	1	5	1	1	4	-	-	1	1	28	6	-	-	3	-	-

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, atualizado em 10/12/2008-1 – SP-Saúde Pública



Interessante é notar a grande concentração do investimento privado na área de saúde. A cidade de Leme, por exemplo, conta com 143 estabelecimentos voltados para a saúde, sendo que 113 deles pertencem à esfera privada e 30 respondem ao município.

A prevalência do setor privado e uma pequena participação da esfera municipal também é a situação vivida pela maioria municípios do interior de São Paulo listados acima, tais como Aramina, Araras, Artur Nogueira, Cosmópolis, Cravinhos, Engenheiro Coelho, Guará, Igarapava, Ituverava, Jardinópolis, Paulínia, Porto Ferreira, Sales Oliveira, São Simão e Sertãozinho.

Em 2008, as cidades de Aramina e Engenheiro Coelho não registraram leitos ocupados por casos Cirúrgicos, Clínicos, Complementares, Obstétricos, Pediátricos ou Outras Especialidades. Em Guará, dos 38 leitos ocupados, 20 foram de casos clínicos, 6 de casos cirúrgicos, 6 obstétricos e 6 pediátricos. Sertãozinho totalizou 190 leitos ocupados, dos quais, 43 diziam respeito a casos clínicos, 42 cirúrgicos, 42 Obstétricos, 35 complementares e 25 Pediátricos.

Tabela V.3.2.1.1.-6– Hospitais de Ensino

Estados/Municípios	Total
MINAS GERAIS	16
Belo Horizonte	9
Uberaba	1
SÃO PAULO	39
São Paulo (Capital)	12
Aramina	0
Araras	0
Artur Nogueira	0
Atibaia	0
Bragança Paulista	1
Caçapava	0
Campinas	4
Cosmópolis	0
Cravinhos	0
Engenheiro Coelho	0
Guará	0
Igarapava	0
Igaratá	0
Itatiba	0
Ituverava	0
Jaguariúna	0
Jardinópolis	0
Leme	0
Morungaba	0
Nazaré Paulista	0
Orlândia	0
Paulínia	0
Piracaia	0
Pirassununga	0
Porto Ferreira	0
Ribeirão Preto	2

Estados/Municípios	Total
Sales Oliveira	0
Santa Rita do Passa Quatro	0
São Joaquim da Barra	0
São José dos Campos	0
São Simão	0
Sertãozinho	0
Taubaté	1

Fonte: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde,
DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde,
atualizado em 10/12/2008

O estado de São Paulo conta com 39 hospitais de ensino, sendo que 12 localizam-se na capital e 2 estão em Ribeirão Preto. Os demais não pertencem aos municípios da All. Em Minas Gerais, foram identificados 16 destes hospitais, sendo 9 na capital Belo Horizonte e um em Uberaba, na All. Somam-se assim 3 hospitais de ensino na All.

Com relação ao atendimento toxicológico foram identificados na All quatro centros de informações toxicológicas, que oferecem tratamento em casos de intoxicação e contam também com banco de antídotos. Destes, apenas o de São José dos Campos não está vinculado a uma Universidade com ensino e pesquisa em Medicina. Os demais são vinculados à UNICAMP, USP e UNITAU.

Quanto aos recursos de atendimento, estes centros são:

Campinas

Centro de Controle de Intoxicações de Campinas

Responsáveis: Fabio Bucarety

End: Faculdade de Ciências Médicas - Cidade Universitária - Zeferino Vaz

Hospital das Clínicas - UNICAMP

Telefones: (19) 3521-6700 / 3521-7555

E-mail: cci@fcm.unicamp.br

Ribeirão Preto

Centro de Controle de Intoxicações de Ribeirão Preto

Responsável: Palmira Cupo

End: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP

Av. Bernardino de Campos, 1000 - Bairro Higienópolis

Telefone: (16) 3602-1190 (CIT)/(016)3602-1154 (Laboratório) /(16) 3610-1375

Fax: (16)3610-2299

E-mail: citrp@hcrp.fmrp.usp.br ou pcupo@fmrp.usp.br

São José dos Campos

Centro de Controle de Intoxicações de São José dos Campos

Responsável: Otávio Monteiro Becker Júnior

End: Hospital Municipal "Dr. José de Carvalho Florence"
Rua Saigiro Nakamura, 800 - Vila Industrial
Telefone: (12) 3901-3400 R. 3512 (Tel. Hospital)/ 3901-3509 (Centro)
Fax: (12) 3912-1232. E-mail: nhehm@sjc.sp.gov.br

Taubaté

Centro de Controle de Intoxicações de Taubaté
Responsável: Ana Claudia Gonçalves Contreira
End: Fundação Universitária de Saúde de Taubaté

Universidade de Taubaté - Hospital Escola Av. Granadeiro Guimarães, 270 - Centro
Telefone: (12) 3632-6565 (CCI)/ 3621-3800 (Ps Municipal) Fax: (12) 3632-6565 E-mail:
crisfoglieni@ig.com.br

Para o atendimento a queimados, segundo informações da Sociedade Brasileira de Queimados – SBQ existem na All os seguintes centros especializados:

DIR XVIII - Ribeirão Preto – Hospital das Clinicas de Ribeirão Preto
Responsável: Jaime Adriano Farina Jr.
Telefone: (16) 3602-2593/3602-1140
e-mail: farinajr@directnet.com.br
R. Bernardino de Campos 100 – Higienópolis
Ribeirão Preto – SP

DIR XXI – São José dos Campos- Santa Casa de São José dos Campos
Responsável: Gilka Barbosa Lima Nery
Telefone: (11) 5575- 2290
e-mail: gblr@ig.com.br
Av. Dolzani Ricardo 620
São José dos Campos - SP

V.3.2.1.2 Mortalidade Infantil

O índice de mortalidade infantil em Minas Gerais (**Tabela V.3.2.1.2-1**) em 2006 foi de 16,1741 óbitos por mil nascidos vivos. Nota-se que em Belo Horizonte, o índice é maior do que em Uberaba. Na capital, o índice é de 18,1 óbitos por mil nascidos, ao passo que em Uberaba, o índice é de 17,2 óbitos por mil nascidos vivos.

O estado de São Paulo em geral tem índices um pouco inferiores (**Tabela V.3.2.1.2.-2**). A exceção que se destaca é Taubaté, com índice muito alto, de 25 por mil nascidos vivos. Bragança Paulista também teve alto índice, cerca de 20 por mil nascidos vivos. A despeito de sua infra-estrutura, o município de Ribeirão Preto apresentou um índice alto de mortalidade infantil, de 19,8 óbitos infantis por mil nascidos vivos, em 2006.

Araras e Sertãozinho têm índices de 14,9 e 13,1, respectivamente. As cidades que apresentam os índices mais baixos são: Cosmópolis, com índice de 3,7, Santa Rita do Passa Quatro, com índice de 3,3, e finalmente Paulínia, que apresenta o menor índice: cerca de 1,3 óbitos infantis por mil nascidos vivos.

Tabela V.3.2.1.2-1 – Índice de Mortalidade Infantil – Minas Gerais
(óbitos infantis por mil nascidos vivos), 2006

Estados/Municípios	Índice
MINAS GERAIS	16,1741
Belo Horizonte	18,1491
Uberaba	17,2043

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DASIS –
Sistema de Informações sobre Mortalidade

Tabela V.3.2.1.2. -2 – Índice de Mortalidade Infantil – São Paulo
(óbitos infantis por mil nascidos vivos), 2006

Estados/Municípios	Índice
SÃO PAULO	13,48147
São Paulo (Capital)	13,96243
Aramina	-
Araras	14,88982
Artur Nogueira	-
Atibaia	10,34858
Bragança Paulista	20,15027
Caçapava	7,30519
Campinas	13,31924
Cosmópolis	3,69686
Cravinhos	8,73362
Engenheiro Coelho	-
Guará	8,58369
Igarapava	8,92857
Igaratá	-
Itatiba	4,96689
Ituverava	4,12088
Jaguariúna	2,73973
Jardinópolis	11,49425
Leme	11,03231
Morungaba	6,89655
Nazaré Paulista	6,62252
Orlândia	4,60123
Paulínia	1,29702
Piracaia	-
Pirassununga	7,31707
Porto Ferreira	7,30994
Ribeirão Preto	19,83455
Sales Oliveira	-
Santa Rita do Passa Quatro	3,26797
São Joaquim da Barra	4,34783
São José dos Campos	13,17068
São Simão	-

Estados/Municípios	Índice
Sertãozinho	13,11806
Taubaté	25,01438

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DASIS –
Sistema de Informações sobre Mortalidade

V.3.2.1.3 Mortalidade e Morbidade

O número total de óbitos no estado de Minas Gerais em 2006 foi de 110.899 pessoas, conforme mostra a Tabela **V.3.2.1.3.-1**. As doenças do aparelho circulatório foram as responsáveis por 31.792 destas mortes. Os óbitos por neoplasias ou tumores atingiram 15.425 habitantes. Nota-se também um alto índice de óbitos por Sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais (13.068), causas externas de morbidade e mortalidade (12.221) além de doenças do aparelho respiratório (11.243).

Em Belo Horizonte, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 5.148 óbitos, as neoplasias ou tumores por 4.143 e causas externas de morbidade e mortalidade por 2.617. Em Uberaba, as doenças circulatórias foram responsáveis por 624 óbitos, as neoplasias ou tumores por 437 e as doenças do aparelho respiratório por 303, ou 12,5% do total de óbitos.

Dentre os municípios do estado de São Paulo, listados na Tabela **V.3.2.1.3.-2**, nota-se que as principais causas dos óbitos em 2006 foram: neoplasias (tumores), doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho circulatório, sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais e causas externas de morbidade e mortalidade. Tais moléstias foram responsáveis por óbitos em todas as cidades consideradas.

A falta de ações que levam a promoção e prevenção de saúde aliados as condições sociais são determinantes na atual situação da rede de saúde do Estado de São Paulo. O que se observa nas áreas analisadas é que a expansão da demanda gerou uma defasagem entre as necessidades e a oferta existente atualmente.

É evidente a necessidade de planejamento para equacionar essa problemática, considerando que as instituições privadas representam um importante papel na rede de atendimento de saúde, e a morosidade do estado, o credenciamento das instituições particulares para o atendimento de clientes do SUS é uma alternativa em curto prazo que pode gerar um ganho para o atendimento da demanda que vem crescendo

No Estado de São Paulo as doenças do aparelho respiratório é a principal causa de internação, nos Municípios de Bragança Paulista e Atibaia as doenças do aparelho circulatório se apresentam como principais causas de internações. Embora as doenças do aparelho respiratório apresentem alto índice de internações a taxa de mortalidade provocada por essas doenças é de 12,6%. As doenças infecciosas e parasitárias apresentam índices relativamente baixos em todos os municípios da ALL.

Com relação à morbidade, apresentada nas Tabelas **V.3.2.1.3.-3** e **V.3.2.1.3.-4**, em novembro de 2008, o estado de MG chegou a ter 90.155 internações. As três principais causas de morbidade foram: gravidez-parto e puerpério, que correspondem a 17.669 internações, doenças do aparelho circulatório, que somaram 11.921 internações e as doenças do aparelho respiratório, que totalizaram 10.964 internações.

Em Belo Horizonte as três principais causas de morbidade foram: Gravidez-parto e puerpério, responsável por 2.796 internações, Lesões eventuais e algumas outras consequências de causas externas com 2.379 internações e doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 2.187 internações. Em Uberaba, as Neoplasias (tumores) foram responsáveis por 272 internações, gravidez-parto e puerpério, por 269 e as doenças do aparelho respiratório por 189.

Na grande maioria dos municípios a gravidez, parto e puerpério são responsáveis pelo maior índice de internações, vale destacar que a faixa etária com maior número de internações provocadas por esse grupo do CID-10 é a de 15 a 19 anos. As doenças do aparelho respiratório e circulatório também merecem destaque, principalmente na faixa etária dos 60 e mais.

Pelos dados levantados, nenhuma das causas de morbimortalidade sugere presença de epidemia nos municípios da AII. Também não foram identificadas endemias nestes municípios, ou seja, seus perfis de morbimortalidade não apresentam doenças que se manifestem especificamente nesta região, e de causas locais.

Em anos recentes, houve focos de dengue em diversos municípios estudados. Porém, segundo a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, houve redução de 92% nos casos de dengue de 2007 para 2008, e, em 2009, os poucos casos registrados se concentraram na região oeste do estado, fora da AII. Já Uberaba apresentou características de epidemia de dengue em 2006, mas esta foi controlada. Segundo a Prefeitura Municipal, em 2008 foram registrados 70 casos com origem no município, e 9 casos até março de 2009, número que não aponta características de epidemia relevante.

A doença foi controlada através de intensas ações do poder público e da comunidade em ambos os estados. Não foram identificadas ainda outras doenças com potencial para evolução a endemias neste momento.

Foram levantados ainda os casos de AIDS nos municípios da AII, a partir de dados do SUS coletados desde 1980. Para o ano de 2008, foram identificados 21 casos em Ribeirão Preto, 10 em Uberaba, 5 em Araras, 3 em Leme e Paulínia, 2 em Sertãozinho e Jardinópolis, e um em São Simão, Cravinhos, Eng. Coelho, Igarapava, Ituverava, Porto Ferreira, Pirassununga e São Joaquim da Barra. No ano de 2007 foram notificados 04 casos de AIDS em Paulínia e em 2008 02 casos. Em 2005 foram registrados 5 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 3.

O número de casos de AIDS nos anos de 2007 e 2008 em Jaguariúna somam 84, considerando o ano da Notificação. Em 2005 não foram registrados óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 3, respectivamente. O número de casos de AIDS em Campinas nos anos de 2007 e 2008, somam 716, considerando o ano da Notificação. Em 2005 foram registrados 85 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 64 e 65, respectivamente.

No ano de 2007 foram notificados 225 casos de AIDS no Município de Itatiba, e em 2008, 86 casos. Em 2005 foram registrados 8 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 5, respectivamente. O número de casos de AIDS em Bragança Paulista nos anos de 2007 e 2008, somam 105, considerando o ano da Notificação. Em 2005 foram registrados 10 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 7 e 11, respectivamente.

Em Atibaia, nos anos de 2007 e 2008, somam 28, considerando o ano da Notificação. Em 2005 foram registrados 7 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 4 e 5, respectivamente. Houve o registro de 01 Caso de AIDS em Igaratá no ano de 2008 e não há registro de casos no ano de 2007, considerando o ano da Notificação. Não há registro de óbitos causados por AIDS no Município de Igaratá.

Em São José dos Campos, o número de casos de AIDS nos anos de 2007 e 2008, somam 838, considerando o ano da notificação. Em 2005 foram registrados 46 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 41 e 40, respectivamente. Em Taubaté os casos de AIDS nos anos de 2007 e 2008, somam 26, considerando o ano da Notificação. Em 2005 foram registrados 42 óbitos causados por AIDS, enquanto que nos anos de 2006 e 2007 ocorreram 35 e 36, respectivamente.

Os demais municípios não tiveram casos de AIDS identificados nos últimos anos.

Tabela V.3.2.1.3-1 – Mortalidade – Minas Gerais- (número de óbitos), 2006

Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afec originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Causas externas de morbidade e mortalidade
MINAS GERAIS	110.899	5.065	15.425	661	5.769	1.471	2.385	13	31.792	11.243	5.330	343	486	1.935	85	2.709	898	13.068	12.221
Belo Horizonte	19.808	1.028	4.143	127	737	212	548	3	5.148	1.835	967	82	163	366	15	463	269	1.085	2.617
Uberaba	2.419	233	437	11	109	34	52	0	624	303	112	14	6	47	0	39	26	162	210

Fonte: Ministério da Saúde, SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Mortalidade

Tabela V.3.2.1.3-2 – Mortalidade – São Paulo - (número de óbitos), 2006

Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do olho e anexos	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afec originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Causas externas de morbidade e mortalidade
SÃO PAULO	245.315	10.026	41.818	1.149	11.997	2.171	5.506	4	24	75.121	28.786	14.435	628	899	4.774	241	4.678	2.263	15.943	24.852
São Paulo (Capital)	72.892	3.216	15.175	254	2.972	766	1.966	2	9	23.330	8.678	4.309	200	350	1.393	97	1.373	905	979	6.918
Aramina	10	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	2	3
Araras	782	28	138	4	37	15	22	0	0	227	78	55	1	3	28	1	19	6	42	78
Artur Nogueira	116	0	10	1	3	1	0	0	0	32	10	3	0	0	1	0	0	0	39	16
Atibaia	748	21	114	7	40	1	18	0	249	97	45	0	1	20	0	12	6	23	94	
Bragança Paulista	1325	54	234	4	51	5	15	0	426	206	95	4	6	48	1	27	15	29	105	
Caçapava	451	17	48	2	29	1	7	0	123	53	27	2	0	13	0	3	4	63	59	
Campinas	7589	338	1760	33	313	58	191	1	2238	899	472	32	43	189	15	148	82	113	664	
Cosmópolis	179	2	34	0	8	1	2	0	0	55	14	12	0	0	3	0	1	0	26	21
Cravinhos	114	2	12	0	5	0	10	0	0	38	15	8	0	0	2	0	1	0	9	12
Engenheiro Coelho	22	1	3	0	1	0	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Guará	92	4	8	0	3	2	1	1	0	25	7	1	0	0	3	0	1	0	27	9
Igarapava	166	7	13	0	15	0	8	0	0	70	18	7	0	0	3	0	0	0	13	12
Igaratá	37	0	1	0	2	0	1	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	9	17	
Itatiba	535	17	83	2	32	2	10	0	208	51	33	0	1	16	0	1	1	11	67	
Ituverava	331	17	29	2	24	6	14	0	0	99	46	28	3	1	11	0	3	4	29	15



ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA
Sistema de Escoamento Dutoviário de Álcool - SEDA



Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do olho e anexos	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afec originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Causas externas de morbidade e mortalidade
Jaguariúna	190	7	33	0	9	3	5	0	54	24	8	2	1	5	0	3	1	7	28	
Jardinópolis	122	4	21	0	9	2	3	0	0	38	17	9	0	0	2	0	0	0	3	14
Leme	523	24	63	2	18	3	7	0	0	132	92	28	3	0	12	1	11	4	62	61
Morungaba	62	1	7	0	1	0	0	0	29	12	1	0	0	0	0	0	0	9	2	
Nazaré Paulista	92	1	5	2	5	0	1	0	31	8	4	0	0	5	0	1	1	3	25	
Orlândia	218	13	29	0	8	1	3	0	0	94	25	11	0	0	3	0	0	1	6	24
Paulínia	287	10	49	3	34	2	8	0	0	78	38	19	1	0	6	0	0	0	16	23
Piracaia	140	5	23	0	12	1	1	0	50	23	5	0	0	2	0	0	1	3	14	
Pirassununga	444	11	59	4	20	3	11	0	0	184	40	26	0	0	8	0	2	2	41	33
Porto Ferreira	278	10	44	1	15	3	4	0	0	108	17	15	0	0	7	0	3	1	9	41
Ribeirão Preto	4.911	285	1.002	22	196	34	138	0	1	1.491	564	360	14	42	100	3	103	98	39	419
Sales Oliveira	35	1	8	0	5	0	2	0	0	10	4	1	0	0	0	0	0	0	1	3
Santa Rita do Passa Quatro	189	3	40	0	7	0	6	0	0	58	25	5	1	0	2	0	0	0	27	15
São Joaquim da Barra	255	10	34	0	18	5	4	0	0	81	29	23	1	0	5	0	2	1	18	24

Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do olho e anexos	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afec originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Causas externas de morbidade e mortalidade
São José dos Campos	2997	98	573	24	170	22	63	0	653	330	154	11	13	63	4	75	32	376	336	
São Simão	75	1	12	1	14	1	2	0	0	18	9	4	0	1	2	0	0	0	2	8
Sertãozinho	586	34	71	2	32	4	15	0	0	197	90	48	0	2	14	0	22	4	15	36
Taubaté	2052	81	400	10	123	12	41	0	633	256	107	3	9	36	1	56	22	41	221	

Tabela V.3.2.1.3-3– Morbidade – Minas Gerais - (número de internações), novembro de 2008

Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do olho e anexos	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afec originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Lesões enven e alg out conseq causas externas	Causas externas de morbidade e mortalidade	Contatos com serviços de saúde
MINAS GERAIS	90.155	5.345	4.936	719	3.046	2.066	1.344	490	120	11.921	10.964	8.651	1.310	1.998	6.380	17.669	1.535	622	1.268	7.941	50	1.780
Belo Horizonte	18.306	1.014	1.602	107	305	400	407	161	26	2.187	1.651	1.420	292	688	1.148	2.796	412	263	463	2.379	34	551
Uberaba	1.786	72	272	12	26	115	27	17	0	185	189	162	30	35	90	269	49	13	21	176	2	24

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS

Tabela V.3.2.1.3-4 – Morbidade – São Paulo- morbidade (número de internações), novembro de 2008

Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do olho e anexos	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afec originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clin e laborat	Lesões enven e alg out conseq causas externas	Causas externas de morbidade e mortalidade	Contatos com serviços de saúde
SÃO PAULO	171.292	7.612	10.136	1.303	4.163	5.755	3.744	2.113	677	19.962	18.015	17.083	3.194	4.646	11.734	30.410	3.173	1.908	3.347	15.875	70	6372
São Paulo (Capital)	45.108	1.714	2.825	387	717	1.421	1.168	1.152	197	5.419	4.189	4.002	1.101	1.245	2.464	8.199	1.019	668	935	4.642	12	1.632
Aramina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araras	563	36	12	0	4	102	10	1	4	67	29	54	5	21	39	91	12	0	36	33	0	7
Artur Nogueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atibaia	213	4	1	1	3	0	1	0	0	20	29	5	6	5	5	90	5	0	0	22	0	16
Bragança Paulista	683	24	31	3	21	15	9	0	3	69	47	70	7	9	43	166	12	3	35	88	1	27
Caçapava	247	4	10	1	7	0	4	0	0	35	30	34	3	2	25	61	2	2	4	20	0	3
Campinas	5234	384	656	104	83	149	106	45	38	469	337	353	76	140	454	836	94	57	104	366	0	383
Cosmópolis	137	4	7	2	2	1	0	0	0	7	18	20	0	6	10	39	0	1	2	7	0	11
Cravinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engenheiro Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guará	63	6	1	2	2	0	1	0	0	9	10	5	0	3	8	12	0	0	0	1	0	3
Igarapava	167	21	0	0	6	0	2	0	0	15	37	16	3	4	15	23	5	0	1	5	0	14
Igaratá	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itatiba	325	11	6	1	6	1	3	0	1	36	35	30	11	21	25	70	4	1	4	58	0	1
Ituverava	261	14	10	0	5	0	12	0	1	40	32	38	4	11	43	24	0	0	2	25	0	0
Jaguariúna	236	15	5	3	5	1	0	1	5	28	31	35	11	6	15	35	3	2	8	24	0	3
Jardinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leme	390	26	11	13	15	0	4	2	0	45	48	35	5	12	16	107	5	2	4	24	0	26
Morungaba	10	0	0	0	1	0	0	0	0	2	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3

Estados / Municípios	Total	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias (tumores)	Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	Transtornos mentais e de comportamento	Doenças do sistema nervoso	Doenças do olho e anexos	Doenças do ouvido e da apófise mastóide	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Doenças do aparelho digestivo	Doenças da pele e do tecido subcutâneo	Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	Doenças do aparelho geniturinário	Gravidez parto e puerpério	Algumas afecc originárias do período perinatal	Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	Lesões enven e alg out conseq causas externas	Causas externas de morbidade e mortalidade	Contatos com serviços de saúde
Nazaré Paulista	67	1	1	1	7	0	0	0	0	8	5	4	0	3	7	24	5	1	0	0	0	0
Orlândia	258	13	3	2	15	0	11	1	2	22	33	18	2	9	51	54	1	0	4	14	0	3
Paulínia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piracaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirassununga	50	0	0	0	0	0	0	0	1	9	10	17	0	0	1	3	1	0	1	5	0	2
Porto Ferreira	184	19	0	1	10	0	4	0	0	9	28	14	3	2	12	52	1	0	3	26	0	0
Ribeirão Preto	4.738	199	349	28	76	171	180	122	38	729	306	440	82	191	270	554	172	125	70	562	3	71
Sales Oliveira	23	12	0	0	2	0	0	0	0	2	2	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Rita do Passa Quatro	198	14	1	2	13	20	8	0	1	13	23	11	3	5	13	21	0	0	1	9	0	40
São Joaquim da Barra	294	13	5	4	13	0	17	0	0	36	43	33	1	16	24	39	1	1	2	33	0	13
São José dos Campos	2998	77	241	8	51	159	33	58	6	285	348	341	55	41	194	497	48	19	59	282	4	192
São Simão	89	11	0	0	10	0	1	0	0	13	12	16	11	1	4	10	0	0	0	0	0	0
Sertãozinho	462	7	13	1	3	0	6	0	0	45	44	52	15	28	42	106	9	2	3	37	1	48
Taubaté	1181	20	182	4	7	3	16	6	5	176	41	153	7	72	84	176	11	18	42	147	0	11

Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informações Hospitalares do SUS

V.3.2.1.4 Doenças Endêmicas e Epidêmicas

Desde 1998 o Estado conta com a Central de Vigilância. Divisão de Saúde do Centro de Vigilância Epidemiológica, cuja principal finalidade é oferecer a possibilidade de adotar, de maneira coordenada e articulada com todas as instâncias, medidas de controle adequadas, rápidas e oportunas para a redução conseqüente de riscos à população.

A Central possui equipe médica capacitada e suficiente para atendimento telefônico diuturnamente. A demanda inicial de 448 atendimentos telefônicos atinge média mensal de 1 200 atendimentos, com maior pico no mês de fevereiro de 2002 (3 825 casos). Ressalte-se que a capacidade resolutive do serviço é elevada, em especial nas situações inusitadas, comprovada em diversas situações ocorridas em quase dez anos de funcionamento.

Meningites

O principal objetivo da vigilância das meningites é conhecer seu comportamento epidemiológico para desencadear ações específicas conforme a etiologia. No Estado, cerca de 40% das meningites bacterianas notificadas ao sistema de vigilância ainda não têm esclarecido o diagnóstico etiológico, necessitando, portanto, de esforços no sentido de reduzir estes índices.

A doença meningocócica mantém o coeficiente de incidência médio de 2002 a 2006 em 3/100 mil habitantes, com estabilização da letalidade em 19,7%. A vigilância das cepas de meningococo vem apontando uma predominância nos últimos dois anos do sorogrupo C. As meningites por *Haemophilus influenzae* mantêm-se sob controle desde a introdução da vacina específica no calendário Estadual.

Sarampo/Rubéola

A circulação do vírus autóctone do sarampo no Estado de São Paulo não é detectada desde 2000 e a manutenção desta condição é compromisso internacional assumido pelo País junto à Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Quanto à rubéola, avanços importantes foram obtidos, desde 1992, com a implantação do plano de eliminação da doença e da Síndrome da Rubéola Congênita, concomitantemente com a introdução da vacina tríplice viral no calendário de rotina (contra Sarampo, Caxumba e Rubéola - SCR).

Os maiores coeficientes de incidência foram registrados em 2000 e 2001 (6,93 e 3,96/100 mil habitantes, respectivamente), variando entre 0,08 e 0,73/100 mil habitantes nos últimos anos. Destaque-se a importância da implementação da vacinação de adultos jovens, prioritariamente pertencentes aos grupos de risco.

Difteria/Coqueluche

Para o efetivo controle da difteria constituem ações relevantes no Estado: a identificação dos casos com tratamento adequado na rede referenciada, a notificação e investigação imediata com erradicação dos portadores, assim como a manutenção de coberturas vacinais elevadas e vacinação de bloqueio. Em 2006, não foi notificado no Estado de São Paulo nenhum caso de difteria.

A vigilância sentinela da coqueluche visa acompanhar a tendência da doença, avaliar o impacto do programa de imunização, monitorar cepas circulantes com estudos moleculares e detectar de forma oportuna surtos e epidemias com aplicação de medidas de controle eficazes.

Com o amplo uso da vacinação, houve importante queda na incidência e mortalidade por coqueluche. Dados mais recentes apontam a concentração daqueles suscetíveis a esta doença dentre os menores de um ano (ainda não totalmente vacinados) e adultos jovens (nunca vacinados ou com queda na imunidade após vacinação na idade pré-escolar).

Imunobiológicos - Cobertura na Rotina

As vacinações no Estado de São Paulo, executadas em todos os municípios, são coordenadas pela Divisão de Imunização/Centro de Vigilância Epidemiológica para assegurar a adequada vacinação da população de acordo com o calendário oficial do Programa Nacional de Imunizações para crianças, adolescentes e adultos. Os produtos disponíveis contemplam todas as idades, desde o recém-nascido, que recebe a vacina BCG e hepatite B, nas primeiras horas de vida nas maternidades, até as pessoas com mais de 60 anos, que nas Campanhas do Idoso são vacinadas anualmente com a vacina contra influenza. Atualmente, o calendário básico consta de 12 vacinas e a última inclusão foi a vacina contra rotavírus em março de 2006.

No Programa de Imunizações, constam também "imunobiológicos especiais", indicados para pacientes imunodeprimidos ou portadores de algumas doenças crônicas.

Estes produtos estão disponíveis nos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (Cries). Em média, as Coberturas Vacinais de rotina no primeiro ano de vida são elevadas (acima de 90%). No entanto, para a manutenção efetiva do controle das doenças imunopreveníveis, é importante, além de CV, avaliarmos a homogeneidade. Este último indicador reflete a proporção de municípios que atingiram a meta estabelecida na regional e no Estado. Definiu-se como meta uma cobertura vacinal de > 95% e para homogeneidade 70%. Anualmente, são aplicados mais de 23 milhões de doses de imunobiológicos, entre rotina e campanha, em todo o Estado.

Influenza

No Estado de São Paulo, o sistema de vigilância sentinela da influenza, implantado desde 2002, conta com sete unidades localizadas nos Municípios de São Paulo (duas unidades), Campinas, Guarulhos, Ribeirão Preto, Santos e São José do Rio Preto. Os objetivos são: identificar e monitorar a propagação de variantes antigênicas do vírus da influenza, colaborar na composição anual da vacina trivalente contra a influenza e detectar de maneira oportuna e adequada surtos e epidemias. Em complementação à vigilância sentinela, ocorre notificação de surtos. Entre 2002 e 2005, vários surtos notificados, todos com identificação da cepa circulante, apontam a maior presença do vírus influenza tipo

Doenças Transmitidas por Vetores e Antropozoonoses

As doenças transmitidas por vetores e as antropozoonoses representam um importante risco à saúde pública. No Estado de São Paulo, com importantes diferenças de distribuição regional, encontram-se sob vigilância os seguintes agravos: acidentes por animais peçonhentos, dengue, doença de Chagas aguda, febre amarela, febre maculosa, hantavirose, leishmaniose tegumentar, Leishmaniose Visceral Americana, leptospirose, malária, tétano acidental e neonatal.

Além destes, outros agravos emergentes, como a febre do Nilo e a encefalite de Saint Louis, que poderão se integrar a esta relação em breve. Missão atribuída à Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN), o controle das doenças transmitidas por vetores (dengue e febre amarela), daquelas cujos mamíferos representam um elo importante na cadeia epidemiológica da doença (como a Leishmaniose Visceral Americana, LVA) ou que participam como fator de risco para a ocorrência do vetor (como a Febre Maculosa Brasileira, FMB) e daquelas ainda que mantêm ciclo envolvendo animais sinantrópicos na sua cadeia de transmissão (como leishmaniose tegumentar americana e a tripanossomíase americana) representam 95% das atividades da autarquia.

Objetivos específicos - como identificação de áreas de transmissão, detecção precoce de casos e conhecimento do perfil epidemiológico, associados ao controle de vetores e reservatórios - são relevantes para o controle destas doenças.

Dengue

A dengue - por sua magnitude, potencial de transmissão e transcendência - tem sido colocada como foco de atuação prioritária. Ela apresenta comportamento epidêmico com maiores índices nos anos de 2001, 2002 e 2006 (111, 140 e 121,4/100 mil habitantes, respectivamente). Entre 1999 e 2006, foram confirmados 106 casos de febre hemorrágica da dengue com 15% de letalidade, índice superior aos 8% apresentados pelo país.

Em 2006, com a introdução de novos critérios para a classificação de casos de dengue com complicação, registraram-se 41 casos com esta definição e oito óbitos (letalidade de 20%).

A infestação dos municípios pelo vetor *Aedes aegypti* vem crescendo, atingindo 80% destes, sendo que 75% já apresentaram transmissão. O número anual de municípios com transmissão é variável com maior concentração em 2006 (249 municípios). Observe-se no Mapa 7 a distribuição dos municípios de acordo com a densidade larvária (Índice de Breteau - IB).

Leishmaniose Visceral Americana

É uma doença emergente no Estado de São Paulo em processo de expansão, detectada pela primeira vez ao final na década de 1990, a partir da região de Araçatuba. Atualmente, a doença vem ocorrendo nas regiões de Presidente Prudente, Bauru, Marília e, mais recentemente, na Região Metropolitana de São Paulo e São João da Boa Vista (880 casos confirmados entre 1999 e 2006), perfazendo um total de 55 municípios com transmissão da LVA canina e destes 38 com transmissão em seres humanos.

Desde 1997, a SUCEN já identificou o vetor em 74 municípios, receptivos para a ocorrência da doença e 343 municípios deverão ser monitorados quanto à receptividade.

A partir de novembro de 2004, o Estado passou a adquirir a anfotericina b lipossomal para tratamento de casos em crianças e adultos acima de 50 anos, acarretando redução na letalidade pela doença.

Leptospirose

Doença aguda associada à presença de roedores na área urbana apresentou mais de 3 700 casos confirmados nos últimos cinco anos, com maior concentração na região metropolitana (62%) e letalidade entre 10% e 20%.

Febre Maculosa

Em relação ao controle das doenças transmitidas por carrapatos, entre 2002 e 2006, foram realizadas pesquisas acarológicas em 36 e 54 municípios do Estado, decorrentes de notificação de casos e de parasitismo humano e/ou da presença de carrapatos, respectivamente. As áreas de maior importância para estas doenças são as regiões de Campinas e da Grande São Paulo, que registram os maiores números de febre maculosa - 40 e 132 casos, respectivamente. Ressalte-se que a ecologia da transmissão na Grande São Paulo (GSP) é distinta da apresentada no Interior.

Doença de Chagas

Desde 1970 não havia registros da Doença de Chagas Aguda (DCA) transmitida por vetores no Estado de São Paulo. Introduzida no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan) a partir de 2003, encontramos registro de dois casos em 2006 (um óbito e outro com possível transmissão por hemoderivado).

Hantavirose

Doença emergente com alta letalidade (mais de 50% no Estado) apresenta 98 casos confirmados no período entre 1993 a 2007. Observando-se o local provável de infecção destacam-se as regiões de Ribeirão Preto e Araraquara, onde se concentram 40% e 16% dos casos.

Febre Amarela

Não há registro de casos de febre amarela urbana no Estado desde 1942. Os últimos casos, classificados como silvestres, ocorreram no ano 2000 nos municípios de Santa Albertina e Ouroeste (dois óbitos), na região de São José do Rio Preto. Ressalta-se a importância de manter elevadas coberturas vacinais na população residente de áreas ribeirinhas do noroeste do Estado e a vacinação de viajantes para áreas de risco de transmissão da doença.

A Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) de febre amarela que se iniciou em março de 2009 no Estado de São Paulo registrou, até a data de 31 de março de 2009, um total de vinte e nove notificações de casos suspeitos de febre amarela silvestre (FAS). Destes, dezoito casos foram confirmados, sendo dez com evolução para a cura e oito para o óbito (letalidade 44,4%). Sete casos foram descartados, quatro permanecem em investigação.

Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar

O Sistema de Vigilância Epidemiológica das Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (SVE DTHA), implantado no Estado de São Paulo, está apto para prevenir, identificar e controlar surtos e epidemias de DTHA. Com objetivos e funções específicas complementares, o SVE DTHA é composto de quatro subsistemas: Monitorização da Doença Diarréica Aguda (Vigilância Sindrômica da Diarréia). Sistema de Vigilância de Surtos de DTHA. Vigilância de Doenças Específicas (Doenças de Notificação Compulsória).

Vigilância Ativa baseada em laboratório (rastreamento de diagnósticos e amostras clínicas registrados por laboratórios).

Poliomielite/Paralisias Flácidas Agudas

Nenhum caso de poliomielite foi detectado no Estado desde 1988. O alcance da meta de vigilância epidemiológica das Paralisias Flácidas Agudas (PFA) = 1 caso/100 mil habitantes < 15 anos é atingido pelo Estado; contudo, as taxas de notificação de PFA reagrupadas por DRS estão significativamente abaixo da meta proposta em cinco DRSs (II, IV, V, VI e XIII). A coleta oportuna de fezes em 80% dos casos notificados não é atingida pelo Estado, sendo alcançadas apenas nas DRSs I, III, VIII e XI.

Doença Diarréica Aguda

A doença diarréica aguda é ainda um importante problema de saúde pública tanto em países em desenvolvimento quanto desenvolvidos. Embora a transmissão por água decline com medidas de saneamento básico (água tratada e esgoto público), a globalização do comércio econômico, viagens internacionais, intensa mobilização das populações, hábitos alimentares e processos tecnológicos de produção de alimentos têm tornado o alimento um importante veiculador de doenças, emergentes e reemergentes.

A Monitorização da Doença Diarréica Aguda (Vigilância Sindrômica da Diarréia) consiste no registro e acompanhamento do número de casos para identificação precoce de surtos ou epidemia. A análise dos dados disponíveis aponta para o aumento gradual quantitativo de casos de diarréia, depreendidos a cada ano, atribuído, em parte, à melhoria do programa que inclui unidades mais representativas do atendimento à diarréia.

Contudo, destaca-se nitidamente a sazonalidade da DDA, com aumento de casos a partir dos meses de junho a outubro, tendo o rotavírus - e mais atualmente outros enterovírus (norovírus) - contribuído para essa tendência. Mais de 500 mil casos de diarréia foram registrados pelo programa em 2006 e monitorados para a identificação precoce de surtos.

A Vigilância de Surtos de DTHA embasa-se na notificação e investigação de casos em tempo e espaço conhecidos e a ocorrência de casos está relacionada à refeição ou evento comum e quase sempre resulta de um erro na manipulação do alimento. Bufês, festas de aniversário, casamento e eventos científicos, refeitórios de indústria e restaurantes, e mesmo domicílios, são locais frequentes de ocorrência desses surtos notificados. Entre 1999 e 2006 foram registrados 1 952 surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA) com 68 934 casos, resultando em várias medidas de controle - melhoria de sistemas de saneamento, apreensão de alimentos, modificação de regulamentos sanitários, mudanças de hábitos alimentares, introdução de vacina, medidas educativas etc.

Esquistossomose

Doença endêmica no Estado de São Paulo, o qual é rico em coleções hídricas com presença do planorbídeo. Em regiões com condições sanitárias inadequadas e intensa migração, o risco aumenta para a disseminação de focos e transmissão autóctone da doença. Ocorrem em média cerca de 200 casos autóctones/ano no Estado de São Paulo, com destaque para o DRS II de Campinas, seguido pelo DRS XVII de Taubaté e DRS I de São Paulo

Hepatites B e C

Estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que milhões de pessoas são portadoras crônicas dos vírus das hepatites. Estudos apontam que o Estado de São Paulo é a área com índices de prevalência considerados intermediários.

Admitindo-se que a prevalência de portadores indicada em estudo realizado no Município de São Paulo (Focaccia et al., 1998) para as hepatites C (1,42%) e B (1,03%) possa ser projetada para todo o Estado, estima-se que 580 mil e 420 mil pessoas, respectivamente, estão nesta condição.

No entanto, entre 1998 e 2006, o Programa de Hepatites do Estado de São Paulo recebeu 30 262 e 13 537 notificações de portadores crônicos dos vírus C e B, respectivamente, evidenciando a baixa detecção de casos. É necessária a implementação de ações para maior identificação de casos e, em relação ao vírus B, intensificação da vacinação precoce de recém-nascidos e ampliação da cobertura vacinal de adolescentes.

Sífilis Congênita

No tocante à sífilis congênita, foram notificados 1 026 casos no ano de 2006, mas a prevalência estimada de sífilis ativa em gestantes é de 1,6 caso para cada 100 gestantes, havendo subnotificação e adesão insuficientes dos serviços aos protocolos para prevenção da sífilis congênita. A implantação do Plano Estadual para eliminação da sífilis congênita propõe o alcance de menos de um caso para cada 100 gestantes até 2012. Diminui quase três vezes, de 1996 para 2004

Tuberculose

O Estado de São Paulo detecta, em números absolutos, o maior contingente de casos do Brasil, cerca de 20 mil por ano. O coeficiente de incidência de todas as formas é bastante semelhante ao do Brasil - 43,6 por 100 mil habitantes em 2005. Estas taxas não são uniformes, as mais altas referem-se à Baixada Santista (80 casos por 100 mil habitantes) e as menores no interior do Estado (cerca de 28 por 100 mil habitantes).

A Capital apresenta CI de 60/100 mil habitantes e o restante da área metropolitana com cerca de 50 casos/100 mil habitantes. A tendência dos coeficientes de incidência e mortalidade, nos últimos sete anos, é de declínio. No entanto, há necessidade de implementar as taxas de cura que não atingiram a meta de 85%, o que será possível ampliando a cobertura do tratamento supervisionado (Directly Observed Therapy - DOT).

Hanseníase

O Estado de São Paulo atingiu em janeiro de 2005 a meta de eliminação da hanseníase proposta pela OMS, ou seja, menos de um caso por grupo de 10 mil habitantes.

Com a implantação da Poliquimioterapia (PQT/OMS) em 1991, as taxas de detecção começaram a diminuir mais nitidamente a partir de 2001. Mais recentemente a detecção é considerada de média intensidade. O norte para a sustentação da eliminação da hanseníase nos níveis estadual, regional e municipal deve continuar sendo o aumento da oferta de serviços de saúde da rede básica, integrando: atividades de diagnóstico precoce de todos os casos da doença, tratamento-padrão (PQT/OMS) gratuito, prevenção de incapacidades, vigilância de comunicantes em todos os municípios que possuem pelo menos um caso de doença nos últimos cinco anos.

Raiva

O Instituto Pasteur (IP) é um instituto de pesquisa que presta serviços relacionados à raiva: laboratório, ambulatório e coordenação do Programa de Controle da Raiva desde 1996. É o laboratório de referência para raiva para o Ministério da Saúde, faz parte da rede das instituições associadas à Organização Pan-Americana de Saúde e, por um Termo de Cooperação Técnica (Panaftosa/Opas/OMS), passou também a oferecer sua excelência laboratorial a outros países.

No atendimento às pessoas que sofreram agravos (agressão/ acidente/contato) por mamíferos, cerca de 110 mil/ano procuram serviços de saúde em todo o Estado, a maioria em razão de agressões pelos cães ($\pm 85\%$) e gatos ($\pm 8\%$).

Os acidentes por herbívoros apontam um incremento a partir de 1998/1999, atingindo até 5% dos casos (antes 2,5%). Por morcegos, quase a totalidade não-hematófagos, o aumento foi de 0,1% para 0,5% no mesmo período. Entre todos os agravos registrados no Sinan, este é o de maior volume, pois é um atendimento, e não suspeita. Com a substituição da vacina contra raiva humana, tipo Fuenzalida & Palácios modificada pela produzida em culturas de células VERO, em 2000, o percentual de tratamento passou de 50% para, aproximadamente, 35%.

Redução acentuada dos casos de raiva em cães e gatos (90%: 1996 - 104 e 1997 - 11 casos) é observada decorrente de inúmeras capacitações realizadas em todo o Estado.

O último caso de raiva humana por variante canina do vírus rábico foi em 1997 e o último caso de raiva em cão, por essa mesma variante, foi em 1998. Posteriormente, todos os casos de raiva em cães e gatos (apenas 34) foram por variante do vírus da raiva característica de morcegos. Os casos de raiva em herbívoros domésticos, transmitidos por morcegos hematófagos, aumentaram, apresentando pico da curva epidêmica no ano 2000 (874 casos, com diagnóstico laboratorial). Estima-se que o número real de casos provavelmente é muito maior.

Os casos de raiva em morcegos são crescentes: média de quatro por ano em 1996 e 90 por ano nos últimos cinco anos. A maioria (95%) é de morcegos não-hematófagos encontrados em áreas urbanas, com maiores índices de detecção em municípios com Vigilância Epidemiológica passiva (detecção de morcegos em horário e comportamento não-usual).

Tracoma

A OMS propõe a eliminação do tracoma como causa de cegueira para o ano 2020. Para alcançar esta meta, com certificação de eliminação, todos os municípios devem conhecer sua situação epidemiológica, ter um programa de vigilância epidemiológica implantado e apresentar prevalência de tracoma menor que 5% em todos os bairros. A taxa de prevalência do tracoma inflamatório em escolares da 1ª à 5ª série para o Estado de São Paulo é de, aproximadamente, 4%, podendo, porém, alcançar taxas superiores: 10%

V.3.2.1.5 Baixa, Média e Alta Complexidade

Atenção Básica

De acordo com a Portaria MS/GM 648, que instituiu a Política Nacional de Atenção Básica, espera-se uma Unidade Básica de Saúde (UBS) sem Saúde da Família a cada 30 mil habitantes e 1 UBS com Saúde da Família a cada 12 mil habitantes. Considerando um parâmetro médio, as 4 mil UBS representam duas unidades para cada 20 mil habitantes. Esta rede, sob gestão municipal, tem, portanto, capacidade instalada suficiente para abranger a população do Estado, com poucas variações regionais.

Entretanto, ao analisar a concentração de consultas básicas por habitante/ano, confirma-se que há variações importantes. De acordo com o Plano Diretor de Regionalização (PDR) de 2006 do Estado (57%) estão próximas da média do Estado, que é de 1,64 consulta básica habitante/ano; 17 regiões estão abaixo de 1,64 (26,1%) e 11 regiões (17%), acima de 2,50.

As regiões abaixo da média do Estado concentram-se em áreas metropolitanas ou próximas a elas, que também apresentam forte presença da saúde suplementar. O percentual de parturientes com sete ou mais consultas de pré-natal é um indicador que, embora não reflita qualidade, é sensível para acesso aos serviços na atenção básica. Observa-se que no Estado houve crescimento de 27% entre 2001 e 2006, ficando em torno de 74% no último ano analisado.

As questões da Atenção Básica, mesmo considerando estas áreas com menor concentração de consultas do que o esperado, envolvem, fundamentalmente, resolubilidade e qualidade, o que justificaria a necessidade de o Estado apoiar os municípios em processos de educação permanente, com vistas à assistência e gestão, entre outras formas, e garantir referências ambulatoriais e hospitalares

Assistência Ambulatorial de Média Complexidade – Consultas Especializadas

Quanto à rede de ambulatórios de especialidades, apesar do número elevado de unidades, apresenta insuficiências quando se analisa a relação entre as consultas e a população, tomando como base a média do Estado.

Quarenta e três regiões (66,2%) apresentam parâmetro abaixo da média do Estado, que é de 0,64 consulta especializada por habitante/ano; 21 regiões (32,3%) estão próximas à média do Estado e a região de Barretos atingiu um índice acima de 1,20 consultas especializadas por habitante/ano. Cabe ressaltar que esta região é pólo, macrorregional de alta complexidade em oncologia.

As regiões com concentração abaixo do Estado englobam as três regiões metropolitanas, bem como o oeste do Estado (Presidente Prudente e Araçatuba), as regiões mais pobres, como: Registro, parte de Sorocaba e de Taubaté.

As referências em ambulatórios de especialidades são apontadas pelos gestores como um importante ponto de estrangulamento da rede. Podem-se discutir as relações com a baixa resolubilidade da atenção básica, dificuldades de fixação de profissionais especialistas, a baixa regulação do sistema e os planos de saúde.

No entanto, parece consenso que é necessária a expansão qualificada destes equipamentos de saúde.

Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS)

O Estado de São Paulo conta atualmente com 219 CAPS, que são equipamentos importantes para a referência do atendimento ambulatorial em saúde mental. Representam, em termos percentuais comparativos com os 1.000 CAPS existentes no Brasil para uma população 186 770 613 milhões (IBGE-2006), 22% do total de CAPS existentes para uma população de 41 055 761 (São Paulo/IBGE-2006), sendo que a população do Estado é também 22% da população do País.

Exames de média complexidade

Em relação ao Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia (SADT) de média complexidade (patologia clínica, radiodiagnóstico e imagem - ultra-som), não há uma lógica semelhante entre a oferta destes serviços. No caso da patologia clínica, são realizados 2,4 procedimentos por habitante no Estado, sendo que 45% das regiões do PDR 2002 apresentam valores menores e 37% estão próximas à média do Estado.

São realizados 0,39 exames por habitante de radiodiagnóstico no Estado, com 70% das regiões com valores semelhantes a este. São realizados 0,07 procedimentos de ultra-sonografia por habitante no Estado, sendo que 57% das regiões apresentam valores próximos a este.

Participação da saúde suplementar no Estado

É interessante observar que a maior participação da saúde suplementar ocorre nas áreas de maior desenvolvimento econômico. Assim sendo, áreas como a franja oeste e as regiões de Serras e litoral de Taubaté apresentam os menores percentuais. Elas têm menores densidades populacionais e menor oferta de serviços de um modo geral, exceto pequenos hospitais com baixa resolubilidade e altas taxas de internação.

Produção ambulatorial por complexidade

A produção ambulatorial cresceu 79% entre 2000 e 2006, mediante aumento de produção e de inclusão de novos procedimentos. No financiamento, o crescimento foi cerca de 90%, refletindo ajustes de tabela e incorporação de novos procedimentos.

Na média complexidade, destaca-se o incremento financeiro no grupo das consultas especializadas (246%), o qual também representou o maior percentual de incremento físico (76%). Os exames ultra-sonográficos e as ações especializadas em odontologia são os grupos que também apresentaram incremento financeiro acima de 100%.

Vale mencionar que os procedimentos de média complexidade em traumatologia ortopedia tiveram incremento negativo.

Entre os grupos que compõem a alta complexidade destacam-se: o de medicamentos, as ressonâncias magnéticas e a quimioterapia. Quanto à quimioterapia, apesar do crescimento, ainda há maior necessidade do que a oferta, quando se encontram parâmetros de cobertura populacional.

Financiamento do SUS

A representação dos recursos federais repassados ao Estado de São Paulo aponta para um incremento do custeio da atenção básica da ordem de 15,6% do total de recursos repassados em 2000 para 18% em 2005.

Observando-se a evolução do custeio da média e alta complexidade no período, temos uma variação percentual da ordem de 16,7% a menor, sendo 84,4% em 2000 para 67,7% do total de recursos federais em 2005.

Já as ações estratégicas, que passam a ter um incremento significativo desde sua instituição em 2001, deixando de onerar o teto financeiro do Estado, apresentaram um comportamento crescente, tendo em vista a política federal de incluir cada vez mais procedimentos elencados como estratégicos, ou seja, diálise, quimioterapia, radioterapia, campanhas etc., passando de 0,45% para 14,3% dos recursos em 2005.

Principais Programas

Programa Estadual de Assistência Farmacêutica Básica. Dose Certa
Insumos para Diabetes Melito
Programa de Medicamentos de Alto Custo
Programa Dose Certa.
Projeto Jovens Acolhedores
Projeto "Leia Comigo"
Projeto "Conte Comigo"

V.3.2.2 Educação

Estado de Minas Gerais

Segundo dados do IBGE e INEP apresentados na **Tabela V.3.2.2.-1** a seguir, em 2007 o estado de MG apresentou um total de 22.682 estabelecimentos de ensino. Dentre tais, destaca-se a maioria de caráter municipal, 12.058, seguido dos estabelecimentos de caráter estadual, 5.532, privado, 5.039 e federal, 53.

No estado, nota-se uma prevalência dos estabelecimentos de ensino fundamental, pré-escolar, médio e superior, respectivamente. Belo Horizonte concentra 1559 estabelecimentos de ensino, sendo que 941 são oriundos da iniciativa privada, 354 têm responsabilidade estadual, 259 respondem ao município e 5 são da esfera federal. Uberaba conta com 158 estabelecimentos, sendo que 58 respondem ao município, 56 são da esfera estadual, 41 são da iniciativa privada e 3 são da esfera federal.

Nota-se que não há estabelecimentos de ensino federal voltados para a pré-escola, nem estabelecimentos de ensino superior, de caráter municipal.

O investimento da esfera federal no estado de MG, em termos educacionais concentra-se no ensino superior, que conta com 2 estabelecimentos em cada uma das cidades.

Tabela V.3.2.2-1 – Estabelecimentos de Ensino – Minas Gerais

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
MINAS GERAIS	22.682	53	5.532	12.058	5.039
Ensino pré-escolar	6.817	2	78	4.310	2.427
Ensino Fundamental	12.920	4	3.581	7.662	1.673
Ensino Médio	2.634	25	1.869	82	658
Ensino Superior (2005)	311	22	4	4	281
Belo Horizonte	1559	5	354	259	941
Ensino pré-escolar	587	0	19	69	499
Ensino Fundamental	672	1	210	165	296
Ensino Médio	251	2	122	25	102
Ensino Superior (2005)	49	2	3	0	44
Uberaba	158	3	56	58	41
Ensino pré-escolar	40	0	0	28	12
Ensino Fundamental	80	0	34	30	16
Ensino Médio	31	1	22	0	8
Ensino Superior (2005)	7	2	0	0	5

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo Educacional 2007, Censo da Educação Superior 2005

O investimento da esfera estadual concentra-se no ensino fundamental, que conta com 210 estabelecimentos em Belo Horizonte e 34 em Uberaba. A esfera municipal também concentra seus investimentos no ensino fundamental, apresentando 165 estabelecimentos em Belo Horizonte e 30 em Uberaba. O setor privado conta com mais estabelecimentos voltados para o ensino pré-escolar, contando com 499 em Belo Horizonte e 12, em Uberaba.

O número de matrículas no estado de MG totalizou 4.948.438. Destaca-se que as matrículas efetuadas na esfera estadual somaram 2.330.188, e 1.733.070 foram efetuadas na esfera municipal, 798.930 na iniciativa privada, 86.250 foram realizadas em estabelecimentos da esfera federal.

Quanto ao ensino pré-escolar, as esferas municipais são responsáveis por 288.330 matrículas, a privada por 94.145, a estadual por 9.702 e a federal por 192.

Em relação ao ensino fundamental, nota-se uma prevalência da esfera estadual que responde por 1.581.033 matrículas, enquanto as esferas municipal, privada e federal respondem por 1.415.701, 243.696 e 2.504 matrículas, respectivamente. No ensino médio nota-se que a maioria das matrículas foi realizada na esfera estadual, que contou com 720.524. As esferas privada, municipal e federal respondem por 87.729, 27.460 e 10.512 matrículas, respectivamente.

Tabela V.3.2.2-2- Número de Matrículas – Minas Gerais

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
MINAS GERAIS	4.948.438	86.250	2.330.188	1.733.070	798.930
Ensino pré-escolar	392.369	192	9.702	288.330	94.145
Ensino Fundamental	3.242.934	2.504	1.581.033	1.415.701	243.696
Ensino Médio	846.225	10.512	720.524	27.460	87.729
Ensino Superior (2005)	466.910	73.042	18.929	1.579	373.360
Belo Horizonte	639.352	26.058	235.516	164.892	212.886
Ensino pré-escolar	41.306	0	4.336	12.321	24.649
Ensino Fundamental	349.342	686	146.742	138.664	63.250
Ensino Médio	118.225	2.040	81.049	13.907	21.229
Ensino Superior (2005)	130.479	23.332	3.389	0	103.758
Uberaba	70.690	1.042	26.356	21.479	21.813
Ensino pré-escolar	3.317	0	0	2.683	634
Ensino Fundamental	38.486	0	15.629	18.796	4.061
Ensino Médio	12.450	144	10.727	0	1.579
Ensino Superior (2005)	16.437	898	0	0	15.539

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo Educacional 2007, Censo da Educação Superior 2005

Estado de São Paulo

Nota-se que o estado de São Paulo apresenta um número maior de estabelecimentos de ensino fundamental, totalizando 14.405. O ensino pré-escolar conta com 12.691 estabelecimentos. O ensino superior contabiliza 521 estabelecimentos.

O setor municipal é responsável por 6.636 dos estabelecimentos voltados para o ensino pré-escolar.

Na mesma área, o setor privado responde por 6.021 estabelecimentos. A cargo do setor estadual encontra-se 33 estabelecimentos desta natureza. E o setor federal é responsável apenas por 1 estabelecimento de ensino pré-escolar.

Quanto ao ensino fundamental, vale ressaltar a primazia das esferas municipal e estadual, que contam respectivamente com 5.467 e 5.160 estabelecimentos. A esfera privada é responsável por 3.777 estabelecimentos e a federal, por apenas 1. Em relação ao ensino superior, é significativa a presença da esfera privada, que conta com 470 estabelecimentos. Ao passo que as esferas municipais, estaduais e federais respondem por 24, 23 e 4 estabelecimentos, respectivamente.

Nos municípios da AII, o ensino público tem presença muito maior que o privado. Os municípios de Aramina e Igarapava não contam com nenhum estabelecimento privado, e o de Guará, apenas um, de pequeno porte. Os Municípios de Campinas (297); Ribeirão Preto (259) e São José dos Campos (219) são os Municípios com alto número de estabelecimentos privados.

A predominância em geral é de estabelecimentos municipais no ensino pré - escolar e fundamental, e estadual no ensino médio. Os Municípios de Araras, Campinas e São José dos Campos contam com Estabelecimentos de Ensino da Rede Federal, sendo que em Araras e São José dos Campos esses estabelecimentos são de Ensino Superior e em Campinas no Ensino Médio.

O ensino superior é oferecido 14 municípios da ALL. Em alguns municípios há uma instituição de ensino superior, são eles: Artur Nogueira, Jaguariúna, Leme, Orlândia, Paulínia, Pirassununga e Porto Ferreira; duas em Araras, Atibaia, Bragança Paulista, Ituverava e Sertãozinho. Os grandes centros contam com estabelecimentos da Rede Pública e Privada. Em Campinas são 13 estabelecimentos de ensino superior, sendo 12 privados e 01 estadual; em Ribeirão Preto são 05 estabelecimentos, sendo 04 privados e 01 estadual; em São José dos Campos são 07 estabelecimentos, sendo 06 privados e 01 federal; em Taubaté são 03 estabelecimentos de ensino superior sendo 01 municipal. A esmagadora maioria destes estabelecimentos pertence à rede privada.

Tabela V.3.2.2.-3- Número de Estabelecimentos de Ensino – São Paulo

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
SÃO PAULO					
Ensino pré-escolar	12.691	1	33	6.636	6.021
Ensino Fundamental	14.405	1	5.160	5.467	3.777
Ensino Médio	5.624	3	3.629	62	1.930
Ensino Superior (2005)	521	4	23	24	470
São Paulo (Capital)					
Ensino pré-escolar	2.998	1	0	726	1.272
Ensino Fundamental	2.725	1	1.035	470	1.219
Ensino Médio	1.199	1	614	8	576
Ensino Superior (2005)	146	2	4	0	140
Aramina					
Ensino pré-escolar	1	0	0	1	0
Ensino Fundamental	2	0	1	1	0
Ensino Médio	1	0	1	0	0
Ensino Superior (2005)	0	0	-	0	0
Araras					
Ensino pré-escolar	25	0	0	18	7
Ensino Fundamental	55	0	18	28	9
Ensino Médio	15	0	9	0	6
Ensino Superior (2005)	2	0	0	0	2
Artur Nogueira					
Ensino pré-escolar	14	0	0	12	2
Ensino Fundamental	19	0	5	9	5

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino Médio	6	0	4	0	2
Ensino Superior (2005)	1	0	0	0	1
Atibaia					
Ensino pré-escolar	42	0	0	25	17
Ensino Fundamental	68	0	24	26	8
Ensino Médio	23	0	12	0	11
Ensino Superior (2005)	02	0	0	0	02
Bragança Paulista					
Ensino pré-escolar	69	0	0	54	15
Ensino Fundamental	79	0	19	41	19
Ensino Médio	22	0	11	0	11
Ensino Superior (2005)	02	0	0	0	02
Caçapava					
Ensino pré-escolar	30	0	0-	10	20
Ensino Fundamental	43	0	14	11	18
Ensino Médio	16	0	11	0	05
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Campinas					
Ensino pré-escolar	286	0	0	127	159
Ensino Fundamental	275	0	154	39	82
Ensino Médio	130	01	85	0	44
Ensino Superior (2005)	13	0	01	0	12
Cosmópolis					
Ensino pré-escolar	16	0	0	13	3
Ensino Fundamental	18	0	5	10	3
Ensino Médio	6	0	4	0	2
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Cravinhos					
Ensino pré-escolar	12	0	0	6	6
Ensino Fundamental	9	0	3	4	2
Ensino Médio	5	0	3	0	2
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Engenheiro Coelho					
Ensino pré-escolar	3	0	0	1	2
Ensino Fundamental	4	0	1	1	2
Ensino Médio	3	0	1	0	2
Ensino Superior	0	0	0	0	0

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
(2005)					
Guará					
Ensino pré-escolar	5	0	0	4	1
Ensino Fundamental	7	0	1	5	1
Ensino Médio	3	0	1	1	1
Ensino Superior	0	0	0	0	0
(2005)					
Igarapava					
Ensino pré-escolar	14	0	0	9	5
Ensino Fundamental	14	0	0	11	3
Ensino Médio	5	0	2	1	2
Ensino Superior	0	0	0	0	0
(2005)					
Igaratá					
Ensino pré-escolar	04	0	0	04	0
Ensino Fundamental	09	0	03	06	0
Ensino Médio	01	0	01	0	0
Ensino Superior	0	0	0	0	0
(2005)					
Itatiba					
Ensino pré-escolar	41	0	0	29	12
Ensino Fundamental	34	0	0	26	08
Ensino Médio	11	0	05	0	06
Ensino Superior	0	0	0	0	0
(2005)					
Ituverava					
Ensino pré-escolar	12	0	0	9	3
Ensino Fundamental	15	0	0	10	5
Ensino Médio	5	0	1	0	4
Ensino Superior	2	0	0	0	2
(2005)					
Jaguariúna					
Ensino pré-escolar	23	0	0	18	05
Ensino Fundamental	17	0	03	10	04
Ensino Médio	05	0	03	0	02
Ensino Superior	01	0	0	0	01
(2005)					
Jardinópolis					
Ensino pré-escolar	11	0	0	7	4
Ensino Fundamental	13	0	0	8	5
Ensino Médio	5	0	2	0	3
Ensino Superior	0	0	0	0	0
(2005)					
Leme					
Ensino pré-escolar	30	0	0	27	3

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino Fundamental	35	0	12	18	5
Ensino Médio	16	0	10	0	6
Ensino Superior (2005)	1	0	0	0	1
Morungaba					
Ensino pré-escolar	05	0	0	04	01
Ensino Fundamental	10	0	01	09	0
Ensino Médio	01	0	01	0	0
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Nazaré Paulista					
Ensino pré-escolar	03	0	0	02	01
Ensino Fundamental	20	0	04	15	01
Ensino Médio	03	0	03	0	0
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Orlândia					
Ensino pré-escolar	13	0	0	10	3
Ensino Fundamental	23	0	0	19	4
Ensino Médio	5	0	2	0	3
Ensino Superior (2005)	1	0	0	0	1
Paulínia					
Ensino pré-escolar	19	0	0	16	3
Ensino Fundamental	20	0	4	11	5
Ensino Médio	10	0	3	3	4
Ensino Superior (2005)	1	0	0	0	1
Piracaia					
Ensino pré-escolar	13	0	0	09	04
Ensino Fundamental	24	0	04	16	04
Ensino Médio	06	0	03	0	03
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Pirassununga					
Ensino pré-escolar	20	0	0	16	4
Ensino Fundamental	37	0	17	11	9
Ensino Médio	12	0	7	0	5
Ensino Superior (2005)	1	0	0	0	1
Porto Ferreira					
Ensino pré-escolar	14	0	0	9	5
Ensino Fundamental	17	0	3	9	5
Ensino Médio	6	0	3	1	2

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino Superior (2005)	1	0	0	0	1
Ribeirão Preto					
Ensino pré-escolar	195	0	2	43	150
Ensino Fundamental	162	0	58	26	78
Ensino Médio	60	0	30	3	27
Ensino Superior (2005)	5	0	1	0	4
Sales Oliveira					
Ensino pré-escolar	3	0	0	1	2
Ensino Fundamental	3	0	1	1	1
Ensino Médio	1	0	1	0	0
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Santa Rita do Passa Quatro					
Ensino pré-escolar	9	0	0	6	3
Ensino Fundamental	10	0	2	4	4
Ensino Médio	7	0	3	0	4
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
São Joaquim da Barra					
Ensino pré-escolar	19	0	0	14	5
Ensino Fundamental	14	0	9	0	5
Ensino Médio	10	0	5	0	5
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
São José dos Campos					
Ensino pré-escolar	205	0	01	74	130
Ensino Fundamental	177	0	82	38	57
Ensino Médio	71	0	45	0	26
Ensino Superior (2005)	07	01	0	0	06
São Simão					
Ensino pré-escolar	6	0	0	3	3
Ensino Fundamental	9	0	5	2	2
Ensino Médio	4	0	2	0	2
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Sertãozinho					
Ensino pré-escolar	29	0	0	20	9
Ensino Fundamental	34	0	9	15	10
Ensino Médio	15	0	9	0	6

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino Superior (2005)	2	0	0	0	2
Taubaté					
Ensino pré-escolar	29	0	0	20	9
Ensino Fundamental	34	0	9	15	10
Ensino Médio	15	0	9	0	6
Ensino Superior (2005)	3	0	0	1	2

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo Educacional 2007, Censo da Educação Superior

Tabela V.3.2.2-4- Número de Matrículas – São Paulo

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
SÃO PAULO					
Ensino pré-escolar	1.240.217	97	484	1.002.604	237.032
Ensino Fundamental	6.017.579	222	8.874.400	2.313.296	829.661
Ensino Médio	1.723.492	1.780	1.475.023	19.346	227.343
Ensino Superior (2005)	1.185.028	8.963	112.183	60.956	1.002.926
São Paulo (Capital)					
Ensino pré-escolar	371.838	97	0	270.416	101.325
Ensino Fundamental	1.591.536	222	783.854	522.659	284.801
Ensino Médio	457.680	1.066	380.973	3.088	72.553
Ensino Superior (2005)	429.079	2.478	45.649	0	380.952
Aramina					
Ensino pré-escolar	184	0	0	184	0
Ensino Fundamental	724	0	333	391	0
Ensino Médio	207	0	207	0	0
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
Araras					
Ensino pré-escolar	2.886	0	0	2.641	245
Ensino Fundamental	16.568	0	7.004	7.193	2.371
Ensino Médio	5.139	0	4.420	0	719
Ensino Superior (2005)	6.394	233	0	0	6.161
Artur Nogueira					
Ensino pré-escolar	1.341	0	0	1.327	14
Ensino Fundamental	6.303	0	2.612	3.175	516
Ensino Médio	1.560	0	1.508	0	52
Ensino Superior (2005)	18	0	0	0	18
Atibaia					
Ensino pré-escolar	3.437	0	0	2.808	629

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino Fundamental	19.674	0	9.179	7.358	3.137
Ensino Médio	5.136	0	4.153	0	983
Ensino Superior (2005)	1.401	0	0	0	1.401
Bragança Paulista					
Ensino pré-escolar	4.988	0	0	4.375	613
Ensino Fundamental	20.375	0	8.167	7.814	4.394
Ensino Médio	5.904	0	4.796	0	2.153
Ensino Superior (2005)	6.328	0	0	0	6.328
Caçapava					
Ensino pré-escolar	2.703	0	0	2.161	542
Ensino Fundamental	12.054	0	5.269	3.563	3.222
Ensino Médio	3.517	0	3.255	0	316
Ensino Superior (2005)	74	0	0	0	74
Campinas					
Ensino pré-escolar	28.154	0	0	18.672	9.482
Ensino Fundamental	135.772	0	85.392	24.127	26.253
Ensino Médio	41.044	473	32.593	0	7.978
Ensino Superior (2005)	48.767	21.550	10.509	0	16.708
Cosmópolis					
Ensino pré-escolar	1.960	0	0	1.904	56
Ensino Fundamental	8.131	0	2.042	5.632	457
Ensino Médio	2.345	0	2.232	0	113
Ensino Superior (2005)	48	0	0	0	48
Cravinhos					
Ensino pré-escolar	1.113	0	0	889	224
Ensino Fundamental	4.553	0	1.999	2.151	403
Ensino Médio	1.209	0	1.112	0	97
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
Engenheiro Coelho					
Ensino pré-escolar	539	0	0	503	36
Ensino Fundamental	2.111	0	688	973	450
Ensino Médio	820	0	452	0	368
Ensino Superior (2005)	1.918	0	0	0	1.918
Guará					
Ensino pré-escolar	906	0	0	844	62
Ensino Fundamental	3.066	0	315	2.595	156
Ensino Médio	598	0	517	30	51

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
Igarapava					
Ensino pré-escolar	766	0	0	572	194
Ensino Fundamental	4.283	0	0	3.795	488
Ensino Médio	1.118	0	840	87	191
Ensino Superior (2005)	32	0	0	0	32
Igaratá					
Ensino pré-escolar	276	0	0	276	0
Ensino Fundamental	1.489	0	430	1.059	0
Ensino Médio	365	0	365	0	0
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Itatiba					
Ensino pré-escolar	3.489	0	0	3109	380
Ensino Fundamental	13.652	0	0	11.772	1.880
Ensino Médio	3.901	0	339	0	562
Ensino Superior (2005)	2.974	0	0	0	2.974
Ituverava					
Ensino pré-escolar	1.475	0	0	1.424	51
Ensino Fundamental	5.313	0	0	4.487	826
Ensino Médio	1.563	0	1.225	0	338
Ensino Superior (2005)	1.978	0	0		1.978
Jaguariúna					
Ensino pré-escolar	1.926	0	0	1886	76
Ensino Fundamental	6.044	0	317	5.160	567
Ensino Médio	1.801	0	1.577	0	224
Ensino Superior (2005)	3.302	0	0	0	3.302
Jardinópolis					
Ensino pré-escolar	1.356	0	0	991	365
Ensino Fundamental	5.438	0	0	4.503	935
Ensino Médio	1.209	0	997	0	212
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
Leme					
Ensino pré-escolar	3.576	0	0	3.487	89
Ensino Fundamental	12.693	0	5.555	6.027	1.111
Ensino Médio	3.697	0	3.321	0	376
Ensino Superior	2.501	0	0	0	2.501

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
(2005)					
Morungaba					
Ensino pré-escolar	307	0	0	275	32
Ensino Fundamental	1697	0	497	1200	0
Ensino Médio	390	0	390	0	0
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Nazaré Paulista					
Ensino pré-escolar	473	0	0	467	07
Ensino Fundamental	2.386	0	1.524	829	33
Ensino Médio	667	0	0	0	667
Ensino Superior (2005)	0	0	0	0	0
Orlândia					
Ensino pré-escolar	929	0	0	801	128
Ensino Fundamental	6.028	0	0	5.360	668
Ensino Médio	1.661	0	1.398	0	263
Ensino Superior (2005)	231	0	0	0	231
Paulínia					
Ensino pré-escolar	3.292	0	0	3.215	77
Ensino Fundamental	12.037	0	2.756	7.973	1.308
Ensino Médio	3.188	0	1.916	989	283
Ensino Superior (2005)	1.380	0	0	0	1.380
Piracaia					
Ensino pré-escolar	817	0	0	767	50
Ensino Fundamental	3.987	0	1.209	2.388	390
Ensino Médio	863	0	738	0	125
Ensino Superior (2005)	78	0	0	0	78
Pirassununga					
Ensino pré-escolar	1.563	0	0	1.404	159
Ensino Fundamental	9.070	0	4.694	1.719	2.657
Ensino Médio	2.864	0	2.036	0	828
Ensino Superior (2005)	1.779	0	531	0	1.248
Porto Ferreira					
Ensino pré-escolar	2.029	0	0	1.966	63
Ensino Fundamental	6.847	0	1.995	3.846	1.006
Ensino Médio	1.903	0	1.259	500	144
Ensino Superior (2005)	402	0	0	0	402
Ribeirão Preto					

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
Ensino pré-escolar	17.340	0	77	12.014	5.249
Ensino Fundamental	76.238	0	36.642	30.397	19.199
Ensino Médio	23.754	0	17.602	449	5.703
Ensino Superior (2005)	26.524	0	4.337	0	22.187
Sales Oliveira					
Ensino pré-escolar	358	0	0	245	113
Ensino Fundamental	1.391	0	591	673	127
Ensino Médio	365	0	365	0	0
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
Santa Rita do Passa Quatro					
Ensino pré-escolar	810	0	0	744	66
Ensino Fundamental	3.010	0	973	1.338	699
Ensino Médio	898	0	656	0	242
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
São Joaquim da Barra					
Ensino pré-escolar	1.693	0	0	1.509	184
Ensino Fundamental	6.327	0	5.543	0	784
Ensino Médio	1.721	0	1.363	0	358
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
São José dos Campos					
Ensino pré-escolar	17.714	0	05	12.976	4.733
Ensino Fundamental	85.581	0	40.501	31.321	13.759
Ensino Médio	30.094	0	22.956	0	7.138
Ensino Superior (2005)	15.098	648	359	40	14.051
São Simão					
Ensino pré-escolar	709	0	0	558	151
Ensino Fundamental	2.103	0	1.327	442	334
Ensino Médio	673	0	578	0	95
Ensino Superior (2005)	-	-	-	-	-
Sertãozinho					
Ensino pré-escolar	2.500	0	0	2.077	423
Ensino Fundamental	16.443	0	3.690	10.659	2.094
Ensino Médio	4.280	0	3.580	0	700
Ensino Superior	876	0	0	0	876

Estados/Municípios	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privado
(2005)					
Taubaté					
Ensino pré-escolar	4.128	0	0	2.879	1.249
Ensino Fundamental	39.524	0	1.985	30.596	6.943
Ensino Médio	11.015	0	7.185	869	2.961
Ensino Superior (2005)	13.187	0	0	12.460	727

Fonte: Ministério da Educação, INEP – Censo Educacional 2007, Censo da Educação Superior 2005

Em Campinas o número de matrículas no Ensino Fundamental alcança 135.772, em São José dos Campos foram realizadas 85.501 matrículas e em Ribeirão Preto 76.238, esses Municípios apresentam os mais elevados números de matrículas da região da All.

Destaca-se que no município de Campinas há um Programa de Educação Ambiental que promove estudos e propostas pedagógicas que contemplam a temática, por meio de oficinas em escolas, discutindo a importância da educação ambiental junto a alunos, profissionais e pais.

Realiza a interface entre Secretaria Municipal de Educação, ONGs e entidades governamentais ligadas à preservação do meio ambiente, divulgando informações e pesquisas na área, atuando junto a elas em eventos de sensibilização e informação junto à população em geral.

Considerando-se a proporção entre oferta e demanda de serviços de educação, percebe-se uma disparidade na situação entre diferentes municípios da All. Alguns apresentam uma boa situação de atendimento à demanda por educação, inclusive na rede pública, como Atibaia, Bragança Paulista, Campinas, São José dos Campos, Sertãozinho e Taubaté.

Nestes municípios, há uma boa capacidade de atender alguma expansão na demanda.

Outros municípios, porém, tem uma estrutura com algumas deficiências em termos de oferta de vagas. Artur Nogueira, Cosmópolis e Paulínia podem ter dificuldades para absorção de um aumento de demanda.

Engenheiro Coelho e Nazaré Paulista tem estrutura bastante insuficiente, mesmo considerada apenas a demanda atual. Aramina apresenta a situação mais crítica, com estrutura muito falha.

O serviço público de educação oferece em geral uma proporção muito maior de vagas que a rede privada em todos os municípios, não considerando do Ensino Superior. Alguns municípios isolados tem uma proporção mais próxima entre as redes pública e privada, caso de Uberaba.

V.3.2.2.1 Taxa de Alfabetização

Nota-se que houve um aumento da taxa de alfabetizados no estado de São Paulo, que passou de 86,43 % em 1991, para 90,44% em 2000. Vale ressaltar que essa tendência abrange todos os municípios da AI indicados na Tabela V.3.2.2.1-2.

Ribeirão Preto (92,56%); Taubaté (92,40%) e São José dos Campos (92,30%) foram os municípios da AI que apresentaram índice de alfabetização superior ao da capital estadual. Alguns municípios apresentaram taxa de analfabetismo bastante elevada, como: Nazaré Paulista 17,50%, Igaratá 15,50%; Guará, de 15,38%; Engenheiro Coelho, de 14,31%; Piracaia 14,10% e Leme, de 13,01%, considerando o ano de 2000.

A taxa de alfabetização cresceu também no estado de MG, considerando os dados de 1991 e 2000. Em 1991, o estado tinha uma taxa de alfabetizados de 77,75 %, que passou para 85,92%, em 2000. Em 1991, a taxa de não alfabetizados era de 22,25%, que caiu para 14,08% em 2000. Porém, esta taxa no estado ainda é elevada.

Belo Horizonte e Uberaba acompanham essa tendência de aumento da taxa de alfabetização e diminuição da taxa de não alfabetizados. Uberaba apresenta índices melhores do que a média estadual, porém a taxa de analfabetos em 2000 ainda era alta, de 8,47%.

Tabela V.3.2.2.1 1- Taxa de Alfabetização –5 ANOS OU MAIS, 1991 E 2000 (%)
Minas Gerais

Estados/Municípios	1991		2000	
	Alfabetizados	Não-alfabetizados	Alfabetizados	Não-alfabetizados
MINAS GERAIS	77,75	22,25	85,92	14,08
Belo Horizonte	88,82	11,18	92,91	7,09
Uberaba	87,33	12,67	91,53	8,47

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000

Tabela V.3.2.2.1 2- Taxa de Alfabetização –5 ANOS OU MAIS, 1991 E 2000 (%) SP

Estados/Municípios	1991		2000	
	Alfabetizados	Não-alfabetizados	Alfabetizados	Não-alfabetizados
SÃO PAULO	86,43	13,57	90,44	9,56
São Paulo (Capital)	88,93	11,07	92,01	7,99
Aramina	82,92	17,08	88,70	11,30
Araras	86,06	13,94	90,26	9,74
Artur Nogueira	82,64	17,36	88,15	11,85
Atibaia	83,00	17,00	89,00	11,00
Bragança Paulista	84,80	15,20	89,50	10,50
Caçapava	87,30	12,70	91,20	8,80
Campinas	89,10	10,90	92,00	8,00

Estados/Municípios	1991		2000	
	Alfabetizados	Não-alfabetizados	Alfabetizados	Não-alfabetizados
Cosmópolis	84,47	15,53	89,48	10,52
Cravinhos	83,20	16,80	87,76	12,24
Engenheiro Coelho	-	-	85,69	14,31
Guará	79,83	20,17	84,62	15,38
Igarapava	83,78	16,22	88,86	11,14
Igaratá	75,20	24,80	84,50	15,50
Itatiba	86,60	13,40	91,00	9,00
Ituverava	85,47	14,53	88,52	11,48
Jardinópolis	84,29	15,71	89,48	10,52
Jaguariúna	85,10	14,90	89,90	10,10
Leme	82,55	17,45	86,99	13,01
Nazaré Paulista	71,50	28,50	82,50	17,50
Morungaba	82,50	17,50	88,60	11,40
Orlândia	87,04	12,96	90,29	9,71
Paulínia	86,80	13,20	90,82	9,18
Piracaia	78,90	21,10	85,90	14,10
Pirassununga	87,12	12,88	91,16	8,84
Porto Ferreira	86,50	13,50	89,51	10,49
Ribeirão Preto	89,77	10,23	92,57	7,43
Sales Oliveira	85,09	14,91	90,75	9,25
Santa Rita do Passa Quatro	83,17	16,83	89,52	10,48
São Joaquim da Barra	85,95	14,05	90,40	9,60
São José dos Campos	88,70	11,30	92,30	7,70
São Simão	86,24	13,76	91,08	8,92
Sertãozinho	84,78	15,22	88,73	11,27
Taubaté	89,50	10,50	92,40	7,60

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991 e 2000

V.3.3 Estrutura Urbana

V.3.3.1 Estrutura Viária e de Transportes

Transporte Rodoviário

De aproximadamente 198.393 km de malha rodoviária (segundo dados do DER, da Secretaria Estadual de Transportes, de 2004), a parte pavimentada do Estado de São Paulo tem um total de 34.650 Km (correspondendo a cerca de 133 km por mil km² de área do Estado, e a 828 km por milhão de habitantes no Estado, com dados de 2005), sendo que 21.533 Km são estaduais (SPs: com número par, sempre ligando à Capital; em número ímpar, sem conexão com a Capital; sendo, no total, 1.257 km em terra, e o restante pavimentado: 14.617 em pista dupla, 3.760 em pista

simples e 1.899 em dispositivos), 1.052 Km federais (BRs: 442 km em pista simples e 610 km em pista dupla) e 11.600 Km são estradas vicinais, sob gestão de governos municipais (que administram 175.808 km de estradas: 164.158 km em terra e 11.649 km em pistas simples pavimentadas) e privadas, em alguns casos.

Esse sistema possibilita que mais de 90,0% da população do Estado esteja a menos de 5 Km de uma rodovia pavimentada (nestas condições, todas Federais e Estaduais, e algumas das vicinais).

No Estado de São Paulo, para o transporte intermunicipal, havia no cadastro da Secretaria dos Transportes e da ARTESP, de 2004: 13.700 ônibus, sendo 5.052 regulares e 8.678 de fretamento – para 1.550 ligações então em operação; no ano, foram transportados 163.661.534 passageiros, incluindo transporte suburbano e auto-lotação – valor que vem reduzindo desde 2000, quando foram 190.403.207 passageiros; respectivamente, foram percorridos 453.777.012 km e 499.960.044 km, em 2004 e em 2000 – indicando claramente redução neste tipo de transporte.

Um total de 138 empresas respondiam pelo sistema regular (uso do sistema mediante pagamento de tarifa; este número inclui o sistema de transporte litorâneo) e 509 empresas operavam o sistema de fretamento.

O transporte de carga no Estado é absorvido pelo sistema rodoviário: mais de 90% do fluxo de cargas corre pelas estradas do Estado. Em 2004, cerca de 50% do volume global de tráfego do Estado e 20% da malha estadual, era operado por 12 Concessionárias privadas, fiscalizadas pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte no Estado de São Paulo.

Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do Brasil, correspondente a 16% de toda a malha viária existente no País. São 269.545,5 km de estradas. Deste total, 7.689,4 km são de rodovias federais, 23.663,1 km de rodovias estaduais, sendo 9.724 Km pavimentadas e 238.191 km de rodovias municipais.

As principais infra-estruturas rodoviárias da All são listadas a seguir. No **Anexo 9** – Mapa de Vegetação e Pontos Notáveis (escala 1:25.000) pode ser observado o local em que as vias de tráfego interceptam o traçado do duto.

- Rodovia Anhangüera – SP-330 - Operada por Concessão Privada, com várias empresas neste trecho. Pedagiada, sendo que das 92 praças estaduais em operações em 2004: ViaNorte/4 praças, Intervias/9 praças, Autovias/4 praças e AutoBAn/8 praças. Após a divisa com Minas Gerais, torna-se a BR-050, ligando a divisa com Brasília-DF. Todos os municípios deste trecho da All têm nesta rodovia, o principal meio de acessar outras partes do estado e do país.

- Rodovia Dom Pedro I – SP-065 - Operada por empresa ligada ao Governo Estadual, a DERSA, que opera ao total 6 praças – e já em processo de transferência para iniciativa privada. Liga Campinas a Jacareí; Paulínia (que se integra a Campinas pela Rodovia José Lozano de Araújo, na altura do Km 118 da Rodovia Anhaguera), Jaguariúna, Campinas, Morungaba, Itatiba, Bragança Paulista, Atibaia, Piracaia, Nazaré Paulista e Igaratá. Na altura de Atibaia e de Bragança Paulista, a SP-065 é cortada pela Rodovia Fernão Dias – BR-381, que liga São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG) – gerida por Concessão privada, em processo de estabelecimento do sistema integral de pedágios (o empreendimento cruza esta Rodovia Federal, nesta altura – de Bragança Paulista, caminho a Atibaia, antes do entroncamento com a Rodovia Dom Pedro I).
- Rodovia (Via) Dutra – BR-116. Operada por Concessão Privada, Nova Dutra – CCR, em seu trecho que liga as capitais São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Integra Igaratá (após confluência com a Rodovia Dom Pedro I), São José dos Campos, Caçapava (onde cruza o empreendimento) e Taubaté. Como grande acesso alternativo à Via Dutra, corre em paralelo a Rodovia do Sistema Trabalhadores – Ayrton Senna – Carvalho Pinto – SP-070 (que liga São Paulo a Taubaté, onde cruza o empreendimento), unindo os mesmos municípios deste trecho (operada por empresa ligada ao Governo Estadual, a DERSA – e já em processo de transferência para iniciativa privada; pedagiada).

Exemplos de outras vias de importância regional, todas cruzadas pelo empreendimento:

- Artur Nogueira e Engenheiro Coelho: Rodovia General Milton Tavares de Sousa (SP-332)
- Araras: Rodovia Wilson Finard (SP-191)
- São Simão: Rodovia Francisco Matarazzo Jr. (SP-253)
- Ribeirão Preto: Rodovia Antonio Machado Sant'Anna (SP-255), Rodovia Mario Donegá (SP-291), e SP-322.
- São Joaquim da Barra: Rodovia Eng. Ronan Rocha (SP-345)
- Ituverava: Rodovia Dr William Amin (SP-385).
- Jaguariúna: Rodovia Ademar de Barros (Campinas – Mogi-Guaçu), Avenida Guido Tozzi, estrada de acesso ao loteamento Long Island.
- Morungaba: Rodovia Jundiá – Morungaba (SP-360) – Estrada Turística, determinada por Lei Estadual.

- Bragança Paulista: Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira (SP-063).
- Campinas: Rodovia Campinas-Souzas e Rodovia Campinas-Pedreira.
- Piracaia: Estrada para Cachoeira de Baixo e Rodovia Jan Antonn Bata (SP-036).
- São José dos Campos: Estrada do Santo Agostinho, Estrada do Turvo, Estrada Rodolpho Sebastião Alvarenga e Rodovia São José dos Campos – Monteiro Lobato (SP-050).
- Caçapava: Rua do Porto (SP-103) e Rodovia Vitor Ardito (SP-062).
- Taubaté: Estrada do Barreiro.

A Secretaria de Transportes de São Paulo é responsável pelo estabelecimento do Corredor Campinas – Vale do Paraíba – Litoral Norte, englobando a Rodovia Dom Pedro I, a Via Dutra e o Sistema Trabalhadores – Ayrton Senna – Carvalho Pinto. E correndo em paralelo ao atual empreendimento, neste trecho.

A gestão regional das estradas paulistas é feita pelo DER, por meio das UBAs – Unidades Básicas de Atendimento. Cada UBA tem uma malha sob sua responsabilidade. Esta malha permite inferir a complexidade de cada região. Para o trecho Paulínia – Taubaté, da AII do empreendimento, como exemplo, tem-se que, somando acessos e estradas: a UBA de São José dos Campos opera 280 km, a de Taubaté 395 km (demonstrando a complexidade desta região), a de Campinas 236 km – de um total de 6.251 km (em 26 UBAs em funcionamento).

À época, não havia UBAs operando no trecho paulista de Uberaba a Paulínia, além da UBA de Campinas, nem na região de Bragança Paulista.

A CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, é responsável por grande parte do investimento estadual em estradas vicinais, junto das Prefeituras Municipais.

É responsável pelo Programa Melhor Caminho, criado em 1997. No período 2007/2008, foram recuperados mais de 2.300 km de estradas vicinais, por meio de 403 convênios com Prefeituras Municipais. Para 2009, são previstos investimentos para mais 2.000 km (atingindo todos os municípios paulistas, e grande parte dos empreendimentos da AII, com poucos exemplos já concluídos) e, em 2010, para mais 2.700 km de estradas vicinais. Outro investimento, casado ao da CODASP, é pelo programa Pró-Vicinais, do Governo Estadual, que prevê investimentos nesta sua quarta fase, para as regiões de Campinas, Bragança Paulista e São José dos Campos, área do trecho Paulínia – Taubaté da AII deste empreendimento.

Serão atendidas estradas vicinais estaduais e municipais, em municípios como Atibaia, Jaguariúna, Campinas, Taubaté, São José dos Campos e Bragança Paulista. A característica deste programa é investir em pequenos trechos para resolver problemas fundamentais em estradas vicinais.

Para se ter noção da complexidade do transporte intra-municipal, comparado aos dados de transporte intermunicipal, é apresentada a Tabela V.3.3.1. – 1.

A infra-estrutura de transportes da Região Administrativa de São José dos Campos, uma das mais importantes do país, é constituída pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e pela malha ferroviária da MRS Logística, que fazem a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a região é servida pelas Rodovias SP-50, que faz o elo com o sul de Minas Gerais; SP-99 ou Rodovia dos Tamoios, que leva ao litoral Norte; e Carvalho Pinto, que atende as cidades da Região Metropolitana de São Paulo e do Vale do Paraíba, com conexão com a Rodovia D. Pedro I, que, por sua vez, faz a ligação com Campinas e o interior do Estado.

A maior parte dos municípios conta com transporte público urbano, operado na totalidade dos casos por empresas privadas. Porém, há alguns municípios que não possuem estes serviços, sendo estes Aramina, Engenheiro Coelho e Guará.

Tabela V.3.3.1 – 1 – Dados municipais sobre transporte coletivo

Município	Número Empresas Ônibus Rural/Urbano (R/U)	Linhas Regulares Ônibus (R/U)	Número passageiros/ano (em mil) (R/U)
Atibaia	1	25	4.972
Aramina	-	-	-
Araras	1	35	8912
Artur Nogueira	1	2	112
Bragança Paulista	1	39	8.814
Caçapava	1	11	4.456
Campinas	6	176	110.542
Cosmópolis	1	3	445
Cravinhos	3	6	67
Engenheiro Coelho	-	-	-
Igaratá	1	2	-
Guará	-	-	-
Igarapava	1	2	-
Itatiba	1	22	4.733
Ituverava	3	4	194
Jaguariúna	1	8	972
Jardinópolis	1	1	35
Morungaba	1	1	35
Nazaré Paulista	1	14	26
Orlândia	1	4	576
Paulínia	1	8	5.499
Piracaia	2	5	195

Município	Número Empresas Ônibus Rural/Urbano (R/U)	Linhas Regulares Ônibus (R/U)	Número passageiros/ano (em mil) (R/U)
Pirassununga	1	8	1735
Porto Ferreira	1	5	967
Ribeirão Preto	3	78	50.025
Sales Oliveira	1	-	-
Santa Rita do Passa Quatro	1	12	29
São Joaquim da Barra	1	5	65
São José dos Campos	4	78	48.879
São Simão	1	1	92
Sertãozinho	1	9	1774
Taubaté	1	23	18.623
Uberaba	2	33	-

Fonte: Fundação SEADE, acessada em Fevereiro de 2009, e www.trans1000.com.br.

Fluxo de veículo atual e futuro nas principais vias de tráfego

Conforme pode ser observado na **Tabela V.3.3.1 – 2**, a frota veicular do Estado de São Paulo apresenta um crescimento médio de 6% ao ano.

Tabela V.3.3.1 – 2 – Frota veicular do Estado de São Paulo

Ano	Número Total de Veículos
1990	7.103.109
1991	8.004.509
1992	7.893.059
1993	8.477.512
1994	8.987.232
1995	9.915.931
1996	10.342.810
1997	10.769.688
1998	11.400.948
1999	11.867.438
2000	10.603.826
2001	11.348.349
2002	12.025.243
2003	12.665.366
2004	13.367.137
2005	14.176.475
2006	15.187.281

Fonte: <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>

Conforme dados obtidos no site <http://www2.cidades.gov.br/renaest/> a frota de Uberaba cresceu 8% no período de 2007 a 2008.

Com base nestes dados é possível estimar o aumento do fluxo de veículos nos municípios do Estado de São Paulo e em Uberaba.

À título de ilustração, a **Tabela V.3.3.1-3** apresenta a frota de veículos dos municípios da All em 2009 e sua projeção para 2019.

Esta tabela foi construída com base na quantidade de veículos existentes em 2006 para os municípios do Estado de São Paulo, considerando o crescimento médio da frota de 6% ao ano. Para Uberaba, foi considerada a frota existente em 2008 e o crescimento de 8% ao ano.

Tabela V.3.3.1-3 – Frota de veículos dos municípios da All

MUNICÍPIO	2009	2019
Aramina	1.645	3.528
Araras	62.837	134.784
Artur Nogueira	20.035	42.976
Atibaia	61.023	130.894
Bragança Paulista	71.818	154.049
Cravinhos	12.657	27.149
Cosmópolis	24.313	52.152
Campinas	626.296	1.343.404
Cacapava	31.743	68.089
Engenheiro Coelho	4.598	9.862
Guara	5.152	11.051
Igarapava	8.995	19.295
Ituverava	16.734	35.895
Itatiba	48.686	104.431
Igarata	2.609	5.597
Jardinópolis	13.440	28.829
Jaguariúna	24.109	51.713
Leme	41.226	88.430
Morungaba	5.373	11.526
Nazare Paulista	5.559	11.924
Orlandia	22.568	48.409
Porto Ferreira	25.301	54.271
Pirassununga	37.489	80.414
Paulínia	42.930	92.086
Piracaia	9.662	20.725
Ribeirão Preto	336.918	722.690
Sales Oliveira	4.168	8.940
Santa Rita do Passa Quatro	12.828	27.517
São Joaquim da Barra	23.966	51.408
São José dos Campos	273.036	585.662

MUNICÍPIO	2009	2019
Sao Simao	5.476	11.747
Sertaozinho	56.006	120.134
Taubate	131.103	281.215
Uberaba	131.113	283.063

Fonte: adaptado de <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>

Com base nos dados de fluxo atual de veículos nas principais vias de tráfego da AI, foi construída a **Tabela V.3.3.1 – 4** que apresenta o fluxo atual de veículos por via no trecho que corta o traçado do SEDA, identificado pelos municípios interligados pelo referido trecho, bem como a projeção do fluxo para 2019.

Tabela V.3.3.1 – 4 – Fluxo atual e projetado de veículos nas principais vias atravessadas pelo SEDA

MUNICIPIOS	VIA SP	VDM* 2009	VDM 2019
Piracaia /Bom Jesus dos Perdões	063	5772	12381
São José Campos /Monteiro Lobato	050	1925	4129
Taubaté / Pindamonhangaba	062	7624	16353
Itatiba /Bragança Paulista	063	7461	16004
Bragança Paulista /Piracaia	063	1304	2796
Nazaré Paulista /Atibaia	065	16532	35461
Jaguariúna /Artur Nogueira	107	5919	12697
Taubaté / Tremembé	123	8463	18153
Rio Claro /Charqueada	191	4501	9654
Pirassununga /Sta Cruz das Palmeiras	201	2655	5695
Aguaí / Pirassununga	225	1892	4059
Luiz Antonio / Via Anhanguera	253	6649	14263
São Simão / Via Anhanguera	253	2453	5261
Ribeirão Preto / Dumont	291	6283	13477
Sales Oliveira / Orlândia	328	5215	11187
Sta. Rita do Passa Quatro /Anhanguera	241	3197	6858
Paulínia /Campinas	332	45338	97249
Eng. Coelho / Artur Nogueira	332	9017	19341
Eng. Coelho / Conchal	332	2888	6196
São Joaquim da Barra /Ipuã	345	3653	7836
Jundiaí / Itatiba	360	16076	34482
Ituverava / Anhanguera	385	2098	4501

VDM – Volume Diário Médio

Fonte: adaptado de <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>

Transporte Hidroviário

Apesar de pouco utilizado, o sistema de hidrovias vem ganhando espaço no país e nos estados da AII. Os portos fluviais de Iturama (Rio Grande) e Santa Vitória (rio Paranaíba), no Triângulo Mineiro, e de Pirapora, no Rio São Francisco, são opção para o escoamento da produção de Minas Gerais, fazendo com que os produtos cheguem aos países do Mercosul e mesmo a outras regiões do mundo.

No estado de São Paulo, destacam-se a hidrovia Tietê-Paraná, que possui 800 Km de vias navegáveis, 10 eclusas, 10 barragens, 23 pontes, 19 estaleiros e 30 terminais intermodais de carga, também servindo ao escoamento da produção e exportação. A rede hidroviária fluvial integral chega a superar os 2.400 km (sendo 800 km no rio Tietê e 1.600 km no rio Paraná).

A principal infra-estrutura hidroviária do estado é o Terminal Portuário de Santos (administrado pelo Governo Federal), em Santos-SP, o maior porto da América Latina e que representa uma das principais vias para importação e exportação no Brasil. No ano de 2008, até o mês de outubro, foram movimentadas por este porto cerca de 44 mil toneladas de cargas de exportação, e 25,5 mil toneladas de importação. Próximo da região, há o porto de São Sebastião, segundo porto marítimo do Estado, hoje em expansão e administrado pelo Governo Estadual. O trecho relacionado à AII corresponde às melhorias entre Paulínia (próxima a um Terminal Intermodal) e Bragança Paulista, segundo dados de 2004 do Departamento Hidroviário (DH) da Secretaria dos Transportes.

Transporte Aéreo

A infra-estrutura aeroportuária de Minas Gerais é composta por 66 aeroportos. O principal aeroporto de Minas Gerais é o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado no município de Confins, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte possui ainda dois outros aeroportos, o da Pampulha, destinado à aviação regional, e o de Carlos Prates.

No interior do Estado, cidades como Montes Claros, Uberaba (na AII), Uberlândia, Diamantina, Ipatinga, Poços de Caldas e Juiz de Fora contam com aeroportos e linhas regulares de transporte aéreo.

No estado de São Paulo, o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (DAESP – gestão do governo estadual) administra 31 aeródromos localizados no interior do estado e em alguns dos principais pólos de desenvolvimento. Há outros equipamentos para futura e breve inclusão neste sistema. Outros cinco são administrados pela INFRAERO (gestão do governo federal). Destes, os principais são (com dados de 2004, da INFRAERO): o Aeroporto Internacional Gov. André Franco Montoro/Cumbica, localizado em Guarulhos-SP; o Aeroporto de Congonhas, na capital São Paulo; o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas-SP; e o aeroporto de São José dos Campos, os dois últimos dentro da AII. Na AII existe ainda o Aeroporto Estadual Dr. Leite Lopes, em Ribeirão Preto, pelo qual circulam por ano cerca de 385 mil passageiros e 30 mil vôos.

No caso dos aeroportos paulistas geridos pela INFRAERO, em 2004, foram: 20.091.229 passageiros domésticos e 7.358.581 passageiros internacionais, 411.894 pousos e decolagens domésticos e 70.523 pousos e decolagens internacionais, 233.327.313 kg de carga doméstica e 476.206.165 de carga internacional, e 30.515.780 kg de correio doméstico e 9.936.694 kg de correio internacional.

Na região, são citados, ainda: Aeroporto dos Amarais, em Campinas; Aeroporto de Bragança Paulista; e Aeroporto de Jundiaí (fora da AII, mas com intensa relação regional, por Itatiba).

Transporte Ferroviário

A infra-estrutura ferroviária de São Paulo cobre todo estado de São Paulo e de Minas Gerais. No caso paulista, são mais de 5.100 km (correspondendo de 20,6 km por mil km² de área do Estado; em 2004: 17% da malha nacional), com bitolas de 1,00m, 1,60m e mista – em sua maioria sob jurisdição federal e operadas por concessões privadas diversas. As ferrovias atendem principalmente o transporte de cargas, em franco detrimento do transporte de passageiros. Há grande entroncamento em Campinas, interligando grande parte dos municípios desta AII.

V.3.3.2 Habitação e Saneamento

Para a caracterização da infra-estrutura de saneamento da AII, foram utilizados dados do Censo do IBGE de 2000, expostos nas **Tabelas V.3.3.2-1 a V.3.3.2-6**.

Dentre os 4.765.258 domicílios de Minas Gerais, a rede geral foi a forma mais comum de abastecimento, atingindo 3.953.396 domicílios. O uso de poço ou nascente é utilizado por 685.220 domicílios. Já 126.642 domicílios utilizam outra forma de abastecimento. Em Belo Horizonte, dentre os 628.447 domicílios, a forma de abastecimento mais comum é a servida pela rede geral, que abastece 623.790 domicílios. Em seguida, têm-se outras formas de abastecimento, que corresponde a 2.511 domicílios. O uso de poço ou nascente é feito por 2.146 domicílios.

O estado de São Paulo possui 10.364.152 domicílios, dos quais, 9.690.889 são servidos pela rede geral de abastecimento de água. Já 584.723 domicílios utilizam poços ou nascentes na própria propriedade. Outras formas de abastecimento de água são utilizadas por 88.540 domicílios.

Dentre os domicílios do estado de São Paulo, 8.466.151 contam com rede geral de esgoto ou pluvial. A fossa séptica é utilizada em 677.822 domicílios e a fossa rudimentar em 661.022. Já 293.921 domicílios fazem uso de rios, lagos ou mares para o escoamento sanitário. A vala é utilizada por 165.032 domicílios. Outras formas de escoadouro são utilizadas por 55.128 domicílios. E 45.076 domicílios não apresentam banheiro, nem sanitários.

No estado de São Paulo, 9.931.719 dos domicílios têm o lixo coletado, 9.669.061 têm a coleta realizada por serviço de limpeza e 297.338 queimam-no na propriedade. Em 262.658 domicílios a coleta é realizada por caçamba e serviço de limpeza. 58.711 domicílios jogam-no em terreno baldio ou logradouro, 42.268 enterram-no na propriedade. 20.474 domicílios dão outro destino ao lixo e 13.642, jogam-no em rio, lago ou mar.

Em Uberaba, dentre 72.546 domicílios, a rede geral serve 68.999 domicílios, ao passo que 3.342 fazem uso de poço ou nascente. Apenas 205 domicílios utilizam outras formas de abastecimento.

Dos 4.765.258 domicílios de MG, 3.249.313 utilizam a rede geral de esgoto ou pluvial. Outros três tipos de esgotamento sanitário mais comuns foram: a fossa rudimentar, utilizada 764.162 domicílios, a utilização de rio, lago ou mar, que somou 274.007 domicílios e a fossa séptica, que foi usada por 119.318 domicílios. O número de domicílios que não tinham banheiro nem sanitário foi de 240.191.

Belo Horizonte conta com 628.447 domicílios e a rede geral de esgoto ou pluvial atinge 580.196 domicílios; rio, lago ou mar são usados por 15.183 domicílios e a fossa rudimentar é utilizada por 11.767 domicílios. Em Uberaba, o número total de domicílios é de 72.546. Desses, a maioria utiliza a rede geral de esgoto ou pluvial, que abrange 68.644 domicílios. A fossa rudimentar é utilizada por 2.775 domicílios e a fossa séptica, por 487.

O destino mais comum do lixo, dentre os 4.765.258 domicílios de MG é o serviço de coleta que atinge 3.733.665 desses. Em seguida, tem-se a coleta por serviço de limpeza, que atinge 3.564.125 domicílios e a queima do lixo em propriedade, que é efetuada por 685.913 domicílios.

Dentre os 628.447 domicílios de Belo Horizonte, 619.356 usufruem do sistema de coleta para recolher o lixo. 606.943 domicílios têm o lixo coletado por serviço de limpeza e 12.413 domicílios têm o lixo coletado em caçamba por serviço de limpeza. Uberaba possui 72.546 domicílios, dentre os quais 69.624 contam com a coleta, 69.624 têm lixo coletado por serviço de limpeza e 1.836 queimam o lixo na própria propriedade.

Vale ressaltar que a maioria dos municípios da AI, nesse trecho, apresenta a tendência de contar com a rede geral como forma mais comum de abastecimento de água, seguida do uso de poço ou nascente na propriedade e de outras formas de abastecimento. A única exceção é o município de Sales de Oliveira, que tem um número total de 2.581 domicílios, sendo que 2.215 são atendidos pela rede geral e 366 fazem uso de poços ou nascentes. Este município não apresenta outras formas de abastecimento de água.

Nota-se que todos os municípios apresentam a rede geral de esgoto ou pluvial como principal tipo de escoamento sanitário. Há variações em relação à maior utilização de fossas sépticas, rudimentares ou valas, mas não são significativas.

O Município de Itatiba tem o maior percentual de atendimento de Coleta de Lixo (99,67%), seguida por Morungaba e Paulínia com 99,47% cada uma. Piracaia é o Município com menor índice 81,48%

Quanto à porcentagem de domicílios particulares permanentes urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água, no município de Itatiba apresenta 98,94%, enquanto que no Município de Piracaia apresenta apenas 67,92%.

Quanto à porcentagem de domicílios particulares e permanentes urbanos atendidos por rede geral de esgoto sanitário, o que apresenta o maior percentual é o município de Itatiba com 96,94%, e o que apresenta menor percentual é o de Igaratá com 42,37%, esse município trata 100% do esgoto coletado.

O Município de Campinas coleta 86,45% do esgoto, no entanto trata apenas 12,00%. Os Municípios de Morungaba e Paulínia atendem 90,10% dos domicílios e trata 100% do esgoto coletado.

Quanto ao percentual do lixo destinado a aterros sanitários, usinas de compostagem, incineração ou reciclagem, o município de Campinas destina 99,00% do lixo e São Jose dos Campos dá destino adequado a apenas 29,00% do seu lixo.

Tabela V.3.3.2-1 – Abastecimento de Água – Minas Gerais (domicílios)

Estados/Municípios	Total	Forma de abastecimento de água		
		Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Outra forma
MINAS GERAIS	4.765.258	3.953.396	685.220	126.642
Belo Horizonte	628.447	623.790	2.146	2.511
Uberaba	72.546	68.999	3.342	205

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Tabela V.3.3.2 -2– Esgotamento Sanitário – Minas Gerais (domicílios)

Estados/Municípios	Total	Tipo de esgotamento sanitário						
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro	Não tinham banheiro nem sanitário
MINAS GERAIS	4.765.258	3.249.313	119.318	764.162	74.629	274.007	43.638	240.191
Belo Horizonte	628.447	580.196	6.192	11.767	6.188	15.183	6.605	2.316
Uberaba	72.546	68.644	487	2.775	66	172	84	318

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Tabela V.3.3.2-3– Destino do Lixo – Minas Gerais – 2000 (domicílios)

Estados/Municípios	Total	Destino do lixo							
		Coletado	Coletado por serviço de limpeza	Coletado em caçamba por serviço de limpeza	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
MINAS GERAIS	4.765.258	3.733.665	3.564.125	169.540	685.913	32.855	248.788	16.671	47.366
Belo Horizonte	628.447	619.356	606.943	12.413	3.296	42	3.637	1.340	776
Uberaba	72.546	69.828	69.624	204	1.836	353	437	20	72

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Tabela V.3.3.2-4 – Abastecimento de Água – São Paulo 2000 (domicílios)

Estados/Municípios	Total	Forma de abastecimento de água		
		Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Outra forma
SÃO PAULO	10.364.152	9.690.889	584.723	88.540
São Paulo (Capital)	2.985.977	2.944.952	21.811	19.214
Aramina	1.383	1.256	125	2
Araras	28.426	27.076	1.272	78
Artur Nogueira	9.008	8.075	932	1
Atibaia	30.315	20.144	10.062	109
Bragança Paulista	34.359	29.199	5.073	87
Caçapava	19.898	17.290	2.323	285
Campinas	283.446	273.147	7.257	3.042
Cosmópolis	12.322	11.882	401	39
Cravinhos	7.561	7.192	363	6
Engenheiro Coelho	2.587	1.792	665	130
Guará	5.332	4.876	449	7
Igarapava	7.631	7.187	422	22
Igaratá	2.282	1.253	848	181
Itatiba	22.306	19.113	3.041	152
Ituverava	10.581	10.209	362	10
Jaguariúna	7.969	7.153	795	21
Jardinópolis	8.235	7.651	571	13
Leme	21.863	20.983	870	10
Morungaba	2.598	1.993	604	1
Nazaré Paulista	3.983	1.311	2.595	77
Orlândia	9.967	9.732	230	5
Paulínia	13.769	13.293	458	18
Piracaia	6.307	4.284	1.955	68
Pirassununga	18.653	17.246	1.397	10
Porto Ferreira	13.221	12.627	532	62
Ribeirão Preto	145.158	141.806	1.705	1.647
Sales Oliveira	2.581	2.215	366	-
Santa Rita do Passa Quatro	7.557	6.705	850	2
São Joaquim da Barra	11.622	11.349	268	5
São José dos Campos	144.586	137.310	6.651	625

Estados/Municípios	Total	Forma de abastecimento de água		
		Rede geral	Poço ou nascente (na propriedade)	Outra forma
São Simão	3.701	3.356	343	2
Sertãozinho	25.746	24.794	892	60
Taubaté	66.435	63.370	2.847	218

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000



Tabela V.3.3.2-5– Esgotamento Sanitário – São Paulo, 2000 (domicílios)

Estados/Municípios	Total	Tipo de esgotamento sanitário						
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro	Não tinham banheiro nem sanitário
SÃO PAULO	10.364.152	8.466.151	677.822	661.022	165.032	293.921	55.128	45.076
São Paulo (Capital)	2.985.977	2.604.766	108.074	69.194	48.788	123.192	25.005	6.958
Aramina	1.383	1.205	6	149	2	13	-	8
Araras	28.426	26.914	700	736	13	30	7	26
Artur Nogueira	9.008	8.075	154	753	7	2	2	15
Atibaia	30.315	14.840	4.405	9.716	183	919	99	153
Bragança Paulista	34.359	26.033	3.342	4.203	100	482	11	188
Caçapava	19.898	16.123	2.314	1.091	59	217	8	86
Campinas	283.446	241.826	14.662	15.786	1.867	7.511	808	986
Cosmópolis	12.322	10.897	406	864	4	109	22	20
Cravinhos	7.561	7.183	119	203	13	30	1	12
Engenheiro Coelho	2.587	1.777	209	579	3	14	1	4
Guará	5.332	4.985	294	9	3	22	1	18
Igarapava	7.631	7.110	176	169	5	104	20	47
Igaratá	2.282	701	234	1.083	31	173	25	35
Itatiba	22.306	18.173	1.170	2.671	10	245	4	33
Ituverava	10.581	10.157	156	203	2	36	6	21
Jaguariúna	7.969	6.735	675	473	3	50	11	22
Jardinópolis	8.235	7.616	241	328	3	35	1	11
Leme	21.863	21.013	283	358	41	126	4	38
Morungaba	2.598	1.894	431	194	10	55	11	3
Nazaré Paulista	3.983	934	892	1.948	38	74	11	86
Orlândia	9.967	9.706	206	30	-	5	5	15
Paulínia	13.769	11.565	1.459	679	13	14	6	33
Piracaia	6.307	3.735	934	1.162	71	317	19	69

Estados/Municípios	Total	Tipo de esgotamento sanitário						
		Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Outro escoadouro	Não tinham banheiro nem sanitário
Pirassununga	18.653	17.108	363	1.042	13	67	7	53
Porto Ferreira	13.221	12.188	61	766	9	166	3	28
Ribeirão Preto	145.158	138.521	3.373	2.565	27	374	79	219
Sales Oliveira	2.581	2.183	205	124	-	66	-	3
Santa Rita do Passa Quatro	7.557	6.534	493	412	12	69	25	12
São Joaquim da Barra	11.622	11.325	101	119	2	49	1	25
São José dos Campos	144.586	128.850	7.374	5.072	895	2.026	139	230
São Simão	3.701	3.338	258	92	-	3	1	9
Sertãozinho	25.746	24.290	417	487	18	470	3	61
Taubaté	66.435	60.328	2.548	2.442	262	725	49	81

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Tabela V.3.3.2-6 – Destino do Lixo – São Paulo, 2000 (domicílios)

Estados/Municípios	Total	Destino do lixo							
		Coletado	Coletado por serviço de limpeza	Coletado em caçamba por serviço de limpeza	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
SÃO PAULO	10.364.152	9.931.719	9.669.061	262.658	297.338	42.268	58.711	13.642	20.474
São Paulo (Capital)	2.985.977	2.962.056	2.882.934	79.122	4.377	369	9.890	5.665	3.620
Aramina	1.383	1.233	1.221	12	136	7	5	2	-



Estados/Municípios	Total	Destino do lixo							
		Coletado	Coletado por serviço de limpeza	Coletado em caçamba por serviço de limpeza	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
Araras	28.426	27.728	27.579	149	564	55	49	1	29
Artur Nogueira	9.008	8.269	8.182	87	550	60	15	-	114
Atibaia	30.315	26.707	26.060	647	2.369	718	356	7	158
Bragança Paulista	34.359	32.542	30.850	1.692	1.267	320	188	7	35
Caçapava	19.898	19.159	18.424	735	545	70	83	5	36
Campinas	283.446	278.598	270.540	8.058	2.258	231	1.543	515	301
Cosmópolis	12.322	12.037	11.968	69	176	18	16	9	66
Cravinhos	7.561	7.219	7.193	26	216	83	23	1	19
Engenheiro Coelho	2.587	2.168	2.117	51	351	17	13	-	38
Guará	5.332	5.002	4.892	110	263	9	51	3	4
Igarapava	7.631	7.229	7.205	24	309	28	40	17	8
Igaratá	2.282	1.664	1.475	189	472	95	23	1	27
Itatiba	22.306	21.600	20.263	1.337	470	85	68	8	75
Ituverava	10.581	10.240	10.238	2	283	21	23	-	14
Jaguariúna	7.969	7.490	7.266	224	399	43	28	-	9
Jardinópolis	8.235	7.606	7.590	16	450	65	62	-	52
Leme	21.863	21.188	21.088	100	505	94	57	2	17
Morungaba	2.598	2.298	2.145	153	199	47	35	-	19
Nazaré Paulista	3.983	2.336	2.031	305	1.235	253	104	5	50
Orlândia	9.967	9.748	9.713	35	65	3	132	-	19
Paulínia	13.769	13.488	13.369	119	220	26	14	1	20
Piracaia	6.307	5.139	4.489	650	744	270	110	9	35
Pirassununga	18.653	17.325	17.222	103	1.085	147	67	1	28
Porto Ferreira	13.221	12.763	12.725	38	300	77	70	2	9

Estados/Municípios	Total	Destino do lixo							
		Coletado	Coletado por serviço de limpeza	Coletado em caçamba por serviço de limpeza	Queimado (na propriedade)	Enterrado (na propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar	Outro destino
Ribeirão Preto	145.158	143.867	140.527	3.340	654	230	307	24	76
Sales Oliveira	2.581	2.211	2.211	-	253	23	50	-	44
Santa Rita do Passa Quatro	7.557	6.772	6.746	26	453	187	69	7	69
São Joaquim da Barra	11.622	11.352	11.338	14	191	36	28	4	11
São José dos Campos	144.586	143.087	138.099	4.988	998	194	224	19	64
São Simão	3.701	3.401	3.398	3	174	85	19	-	22
Sertãozinho	25.746	24.879	24.811	68	495	94	253	6	19
Taubaté	66.435	64.908	64.433	475	1.272	115	103	7	30

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

A Tabela **V.3.3.2.-7** apresenta os dados para habitação na All, com número de domicílios total, urbano e rural e condições de habitação, considerando a existência de espaço suficiente e infra-estrutura interna urbana adequada. Estes indicadores, segundo a Fundação SEADE, correspondem respectivamente à existência de pelo menos 4 cômodos, sendo ao menos um banheiro, e a presença de água encanada, coleta de lixo, e esgotamento pela rede pública ou por fossa séptica.

O município com melhor índice de infra-estrutura domiciliar foi Araras, com 99,37% adequados, seguido por Sales Oliveira, com 99,27% adequados, e Orlândia, com 99,09%. Todos os demais municípios tiveram índice inferior a 99%, porém a grande maioria teve mais de 90%.

Por outro lado, Piracaia apresentou apenas 59,62% domicílios com infra-estrutura adequada, e Atibaia, cerca de 60%. Em geral, pode-se concluir que a infra-estrutura é menos adequada no meio rural, posto que os municípios que concentram deficiências neste quesito em geral tem maior proporção de domicílios na área rural.

Já com relação ao espaço, a maior parte dos municípios teve índice acima de 80% adequados. O mais baixo encontrado foi em Igaratá, com apenas 47,38%, seguido por Nazaré Paulista, com 70,79%, e Engenheiro Coelho, 73,91%.

O município da All com maior proporção de domicílios com espaço suficiente foi Santa Rita do Passa Quatro, com 95,78%, número próximo ao de Taubaté, com 95,47%. O município de Caçapava teve um bom índice, em torno de 93%, e Uberaba teve 92,42%.

Tabela V.3.3.2.-7– Habitação nº de Domicílios, Domicílios Urbanos e Rurais, e Domicílio com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada.

Município	Número de Domicílios	Número de Domicílios Urbanos	Numero de Domicílios Rurais	Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	Domicílios com Infra - Estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)
Uberaba*	72.546	70.178	2.368	92,42	96,25
Aramina	1.383	1.208	175	89,58	95,68
Araras	28.426	26.738	1.688	90,72	99,37
Artur Nogueira	9.008	8.272	736	84,68	97,5
Bragança Paulista	34.359	30.657	3.702	84,72	89,87
Cosmópolis	12.322	11.886	436	86,25	92,01
Cravinhos	7.561	7.234	327	94,11	98,94
Engenheiro Coelho	2.587	1.828	759	73,91	94,09
Guará	5.332	5.006	326	83,98	89,8
Igarapava	7.631	7.067	564	88,84	92,5
Ituverava	10.581	9.978	603	93,94	98,52
Jardinópolis	8.235	7.501	734	90,52	96,09

Município	Número de Domicílios	Número de Domicílios Urbanos	Numero de Domicílios Rurais	Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	Domicílios com Infra - Estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)
Leme	21.863	21.096	767	86,78	98,64
Orlândia	9.967	9.750	217	93,58	99,09
Pirassununga	18.653	16.668	1.985	90,75	98,88
Porto Ferreira	13.221	12.740	481	88,53	95,03
Ribeirão Preto	145.158	144.609	549	91,07	96,16
Sales Oliveira	2.581	2.200	381	96,45	99,27
Santa Rita do Passa Quatro	7.557	6.666	891	95,78	98,29
São Joaquim da Barra	11.622	11.407	215	91,21	98,16
São Simão	3.701	3.359	342	94,58	98,72
Sertãozinho	25.746	24.687	1.059	86,94	96,93
Paulínia	13.926	13.785	141	83,54	93,54
Jaguariúna	7.995	7.003	992	86,69	95,24
Campinas	290.762	286.458	4304	90,17	89,25
Morungaba	2637	2096	541	85,29	91,59
Itatiba	22.500	18.393	4.107	86,49	97,66
Bragança Paulista	34.999	31.235	3.764	84,72	89,87
Atibaia	31.054	27.472	3.582	83,07	60,61
Piracaia	6.574	6.574	-	79,82	59,62
Nazaré Paulista	4.063	1.630	2.433	70,79	77,97
Igaratá	2.309	1.651	658	47,38	75,84
São José dos Campos	147.147	145.334	1.813	92,69	86,74
Caçapava	20.188	17.869	2.319	93,06	88,59
Taubaté	67.476	63.650	3.828	95,47	88,81

Fonte: SEADE. Perfil Municipal. * IBGE, Censo Demográfico 2000.

V.3.3.3 Segurança Pública

O município de Uberaba-MG sedia a 15ª Delegacia Regional da Polícia Civil. No estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública, os municípios de São José dos Campos, Ribeirão Preto, Campinas e Piracicaba, sediam Delegacias do Interior (DEINTER).

Os crimes de maior incidência (que possuem registro oficial) nestes municípios são “furtos” e “furto e roubo de veículos”, que em 2008 oscilaram entre 250 e 320 ocorrências por cada grupo de 100 mil habitantes, conforme indicador da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. O município com maior número destas ocorrências foi Paulínia, com 396 por 100 mil habitantes.

Paulínia também apresentou índice de homicídios dolosos alto, de 7,89 por 100 mil habitantes; e Leme apresentou o mais alto índice, com 11,19 por cem mil, ou cerca do dobro do encontrado na maioria das outras cidades da AI (Secretaria de Segurança Pública, 2009).

Excluindo o caso particular do município de Itatiba, nos demais municípios com dados disponíveis para aferição, podemos afirmar que há uma diminuição acentuada das taxas de criminalidade, na última década, como no caso de São José dos Campos, Caçapava, Campinas e Paulínia. Há uma tendência de estabilidade nos municípios de Itatiba, Bragança e Taubaté. Esses números possuem uma correlação direta com as políticas públicas desenvolvidas por cada município do trecho estudado.

Os serviços públicos desenvolvidos pelos municípios, como escolas e serviços sociais, têm um papel a cumprir na tentativa de reduzir os níveis de criminalidade. Deste modo, embora a polícia seja importante para a prevenção criminal, a quantidade total de crimes numa área, por si só, não pode ser utilizado como medida de sucesso da polícia. São importantes as medidas adotadas por municípios, como exemplo Campinas (Secretaria de Educação, 2009), São José dos Campos (Prefeitura Municipal, 2009) e Taubaté (Departamento de Educação, 2009), que implantaram escolas de tempo integral para crianças e adolescentes, além de programas diversos de capacitação profissional com vistas à geração de emprego e renda como promove o poder público em Atibaia na formulação de políticas para o turismo (Prefeitura de Atibaia, 2009).

Todos os municípios, nesse trecho paulista sob influência do duto, possuem atuantes secretarias de desenvolvimento social. Existem dezenas de programas como casa da mãe trabalhadora, oficinas de artesanato, educação e inclusão pelo esporte, padarias artesanais em parceria com o governo do Estado de São Paulo, projetos musicais, teatro e dança na periferia que reduzem a exposição dos jovens de periferia à criminalidade.

Os municípios com disponibilidade orçamentária maior têm feito diversas parcerias com a Polícia Militar do Estado de São Paulo para melhorar a estrutura física das corporações, bem como investimentos em comunicação e tecnologia da informação para agilizar o atendimento das ocorrências como fizeram São José dos Campos e Taubaté entre os anos de 2003 a 2006 (Secretaria de Segurança Pública, 2009). Também são importantes as escolas técnicas e os programas de bolsa de estudos para a população de baixa renda implementadas pelas redes de cobertura social dos municípios.

É um fato conhecido na criminologia que um grupo pequeno de locais é responsável por uma proporção grande dos crimes que ocorrem na sociedade. Trata-se do fenômeno da concentração espacial do crime, determinada por características sócio demográficas, geográficas, econômicas e históricas dos locais - aqui entendidos como bairros, cidades ou estados.

Assim, normalmente, se selecionarmos um bairro violento de cidades como Campinas ou São José dos Campos, suas taxas de homicídios serão muito maiores do que a da média das cidades; e serão maiores do que a média do estado.

Alguns fatores que reconhecidamente afetam o volume e o tipo de criminalidade de local para local são: densidade populacional e grau de urbanização; variações na composição demográfica da população; mobilidade populacional; sistema de transporte; condições econômicas, incluindo renda mediana, nível de pobreza e disponibilidade de empregos; fatores culturais e educacionais, recreacionais e características religiosas; estrutura da família; clima; capacidade efetiva das agências de aplicação da lei; polícia e outros componentes do sistema de justiça criminal; atitudes dos cidadãos com relação ao crime e práticas de notificação de crime.

Todos os municípios, de cada região, possuem bases ou destacamentos da polícia militar e/ou delegacias de polícia, além de defesa civil organizada, atendendo às necessidades atuais.

V.3.3.4 Sistemas de Comunicação e Energia Elétrica

O estado de São Paulo conta com mais de 600 empresas na área de rádio e televisão e mais de 50 agências de notícias. Com 1/3 dos jornais do país, São Paulo era responsável em 2005 por pouco mais de 1.000 títulos, dos quais 155 diários e 576 semanais. Dentre os jornais de maior circulação no país, segundo a ANJ, o estado conta com o primeiro e o quarto lugar, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, com circulação em 2007 de respectivamente 302.595 e 241.126 exemplares. Em Minas Gerais circula o quinto colocado, Super Notícia, com 238.611 exemplares.

Tabela V.3.3.4 - Rede de Comunicação nos Municípios cortados pelo SEDA

REDE DE COMUNICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS ATRAVESSADOS PELO SEDA			
Município	Jornal Município	Rádio Município	TV Município
Sertãozinho	Agora Sertãozinho	2 emissoras FM	NI
	Imprensa Oficial	1 emissora AM	
São Joaquim da Barra	Jornal Vitrine	NI	NI
Ituverava	Tribuna de Ituverava	2 emissoras FM	NI
	Jornal Regional	1 emissora AM	
Ribeirão Preto	A Cidade	7 emissoras FM	EPTV Ribeirão
		4 emissoras AM	TV CLUBE
Jardinópolis	Folha de Jardinópolis	1 emissora AM	NI
Sales Oliveira	NI	1 emissora FM	NI
Orlândia	Jornal a Notícia	1 emissora FM	NI

REDE DE COMUNICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS ATRAVESSADOS PELO SEDA			
Cravinhos	A Tribuna Regional	NI	NI
Guará	NI	NI	NI
Aramina	NI	NI	NI
São Simão	NI	NI	NI
Igarapava	Jornal A tribuna	1 emissora FM	NI
	Jornal de Igarapava	1 emissora AM	
Santa Rita do Passa Quatro	NI	1 emissora AM	NI
Pirassununga	NI	3 emissoras FM	NI
		1 emissora AM	
Porto Ferreira	A gazeta do Porto	2 emissoras FM	NI
		1 emissora AM	
Araras	Tribuna do povo	3 emissoras FM	NI
		2 emissoras AM	
Leme	Jornal A Notícia	2 emissoras FM	TV Leme
	Gazeta Lemense	1 emissora AM	SP2 Telecom
Cosmópolis	NI	NI	NI
Campinas	Correio Popular Jornal de Campinas	5 emissoras FM 4 emissoras AM	EPTV Campinas TV Século 21 Rádio e TV Bandeirantes TV Brasil
Engenheiro Coelho	Jornal Engenheiro Coelho	NI	NI
Artur Nogueira	NI	2 emissoras FM	NI
Paulínia	Jornal de Paulínia	1 emissora AM	NI
Jaguariúna	Jornal de Jaguariúna e Região	NI	NI
Itatiba	Imprensa Oficial	2 emissoras FM	NI
	Jornal de Itatiba on line	1 emissora AM	
Morungaba	O Morungaba on line	NI	NI
Atibaia	O Atibaiense	1 emissora FM	NI
		1 emissora AM	
Bragança Paulista	Bragança Jornal	1 emissora FM	NI
		1 emissora AM	
Nazare Paulista	NI	NI	NI
Piracaia	Jornal Piracaia Hoje	1 emissora FM	NI
	Piracaia Jornal		

REDE DE COMUNICAÇÃO NOS MUNICÍPIOS ATRAVESSADOS PELO SEDA			
Igaratá	Jornal O Ouvidor	NI	NI
São José dos Campos	Jornal Vale Paraibano	6 emissoras FM	Rede Mundial de TV
		2 emissoras AM	
Caçapava	Jornal Gazeta de Caçapava	NI	NI
	Jornal de Caçapava		
Taubaté	Diário de Taubaté	2 emissoras FM	TV Band Vale
		3 emissoras AM	
Amparo	Jornal A Notícia	4 emissoras FM	NI
		1 emissora AM	

Fonte: AESP Associação das Emissoras de Rádio e TV do Estado de São Paulo

Legenda: NI - Não Identificado

Nas telecomunicações, São Paulo conta com uma ampla cobertura, com uma teledensidade de 41 telefones fixos/100 habitantes, número bem maior do que o do Brasil, que é de 20 acessos por 100 habitantes. Ao todo são mais de 16 milhões de telefones fixos instalados. São Paulo e Minas Gerais possuem ainda uma moderna rede de fibra óptica que une as principais cidades dos estados.

O Estado de São Paulo é responsável pela geração de mais de 22% da energia elétrica do País, e também consome mais de 32% da produção nacional de energia elétrica.

É a Secretaria de Energia que executa a política estadual referente à exploração das fontes de energia e dos recursos minerais em todo o estado. As empresas responsáveis pela produção, distribuição e controle da energia elétrica no estado são as seguintes:

- CSPE- Comissão de Serviços Públicos de Energia
- CESP- Companhia Energética de São Paulo
- EMAE- Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
- CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
- EPTE- Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S. A.

A Companhia Energética de São Paulo (CESP) é a maior produtora de energia elétrica do Estado de São Paulo, com potência total instalada de 7.455,30 MW, e a terceira maior do Brasil, possuindo seis usinas hidrelétricas integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A CESP possui seis usinas hidrelétricas: três instaladas no Rio Paraná (Ilha Solteira, Engenheiro Sérgio Motta / Porto Primavera, e Engenheiro Sousa Dias / Jupia); uma localizada no Rio Tietê (Três Irmãos) e duas na bacia do Rio Paraíba do Sul (Paraibuna, no Rio Paraibuna, e Jaguari, no Rio Jaguari).

Todas as usinas da CESP são integradas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Os reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos são interligados pelo canal Pereira Barreto, que é navegável, possibilitando que embarcações oriundas da bacia do Tietê possam ter acesso à bacia do Paraná e vice-versa.

O mercado consumidor suprido pela CESP é composto pelas principais distribuidoras de energia elétrica do estado de São Paulo: Eletropaulo, Bandeirante, CPFL e Elektro.

Em Minas Gerais, a concessionária responsável pela produção de energia elétrica é a CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais. A área de concessão da CEMIG cobre cerca de 96,7% do território de Minas Gerais, incluindo os municípios da AII, correspondendo a 567.478 mil km².

Possui 54 usinas em operação, cinco delas em sistema de parcerias com grupos empresariais, com base predominantemente hidrelétrica, que produzem energia para atender a mais de 17 milhões de pessoas em 774 municípios de Minas Gerais. Dentre estas hidrelétricas, 4 se localizam no Rio Grande: Jaguará, Volta Grande, Itutinga e Camargos. A CEMIG opera ainda uma usina termelétrica e uma usina eólica.

A CEMIG também está presente, por meio de empreendimentos de geração ou de comercialização de energia, nos estados brasileiros de Santa Catarina (geração), Rio de Janeiro (comercialização e geração), São Paulo (comercialização), Espírito Santo (geração) e Rio Grande do Sul (comercialização).

V.3.3.5 Turismo e Lazer

Dentre os municípios da AII, o único classificado como estância turística é Santa Rita do Passa Quatro, cujas atrações estão centradas nas cachoeiras e trilhas do local, tendo desenvolvido mais o turismo de aventura em anos recentes. O município de Pirassununga possui um ponto turístico bastante visitado principalmente por moradores da região, a Cachoeira das Emas.

O turismo no estado de São Paulo possui estrutura bem desenvolvida. O turismo de negócios está presente principalmente na capital, e também em cidades de maior peso econômico no interior, tais como Campinas e Ribeirão Preto, neste último, em especial, durante a feira agropecuária Agrishow.

O litoral de São Paulo é a região que recebe o maior número de visitantes, especialmente na temporada de verão, vindos principalmente de outros municípios do estado, mas também de outros estados do país. No interior, existe uma grande quantidade de cidades estabelecidas como estâncias turísticas, cujos atrativos estão baseados principalmente em características naturais e culturais do território.

Dentre os municípios da All, existem quatro Estâncias Turísticas e uma Estrada Turística, todas reconhecidas por legislação estadual, a saber:

- Estrada Turística, no trecho de Morungaba, entre Jundiá e Morungaba.
- Estância Climática de Morungaba.
- Estância Climática de Santa Rita do Passa Quatro.
- Estância Climática de Bragança Paulista.
- Estância Hidromineral de Atibaia.

Segundo o DADE – Departamento de Apoio às Estâncias do Estado de São Paulo, da Secretaria responsável pelo turismo, uma Estância Hidromineral é assim reconhecida por conter museus, momentos históricos, represas, cachoeiras, parques ecológicos, trilhas e atributos afins. Já uma Estância Climática, apresenta serras, mirantes, parques naturais, fontes de água mineral e atributos afins.

A de Bragança Paulista, como exemplo, destaca-se pelo clima seco e agradável, pelo Pico do Lopo (com 1.750 m de altitude), caminhadas e áreas para pesquisas em áreas naturais. E a de Atibaia destaca-se pela produção típica de flores e de morango, com tradicional festa anual, em setembro de cada ano, num parque especial, fontes de água mineral e cachoeiras.

A cidade de Bragança Paulista está inserida no circuito turístico Entre Serras e Águas e disponibiliza aos turistas atrativos naturais e rurais e esportes de aventura, lazer, belezas naturais, cuidados do corpo e da mente, diversão e o clima da fazenda que não pode faltar na cidade do interior. Caçapava foi mapeada em cinco setores do turismo: Marambaia, Bela Vista, Piedade, Caçapava-Velha e Central.

Uberaba sedia a V Feira da Agroindústria Familiar e Empreendedorismo Rural de Minas Gerais, que atrai visitantes de todos os ramos da produção agropecuária da região e do estado. Jaguariúna, Campinas e São José dos Campos também explora este segmento.

V.3.3.6 Estrutura Fundiária

O perfil da estrutura fundiária da All está apresentado nas **Tabelas V.3.3.6-1 V.3.3.6-2, V.3.3.6-3 e V.3.3.6-4** a seguir.

Os dados para Uberaba mostram que embora mais da metade dos estabelecimentos tenha área de até 100 ha, há um número ainda bastante elevado de estabelecimentos de grande porte no município.

A concentração fundiária, porém, é muito menor do que a verificada na média estadual.

Quanto à utilização da terra nestes estabelecimentos, o estado de Minas Gerais apresenta uma proporção maior de área utilizada para lavoura; em Uberaba, a pecuária ocupa mais da metade da área total de estabelecimentos agropecuários. O número de estabelecimentos acompanha aproximadamente esta divisão.

No estado de São Paulo, há maior prevalência dos estabelecimentos de menor porte em número, embora não em área; os estabelecimentos com mais de 200 ha ocupam mais da metade da área total dedicada à agropecuária. Nos municípios da AI, em geral predominam estabelecimentos de menor porte, à exceção dos municípios de Ituverava e Jardinópolis.

Em municípios como Piracaia, observa-se um grande número de estabelecimentos de pequeno porte, indicando baixa concentração fundiária.

Quanto à utilização da terra, no estado de São Paulo em geral há uma situação similar à de Minas Gerais, com divisão semelhante em estabelecimentos e área entre agricultura e pecuária.

Na AI, porém, esta distribuição mostra-se bastante diferente de acordo com a região do estado. A exploração agrícola tem peso relativo muito superior ao da pecuária na região de Ribeirão Preto e no norte do estado. A maior parte dos municípios nestas regiões tem mais do dobro de sua área agropecuária alocado para a produção agrícola, com forte prevalência do cultivo da cana de açúcar, e também da laranja em Artur Nogueira, Engenheiro Coelho e Araras.

No município de Igarapava, a área dedicada à lavoura é de seis a sete vezes maior que a dedicada à pecuária, e se distribui na maior parte em estabelecimentos de maior porte.

Neste contexto, um município que se diferencia é Santa Rita do Passa Quatro, que tem um número semelhante de hectares dedicados à agricultura e à pecuária. Porém, o número de estabelecimentos na pecuária é muito menor, o que indica que são estabelecimentos de pecuária extensiva de grande porte. Este município também apresenta uma proporção muito maior de terras compostas por matas e florestas.

Já nas regiões de Campinas e São José dos Campos, a pecuária tem maior prevalência no uso da terra por área, com destaque para São José dos Campos, Taubaté, Jaguariúna e Caçapava, em que a pecuária ocupa área de 5 a 7 vezes maior do que ocupada pela lavoura.

Estas regiões, que tem em geral urbanização mais intensa, possuem também uma proporção bastante menor de áreas de matas e florestas.

Tabela V.3.3.6-1– Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Área – Minas Gerais

Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						Sem declaração
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	
MINAS GERAIS								
Estabelecimentos (un.)	496.677	169.638	246.286	40.030	27.755	10.987	1.562	419
Área (ha)	40.811.659,791	750.809,638	8.848.486,207	5.597.598,074	8.471.320,601	9.487.794,986	7.655.650,285	-
Belo Horizonte								
Estabelecimentos (un.)	4	-	2	1	1	-	-	-
Área (ha)	367,410	-	29,040	138,370	200,000	-	-	-
Uberaba								
Estabelecimentos (un.)	1.527	152	668	262	267	146	22	10
Área (ha)	348.820,533	805,861	29.415,448	38.030,798	84.804,204	127.497,686	68.266,536	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Tabela V.3.3.6-2– Estabelecimentos Agropecuários por Utilização das Terras – Minas Gerais

Estados/Municípios	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários					
			Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
MINAS GERAIS	550.529	35.669.795	558.245	6.911.206	403.501	20.555.061	274.814	8.805.707
Belo Horizonte	34	262	21	39	23	186	5	29
Uberaba	1.093	282.692	683	104.422	876	112.678	691	45.693

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

Tabela V.3.3.6-3– Estabelecimentos Agropecuários por Grupo de Área – São Paulo

Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
SÃO PAULO								
Estabelecimentos (un.)	159.216	65.303	119.209	16.258	11.408	4.872	710	256
Área (ha)	17.369.204,369	307.644,886	4.116.863,788	2.284.805,099	3.488.959,092	4.291.917,545	2.879.013,959	-
São Paulo (Capital)								
Estabelecimentos (un.)	219	170	48	1	-	-	-	-
Área (ha)	1.974,614	461,686	1.358,048	154,880	-	-	-	-
Aramina								
Estabelecimentos (un.)	140	35	82	15	6	1	1	-
Área (ha)	17.389,852	185,665	3.114,322	2.047,765	1.716,990	605,000	9.720,110	-
Araras								
Estabelecimentos (un.)	322	67	232	31	19	9	-	1
Área (ha)	25.698,511	378,151	7258,46	4.393,879	5.600,843	8.067,178	-	-
Artur Nogueira								
Estabelecimentos (un.)	377	176	193	7	-	1	-	-
Área (ha)	7.347,636	984,396	5.052,39	795,210	-	515,640	-	-
Atibaia								
Estabelecimentos (un.)	437	240	169	15	11	2	-	-
Área (ha)	12.027,317	1.251,037	4.427,080	1.996,600	3.246,700	1.105,900	-	-
Bragança								

Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Paulista								
Estabelecimentos (un.)	340	136	147	30	22	5	-	-
Área (ha)	21.278,174	669,848	5.654,956	4.227,350	6.601,640	4.124,380	-	-
Buritizal								
Estabelecimentos (un.)	262	43	161	30	23	5	-	-
Área (ha)	22.775,276	203,896	6.675,750	4.379,810	7.006,760	4.509,060	-	-
Caçapava								
Estabelecimentos (un.)	174	62	75	15	16	6	-	-
Área (ha)	13.165,854	207,169	2.850,025	2.227,044	4.371,130	3.510,486	-	-
Campinas								
Estabelecimentos (un.)	460	231	153	40	29	7	-	-
Área (ha)	26.654,703	1.131,868	5.028,401	5.617,944	9.205,090	5.671,400	-	-
Cosmópolis								
Estabelecimentos (un.)	81	18	57	2	2	1	1	-
Área (ha)	11.315,205	113,08	1.688,995	360,800	639,120	868,780	7.644,430	-
Cravinhos								
Estabelecimentos (un.)	162	33	69	26	22	10	2	-
Área (ha)	26.973,868	161,19	3.026,148	3.871,079	6.146,257	8.493,864	5.275,330	-
Engenheiro Coelho								
Estabelecimentos (un.)	163	51	99	5	6	1	-	1
Área (há)	6.297,526	304,811	2962,671	644,204	1.577,840	808,000	-	-



Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Guará								
Estabelecimentos (un.)	233	30	156	25	9	11	2	-
Área (ha)	27.928,699	126,753	6.132,488	3.206,770	2.632,960	10.602,238	5.227,490	-
Igarapava								
Estabelecimentos (un.)	301	64	169	33	23	11	1	-
Área (ha)	36.874,733	345,854	6.628,812	4.449,306	5.907,711	10.988,01	8.555,040	-
Igaratá								
Estabelecimentos (un.)	104	14	65	9	14	2	-	-
Área (ha)	10.398,293	86,150	2.992,496	1.252,050	4.244,597	1.823,000	-	-
Itatiba								
Estabelecimentos (un.)	230	78	121	8	15	8	-	-
Área (ha)	17.316,086	395,391	3.932,633	1.186,807	5.500,366	6.300,889	-	-
Ituverava								
Estabelecimentos (un.)	472	37	270	98	53	13	1	-
Área (ha)	54.668,866	212,338	12.331,894	13.571,438	15.188,661	9.944,765	3.419,770	-
Jaguariúna								
Estabelecimentos (un.)	128	29	79	8	9	2	1	-
Área (ha)	10.523,916	140,723	2.564,033	1.077,340	2.918,420	1.060,400	2.763,000	-
Jardinópolis								
Estabelecimentos (un.)	149	12	67	29	21	20	-	-
Área (ha)	30.491,200	60,29	2.613,97	3.865,073	7.081,699	16.870,168	-	-

Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Leme								
Estabelecimentos (un.)	441	119	277	23	11	9	2	-
Área (ha)	28.468,513	668,859	7.970,194	3.337,550	3.480,870	7.548,27	5.462,770	-
Morungaba								
Estabelecimentos (un.)	144	47	78	8	8	3	-	-
Área (ha)	8.091,417	222,774	2.309,183	1.110,780	2.537,480	1.911,200	-	-
Nazaré Paulista								
Estabelecimentos (un.)	211	111	96	3	1	-	-	-
Área (ha)	4.075,598	458,249	3.058,329	355,740	203,280	-	-	-
Orlândia								
Estabelecimentos (un.)	92	17	39	5	13	15	3	-
Área (ha)	30.432,388	66,018	1.296,441	772,520	3.815,186	12.789,053	11.693,2	-
Paulínia								
Estabelecimentos (un.)	145	77	63	4	-	1	-	-
Área (ha)	4.357,722	352,839	1.744,733	607,150	-	1.653,000	-	-
Piracaia								
Estabelecimentos (un.)	720	356	322	30	8	4	-	-
Área (ha)	20.419,468	1.746,164	9.806,364	4.124,670	2.319,570	2.422,700	-	-
Pirassununga								
Estabelecimentos (un.)	468	91	283	52	21	11	4	6
Área (ha)	51.380,816	505,157	10.385,11	7.424,555	6.438,734	10.108,13	16.519,13	-
Porto Ferreira								

Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Estabelecimentos (un.)	200	36	122	21	15	5	1	-
Área (ha)	22.288,742	207,324	4.749,064	2.713,470	4.777,894	3.137,760	6.703,230	-
Ribeirão Preto								
Estabelecimentos (un.)	198	92	55	19	18	10	4	-
Área (ha)	36.631,850	294	1.955,607	2.757,285	5.779,570	10.237,136	15.608,252	-
Sales Oliveira								
Estabelecimentos (un.)	232	32	137	30	23	10	-	-
Área (ha)	28.173,268	150,279	5.818,647	4.179,370	7.534,941	10.490,031	-	-
Santa Rita do Passa Quatro								
Estabelecimentos (un.)	356	37	245	36	29	7	2	-
Área (ha)	46.514,445	214,74	10.142,566	5.343,754	8.709,029	5.178,316	16.926,04	-
São Joaquim da Barra								
Estabelecimentos (un.)	139	42	43	16	21	14	3	-
Área (ha)	40.421,370	196,509	1.961,801	2.381,528	6.662,997	11.903,655	17.314,88	-
São José dos Campos								
Estabelecimentos (un.)	427	87	246	49	34	10	1	-
Área (ha)	39.195,654	343,458	9.802,857	7.038,620	10.569,679	6.908,440	4.532,600	-
São Simão								
Estabelecimentos	128	22	53	18	19	10	4	2

Estados/Municípios	Total	Estabelecimentos (un.) segundo os grupos de área total (ha)						
		Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
os (un.)								
Área (ha)	33.963,449	106,328	2.562,188	2.622,980	6.549,783	7.877,36	14.244,81	-
Sertãozinho								
Estabelecimentos (un.)	417	102	255	18	16	26	-	-
Área (ha)	39.642,039	618,631	7.931,646	2.650,106	5.408,024	23.033,632	-	-
Taubaté								
Estabelecimentos (un.)	320	58	179	39	34	9	1	-
Área (ha)	34.263,121	303,786	7.980,831	5.667,689	10.640,935	7.421,380	2.248,500	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Tabela V.3.3.6-4– Estabelecimentos Agropecuários por Utilização das Terras – São Paulo

Estados/Municípios	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários					
			Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
SÃO PAULO	231.402	19.242.172	174.374	7.454.683	153.948	8.594.106	80.793	2.321.255
São Paulo (Capital)	193	7.285	199	660	51	604	116	3.862
Aramina	216	13.512	166	4.090	87	1.214	62	478
Araras	345	63.443	394	48.765	88	3.050	146	8.947
Artur Nogueira	520	16.480	554	10.660	165	715	86	1.010
Atibaia	860	67 267	805	32 867	393	21 287	375	5 892
Bragança Paulista	722	25 500	710	7 178	503	24 276	361	7 066
Caçapava	432	15 732	255	2 800	309	10 707	90	1 300
Campinas	632	29 666	522	6 987	299	14 762	217	5 402
Cosmópolis	120	9.612	126	6.876	69	570	31	1.980
Cravinhos	229	30.242	193	22.499	95	3.529	89	1.873
Engenheiro Coelho	233	5.264	229	3.805	100	1.002	70	288
Guará	183	8.113	113	4.935	119	1.750	62	518



Estados/Municípios	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários					
			Lavouras		Pastagens		Matas e florestas	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Igarapava	463	56.210	379	41.139	268	7.890	283	6.304
Igaratá	136	9 016	103	1 328	128	5 592	87	1 908
Itatiba	361	13 873	288	2 845	224	20 158	180	12 698
Ituverava	425	27.500	307	19.952	217	4.563	174	1.647
Jaguariúna	103	21 261	82	2 205	61	16 457	33	416
Jardinópolis	233	36.562	218	29.519	102	2.770	126	2.679
Leme	374	14.407	410	11.619	111	563	149	1.677
Morungaba	93	5 275	76	1 610	73	14 537	55	890
Nazaré Paulista	818	12 651	779	2 542	587	3 421	550	4 318
Orlândia	95	21.648	73	15.972	47	2.283	42	3.112
Paulínia	79	2.190	85	1.462	23	265	35	318
Piracaia	666	41 685	453	33 505	350	5 701	190	1 697
Pirassununga	698	49.704	662	31.926	390	5.191	424	7.440
Porto Ferreira	226	19.558	157	14.563	108	1.169	30	3.334
Ribeirão Preto	458	31.516	463	26.434	92	1.725	98	1.556
Sales Oliveira	76	11.845	66	9.278	34	791	32	1.104
Santa Rita do Passa Quatro	695	32.315	543	11.989	540	11.822	439	6.582
São Joaquim da Barra	119	13.734	53	7.376	92	4.538	50	1.034
São José dos Campos	1 812	45 296	1 795	4 653	1 218	33 957	572	5 114
São Simão	161	27.672	162	22.353	109	2.798	60	2.081
Sertãozinho	258	38.615	251	29.412	17	1.136	75	6.071
Taubaté	361	28 929	383	3 713	275	19 008	201	5 132

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

V.3.3.7 Caracterização Geral da AID

A Área de Influência Direta considerada para o estudo do meio socioeconômico e cultural, representa uma faixa de 400 m de cada lado da diretriz do traçado do duto, envolvendo um total de 34 municípios, sendo 1 no estado de Minas Gerais e 33 no estado de São Paulo, a serem atravessados pelo Sistema de Escoamento Dutoviário de Álcool e Derivados (SEDA)

A análise, ora apresentada, buscou relacionar e descrever em detalhe o território da AID, incluindo a caracterização das ocupações humanas, das áreas de exploração agrícola e pecuária, e da infra-estrutura, bem como as variações no perfil do uso da terra.

Os dados foram obtidos em pesquisa de campo realizada no mês de janeiro de 2009. A partir deste levantamento, a AID foi caracterizada ao longo do trajeto do duto, relacionando-se os dados encontrados *in loco* ao contexto regional.

A campanha de campo incluiu entrevistas aos moradores da AID e lideranças locais, que permitiram apresentar, para fins desse estudo, a situação das condições de vida da população, bem como suas percepções a respeito do empreendimento.

Como regra geral, pode-se dizer que a Área de Influência Direta do empreendimento apresenta, na maior parte de sua extensão, características predominante rurais, incluindo vilas com baixa densidade populacional.

Entretanto, percebe-se em alguns municípios, que essas áreas rurais estão em processo de transformação – com a perda de suas características típicas - dando lugar a áreas periféricas urbanas, como no caso dos municípios de Porto Ferreira-SP, Jaguariuna –SP, Campinas-SP, São José dos Campos-SP e Taubaté-SP.

V.3.4 Uso e Ocupação do Solo na AID

V.3.4.1. Travessia de Áreas Agrícolas

A faixa do duto atravessa grande extensão de áreas agrícolas, sendo que grande parte dessas áreas se constituem de plantações de cana de açúcar, destacando-se o trecho Uberaba-Paulínia, e de plantações de eucalipto, principalmente nos municípios de Taubaté - SP, Caçapava - SP, São José dos Campos - SP, Igaratá - SP e Campinas - SP.

Nos últimos anos, a cana de açúcar tem se expandido, sendo hoje praticamente hegemônica nos municípios de Uberaba-MG, Paulínia-SP, Cosmópolis-SP, Jardinópolis-SP, Sales de Oliveira-SP, Orlândia-SP, Guará-SP, Ituverava-SP, Igarapava-SP e São Simão-SP. Também pode-se incluir as áreas rurais de Cravinhos-SP, Ribeirão Preto-SP e Sertãozinho-SP.

Nos municípios de São Joaquim da Barra-SP e Aramina-SP, além da cana de açúcar, foram identificados trechos de cultivo de soja.

Em Santa Rita do Passa Quatro-SP, embora predomine a cana de açúcar, há maior variedade de culturas, que incluem laranja, milho e eucalipto, além de pequenas criações de gado bovino, cavalos e granja. Em Leme-SP, foram identificadas também culturas de café, milho e hortaliças.

Já no município de Porto Ferreira-SP há poucos trechos com plantio de cana de açúcar. Boa parte do traçado do duto está localizado em áreas em que predominam pastagens, embora não haja produção pecuária relevante, e culturas de subsistência.

Em Pirassununga-SP, há predominância da cana de açúcar e trechos com plantio de soja.

Artur Nogueira-SP, Engenheiro Coelho-SP e Araras-SP tem como cultura predominante a laranja. Nos dois últimos municípios citados a laranja também divide espaço com a cana de açúcar.

Nos municípios de Paulínia-SP e Cosmópolis-SP, a cana de açúcar é a cultura predominante não havendo presença expressiva de outros cultivos, apenas alguns trechos curtos e isolados de pastagens ou frutíferas. Em Cosmópolis existe um sítio dedicado ao cultivo de flores.

No trecho Paulínia -Taubaté é também predominantemente rural, com maior variedade de culturas agrícolas. Nos municípios de Campinas-SP, Atibaia-SP, e Bragança Paulista-SP, na área rural, também há presença de chácaras e condomínios de segunda residência. Em Igaratá-SP, incluem-se os equipamentos de turismo e lazer, associados à Represa.

O cultivo de olerícolas com fins comerciais foi identificado em algumas propriedades, destacando-se os municípios de Piracaia-SP e Atibaia-SP. A agropecuária é bastante importante para economia do município de Atibaia, como já foi citado, destacando-se o cultivo de flores e de morangos.

Não foi identificada produção pecuária de grande porte, estando esta limitada a rebanhos de médio e pequeno porte de gado bovino. Nos municípios de Taubaté-SP, Caçapava, São José dos Campos-SP, Igaratá-SP, Bragança Paulista –SP e Piracaia-SP, há predominância de pequenas e médias propriedades rurais, com plantios de subsistência e criação de gado de forma extensiva.

Há existência de alguns estabelecimentos de criação de cavalos (haras) essencialmente em Campinas-SP, Atibaia-SP e Jaguariúna-SP.

A criação de frangos para corte foi identificada em algumas propriedades, com destaque para o município de Atibaia-SP, que possui granjas de maior porte e Campinas-SP, que também se destaca na produção de bovinos, eqüinos, suínos, caprinos, ovinos, frango, coelhos, ovos, leite e mel, sendo grande produtor de carne e leite.

Dos 1.279,4 ha da AID, 72,8% é recoberta por áreas agrícolas, perfazendo um total de 930,9 ha ao longo dos 33 municípios atravessados pelo traçado. Pode-se somar a este total 125,9 ha de reflorestamento, perfazendo um total superior a 82% de áreas agrícolas e reflorestadas. A distribuição dessas áreas pode ser observada no **Anexo 7**, mapa de uso e ocupação do solo, onde são apresentadas, entre outras informações, as áreas agrícolas e reflorestadas, o traçado do duto e as divisas municipais.

V.3.4.2 Identificação e Localização das Edificações e Infra-Estruturas na AID

V.3.4.2.1 Travessia de Áreas com Ocupação Humana

As faixas existentes dos dutos OSBRA e GASCAR, onde será implantado o empreendimento SEDA, foram constituídas procurando evitar interferência com propriedades.

No Trecho Uberaba-Paulínia, na maior parte de sua extensão, a AID abrange áreas rurais não habitadas, compostas predominantemente por canaviais e afastadas de núcleos habitacionais. Dentre as ocupações encontradas nessa área, a maior parte corresponde a sedes de sítios ou fazendas de baixa densidade populacional.

As áreas urbanas ou com bairros rurais mais densamente habitados apresentam características diversas, variando entre habitações em bom estado de conservação e com presença de infra-estrutura adequada, e habitações precárias, em áreas carentes de infra-estrutura, como é o caso, dos municípios de Aramina-SP, Artur Nogueira-SP e Porto Ferreira-SP.

No Trecho Paulínia - Taubaté, na maior parte de sua extensão, a faixa atravessa áreas rurais, compostas predominantemente de pequenas e médias propriedades, afastadas de grandes núcleos populacionais, a exceção dos municípios de Jaguariúna -SP, Campinas -SP, e Caçapava -SP, que apresentam bairros residenciais urbanos ou em áreas de expansão urbana na AID.

A única aptidão para a área descrita nesse estudo é ser faixa de servidão, pois ela já existe como tal, está desapropriada, e há limitações no seu uso. Tão pouco há população a ser removida, da área de influencia direta desse empreendimento, pois o duto passará em faixa pré existente.

Na **Tabela V.3.4.2.1-1** as propriedades localizadas na AID estão relacionadas e, em seguida, descritas.

Tabela V.3.4.2.1-1– Relação das Propriedades na AID

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Rancho do Meu Sonho	Uberaba – MG	7.781.184 N 199.756 E	3 casas, 1 capela, um píer e 4 moradores
Vila Canindé	Aramina – SP	7.767.284 N 203.133 E	Bairro rural com 4 casas e 1 igreja dentro da AID, 5 moradores
Usina Cosan	Aramina – SP	7.778.271 N 203.659 E	Casa de bombas
Fazenda Estiva	Ituverava – SP	7.749.181 N 202.711 E	2 casas e 3 moradores
Fazenda Nova Esperança	Ituverava – SP	7.753.843 N 201.056 E	2 casas e 5 moradores
Fazenda Esperança	Ituverava – SP	7.753.588 N 201.424 E	2 casas e 1 família
Estação de telecomunicações	São Joaquim da Barra – SP	7.725.245 N 196.121 E	1 construção e 1 antena
Usina Alta Mogiana	São Joaquim da Barra – SP	7.733.086 N 199.464 E	Ponto de coleta de amostras para monitoramento
Fazenda Diamante (segunda sede)	Orlândia – SP	7.711.006 N 194.208 E	2 casas e 8 moradores, piscina, estábulo
Sede da Fazenda Diamante	Orlândia – SP	7.714.337 N 195.055 E	1 casa e 2 moradores
Colônia da Fazenda Diamante	Orlândia – SP	7.713.928 N 195.080 E	5 casas e 20 moradores
Travessia do Rio Pardo – Porto Waldemar Jardinópolis / Sertãozinho (balsa)	Jardinópolis – SP	7.672.084 N 198.514 E	Porto de balsa que cruza o rio Pardo
Sítio Nossa Senhora	Jardinópolis – SP	7.685.817 N 198.750 E	2 casas e 3 famílias
Rancho São Lázaro	Sertãozinho – SP	7.667.012 N 200.141 E	1 casa e 4 moradores

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Rancho Flora	Sertãozinho – SP	7.672.099 N 198.682 E	1 casa e espaço à beira do rio, desocupado
Condomínio Panorama	Ribeirão Preto – SP	7.640.701 N 207.261 E	Bairro de chácaras, 1 rua dentro da AID com 3 chácaras e 7 moradores
Usina Santa Lydia	Ribeirão Preto – SP	7.652.192 N 199.373 E	Usina de processamento de cana de açúcar
Fazenda São Paulo	Ribeirão Preto – SP	7.662.541 N 200.520 E	3 casas e 2 famílias
Fazenda Boa Vista	Ribeirão Preto – SP	7.664.981 N 200.784 E	3 casas e 2 famílias
Sítio Santo Antônio	Cravinhos – SP	7.638.638 N 211.471 E	1 casa e 5 moradores
Mineração Matheus Leme	São Simão – SP	7.624.542 N 229.503 E	Local de extração de argila
Sítio	São Simão – SP	7.624.526 N 229.121 E	2 casas e 2 galpões
Bairro do Ibó – Sítio São Benedito	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.588.664 N 243.355 E	1 casa e 4 moradores
Sítio Chave 3	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.591.611 N 242.234 E	2 casas e 8 moradores
Sítio abandonado	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.595.625 N 240.628 E	1 casa sem moradores
Sítio Santa Maria	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.596.623 N 240.053 E	2 casas e 4 moradores
Caixa d'água da Fazenda Cachoeirinha	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.601.137 N 238.394 E	Caixa d'água
Estância Flórida	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.601.704 N 238.320 E	2 casas e 2 moradores
Jardim Independência	Porto Ferreira – SP	7.581.407 N 246.696 E	Bairro urbano, 4 quadras dentro da AID

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Jardim Aníbal	Porto Ferreira – SP	7.581.577 N 245.666 E	Bairro urbano, 1 quadra e 1 cerâmica desativada dentro da AID
Jardim Jandira	Porto Ferreira – SP	7.581.128 N 247.061 E	Bairro urbano, 3 quadras dentro da AID
Bairro Vitória	Porto Ferreira – SP	7.581.037 N 247.230 E	Bairro urbano, 3 quadras dentro da AID
Bairro São Lázaro	Porto Ferreira – SP	7.582.462 N 245.693 E	22 chácaras em 1 rua, duto sob a calçada
Chácara – Bairro São Lázaro	Porto Ferreira – SP	7.582.817 N 245.810 E	Ponto em que a faixa fica fechada entre os muros de uma chácara desocupada
Bairro Centenário	Porto Ferreira – SP	7.583.098 N 245.299 E	Bairro urbano, 5 quadras dentro da AID
Transportadora Jubair dos Santos	Porto Ferreira – SP	7.583.217 N 275.374 E	2 galpões, bomba de combustível, pátio para caminhões
Bairro Porto Belo I	Porto Ferreira – SP	7.583.951 N 244.667 E	Bairro urbano, 5 quadras dentro da AID
Bairro Porto Belo II	Porto Ferreira – SP	7.584.298 N 244.814 E	Bairro urbano, 4 quadras dentro da AID
Bairro do Ibó – sítios	Porto Ferreira – SP	7.588.353 N 243.355 E	3 casas e 3 famílias
Fazenda Combate	Pirassununga – SP	7.563.912 N 253.238 E	8 casas e 15 moradores, lagoa
Fazenda Santa Terezinha	Leme – SP	7.545.714 N 260.292 E	10 casas e 10 famílias, 2 galpões
Sítio Santa Maria	Leme – SP	7.552.102 N 257.753 E	1 casa e 5 moradores

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Sítio São Sebastião	Leme – SP	7.552.085 N 257.881 E	1 casa e 5 moradores
Sítio Santo Antônio	Araras – SP	7.521.842 N 269.659 E	1 casa e 5 moradores, 2 granjas
Sítio São Benedito	Araras – SP	7.522.382 N 269.512 E	1 casa e 5 moradores
Fazenda Alvorada	Araras – SP	7.533.885 N 264.507 E	3 casas e 9 moradores, 2 estâbulos
CEVISA – Centro de Vida Saudável - Centro Médico Adventista e Centro Odontológico.	Engenheiro Coelho – SP	7.509.414 N 275.627 E	Construções de grande porte do centro médico
Loteamento residencial em implantação “Esparta Park”	Engenheiro Coelho – SP	7.509.933 N 275.511 E	Terreno em fase de terraplanagem, escritório em construção e caixa d’água
Sítio Santa Cruz	Engenheiro Coelho – SP	7.511.883 N 274.107 E	1 casa e 6 moradores
Bairro Conceição (chácaras)	Engenheiro Coelho – SP	7.512.199 N 274.596 E	10 casas
Empresas Louis Dreyfus Commodities e TRW Automotive	Engenheiro Coelho – SP	7.513.064 N 273.832 E	Indústria de suco de laranja e indústria de autopeças
Sítio Conceição	Engenheiro Coelho – SP	7.513.741 N 273.519 E	6 casas
Sítio São Luís	Artur Nogueira – SP	7.502.036 N 279.650 E	1 casa e 1 morador
Lixão de Artur Nogueira	Artur Nogueira – SP	7.502.568 N 279.534 E	Depósito de lixo
Chácara Santo Antônio	Artur Nogueira – SP	7.502.930 N 279.689 E	4 casas e 12 moradores
Bairro de Chácaras	Artur Nogueira – SP	7.503.979 N 278.777 E	15 casas
Bairro Recanto das Palmeiras	Artur Nogueira – SP	7.506.308 N 277.183 E	7 casas

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Sítio	Artur Nogueira – SP	7.507.275 N 276.636 E	2 casas
Sítio Santo Antônio	Cosmópolis – SP	7.495.185 N 281.165 E	5 casas e 19 moradores
Sítio Barão Geraldo	Cosmópolis – SP	7.495.185 N 281.165 E	1 casa e 2 moradores
Sítio Matão	Cosmópolis – SP	7.497.289 N 280.781 E	1 casa e 5 moradores
Sítio Esmeraldas	Cosmópolis – SP	7.498.705 N 281.015 E	2 casas e 2 famílias, estufas de flores
Fazenda Meia Lua	Paulínia – SP	7.488.102 N 282.135 E	1 casa e 1 família
CEPE – Clube dos Empregados da Petrobras	Paulínia – SP	7.488.148 N 282.089 E	Áreas de lazer, quadra esportiva, campo de futebol
Replan - Refinaria do Planalto	Paulínia – SP	7.485.914 N 280.437 E	Refinaria da Petrobrás
Centro de Distribuição de Jaguariúna Petrobras	Jaguariúna – SP	7.485.778 N 292.053 E	Centro de Distribuição Petrobrás
Sítio São Jorge	Jaguariúna – SP	7.484.858 N 292.696 E	Antiga Olaria
Bairro do Tanquinho/ Escola Municipal Profa Oscarlina Pires Turato	Jaguariúna – SP	7.485.095 N 292.626 E	Escola com 200 alunos manha e tarde e 15 funcionários
Cooperativa de Leite de Campinas/EMBRAPA	Jaguariúna – SP	7.484.901 N 293.079 E	Embrapa: prédio da Associação de Funcionários, guarita, setor de transporte e administração (20 funcionários). CLC: prédio da administração, galpões, recebimento e empacotamento de leite (15 funcionários).

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Bairro Carlos Gomes/Fazenda Sta. Rita do Mato Dentro	Campinas –SP	7.482.383 N 296.121 E	200 pessoas, posto saúde, escola, administração regional
Bairro Monte Belo/Chácara Monte Belo	Campinas –SP	7.481.499 N 297.452 E	80 pessoas, concentração de aproximadamente 20 casas de alvenaria de vários diferentes padrões.
Bairro Gargantilha	Campinas –SP	7.480.541 N 299.792 E	1000 pessoas, 300 chácaras habitadas, mercadinho,
Condomínio Colinas do Atibaia (Portaria 3)	Campinas –SP	7.475.719 N 301.656 E	100 pessoas, Condomínio de alto padrão Colinas do Atibaia (Portaria 3)
Casa Abandonada	Morungaba –SP	7.471.555 N 316.935 E	Pastagem e uma casa abandonada
Fazenda Dona Carolina	Bragança Paulista – SP	7.461.892 N 327.634 E	6 pessoas, pastagem, plantio de eucalipto, forrageiras e milho e uma casa de alvenaria em médio estado de conservação.
Bar Fazendinha	Bragança Paulista – SP	7.453.678 N 343.465 E	Ponto de entrega da Petrobras
Vila do Pereira/Bairro da Cachoeira	Atibaia - SP	7.449.638 N 351.170 E	50 pessoas, casas de alvenaria, luz elétrica, linha de ônibus urbano).
Fazenda São Sebastião	Atibaia - SP	7.450.132 N 348.890 E	16 pessoas, possui construção abandonada e duas casas de funcionários de alvenaria e uma segunda Fazenda com estufas, galpão para máquinas, mata nativa e residência e médio padrão.
Cachoeira Baixa 2	Piracaia– SP	7.448.034 N 356.249 E	4 pessoas, Chácara Bela Vista, que possui uma casa de alvenaria.

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Vila Pereira/Cachoeira Baixa 1	Piracaia– SP	7.447.884 N 356.632 E	60 pessoas, luz elétrica, igreja, casas de alvenaria de baixa e média renda, escola e linha de ônibus urbano.
Cachoeira Baixa	Piracaia– SP	7.447.850 N 357.744 E	40 pessoas, pequenas chácaras com casas de alvenaria de bom padrão construtivo
Fazenda	Piracaia– SP	7.447.836 N 357.720 E	10 pessoas, sede, duas casas de funcionários, áreas de pastagem, com plantio de milho, de reflorestamento com eucalipto, e estufa para olerícolas.
Bairro do Peão	Igaratá– SP	7.445.280 N 373.409 E	88 pessoas, luz elétrica, igreja, escola, mercadinho.
Bairro Santo Agostinho /Fazenda	Igaratá– SP	7.445.578 N 386.605 E	Bairro: 100 pessoas, luz, casas esparsas. Fazenda: 12 pessoas, casa sede e duas casas de funcionários, com lago, curral, pastagem. Há luz elétrica e linha de ônibus urbano.
Bairro Santo Agostinho/ Fazenda Mascarenhas	São José dos Campos– SP	7.446.684 N 394.203 E	Fazenda Mascarenhas, VCP, reflorestamento eucalipto.
Fazenda	São José dos Campos– SP	7.447.864 N 399.124 E	06 pessoas, fazenda de grande porte, com pastagem, criação de gado, riacho, área de várzea, com duas casas.
Bairro do Turvo/ Fazenda Mascarenhas	São José dos Campos– SP	7.448.063 N 397.545 E	1200 pessoas, telefone público, pavimentação, luz elétrica, igreja, bar e ônibus urbano.

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Sítio Primavera	São José dos Campos– SP	7.446.235 N 402.357 E	8 pessoas, Há um pequeno rio e a propriedade tem uma queda d'água. Há pastagem, criação de gado, e 2 casas de alvenaria.
Propriedade do Juca Tatu/ bairro Bengalar	São José dos Campos– SP	7.446.332 N 402.845 E	40 pessoas, presença de luz elétrica, transporte urbano, coleta de lixo, e área de pasto.
Bairro do Costinha	São José dos Campos– SP	7.447.020 N 405.102 E	120 pessoas, luz elétrica, escola, coleta de lixo, telefone público, disponível transporte urbano. A água é tratada, mas não existe rede de esgoto. Há uma igreja evangélica e dois bares no bairro.
Sítio Esperança	São José dos Campos– SP	7.447.485 N 405.380 E	8 pessoas, aproximadamente 8,5 ha. Nessa propriedade cultivava-se forragem e cevada. Há criação de porcos e gado leiteiro e reflorestamento com eucalipto.
Marambaia	Caçapava– SP	7.447.237 N 424.453 E	80 pessoas, há um agrupamento de casas de alvenaria de baixa renda. Há presença de igreja, mercearia e luz elétrica.
Vila André Martins	Caçapava– SP	7.447.206 N 427.277 E	400 pessoas, grande agrupamento de casas de alvenaria, uma escola municipal, três igrejas evangélicas e uma católica, sistema de telefonia, ruas com pavimentação (paralelepípedo).

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenadas UTM	Propriedades
Posto 4R	Caçapava– SP	7.447.664 N 432.765 E	Posto de combustível 4R, casa de alvenaria/01 família. Ferrovia.
Pequena Propriedade Rural	Taubaté– SP	7.445.844 N 440.725 E	4 pessoas, 01 casa, igreja Assembléia de Deus, área de pastagem e de plantio de espécies forrageiras.
Casa de Alvenaria	Taubaté– SP	7.445.879 N 440.937 E	4 pessoas, 01 casa, plantio subsistência e gado.
Estação de Transferência de Custódia e Estação Limitadora de Pressão de Taubaté (Válvula SDV-12)	Taubaté– SP	7.445.948 N 441.136 E	Estação de Transferência e Custódia

A seguir, são apresentadas as características das ocupações humanas ao longo da AID, nos municípios com maior adensamento.

Município de Uberaba-MG

Após a travessia do Rio Grande, a faixa do duto atravessa um pequeno trecho no município de Uberaba-MG, composto majoritariamente por canaviais e pastagens, até chegar ao ponto final, no Terminal da Petrobras, localizado no Distrito Industrial III.

O único local habitado na AID é o Rancho Meu Sonho, na beira do Rio Grande. Este é um rancho de lazer do proprietário da Fazenda Baguaçu, não possuindo produção. Ali mora uma família de caseiros, de 4 pessoas. O rancho possui duas casas de alvenaria, uma capela e um píer com barco. O local tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa séptica. Há acesso a ônibus escolar, e ônibus urbano no Distrito Industrial.

Município de Igarapava-SP

Não há construções na AID, apenas plantações de cana de açúcar.

Município de Aramina-SP

A única área habitada é o bairro rural Vila Canindé. Este é um bairro de infraestrutura bastante precária, composto por habitações de baixo padrão, com população de cerca de 130 pessoas. Além das casas, o bairro possui uma igreja e uma antiga estação de trem abandonada.

Na Vila Canindé, estão localizadas ainda, uma casa abandonada, uma igreja e três casas habitadas por um total de 5 moradores. O bairro tem acesso à rede pública de energia elétrica e água encanada, e há um telefone público. O esgotamento sanitário é feito por fossa. Quanto a transporte, há ônibus escolar para as crianças, mas o local mais próximo que possui ônibus urbano fica a 6km do bairro.

Ainda em Aramina, fica a casa de bombas da Usina Cosan, que estava fechada no dia da visita por não ser época de safra.

Município de Ituverava-SP

No município de Ituverava existem as sedes de três fazendas: Fazenda Estiva, Fazenda Nova Esperança e Fazenda Esperança, cuja atividade principal é o cultivo da cana de açúcar.

A sede da Fazenda Estiva possui duas casas em alvenaria, onde vivem 3 trabalhadores. A fazenda tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa. Não há ônibus próximo, mas recebem ônibus escolar.

Próximo a faixa, está ainda a sede da Fazenda Nova Esperança. Há uma casa de bom padrão, outra casa menor e galpões, habitando ali 5 pessoas. Além da cana de açúcar, esta fazenda cultiva também milho. Existe acesso à rede pública de energia elétrica, água de poço e esgotamento por fossa; também possuem acesso a ônibus comum e escolar. A cerca de 100m desta sede, está localizada a sede da fazenda vizinha, Fazenda Esperança, com duas casas de alvenaria de bom padrão e habitada por uma família.

Município de Guará-SP

Não há construções na AID, apenas plantações de cana de açúcar.

Município de São Joaquim da Barra-SP

Não há locais habitados na AID. As únicas ocupações identificadas foram uma pequena estação de telecomunicações em meio a um canavial, e um ponto de coleta de amostras de monitoramento da Usina Alta Mogiana.

Município de Orlândia-SP

No Município de Orlândia, as únicas ocupações na AID são as duas sedes da Fazenda Diamante, dedicada ao cultivo da cana de açúcar. A sede secundária possui duas casas em alvenaria de bom padrão e área com piscina e playground, e uma lagoa. Ali vivem 8 pessoas. Ambas as sedes tem acesso à rede pública de energia elétrica, utilizam água de poço e esgotamento por fossa séptica. Não há acesso a ônibus comum na região, mas há ônibus escolar.

A sede principal da Fazenda Diamante inclui grande número de construções como a casa principal, galpões e depósitos, além de máquinas e implementos agrícolas. A colônia da fazenda tem 7 casas em alvenaria, com estado de conservação regular. Nesta sede vivem o casal de proprietários e 20 trabalhadores na colônia.

Município de Sales Oliveira-SP

Não foram identificadas construções na AID, apenas plantações de cana de açúcar.

Município de Jardinópolis-SP

Foi identificado o Sítio Nossa Senhora, próximo à SP-330. O sítio conta com duas casas de alvenaria em bom estado de conservação, onde vivem 3 famílias, além de galinheiro, horta e curral, com algumas cabeças de gado e cavalos. O local tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de mina e esgotamento por fossa séptica. Há ônibus urbano e intermunicipal próximos.

Município de Sertãozinho-SP

Apenas foram identificadas duas propriedades, nenhuma diretamente atravessada pelo duto. Uma das propriedades é o Rancho São Lázaro, dedicado à criação de cavalos. O rancho possui casa de alvenaria, estábulo e quadra esportiva, de bom padrão. Há acesso à rede pública de energia elétrica, água de mina e esgotamento por fossa séptica.

A outra propriedade fica junto ao Rio Pardo, e é um rancho de lazer, que no momento da visita se encontrava desocupado. O rancho é composto por uma casa em alvenaria e espaço de lazer à beira do rio.

Na travessia do Rio Pardo, na divisa de Sertãozinho com o município de Jardinópolis-SP, está localizado o Porto Waldemar, que consiste de uma pequena instalação em cada margem do rio e uma balsa que realiza a travessia para carros, ônibus e caminhões. Não há moradores no porto; os funcionários locais são 9 em época de safra, e 4 na entressafra.

Município de Ribeirão Preto-SP

Em Ribeirão Preto, encontra-se apenas uma Fazenda, denominada Boa Vista, dedicada ao cultivo de cana de açúcar, conta com três casas em alvenaria e alguns galpões. Esta propriedade se localiza próximo a um bairro de chácaras, uma outra fazenda e uma usina..

O bairro de chácaras, Condomínio Panorama, é um bairro fechado, com chácaras de padrão médio, cuja primeira rua está na Área de Influência Direta. Nesta rua há 3 chácaras, com total de 7 moradores. O condomínio tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço artesiano e esgotamento sanitário por fossa.

A Fazenda São Paulo tem 3 casas de alvenaria, alguns galpões em bom estado de conservação, e o cultivo de cana de açúcar é a cultura predominante. A fazenda tem acesso à energia elétrica, não utiliza água encanada e o esgotamento sanitário é realizado por fossa séptica.

A Usina Santa Lydia é uma usina de beneficiamento de cana de açúcar.

Município de Cravinhos-SP

A AID inclui apenas uma ocupação, o Sítio Santo Antônio. O sítio possui uma casa de alvenaria em bom estado de conservação, onde vivem 5 pessoas. Possui galpões, árvores frutíferas e algumas cabeças de gado. O sítio tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa.

Município de São Simão-SP

A faixa atravessa área da Mineração Matheus Leme. Não há ocupações humanas nas proximidades, mas a extração de argila por meio de escavadeira é realizada a menos de 100m da faixa.

Há ainda uma sede de fazenda de cana de açúcar. A sede possui duas casas de alvenaria em bom estado de conservação, e galpão com implementos agrícolas.

Município de Porto Ferreira-SP

O município possui grande número de habitações na AID, a maioria na periferia urbana. A faixa do duto atravessa alguns bairros de ocupação horizontal de média densidade, parcialmente dotados de infra-estrutura urbana. Este é o único município atravessado pela faixa em que a maior parte do trajeto se dá na zona urbana.

Em um dos bairros, do município, a faixa se localiza sob a calçada da rua central, paralela as casas. Nos outros bairros, denominados Jardim Independência, Jardim Aníbal, Jardim Jandira e Vitória a faixa não atravessa a área ocupada, estando apenas nas imediações.

Estes bairros possuem padrão construtivo de médio a baixo porte e estão todos ligados às redes de energia elétrica, água e esgoto, tendo acesso também a coleta de lixo, ônibus urbano e escolar e telefone.

O Jardim Independência apresenta a pior situação em termos de infra-estrutura urbana, com ruas não pavimentadas e em péssimo estado de conservação e lixo acumulado em terrenos próximos à lagoa. As casas desse bairro são quase todas em alvenaria sem reboco. Segundo uma moradora, a Prefeitura tem pouca presença no local e raramente realiza limpeza do lixo e mato acumulados no extremo do bairro, próximo à lagoa. Neste bairro estão localizados o posto de saúde e a escola que oferece até o Ensino Médio, acessados também pelos bairros vizinhos, ambos em bom estado de conservação.

O Jardim Jandira e o Jardim Aníbal apresentam quadro um pouco melhor, com ruas asfaltadas e presença também de um pequeno comércio local. Dentre os bairros situados na AID, o Jardim Aníbal é o que mais se aproxima da região central da cidade ficando apenas com um quarteirão localizado na AID, onde há também uma cerâmica desativada.

O bairro Vitória apresenta características de ocupação bastante recente, com a maioria das casas ainda em construção e algumas casas de projetos de moradia popular. A infra-estrutura urbana completa e pavimentação das ruas já estão instaladas.

O bairro São Lázaro, no limite da zona urbana do município, é composto por uma rua com casas em ambos os lados, sendo que o duto passa por sob a calçada, acompanhando toda a extensão desta rua. No total, há 22 casas, todas em alvenaria em bom estado de conservação. A rua não é asfaltada, mas está britada, e bem conservada, inclusive guias e calçadas. Um morador informou que esta estrutura da rua e calçadas foi instalada pela Petrobras quando o duto Osbra foi implantado. O bairro possui ligação à rede pública de luz elétrica e recebe coleta de lixo, porém não possui ônibus urbano.

O serviço de água se dá por meio de poço artesiano compartilhado, e o esgotamento, por fossa. Em uma dessas casas, há um muro fechando o acesso ao local da faixa.

O bairro Centenário, na periferia da zona urbana, é composto por casas de alvenaria de baixo padrão construtivo e com pequeno comércio local. As ruas não são pavimentadas e estão em péssimo estado de conservação. Porém, o bairro tem acesso às redes públicas de energia elétrica, água, esgoto e telefone, tendo acesso também a coleta de lixo e ônibus urbano e escolar.

Em local próximo ao bairro Centenário, está instalada a transportadora Jubair dos Santos, em pátio cercado por alambrado, com galpões, espaço para os caminhões e bomba de combustível. Acima, localiza-se o bairro Porto Belo I. Este bairro possui perfil semelhante ao do Jardim Independência, com ruas não pavimentadas e em péssimo estado de conservação, residências de padrão baixo e sem reboco e pontos com mato alto e acúmulo de lixo.

O bairro tem acesso às redes públicas de energia elétrica, água, esgoto e telefone, além de coleta de lixo e ônibus urbano e escolar. A escola do bairro é de Ensino Fundamental e o posto de saúde localiza-se entre os bairros Centenário e Porto Belo II.

Vizinho ao bairro Porto Belo I está localizado o bairro Porto Belo II, que possui padrão diferente, com ruas asfaltadas, pequeno comércio mais diversificado e habitações de padrão médio e em geral bem conservadas. O bairro tem acesso às redes públicas de energia elétrica, água, esgoto e telefone, além de coleta de lixo e ônibus urbano e escolar.

A partir deste bairro, a faixa do duto volta a transitar na zona rural, onde se encontra o bairro rural do Ibó, que se localiza nos municípios de Porto Ferreira e de Santa Rita do Passa Quatro. Do lado de Porto Ferreira, os sítios contam com três casas de baixo padrão construtivo, algumas hortaliças e vacas leiteiras. Já em Santa Rita do Passa Quatro, há o Sítio São Benedito.

Este sítio possui uma casa em alvenaria em bom estado de conservação e algumas árvores frutíferas. O sítio tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa. Não há acesso a ônibus.

Seguindo no território deste município, há o Sítio Chave Três, cuja atividade é o cultivo de cana de açúcar e laranja, e criação de algumas cabeças de gado e cavalos. Existem ali três casas de alvenaria em médio estado de conservação, onde moram no total 8 pessoas.

O sítio tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa. Há acesso a ônibus comum e escolar.

Existem ainda nas proximidades as instalações de um sítio abandonado, e o Sítio Santa Maria, com uma casa de alvenaria onde vivem 4 pessoas. O terreno do sítio é composto principalmente por pastagens com algumas cabeças de gado. O sítio tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de mina e esgotamento por fossa. Há acesso a ônibus comum e escolar.

Na Fazenda Cachoeirinha, apenas a caixa d'água está localizada na AID. Próximo a fazenda, localiza-se a sede da Estância Flórida, que conta com plantação de eucaliptos e napier para o gado, além de uma granja. Há duas casas em alvenaria em médio estado de conservação, em uma das casas vive o casal de caseiros, e a outra é utilizada ocasionalmente pelos proprietários. O sítio tem acesso à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço artesiano e esgotamento por fossa.

Município de Pirassununga-SP

No município de Pirassununga, há apenas uma propriedade, a sede da Fazenda Combate. O espaço da sede é amplo e possui 8 casas de alvenaria de bom padrão, curral, granja, lagoa e viveiro de pássaros. Nesta propriedade vivem 15 pessoas. A atividade principal da fazenda é o cultivo de cana de açúcar, mas há também algumas cabeças de gado e cavalos. A fazenda está ligada à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgoto por fossa, não tem telefone, e tem acesso a ônibus comum e escolar.

Município de Leme-SP

Foram identificadas no município de Leme 3 propriedades: Fazenda Santa Terezinha, Sítio Santa Maria e Sítio São Sebastião.

A Fazenda Santa Terezinha é dedicada ao cultivo de cana de açúcar e café. Nesse local há 3 casas da sede da fazenda e 7 outras, vivendo ali um total de 10 famílias. Todas as casas são de alvenaria em bom estado de conservação, e ligadas à rede pública de energia elétrica, utilizando água de mina e esgotamento sanitário por fossa. A fazenda tem acesso a ônibus escolar, mas não tem acesso a ônibus comum ou telefone.

No Sítio Santa Maria vivem 5 pessoas da família de caseiros em uma casa de alvenaria em bom estado de conservação, havendo também uma casa utilizada pelos proprietários ocasionalmente. O sítio está ligado à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa. A fazenda não tem acesso a ônibus nem telefone.

O Sítio São Sebastião possui culturas bastante diferenciadas: hortaliças, berinjela, milho e sorgo. O proprietário também produz vassouras artesanalmente no local. O sítio conta com uma casa de alvenaria em bom estado de conservação, onde moram 5 pessoas. Há ligação à rede pública de energia elétrica, água de poço e esgotamento por fossa, porém não há telefone ou acesso a ônibus.

Município de Araras-SP

O Sítio Santo Antônio é dedicado à criação de frangos para corte. Ali vivem cinco pessoas, em casa de alvenaria em bom estado de conservação. O sítio está ligado à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgotamento por fossa. Há acesso a ônibus escolar, mas não a ônibus urbano.

No Sítio São Benedito, cuja atividade é o cultivo de milho, vivem 5 pessoas em casa de alvenaria em bom estado de conservação, ligada à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgotamento por fossa.

Há ainda o bairro Morro Grande, em área rural mas com características urbanas, dotado de asfalto e infra-estrutura pública de energia elétrica, esgoto e telefonia, habitações de bom padrão e pequeno comércio local. Os moradores utilizam água de poço artesiano construído pela Prefeitura de Araras.

Na Fazenda Alvorada, dedicada à criação de cavalos mangalarga, vivem 3 famílias, somando 9 pessoas, em casas de alvenaria em bom estado de conservação. A fazenda está ligada à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgotamento por fossa, e tem acesso a ônibus comum e escolar, mas não há telefone.

Município de Engenheiro Coelho-SP

Junto à estrada pavimentada em meio a área de uso rural, está localizado o Centro de Vida Saudável - Centro Médico Adventista e Centro Odontológico (CEVISA), em área ampla, com construções do centro médico. Em seguida, há as obras de implantação do condomínio residencial Esparta Park.

No momento da visita, as obras de terraplanagem estavam em curso, assim como a construção do escritório no local, estando concluída apenas uma caixa d'água.

Parte do bairro rural Conceição está localizado na AID, onde se encontra o Sítio Santa Cruz. A faixa atravessa o Sítio Santa Cruz, que possui uma casa de alvenaria em médio estado de conservação, onde vivem 6 pessoas. O sítio está ligado à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgotamento por fossa. O local tem acesso a ônibus comum e escolar. A produção local é de cítricos.

No lado oposto da rodovia SP-147 há mais 10 chácaras do bairro, a maior parte composta por casas de alvenaria em baixo estado de conservação, e uma em estado bastante precário. O local está ligado à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço compartilhado e esgotamento por fossa. O local tem acesso a ônibus comum e escolar.

Junto à rodovia SP- 332, próximo ao ponto onde é atravessada pelo duto, estão localizadas as instalações das empresas Luis Dreyfus Commodities, que produz suco de laranja, e da TRW Automotive, que produz autopeças.

Existem ainda 6 casas de alvenaria em estado precário e características de favela, junto à estrada não pavimentada, próximo a SP-332. O local está ligado à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço compartilhado e esgotamento por fossa. O local tem acesso a ônibus comum e escolar.

Para além deste trecho periurbano, entre plantações de cana de açúcar, está localizada a sede da Fazenda Pinhalzinho, em cuja colônia vivem 60 moradores em casas de alvenaria em bom estado de conservação. A atividade da fazenda é o cultivo da cana de açúcar, e suas instalações estão ligadas à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgotamento por fossa, tendo também acesso a ônibus urbano e escolar.

Município de Artur Nogueira-SP

Existem algumas ocupações em áreas de características peri-urbanas, embora todas localizadas na zona rural. O duto passa junto ao bairro rural Bela Vista, onde se localiza o Sítio São Luís, de pequeno porte, com uma casa de alvenaria em estado de conservação precário, ligada à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço artesiano e esgotamento por fossa. O sítio possui produção apenas de subsistência.

Na AID, está localizado o depósito de lixo de Artur Nogueira, que apresenta péssimas condições sanitárias, com lixo sendo despejado sem nenhum tipo de cobertura ou tratamento, sem funcionários de plantão ou restrições ao acesso e mau cheiro.

No entorno deste depósito de lixo, há duas ocupações. Uma é a Chácara Santo Antônio, com quatro casas de alvenaria em péssimo estado de conservação, com entulho acumulado nos fundos, onde vivem 12 pessoas da mesma família. A chácara está ligada às redes públicas de eletricidade, esgoto e água. Na estrada, passa apenas ônibus escolar.

Há ainda um bairro de chácaras com cerca de 15 casas em alvenaria, de padrão médio a baixo e o bairro rural Recanto das Palmeiras, constituído por 7 casas em alvenaria, de padrão médio a baixo. Ambos os bairros possuem ligação à rede de energia elétrica, utilizando água encanada de poço artesiano compartilhado e esgotamento por fossa.

Não há linha telefônica e as estradas de acesso não são pavimentadas, porém há ônibus. Ao lado desse bairro há a sede de um sítio que tem como atividade a plantação de laranja, com uma casa de alvenaria em bom estado de conservação.

Município de Cosmópolis-SP

Existem algumas casas de sítios ao lado da faixa. O Sítio Santo Antônio realiza cultivo de cana de açúcar, milho e arroz. A sede do sítio conta com 5 casas em alvenaria em bom estado de conservação, onde vivem 19 pessoas. A sede está ligada à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço artesiano e esgotamento por fossa. Existe ponto de parada de ônibus urbano próximo, e também ônibus escolar.

A sede do Sítio Barão Geraldo conta com uma casa em alvenaria, em médio estado de conservação, cercada por árvores frutíferas, onde vivem dois caseiros. Esta casa está ligada à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa. Não há acesso a ônibus nas proximidades, mas os moradores possuem carro próprio.

Há ainda mais três casas de sítios. Uma delas corresponde ao Sítio Matão, onde vivem 5 pessoas. Esta casa está ligada à rede pública de energia elétrica, utiliza água de poço e esgotamento por fossa. O local não tem acesso ônibus comum, apenas escolar, mas os moradores possuem carro próprio.

O Sítio Esmeraldas, cuja atividade é o cultivo de flores em estufas, e também a produção de substrato para este cultivo, é atravessado pela faixa. Ali vivem duas famílias, em casas de alvenaria em bom estado de conservação, ligada à rede pública de energia elétrica, utilizando água de poço e esgotamento por fossa. Existe acesso a ônibus próximo a esse local.

Município de Paulínia-SP

Junto à divisa da propriedade da Petrobras em Paulínia-SP, está localizada a casa de uma família de caseiros da Fazenda Meia Lua, cuja principal atividade é a plantação de cana de açúcar. Em local distante cerca de 100m desta ocupação, está localizado o CEPE – Clube dos Empregados da Petrobras.

Este é um clube de lazer com uma quadra esportiva coberta e uma aberta, um campo de futebol, e outras áreas de lazer. Fora estas ocupações, no território de Paulínia, a faixa atravessa apenas canaviais.

Município de Jaguariúna-SP

A faixa cruza com a rodovia Ademar de Barros (Campinas/Mogi-Guaçu), próxima à Cooperativa de Leite (Válvula 02) de Campinas e à EMBRAPA.

No Km 139 sul da rodovia Ademar de Barros, está o acesso ao Bairro do Tanquinho, que é feito pela Av. Guido Tozzi. A faixa cruza esta avenida ao lado da Escola Municipal Profa. Oscarlina Pires Turato, no bairro do Tanquinho. Há casas de alvenaria de baixa renda, e a faixa corre paralela à avenida dentro do Sítio São Jorge, com área de pastagem e uma antiga olaria.

A faixa cruza a estrada vicinal de acesso ao loteamento Long Island e, nesse local, há também uma casa de alvenaria.

A faixa continua paralela à estrada vicinal, que também serve de acesso à comunidade Santa Cruz do Tanquinho, até o Centro de Distribuição de Jaguariúna. Cruza a linha férrea e segue em direção à REPLAN.

Município de Campinas-SP

A faixa cruza a estrada vicinal, de terra, Campinas-Souzas (Av. Socrates Poliguara Luiz de Camargo), e passa por dentro do Condomínio, de alto padrão, Colinas do Atibaia (Portaria 3), a 12,6 Km da rodovia D. Pedro I (Válvula 03).

A faixa passa pelo Bairro Carlos Gomes na Fazenda Sta. Rita do Mato Dentro, cuja sede é considerada patrimônio histórico do município de Campinas. O bairro possui escola, linha de ônibus urbano, posto de saúde, telefone público, administração regional (AR 14), luz elétrica, e aproximadamente 200 moradores.

Cabe destacar que a Antiga Estação Carlos Gomes, administrada pela Associação Brasileira de Patrimônio Ferroviário (ASPF), está próxima a Fazenda Sta. Rita do Mato Dentro

Colado ao Bairro Carlos Gomes, está o Bairro Monte Belo com concentração de aproximadamente 20 casas de alvenaria de diferentes padrões. A faixa cruza a estrada vicinal Campinas - Pedreira (PTE 018), em frente ao sítio Valle Verde (casa de alto padrão) e à Chácara Monte Belo (áreas de pasto e plantações de subsistência).

No trecho entre o bairro Monte Belo e o Bairro Gargantilha, a faixa segue paralela a estrada (PTE 019). O bairro de Gargantilha apresenta 400 chácaras, sendo que 300 são habitadas e as outras de segunda residência. As ruas são largas sem pavimentação, com luz elétrica, mercadinho, telefone público e igreja.

Município de Morungaba-SP

A faixa do duto cruza a SP-360 (Jundiaí – Morungaba), 4 km depois da Estância Climática de Morungaba (PTE 26), sentido Morungaba-Amparo, próximo à ponte do Rio Jaguari. Nesse ponto, de um lado da estrada há pastagem e do outro lado uma casa abandonada. Próximo há um conjunto de casas de alvenaria de médio padrão e uma fábrica.

Município de Bragança Paulista-SP

A faixa cruza a SP-063 (Rd. Alkindar Monteiro Junqueira), cortando a Fazenda Dona Carolina, que se localiza a aproximadamente 17 km da Rodovia D. Pedro. Na fazenda há pastagem, plantio de eucalipto, forrageiras e milho e uma casa de alvenaria em médio estado de conservação.

Ao redor da fazenda existem alguns fragmentos florestais e uma grande área de mineração.

A faixa também cruza a BR-381 (Rd. Fernão Dias) e próximo a este ponto de cruzamento está o Bar Fazendinha, no Km 25 da Fernão Dias, lado esquerdo, sentido norte (Atibaia-Bragança) Neste local também se localiza a obra de construção do ponto de entrega da Petrobras em Bragança.

Município de Atibaia-SP

Na estrada da Cachoeira, está a Fazenda São Sebastião, que possui construção abandonada e duas casas, de funcionários, de alvenaria (PTE 48) e uma segunda Fazenda com estufas, galpão para máquinas, mata nativa e residência de médio padrão.

Seguindo a estrada da Cachoeira, sem pavimentação, mas com boa manutenção, encontramos a faixa cruzando a estrada na Vila do Pereira, que possui 12 casas de alvenaria, luz elétrica, linha de ônibus urbano (PTE 49). Nas imediações existem chácaras de segunda residência, pastagem e reflorestamento com eucalipto.

Município de Piracaia-SP

A faixa cruza com a SP- 036 (Rd. Jan Antonin Bata). Do lado direito da estrada, sentido Bom Jesus – Piracaia há uma fazenda (PTE 53) que possui sede, duas casas de funcionários, áreas de pastagem, com plantio de milho, de reflorestamento com eucalipto, e estufa para olerícolas.

Do lado esquerdo da estrada sentido Bom Jesus – Piracaia, há um grupo de 10 casas de alvenaria de média renda, há aproximadamente 300 metros da entrada para Vila Pereira, e uma grande fazenda com sede, casa de funcionário, plantações diversificadas e mata nativa.

O bairro Vila Pereira, possui acesso por estrada vicinal (Cachoeira Baixa), luz elétrica, igreja, 15 casas de alvenaria de baixo e médio padrão, escola e linha de ônibus urbano.

A faixa cruza a estrada Cachoeira Baixa, em local denominado Cachoeira Baixa I, que acompanha o rio de mesmo nome, possui 10 pequenas chácaras com casas de alvenaria de bom padrão construtivo, sendo que uma delas represa água para criação de peixes.

No local denominado Cachoeira Baixa 2, localiza-se a Chácara Bela Vista, que possui uma casa de alvenaria.

Município de Igaratá-SP

No Bairro de Santo Agostinho, já em Igaratá, há uma Fazenda com uma casa sede e duas casas de funcionários, com lago, curral, pastagem. Há luz elétrica e linha de ônibus urbano.

O acesso ao Bairro do Peão pode ser feito por estrada de terra em péssimo estado de conservação entre São José dos Campos e Igaratá ou pela Rodovia D. Pedro I, entrando em Piracaia. O bairro possui 20 residências de alvenaria, luz elétrica, igreja, escola, e mercadinho.

Município de São José dos Campos-SP

Nesse município a faixa cruza a estrada de acesso a Monteiro Lobato (SP-050), no Sítio Esperança, com aproximadamente 8,5 ha. Nessa propriedade cultiva-se forragem e cevada. Há criação de porcos e gado leiteiro e reflorestamento com eucalipto.

A faixa atravessa o Rio Buquira (ponto 54, válvula 09), dentro do Sítio Esperança, e segue em direção ao bairro do Costinha.

Nesse bairro com aproximadamente 30 casas, a faixa cruza a estrada vicinal (Rodolpho Sebastião Alvarenga). No bairro há luz elétrica, escola, coleta de lixo, telefone público, transporte urbano disponível e a estrada que dá acesso ao bairro é pavimentada. A água é tratada, mas não existe rede de esgoto. Há uma igreja evangélica e dois bares no bairro.

Ao final do bairro à direita (Estrada Municipal Antonio Ferreira da Silva), há uma ocupação irregular com 04 barracos, uma olaria, e um galpão de reciclagem, localizado ao lado da faixa e, segundo os moradores, já incendiou algumas vezes.

Existe ainda um condomínio de segunda residência e pequenas chácaras no entorno. Ao final do centro do bairro, há uma bifurcação (Estrada do Turvo), à esquerda, que dá acesso ao Bairro do Bengalar e Bairro do Turvo.

A estrada continua sem pavimentação e é atravessada novamente pela faixa (ponto 79, KM 156). Nesta região do município, em vários trechos, a faixa atravessa a estrada ou segue em paralelo a mesma.

Nesta mesma estrada, a faixa atravessa área de pasto do terreno da propriedade de número 2580, com casa de alvenaria. A faixa também atravessa a propriedade de número 2391, onde há uma casa abandonada.

Na AID ainda nesse trecho há um grupo de 9 casas de alvenaria, presença de luz elétrica, transporte urbano, coleta de lixo, e área de pasto. A faixa atravessa a propriedade do Juca Tatu e o Sítio do Bengalar (número 3100) com 4 casas de alvenaria.

O Sítio Primavera também é atravessado pela faixa. No Sítio tem um pequeno rio e uma queda d'água. Há pastagem, criação de gado, e duas casas de alvenaria.

Próximo ao Sítio Primavera existem 5 casas em péssimo estado de conservação pelas freqüentes inundações causadas pela falta de drenagem adequada da área.

No Bairro do Turvo, a faixa cruza a Fazenda Mascarenhas. No bairro, há telefone público, pavimentação, luz elétrica, igreja, bar e ônibus urbano. O Bairro do Turvo tem aproximadamente 300 casas.

A faixa cruza com a estrada vicinal do Turvo próximo a uma fazenda de grande porte, com duas casas. A fazenda possui área de pastagem, criação de gado, riacho, e área de várzea.

A faixa cruza novamente a Fazenda Mascarenhas da VCP (plantação de eucaliptos) e a estrada vicinal (Estrada do Santo Agostinho), a 1 Km do Bairro Santo Agostinho de cima, que conta com luz elétrica, linha de ônibus urbano, e 30 casas esparsas.

A faixa segue cruzando a estrada vicinal do Santo Agostinho (PTE 69) em vários trechos ou correndo paralela a ela, em áreas entre São José dos Campos e Igaratá. Esse trecho da estrada é entremeadas de matas nativas, nos topos de morros, pasto e reflorestamento com eucalipto e casas esparsas.

Município de Caçapava-SP

A faixa cruza a Rodovia Presidente Dutra, com pista dupla. Neste local há, além de um posto de gasolina 4R, algumas áreas de pastagem extensiva e de agricultura de subsistência, e pelo menos quatro construções de alvenaria esparsas. Nas imediações há o cruzamento da faixa com linha férrea e com um corpo d'água protegido por mata ciliar.

A faixa cruza também a Rodovia Vitor Ardito, com pista simples. Próximas a este ponto, estão as empresas Brazul (transporte WW) e Viapol.

Já na área urbana de Caçapava, a faixa cruza a Rua do Porto (asfaltada), a 300 metros do Posto Taiada e do Depósito Quirino (PTE 94).

De um lado da rua a faixa segue paralela ao Rio Paraíba, com área de pastagem e algumas casas isoladas. Do outro lado, verificamos área urbana densamente povoada, com predominância de casas de alvenaria de baixa renda.

Na AII, porém próximo da AID, está a Vila André Martins: com grande agrupamento de casas de alvenaria, uma escola municipal “Complexo Educacional Freitas Panacho”, três igrejas evangélicas e uma católica, sistema de telefonia, ruas com pavimentação (paralelepípedo).

Apenas pequena parte do bairro está sem pavimentação. Próximo também há uma ETE da Sabesp.

Em local denominado Marambaia, próximo ao Parque Ecológico de Moçota e também próximo a margem do Rio Paraíba do Sul, há um agrupamento de casas de alvenaria de baixa renda. Há presença de igreja, mercearia e luz elétrica. Acesso por estrada de terra.

Município de Taubaté-SP

Ao redor da Estação de Transferência e da Estação Limitadora de Pressão de Taubaté o relevo é levemente ondulado. Há predominância de pasto e forragem e grande proximidade com a área urbana do município de Taubaté. Existem torres de alta tensão, um corpo d’água, e pequenos fragmentos de mata especialmente nos topos de morros.

O acesso a Estação de Transferência é realizado através da estrada municipal do Barreiro que é pavimentada.

Ao lado das Estações de Transferência e Limitadora à esquerda, na Estrada do Barreiro, existem duas propriedades. A de número 9010, tem uma casa de alvenaria, cultivo de agricultura familiar e criação de gado. A captação da água é feita através de mangueiras diretamente dos corpos d’água, e a propriedade possui fossa séptica. A outra (número 8805), é uma pequena propriedade rural, onde se localiza uma igreja Assembléia de Deus do “Ministério Madureira”. Nela existem áreas de pastagem e de plantio de espécies forrageiras.

A faixa atravessa área, exclusivamente de pastagem, no trecho do município de Taubaté.

Ao termino do asfalto da Estrada do Barreiro, no centro do bairro do mesmo nome, há a Capela do Barreiro, construída em 1898, patrimônio histórico do município. O centro do bairro tem um posto de saúde municipal. Há ônibus de linha urbana.

Ainda no município de Taubaté a faixa cruza a Rodovia Carvalho Pinto, atravessando um plantio de eucalipto.

V.3.4.2.1.1 Condições de Vida da População da AID

A maior parte da faixa do duto atravessa áreas rurais, havendo proximidade com bairros residenciais urbanos apenas nos municípios de Caçapava e Porto Ferreira. Estas áreas rurais, de baixa densidade de ocupação, dependem em sua quase totalidade das estruturas de serviços dos centros urbanos mais próximos.

Dentre os bairros rurais localizados na AID, foram identificadas escolas apenas nos municípios de Igaratá, Piracaia, Campinas e Jaguariúna, e postos de saúde em Taubaté e Campinas. Nos demais casos, os moradores necessitam locomover-se às cidades, por meio de transporte particular ou público. No caso dos estudantes, foi verificado que o transporte público escolar atende à totalidade das ocupações da AID com moradores em idade escolar.

Quanto ao transporte urbano a maior parte dos bairros rurais, são beneficiados com esse serviço. Uma exceção é o município de Aramina, em que o bairro Vila Canindé, com população de mais de 100 pessoas, não possui nenhuma forma de transporte público além do escolar.

Em Caçapava e Porto Ferreira, os bairros urbanos tem características de baixa renda, porém possuem escola, posto de saúde, transporte público e a maior parte de suas ruas pavimentadas.

O nível de escolaridade da população dos municípios é apresentada na **Tabela V.3.4.2.1.1-1** abaixo, contendo os grupos de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por anos de estudo, e a taxa de analfabetismo da população total acima de 10 anos de idade.

Tabela V.3.4.2.1.1-1 – Nível de Escolaridade da População da AID (em %)

Município	Anos de estudo do responsável pelo domicílio						Analfab.
	Até 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	Acima 17 anos	
Uberaba - MG	17,02	55,32	20,57	4,90	2,11	0,04	13,67
Aramina - SP	16,00	53,14	22,86	4,57	2,86	0,57	13,83
Araras - SP	14,10	56,34	16,94	7,29	4,62	0,71	10,34
Artur Nogueira - SP	14,13	60,73	14,13	6,52	4,21	0,14	12,30
Atibaia - SP	17,43	53,90	20,40	5,36	2,75	0,06	13,13
Bragança Paulista - SP	18,56	57,10	15,67	5,16	2,62	0,54	13,87
Campinas - SP	13,66	45,67	25,95	8,98	4,72	0,80	10,48

Município	Anos de estudo do responsável pelo domicílio						Analfab.
	Até 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	Acima 17 anos	
Cosmópolis - SP	12,16	51,38	24,54	8,26	2,98	0,46	10,38
Cravinhos - SP	14,07	54,43	21,10	5,20	4,28	0,31	13,81
Engenheiro Coelho - SP	10,67	30,30	26,88	9,88	18,97	3,29	6,41
Guará - SP	19,94	53,37	17,18	7,67	1,23	0,61	11,61
Igaratá - SP	28,42	53,92	12,29	4,30	0,61	0,46	17,92
Ituverava - SP	19,73	51,24	21,06	5,64	2,32	-	15,58
Jaguariúna - SP	16,41	50,46	19,69	8,82	3,90	0,62	10,81
Leme - SP	13,04	60,23	14,99	7,04	4,17	0,39	8,36
Morungaba - SP	17,18	58,88	18,15	4,63	1,16	-	13,13
Orlândia - SP	5,99	61,29	24,42	4,61	2,76	0,46	8,31
Paulínia - SP	9,93	41,84	39,72	8,51	0,00	-	8,33
Piracaia - SP	-	-	-	-	-	-	-
Pirassununga - SP	9,22	44,03	12,85	20,81	12,04	1,06	8,06
Ribeirão Preto - SP	11,11	53,01	22,22	7,83	5,28	0,55	8,34
São Joaquim da Barra - SP	10,23	62,33	19,07	2,79	5,58	-	9,97
São José dos Campos - SP	20,85	48,77	19,40	8,03	2,45	0,22	14,90
São Simão - SP	12,57	55,56	19,59	8,48	2,92	0,58	10,30
Sertãozinho - SP	12,09	47,03	25,78	11,90	2,74	0,38	9,28
Taubaté - SP	11,56	44,96	23,44	12,01	6,81	1,10	9,65
Caçapava - SP	14,03	43,01	26,17	11,57	4,69	0,39	4,99
Porto Ferreira - SP	17,46	55,30	19,33	6,03	1,87	-	6,79

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000.

Estes dados mostram que em geral a escolaridade na AID é baixa, com proporção pouco expressiva de responsáveis por domicílio com mais de 12 anos de estudo, e desprezível de mais de 17 anos de estudo. As exceções são Engenheiro Coelho e Pirassununga, com respectivamente cerca de 19% e 12% de responsáveis com mais de 12 anos de estudo.

O fato de a seleção destes dados ter considerado as áreas urbanas de Caçapava e Porto Ferreira não levou à apresentação de indicadores melhores para estes municípios, o que indica uma situação pouco favorável da educação local mesmo nas áreas urbanas, que em geral possui indicadores melhores do que as áreas rurais.

O analfabetismo se mostrou bastante alto em geral, especialmente nos municípios de São José dos Campos e Ituverava, com cerca de 15% de analfabetos na zona rural desses municípios. O menor índice encontrado foi em Caçapava, cerca de 5%.

Apesar de estes dados mostrarem uma situação distante da ideal no que concerne à educação, foi verificado na pesquisa de campo que todas as pessoas em idade escolar morando na AID possuíam acesso à escola, ainda que em vários casos esta estivesse localizada de suas residências.

A população residente na AID, tem dificuldade de acesso a estrutura pública de saúde. Foram localizados postos de saúde apenas nos municípios de Campinas, Porto Ferreira e Taubaté; nos demais, é necessário um deslocamento ao centro urbano ou a outro bairro para que haja acesso à rede de atendimento, o que nem sempre é possível dada a insuficiência do transporte público em diversas áreas, em especial em municípios ao norte do estado de São Paulo, como Aramina, Ituverava, Guará e Orlândia.

Para apreender a situação da saúde na AID, os indicadores aqui considerados, e expostos na **Tabela V.3.4.2.1.1-2**, são a taxa de mortalidade infantil, o número de leitos por mil habitantes e número de estabelecimentos de saúde no município.

Tabela V.3.4.2.1.1-2 – Indicadores de saúde na AID

Municípios	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) (1)	Leitos por mil habitantes (2)	Estabelecimentos de saúde no município (3)
Uberaba – MG	17,2	3,5	281
Aramina – SP	-	-	4
Araras – SP	14,9	9,8	243
Artur Nogueira – SP	-	1,4	41
Atibaia – SP	14,7	1,5	253

Municípios	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) (1)	Leitos por mil habitantes (2)	Estabelecimentos de saúde no município (3)
Bragança Paulista – SP	11,1	1,8	139
Campinas – SP	10,7	2,1	920
Cosmópolis – SP	3,7	1,3	50
Cravinhos – SP	8,7	0,5	22
Engenheiro Coelho – SP	-	-	6
Guará – SP	8,6	2,8	20
Igaratá – SP	-	1,3	7
Igarapava – SP	8,9	3,4	34
Ituverava – SP	4,2	3,7	116
Jaguariúna – SP	11,0	1,8	38
Jardinópolis – SP	11,5	1,5	23
Leme – SP	11,0	1,4	143
Morungaba – SP	-	2,4	9
Orlândia – SP	4,6	3,0	95
Paulínia – SP	1,3	1,6	98
Piracaia – SP	18,8	1,3	6
Pirassununga – SP	7,3	1,5	141
Ribeirão Preto – SP	19,8	3,2	926
Sales de Oliveira – SP	-	2,0	16
Santa Rita do Passa Quatro - SP	3,3	11,7	58
São Joaquim da Barra - SP	4,3	2,6	121
São José dos Campos - SP	6,7	2,1	957
São Simão – SP	-	2,6	29
Sertãozinho – SP	13,1	1,5	126

Municípios	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) (1)	Leitos por mil habitantes (2)	Estabelecimentos de saúde no município (3)
Taubaté – SP	10,7	1,5	481
Caçapava – SP	11,7	1,4	179
Porto Ferreira - SP	7,3	1,1	103

Fonte: Ministério da Saúde, (1) 2006; (2) 2007; (3) 2008.

Em geral, os municípios da área de influência do empreendimento possuem um baixo número de leitos por mil habitantes, havendo maior oferta nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e Araras. Os municípios de Aramina e Engenheiro Coelho não possuem oferta de internação, precisando nestes casos utilizar os serviços em cidades vizinhas.

Os serviços das cidades de maior porte são também utilizados por moradores de outras cidades no caso de atendimento a especialidades, o que leva à sobrecarga do sistema de saúde de alguns municípios como Campinas, Ribeirão Preto e São José dos Campos, cujos leitos hospitalares são utilizados por um maior número de pessoas que os habitantes destes municípios considerados no cálculo do índice.

A mortalidade infantil é um dos índices mais importantes para se avaliar a qualidade da saúde de uma determinada população. No caso dos municípios da AID, este índice se mostra bastante elevado em municípios como Piracaia, Uberaba, Araras e Atibaia. Outros municípios apresentaram bons índices, inferiores a 4 por mil nascidos vivos, como Paulínia, Cosmópolis e Santa Rita do Passa Quatro.

A **Tabela V.3.4.2.1.1-3** a seguir apresenta os dados para rendimento em salários mínimos dos domicílios das áreas rurais ou urbanas da AID, segundo município.

Tabela V.3.4.2.1.1-3 – Faixas de Rendimento da população (em %)

Municípios	Faixa de rendimento da população							
	Até ½ s.m.	Mais de ½ a 1 s.m.	Mais de 1 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.	Sem rendimento
Uberaba - MG	0,30	14,70	60,47	11,11	5,83	2,74	1,27	3,59
Aramina - SP	2,29	18,86	44,57	12,57	7,43	3,43	2,29	8,57
Araras - SP	0,36	11,67	43,07	17,30	15,46	6,64	2,78	2,73
Artur Nogueira - SP	0,68	13,99	33,97	14,54	10,73	5,16	2,45	18,48
Atibaia - SP	0,48	13,66	52,20	13,74	8,47	3,23	2,10	6,12

Municípios	Faixa de rendimento da população							
	Até ½ s.m.	Mais de ½ a 1 s.m.	Mais de 1 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.	Sem rendimento
Bragança Paulista - SP	0,43	19,37	47,16	14,15	8,24	3,32	1,65	5,67
Campinas - SP	0,19	10,03	45,33	15,92	11,05	4,58	3,21	9,69
Cosmópolis - SP	0,23	11,01	30,73	21,56	22,71	3,67	2,29	7,80
Cravinhos - SP	-	4,59	66,97	12,84	6,12	1,53	3,06	4,89
Engenheiro Coelho - SP	0,13	13,97	29,38	12,78	19,76	10,41	3,69	9,88
Guará - SP	0,31	13,80	56,44	6,75	9,82	3,99	1,53	7,36
Igaratá - SP	1,54	25,35	52,53	9,52	3,69	1,54	1,08	4,76
Ituverava - SP	0,83	21,56	54,06	9,12	4,48	1,66	2,32	5,97
Jaguariúna - SP	-	14,46	50,05	16,31	9,44	3,18	2,15	4,41
Leme - SP	0,39	12,91	48,76	21,12	9,91	1,69	2,22	3,00
Morungaba - SP	0,19	19,50	55,60	11,78	8,30	1,93	0,19	2,51
Orlândia - SP	-	4,61	62,21	15,21	11,06	2,76	2,30	1,84
Paulínia - SP	-	7,09	36,88	27,66	15,60	0,71	0,00	12,06
Piracaia - SP	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirassununga - SP	0,20	10,18	36,88	12,44	23,83	10,73	4,13	1,61
Ribeirão Preto - SP	0,18	4,92	47,91	24,95	12,57	6,38	2,00	1,09
São Joaquim da Barra - SP	0,47	8,37	62,33	13,02	8,84	2,33	4,19	0,47
São José dos Campos – SP	0,50	24,64	41,30	12,10	9,59	2,84	0,84	8,19
São Simão - SP	0,58	13,45	60,82	9,94	5,56	3,22	2,92	3,51
Sertãozinho - SP	0,28	6,70	29,46	26,44	20,87	4,34	3,59	8,31
Taubaté – SP	0,74	15,37	38,57	15,87	13,69	4,97	3,26	7,54
Caçapava – SP	0,33	10,61	22,97	18,10	26,98	10,51	4,10	6,39

Municípios	Faixa de rendimento da população							
	Até ½ s.m.	Mais de ½ a 1 s.m.	Mais de 1 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 a 20 s.m.	Mais de 20 s.m.	Sem rendimento
Porto Ferreira - SP	0,31	11,41	35,15	21,70	18,73	5,87	2,28	4,56

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

A distribuição dos domicílios por rendimento apresenta em geral uma concentração nas camadas baixas, em especial na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Os municípios com maiores proporções de domicílios sem rendimentos foram Artur Nogueira, com cerca de 18%, e Paulínia, cerca de 12%. Esta faixa apenas apresentou concentração muito baixa, de menos de 1%, em São Joaquim da Barra.

Já a faixa de rendimento de mais de 20 salários mínimos teve expressão muito baixa em toda a área que inclui a AID, sendo o melhor índice novamente verificado em São Joaquim da Barra, com 4,2%.

Dentre os municípios com baixos rendimentos, destacam-se Igaratá e Ituverava, que possuem respectivamente 31,6% e 28,3% de seus domicílios na AID nas faixas de rendimento de zero a 1 salário mínimo.

Cosmópolis e Pirassununga foram os municípios com maior concentração na camada média de 5 a 10 salários mínimos, com respectivamente 22,7% e 23,8% dos domicílios nesta faixa.

Os empregos se concentram no ramo agropecuário, pelo fato de a maior parte desta área estar localizada na zona rural, havendo em alguns pontos presença de ofertas de trabalho na indústria e no comércio e serviços. Este é um perfil de empregos diverso do encontrado para o total dos municípios, em que o setor agropecuário em geral apresenta pequena expressão no total municipal de empregos, embora existam exceções, como Aramina, em que este setor responde por 12,5% do total de empregos (IBGE, 2006).

A explicação provável para este fato se deve, em grande parte dos casos, as propriedades rurais da AID serem de pequeno porte, e terem como trabalhadores ou os próprios donos ou funcionários não registrados, o que leva estes postos a não serem computados nas estatísticas oficiais. Tais vínculos empregatícios informais encontrados nestas áreas representam o padrão no quadro do trabalho rural brasileiro.

Os empregos no ramo agropecuário entre os municípios da AID não chegam a 1% do total em Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Paulínia, Taubaté, Cosmópolis, Itatiba, Caçapava, São Joaquim da Barra, Sales Oliveira, Morungaba e Ituverava.

No caso dos municípios que possuem economia mais apoiada nos setores secundário e terciário, como os cinco primeiros entre os citados, este baixo índice reflete com mais acuidade a distribuição real do trabalho. Nos demais, porém, certamente refletem um alto índice de informalidade no meio rural.

V.3.4.2.2 Cruzamentos/ Paralelismo com Infra-estrutura e Terminais da Petrobras

Ao longo do trajeto, a faixa apresenta cruzamento com um grande número de estradas, em sua maioria rurais e não pavimentadas, além de caminhos em meio a canaviais e estradas vicinais de acesso a propriedades rurais. Estas estradas de menor porte servem prioritariamente ao tráfego local das fazendas e sítios, com fluxo considerável de caminhões e ônibus que transportam trabalhadores das plantações de cana, nos municípios da região norte do estado de São Paulo. O estado de conservação de muitas destas estradas rurais é precário.

As rodovias de maior porte e de maior relevância regional atravessadas pelo duto são:

- SP-330 Rodovia Anhagüera, no município de Cravinhos-SP;
- SP-332 Rodovia General Milton Tavares de Sousa, em dois pontos: Artur Nogueira-SP e Engenheiro Coelho-SP;
- SP-147 – rodovia Eng. João Tosello, em Engenheiro Coelho-SP;
- SP-191 – rodovia Wilson Finard, em Araras-SP;
- SP-215 (sem denominação) em Porto Ferreira-SP;
- SP-253 - rodovia Francisco Matarazzo Jr. em São Simão-SP;
- SP-255 - rodovia Antonio Machado Sant'Anna, em Ribeirão Preto;
- SP-291 - rodovia Mario Donegá em Ribeirão Preto;
- SP-322 em dois pontos em Ribeirão Preto-SP e Sertãozinho-SP;
- SP-345 – rodovia Eng. Ronan Rocha em São Joaquim da Barra-SP;
- SP-385 - rodovia Dr. William Amin em Ituverava-SP;
- SP- 340 - rodovia Ademar de Barros (Campinas/Mogi-Guaçu): Jaguariúna– SP;
- SP-360 – rodovia Engenheiro Constancio Cintra (Jundiai/Morungaba), em Morungaba– SP;
- SP-063 - rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, em Bragança Paulista;
- BR-381 - rodovia Fernão Dias, em Bragança Paulista;
- SP- 036 – rodovia Jan Antonin Bata, em Piracaia– SP;
- SP-050 – rodovia São José-Monteiro Lobato, em São José dos Campos;

- SP-103, em Caçapava;
- SP-062 – rodovia Vitor Ardito, em Caçapava;
- BR-116 - rodovia Presidente Dutra, em Caçapava;
- SP-070 - rodovia Carvalho Pinto, em Taubaté.

Todas estas rodovias são pavimentadas, com pistas duplas ou simples, e a maior parte delas encontra-se em bom estado de conservação. O fluxo predominante nestas rodovias é de carros de passeio realizando trajetos intermunicipais, ocorrendo também o uso por caminhões e ônibus urbanos e rurais.

No estado de Minas Gerais, em função de ser um trecho curto, a faixa do duto não atravessa nenhuma rodovia.

Há ainda cruzamento e proximidade com uma série de linhas de transmissão, sendo algumas de baixa tensão e destinadas a fornecer energia elétrica a ocupações rurais, e outras de alta tensão e de importância regional.

Apenas duas ferrovias em operação são atravessadas pelo duto, nos municípios de Ituverava-SP e Caçapava-SP. O duto também atravessa uma ferrovia desativada, no município de Ribeirão Preto-SP.

Na **Tabela V.3.4.2.2-1** estão relacionadas as rodovias, ferrovias e linhas de transmissão com cruzamento ou paralelismo com a faixa do duto, bem como os Terminais da Petrobras.

Tabela V.3.4.2.2–1 - Cruzamentos e Paralelismo com Infra-Estrutura e Terminais da Petrobras.

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenada UTM
City Gate Taubaté Estação de Transferência de Custódia e Estação Limitadora de Pressão de Taubaté (Válvula SDV-12)	Taubaté– SP	7.485.914 N 280.437 E
Cruzamento com a SP-070 (Rd. Carvalho Pinto)	Taubaté– SP	7.445.414 N 436.015 E
Cruzamento com estrada vicinal (Estrada do Barreiro)	Taubaté– SP	7.445.948 N 441.376 E
Cruzamento com a SP-103 (Rua do Porto)	Caçapava– SP	7.447.206 N 427.277 E
Cruzamento com a SP-062 (Rd. Vitor Ardito)	Caçapava– SP	7.447.470 N 431.013 E

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenada UTM
Cruzamento com a BR-116 (Rd. Presidente Dutra)	Caçapava– SP	7.447.664 N 432.765 E
Ferrovia (RFFSA)	Caçapava– SP	7.447.664 N 432.765 E
Cruzamento com estrada vicinal (Estrada do Santo Agostinho)	São José dos Campos– SP	7.446.464 N 391.334 E
Cruzamento com estrada vicinal (Estrada do Turvo)	São José dos Campos– SP	7.447.864 N 399.124 E
Cruzamento com estrada vicinal (Rodolpho Sebastião Alvarenga)	São José dos Campos– SP	7.446.810 N 404.237 E
Cruzamento com a SP-050 (São José-Monteiro Lobato)	São José dos Campos– SP	7.447.485 N 405.380 E
Cruzamento com estrada vicinal (Cachoeira Baixa)	Piracaia– SP	7.448.034 N 356.249 E
Cruzamento com a SP- 036 (Rd. Jan Antonin Bata)	Piracaia– SP	7.447.836 N 357.720 E
Cruzamento com estrada vicinal (Campinas-Pedreira)	Campinas– SP	7.481.061 N 297.853 E
Cruzamento com estrada vicinal (Campinas-Souzas)	Campinas– SP	7.475.719 N 301.656 E
Cruzamento com a SP-063 (Rd. Alkindar Monteiro Junqueira)	Bragança Paulista– SP	7.405.302 N 494.697 E
Cruzamento com a BR-381 (Rd. Fernão Dias)	Bragança Paulista– SP	7.453.678 N 343.465 E
Obra de construção do ponto de Entrega Petrobras	Bragança Paulista– SP	7.453.678 N 343.465 E
Cruzamento com a SP-360 – rd. Engenheiro Constancio Cintra (Jundiai-Morungaba)	Morungaba– SP	7.471.555 N 316.935 E
Cruzamento com a Av. Guido Tozzi	Jaguariúna– SP	7.484.858 N 292.696 E
Centro de Distribuição de Jaguariúna Petrobras	Jaguariúna– SP	7.485.778 N 292.053 E
Cruzamento com a estrada vicinal (acesso a loteamento Long Island)	Jaguariúna– SP	7.485.076 N 292.401 E
Ferrovia (FERROBAN)	Jaguariúna– SP	7.486.609 N 290.151 E

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenada UTM
Cruzamento com a rodovia Ademar de Barros (Campinas/Mogi-Guaçu)	Jaguariúna– SP	7.484.901 N 293.079 E
Cruzamento com a SP-332 – rodovia Gal Milton Tavares de Sousa	Cosmópolis – SP	7.498.028 N 280.893 E
REPLAN - Refinaria do Planalto	Paulínia - SP	7.485.914 N 280.437 E
Cruzamento com a SP-107 – rodovia Pref. Aziz Lian	Artur Nogueira – SP	7.500.920 N 280.144 E
Cruzamento com estrada rural	Artur Nogueira – SP	7.502.734 N 279.441 E
Cruzamento com estrada rural	Artur Nogueira – SP	7.504.745 N 278.370 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Artur Nogueira – SP	7.506.182 N 277.628 E
Cruzamento com estrada rural	Artur Nogueira – SP	7.506.476 N 277.414 E
Cruzamento com estrada rural	Artur Nogueira – SP	7.507.452 N 276.806 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Engenheiro Coelho – SP	7.508.358 N 276.408 E
Cruzamento com estrada rural	Engenheiro Coelho – SP	7.509.414 N 275.627 E
Cruzamento com estrada rural	Engenheiro Coelho – SP	7.511.608 N 274.540 E
Cruzamento com a SP-147 – rodovia Eng. João Tosello	Engenheiro Coelho – SP	7.512.199 N 274.596 E
Cruzamento com a SP-332 – rodovia Gal. Milton Tavares de Sousa	Engenheiro Coelho – SP	7.513.064 N 273.832 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Engenheiro Coelho – SP	7.515.848 N 272.417 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Araras – SP	7.518.006 N 271.381 E
Cruzamento com a estrada de acesso ao bairro Morro Grande	Araras – SP	7.523.672 N 268.793 E
Cruzamento com a SP-191 – rodovia Wilson Finard	Araras – SP	7.523.981 N 268.571 E
Cruzamento com a estrada municipal AAR-235	Araras – SP	7.531.310 N 265.704 E

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenada UTM
Cruzamento com a estrada municipal AAR-020	Araras – SP	7.534.012 N 264.637 E
Cruzamento com estrada pavimentada	Leme – SP	7.542.223 N 261.468 E
Cruzamento com estrada municipal LME-237 e linha de transmissão	Leme – SP	7.545.988 N 259.916 E
Cruzamento com estrada municipal LME-020	Leme – SP	7.551.375 N 258.157 E
Cruzamento com a SP-201 – rodovia Prof. N. P. de Godoy	Pirassununga – SP	7.568.786 N 252.039 E
Cruzamento com rodovia SP-215	Porto Ferreira – SP	7.582.387 N 245.697 E
Cruzamento com estrada local pavimentada	Porto Ferreira – SP	7.583.111 N 245.587 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Porto Ferreira – SP	7.584.257 N 244.977 E
Cruzamento com estrada não pavimentada SRQ-060	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.596.803 N 240.002 E
Cruzamento com estrada não pavimentada SRQ-060	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.598.186 N 239.567 E
Cruzamento com estrada não pavimentada SRQ-060	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.599.334 N 239.238 E
Cruzamento com estrada não pavimentada SRQ-060	Santa Rita do Passa Quatro – SP	7.599.847 N 239.046 E
Cruzamento com a SP-253 – rodovia Francisco Matarazzo Jr.	São Simão – SP	7.624.541 N 229.332 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	São Simão – SP	7.630.062 N 226.390 E
Cruzamento com a SP-330 – rodovia Anhangüera	Cravinhos – SP	7.634.559 N 218.560 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Ribeirão Preto – SP	7.640.671 N 207.533 E
Cruzamento com a rod SP-255 Antonio Machado Sant'Anna, junto ao trevo Marlinha S. Consinno, que dá acesso à SP-328	Ribeirão Preto – SP	7.640.773 N 207.197 E
Cruzamento com a SP-291 – rodovia	Ribeirão Preto – SP	7.651.691 N 198.050 E

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenada UTM
Mario Donegá		
Cruzamento com a SP-322 – rodovia Atílio Balbo	Ribeirão Preto – SP	7.656.913 N 198.422 E
Terminal de Ribeirão Preto da Petrobras	Ribeirão Preto – SP	7.659.614 N 200.692 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Ribeirão Preto – SP	7.659.787 N 200.865 E
Cruzamento com ferrovia desativada	Ribeirão Preto – SP	7.660.782 N 200.815 E
Cruzamento com a SP-322 – rodovia Atílio Balbo	Sertãozinho – SP	7.668.169 N 199.566 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Jardinópolis – SP	7.676.193 N 197.824 E
Cruzamento com a rodovia vicinal Paulo de Castro Prado	Sales de Oliveira – SP	7.695.244 N 196.837 E
Cruzamento com a SP-351 – rodovia Altino Arantes	Orlândia – SP	7.712.587 N 194.914 E
Cruzamento com a rodovia Francisco Marcos Junqueira Neto	Orlândia – SP	7.710.091 N 194.249 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Orlândia – SP	7.710.650 N 194.249 E
Cruzamento com a estrada OR-340	Orlândia – SP	7.717.807 N 194.599 E
Cruzamento com linha de transmissão	Orlândia – SP	7.720.898 N 194.713 E
Cruzamento com a rodovia Ângelo Scarelli	Orlândia – SP	7.721.465 N 194.648 E
Cruzamento com a SP-345 – rodovia Eng. Ronan Rocha	São Joaquim da Barra – SP	7.729.133 N 197.7587 E
Proximidade à estrada vicinal ligando a Usina Alta Mogiana à SP-345	São Joaquim da Barra – SP	7.729.709 N 197.844 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	São Joaquim da Barra – SP	7.729.522 N 197.769 E
Cruzamento com estrada GUR-333	Guará – SP	7.735.075 N 200.218 E
Cruzamento com linha de transmissão de alta tensão	Guará – SP	7.738.150 N 201.832 E
Cruzamento com a estrada GUR-040	Guará – SP	7.739.760 N 202.663 E

Pontos Notáveis	Municípios	Coordenada UTM
Cruzamento com a SP-385 – rodovia Dr William Amin	Ituverava – SP	7.758.486 N 200.769 E
Cruzamento com ferrovia	Ituverava – SP	7.759.411 N 200.625 E
Cruzamento com estrada municipal AMN-040	Aramina – SP	7.776.512 N 202.795 E
Terminal de Uberaba da Petrobras – Distrito Industrial III	Uberaba – MG	7.786.685 N 196.296 E

V.3.4.3 População na AID

A estimativa de população na AID do empreendimento foi feita com base na pesquisa de campo, que identificou o número de moradores na maior parte dos núcleos habitacionais, e o número aproximado de moradias no caso de núcleos de maior porte, como aqueles localizados em zonas urbanas ou periurbanas.

A partir deste número de moradias existentes na área, foi realizado o cruzamento com dados da Contagem da População do IBGE de 2007, que fornece a média de moradores por residência de cada município, para se obter o resultado final do número de habitantes da AID. A estimativa da população da AID está apresentada na **Tabela V.3.4.3-1**.

Tabela V.3.4.3-1 – População da AID.

Localidade	População na AID
Taubaté	8 pessoas
Caçapava	484 pessoas
São José dos Campos	1384 pessoas
Igaratá	200 pessoas
Piracaia	114 pessoas
Nazaré Paulista	-
Atibaia	56 pessoas
Bragança Paulista	6 pessoas
Itatiba	-
Morungaba	-
Campinas	1380 pessoas
Jaguariuna	405 pessoas
Paulínia	3 pessoas
Cosmópolis	33 pessoas
Artur Nogueira	94 pessoas
Engenheiro Coelho	101 pessoas
Araras	19 pessoas
Leme	44 pessoas
Pirassununga	15 pessoas
Porto Ferreira	1.743 pessoas

Localidade	População na AID
Santa Rita do Passa Quatro	18 pessoas
São Simão	7 pessoas
Cravinhos	5 pessoas
Ribeirão Preto	20 pessoas
Sertãozinho	4 pessoas
Jardinópolis	10 pessoas
Sales de Oliveira	-
Orlândia	30 pessoas
São Joaquim da Barra	-
Guará	-
Ituverava	11 pessoas
Aramina	5 pessoas
Igarapava	-
Estado de São Paulo	6199 pessoas
Uberaba	4 pessoas
Estado de Minas Gerais	4 pessoas
Total AID	6203 pessoas

Constatou-se que na AID moram aproximadamente 6203 pessoas, sendo que destas apenas 4 estão em Minas Gerais. Considerando-se que a população total da AII é de 4.283.533 habitantes, tem-se que a população da AID corresponde a 0,144% do total da AII.

A análise dos dados para crescimento relativo das populações urbana e rural dos municípios da AII, apresentada no capítulo **Dinâmica Demográfica**, demonstrou que o êxodo rural é um fenômeno que segue ocorrendo com força nestes municípios, a despeito do desenvolvimento agrícola verificado.

A tendência é que este êxodo se concentre entre a população mais jovem.

A pesquisa de campo verificou que a maior parte das pessoas em idade escolar da AID tem acesso à educação, sendo que as mesmas habitam a zona rural, mas estudam no centro urbano do município.

A educação formal recebida é totalmente voltada para conhecimentos aplicáveis em meio urbano, o que não apenas torna estes jovens aptos a buscar trabalho fora do meio rural, mas também incentiva que esta escolha seja feita.

A diminuição dos postos de trabalho em meio rural, ligada à mecanização crescente da produção e à tendência atual de expansão do cultivo da cana de açúcar sobre as culturas de subsistência, também tomam parte neste quadro que impulsiona a migração em direção aos centros urbanos.

Em Uberaba-MG, a população rural tem apresentado desde 1980 uma redução de aproximadamente 3,7% a cada ano, taxa superior à do estado de Minas Gerais em geral.

O crescimento da população como um todo em Uberaba foi mais elevado do que a média estadual entre os anos de 1991 e 2000 (Censos Demográficos IBGE), chegando a 1,95% ao ano. Porém, a AID, localizada na zona rural à exceção do Terminal da Petrobras, no Distrito Industrial III, está localizada distante dos focos de expansão, não sendo próxima a bairros residenciais em crescimento.

No estado de São Paulo, todos os municípios da AID apresentaram redução da população rural no último período inter-censitário a exceção de São Simão, que apresentou crescimento pouco expressivo, de 0,19%.

Estas reduções em alguns casos foram bastante elevadas, principalmente nos municípios de Artur Nogueira, Orlândia, Paulínia e Ribeirão Preto, em que a população rural teve redução de mais de 15% no período, indicando um êxodo rural acentuado.

No estado de São Paulo, a maior parte dos municípios da AID não apresenta crescimento urbano em direção à área do duto, à exceção de Porto Ferreira e Caçapava, em que a faixa do duto já se encontra em meio à área urbana. Já nos municípios de Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Campinas, Jaguariúna, e Taubaté a expansão urbana segue em direção a faixa.

As figuras V.3.4.3-1 a 5 apresentam estas áreas e os vetores de crescimento.

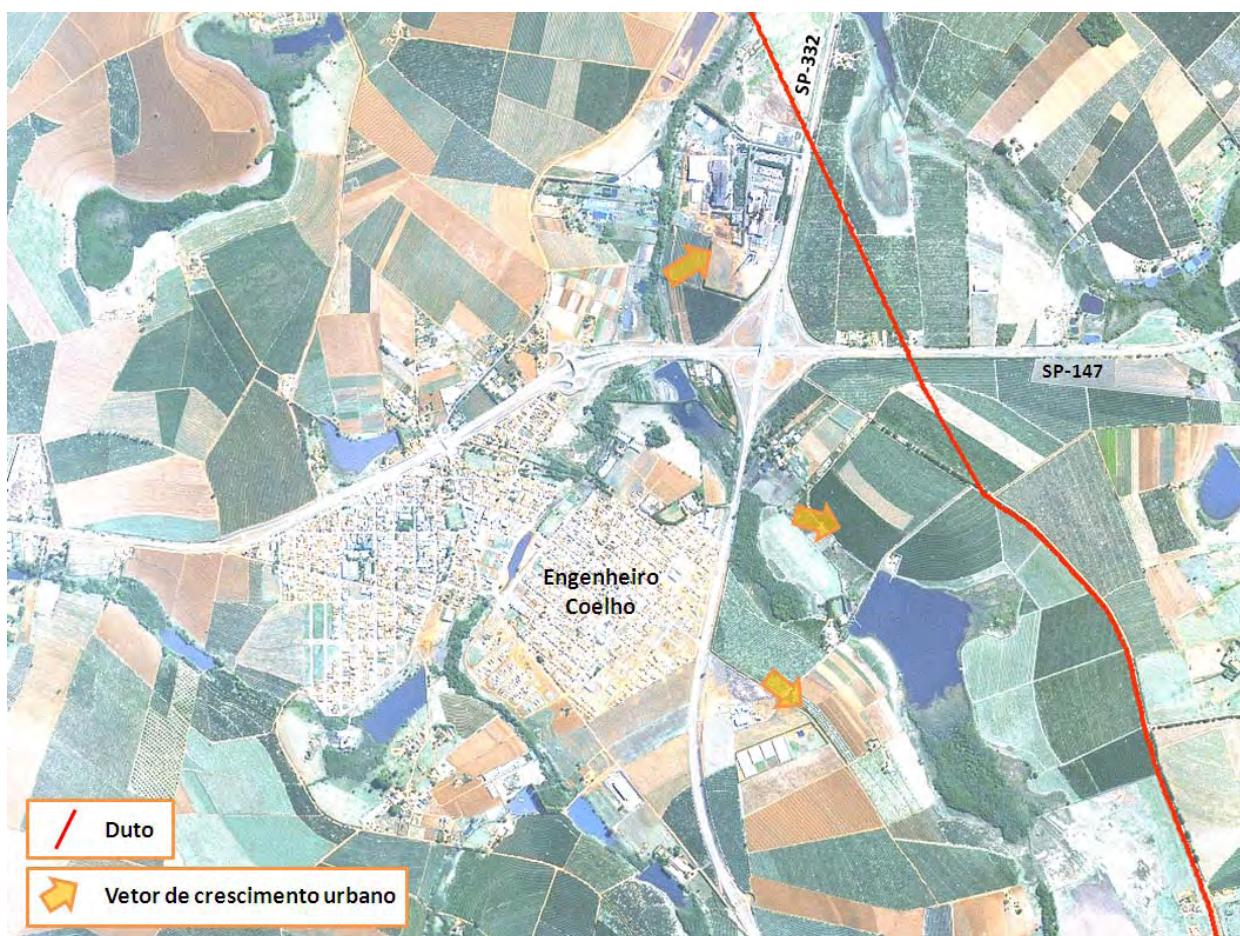
Com relação à área urbana no município de Porto Ferreira, esta tem apresentado expansão elevada na direção da AID. Os bairros de periferia, que tem parte na AID, apresentam um quadro de rápido crescimento, sendo possível observar um grande número de habitações em construção e de construção recente.

Em Engenheiro Coelho, o bairro rural Conceição, nas proximidades das rodovias Eng. João Tosello - SP-147 e Gal. Milton Tavares de Sousa – SP-332, apresenta características periurbanas e indícios de aumento recente no número de habitações. Neste município também existe um loteamento residencial em implantação na AID, o Esparta Park. O entorno deste loteamento não apresenta características de área de expansão urbana; no entanto, pode-se esperar que sua operação futura atraia outros contingentes populacionais para as proximidades.

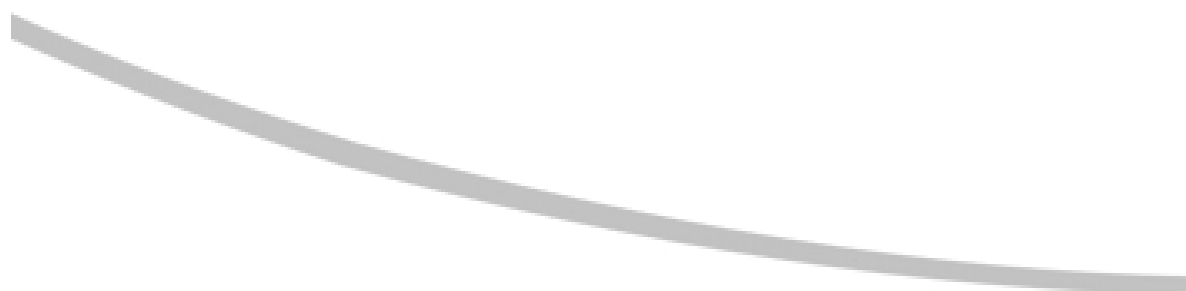
Em Artur Nogueira, a zona urbana está próxima a AID e existem bairros de chácaras que podem vir a ser um foco de expansão urbana, embora não apresentem atualmente características de crescimento acelerado.

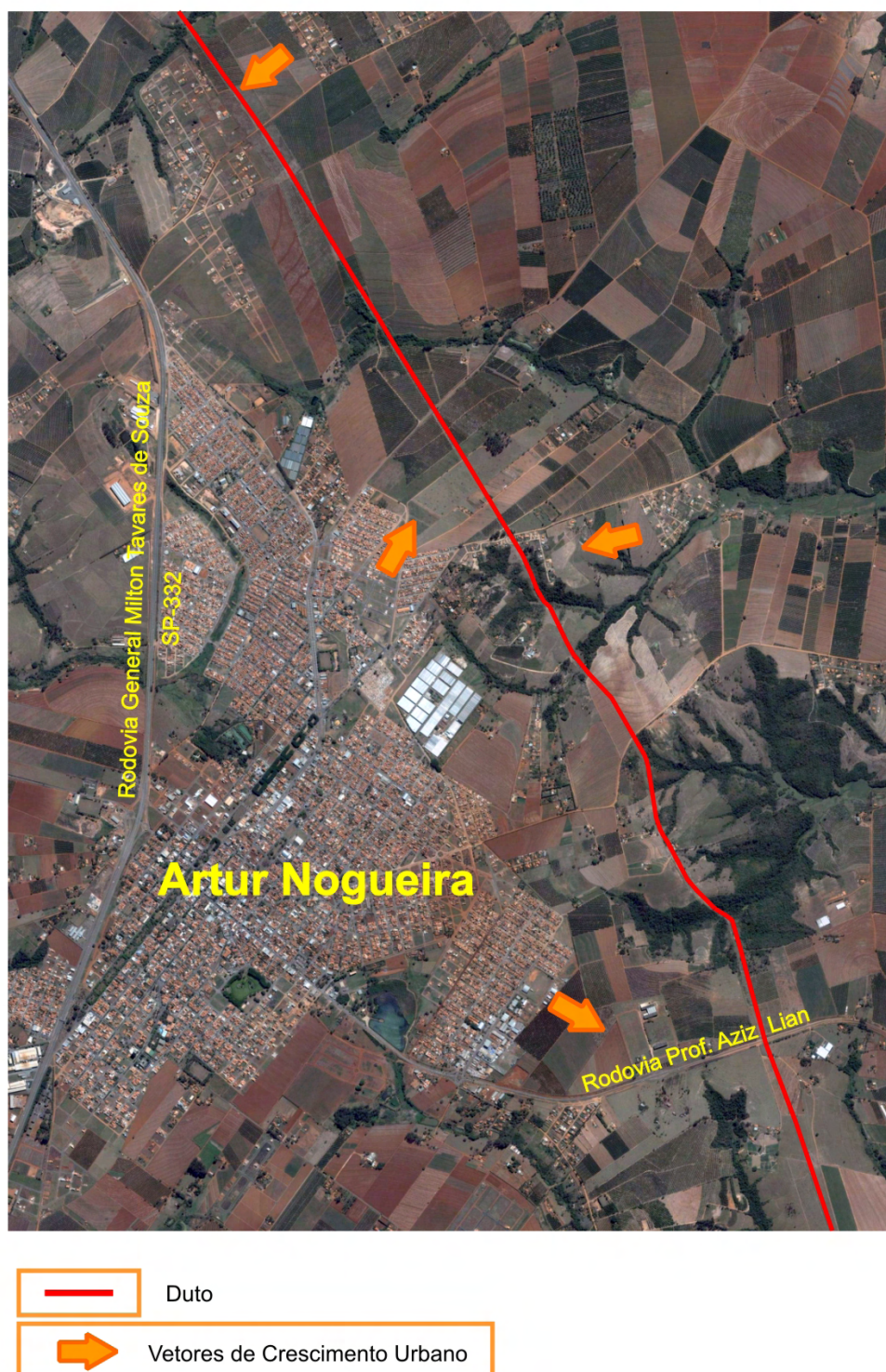
V.3.4.4 Organização Social na AID

A pesquisa de campo realizada no mês de janeiro de 2009 localizou na AID apenas uma associação comunitária instituída, a Associação de Produtores Rurais da Região Norte de São José dos Campos.



Figuras V.3.4.3-1 Vetores de crescimento em direção ao traçado do duto em Engenheiro Coelho



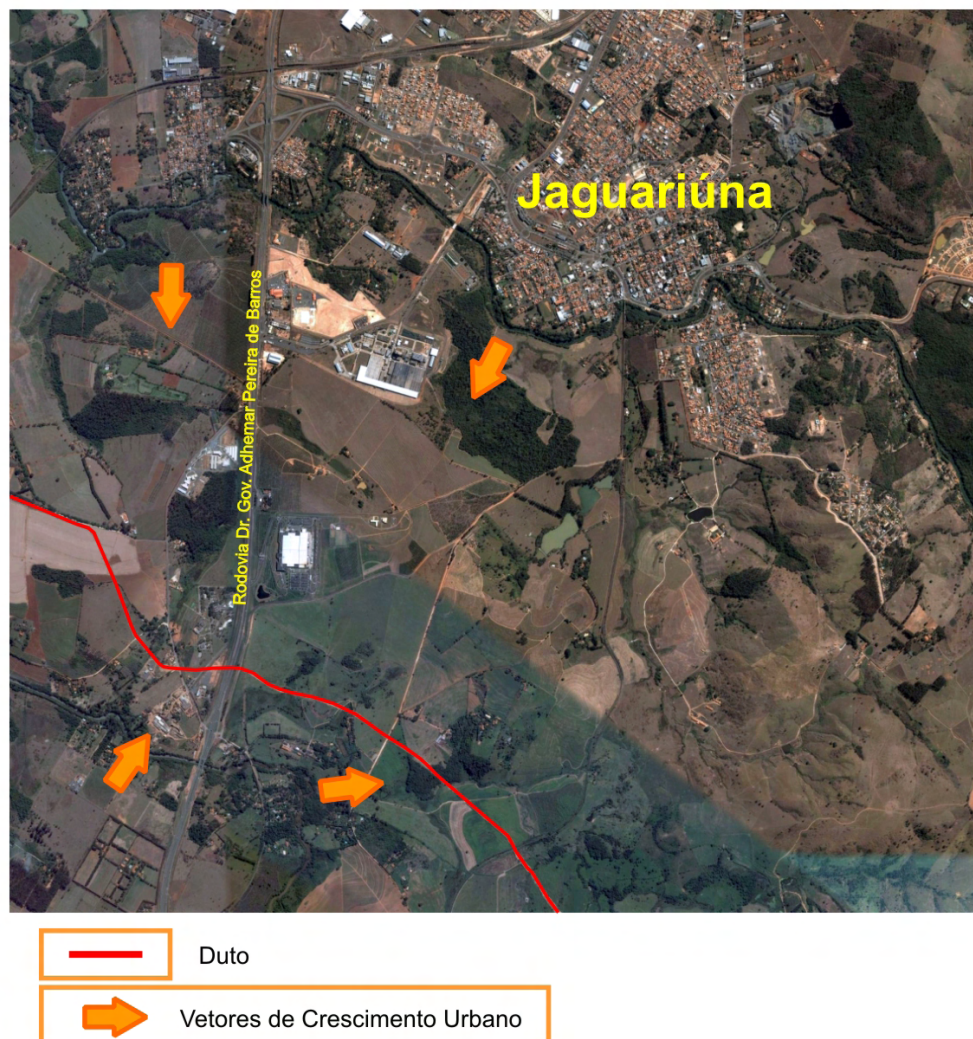


Figuras V.3.4.3-2 Vetores de crescimento em direção ao traçado do duto em Artur Nogueira



Figuras V.3.4.3-3 Vetores de crescimento em direção ao traçado do duto em Campinas





Figuras V.3.4.3-4 Vetores de crescimento em direção ao traçado do duto em Jaguariúna



Figuras V.3.4.3-5 Vetores de crescimento em direção ao traçado do duto em Taubaté



Entre a população da AID, predominam habitantes do meio rural, vivendo em locais de baixíssima densidade populacional, o que na maior parte das vezes, tende a enfraquecer as possibilidades associativas.

Em geral a organização social desta população se encontra baseada principalmente nos laços familiares e, no caso de colônias de fazendas, entre moradores da mesma colônia. Em muitos casos observados, as famílias de trabalhadores em colônias eram aparentadas entre si.

As relações de poder mais relevantes são aquelas estabelecidas entre trabalhadores e proprietários das fazendas, que na maior parte dos casos não habitam o local.

Esta população rural tende a ter uma relação fraca com o poder público, que na maior parte dos municípios tem pouca presença nas áreas rurais, que usualmente tem contato pouco estreito com a centralidade local.

Uma exceção que merece destaque nesse aspecto diz respeito à educação. Não foram identificadas escolas em áreas rurais; porém, todas as ocupações rurais visitadas com moradores em idade escolar, mesmo as localizadas distante dos centros urbanos e em locais de acesso relativamente difícil, declararam ter acesso ao transporte escolar.

O acesso diário dos estudantes à região central da cidade gera uma tendência de mudança na estrutura social, fomentando novas relações estabelecidas no espaço urbano.

No caso das áreas periurbanas e de maior densidade populacional atravessadas pelo duto, que se concentram nos municípios de Artur Nogueira-SP, Engenheiro Coelho-SP e Porto Ferreira-SP, a presença do poder público também é fraca.

A maioria destas áreas apresenta sérias deficiências de infra-estrutura com relação principalmente à conservação das vias, regularidade no abastecimento de água, drenagem e limpeza urbana.

Com relação a estes problemas, porém, os moradores entrevistados declararam não haver uma mobilização organizada no bairro para o encaminhamento de reivindicações.

V.3.4.5 Planos e Programas Governamentais Propostos e Implantados nos Municípios da Área de Influência

V.3.4.5.1 Programas Governamentais na Esfera Federal

Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF: Programa co-financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo é melhorar o desempenho da Administração Pública Federal brasileira através de ações de aperfeiçoamento e integração dos Sistemas Estruturantes da Administração Pública.

Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE:

- Nascido sob o princípio da cooperação federativa, e financiado com recursos do BID, o PNAGE tem como objetivo geral modernizar a Administração Pública dos Estados e do Distrito Federal, mediante a integração das funções planejamento, orçamento e gestão, visando à melhoria da prestação de serviços para atender às demandas da sociedade, especialmente no que diz respeito à gestão das áreas de educação, saúde e segurança pública;
- Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - PROMOEX: Programa co-financiado pelo BID cujo objetivo consiste no fortalecimento institucional e na modernização do sistema de controle externo dos Estados e Municípios, como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos;
- Projeto Euro - Brasil 2000 - Apoio à Modernização do Aparelho de Estado: Iniciativa de cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento e a Comissão da União Européia, que se destina a apoiar o governo brasileiro na implementação de sua política de gestão pública através da elaboração de estudos e medidas de desenvolvimento gerencial e aprimoramento técnico de servidores;
- Componente PPA/PROGER - Projeto de Assistência Técnica para o Gerenciamento Fiscal e Financeiro: Co-financiado pelo Banco Mundial - BIRD, o PPA/PROGER visa consolidar o modelo de gestão voltada para resultados, de modo a melhorar a transparência do gasto público, mantendo o foco no atendimento às prioridades da sociedade e a eliminação das ações nas quais os custos e benefícios não sejam compatíveis;
- PRODEV - Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil: programa coordenado pelo Departamento de Programas de Cooperação Internacional em Gestão, por meio de cooperação financeira não reembolsável (doação) do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujo objetivo geral é formular um plano de ação que leve ao fortalecimento da gestão por resultados nos três níveis de governo, abrangendo o monitoramento e avaliação de programas no Governo Federal, nos Estados e nos Municípios;
- Programa Economia Solidária em Desenvolvimento: Promove o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário;
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento: As ações e metas do PAC estão organizadas em um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura e um grupo de medidas de incentivo e facilitação do investimento privado. O programa também prevê a melhora na qualidade do gasto público, com contenção do crescimento do gasto corrente e aperfeiçoamento da gestão

pública, tanto no orçamento fiscal quanto no orçamento da previdência e seguridade social;

- PLANGAS - O PLANGAS foi concebido diante do quadro atual de instabilidade a que foi submetido o setor gasífero nacional e das metas que foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE em busca da mitigação dos riscos associados ao fornecimento do gás boliviano. O cumprimento dos prazos estabelecidos requer um planejamento inovador de recursos físicos, financeiros e humanos, com grande apoio dos Governos Federal e Estaduais e demais autoridades governamentais responsáveis pelos licenciamentos ambientais e autorizações relacionadas aos projetos.

V.3.4.5.2 Programas Governamentais do Estado de Minas Gerais

1. SEPLAG - Informações sobre Acordo de Resultados
2. SEC - Informações sobre programas de fomento a projetos culturais
3. INDI - Informações sobre programas e instrumentos de desenvolvimento
4. FJP - Curso de Especialização em Gestão Social
5. BDMG - BDMG Agronegócio - Financiamento de máquinas e implementos para o setor agrícola.
6. BDMG - BDMG Programas Estratégicos - Financiamento específico para os setores relevantes do Estado.
7. SEE - SIMAVE- Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
8. IMA - Certificação de produtos agropecuários e agroindustriais
9. FJP - Datagerais
10. FJP - Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos
11. SEC - Apoio a Bibliotecas Públicas Municipais.
12. SEDRU - Regularização Fundiária
13. CAADE - Assessoria às associações de ou para pessoas com deficiência
14. FJP - Programa de Especialização em Administração Pública - PROAP
15. UTRAMIG - Licenciatura Plena
16. SEC - Assessoria aos agentes culturais

V.3.4.5.3 Programas Governamentais nos Municípios do Estado de Minas Gerais

Município de Uberaba -MG

Programa Família Acolhedora - Nº de casos: 74

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

Serviço Sentinela e S.O.S. Criança - Nº de casos: 92

Programa Liberdade Assistida - Nº de atendimentos: 450

CARESAMI – Centro de Atendimento e Reeducação Social do Adolescente e

Projeto Reciclar

Programa Agente Jovem - Nº de participantes: 250

Projeto Viva a Vida

PAIF – Programa de Apoio Integral à Família

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social - Nº de atendimentos: 3.500

Instituições Assistenciais e não Governamentais

Centros de Educação Infantil Comunitários (creches comunitárias) - O projeto “Todos por Uberaba” é um programa de relevante alcance comunitário e social, com a finalidade de executar ações e programas capazes de promover o desenvolvimento humano, comunitário e social. Programado para ser realizado em bairros previamente escolhidos pela coordenação do Projeto, que leva em consideração, principalmente, as demandas de carência de obras e serviços, que possam ser amenizados com as ações implementadas pelo projeto. A fonte principal de recursos do programa é a solidariedade, representada através de um sistema de parcerias de órgãos estaduais e federais, organizações não governamentais, seguimentos empresariais de diversos setores e instituições educacionais.

Uberaba Limpa Todo Dia - realizado diariamente, visa promover o bem estar da comunidade e a valorização da cidadania, desenvolvendo ações em conjunto com as Associações de Bairro, a fim de despertar o espírito comunitário e fazer com que o cidadão participe como voluntário dos projetos de melhorias das condições de vida de sua comunidade.

Uberaba para todos nas Feiras - realizado semanalmente na Feira da Abadia, visa incentivar o produtor e o pequeno comerciante e oferece aos usuários das feiras, ações que permitam seu desenvolvimento humano, comunitário e social, levando ações informativas e preventivas através de diversos parceiros e órgãos do município.

Uberaba para Todas Crianças - a ser realizado inicialmente no mês das crianças, proporcionando inúmeras ações recreativas, culturais e educativas;

Fala Cidadão - através do sistema de telemarketing a administração disponibiliza um canal livre entre os munícipes e a Administração Pública, buscando um atendimento adequado e eficiente ao cidadão e o aprimoramento do processo de prestação do serviço público.

V.3.4.5.4 Projetos Governamentais do Estado de São Paulo

- Renda Cidadã
- Ação Jovem

- Cadastro Pró-social
- Instituto Doutor Arnaldo
- Pró-lar
- Parque da Juventude (Fase 3)
- Banco do Povo Paulista
- Desenvolvimento do Ecoturismo
- Escola da Família
- Teia do Saber
- Expansão e Melhoria do Ensino Médio
- Complexos Esportivos
- Expansão do Ensino Universitário
- Expansão do Ensino Profissional
- Arranjos Produtivos Locais
- Sistema Paulista de Parques Tecnológicos
- Fábricas de Cultura
- Projeto Guri
- Saneamento Ambiental da Baixada Santista
- Despoluição do Rio Tietê - Fase II
- Despoluição do Rio Pinheiros
- Rebaixamento da Calha do Rio Tietê
- Combate às Inundações na Região Metropolitana de São Paulo
- Implementação da Política de Recursos Hídricos - FEHIDRO
- Água Limpa
- Microbacias Hidrográficas
- Recuperação de Matas Ciliares
- Gestão e Implantação de Parques Urbanos - Parque Belém e Parque Villa-Lobos
- Projeto Rodoanel
- Caminhos da Qualidade
- Corredores de Exportação
- PROFFIS - Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo

V.3.4.5.5 Programas Governamentais nos Municípios do Estado de São Paulo

Município de Cosmópolis-SP

Projeto Despertar- 1.200 Crianças Atendidas com atividades esportivas e culturais, informática e inclusão social

Projeto Braços Abertos - Curso de Braile e Libras para crianças e adultos

Projeto 12 Atos - Inclusão Digital

Atividades Desenvolvidas I FEST Criança - Um dia inteiro dedicado a brincadeiras e diversões. 3.000 Crianças atendidas.

Município de Porto Ferreira-SP

Programa Pró-Lar Banco do Povo Paulista - Conceder financiamento para ampliação ou reforma de habitações populares, devidamente regularizadas junto à Prefeitura Municipal.

Projeto Guri - Grande São Paulo, Interior, e Litoral - O Projeto Guri tem como objetivo desenvolver as habilidades e potencialidades de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes através da música, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania.

Município de Santa Rita do Passo Quatro SP

Não existem projetos municipais específicos. Apenas ações da prefeitura para ampliação e manutenção da infraestrutura básica do município.

Município de Cravinhos-SP

Programa Pró-Lar Banco do Povo Paulista - Conceder financiamento para ampliação ou reforma de habitações populares, devidamente regularizadas junto à Prefeitura Municipal

Projeto Amigos da Estrada - projeto permanente de educação para o trânsito que busca, através de atividades desenvolvidas junto às escolas nos municípios atendidos, conscientizar alunos, professores e demais cidadãos a respeito das responsabilidades de cada um para um trânsito mais ético e seguro, contribuindo para maior informação e melhor formação de pedestres, motoristas, passageiros e ciclistas.

Município de Sales de Oliveira-SP

Programa de Acesso Digital - projeto de inclusão digital de jovens e adultos.

Município de Orlândia-SP

Projeto Guri - Grande São Paulo, Interior, e Litoral - O Projeto Guri tem como objetivo desenvolver as habilidades e potencialidades de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes através da música, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania

Projeto Arte na Terra – Educação Ambiental a jovens e adolescentes da região e de outras cidades, por meio de palestras e visitas a Fazenda São Luiz.

Município de Ituverava-SP

Projeto Guri - Grande São Paulo, Interior, e Litoral - O Projeto Guri tem como objetivo desenvolver as habilidades e potencialidades de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes através da música, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania

Município de Aramina-SP

Não existem projetos municipais específicos. Apenas ações da prefeitura para ampliação e manutenção da infraestrutura básica do município.

Município de Igarapava-SP

Projeto Guri - Grande São Paulo, Interior, e Litoral - O Projeto Guri tem como objetivo desenvolver as habilidades e potencialidades de crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes através da música, reconhecendo esta arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania

Município de Ribeirão Preto-SP

Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani - O objetivo do processo iniciado através do projeto proposto é conseguir a gestão e o uso sustentável do Sistema Aquífero Guarani (SAG). O SAG localiza-se em partes do leste e centro-sul da América do Sul e subjaz em zonas da Argentina, do Brasil, Paraguai e Uruguai. O referido projeto constitui, portanto, o primeiro passo para atingir o objetivo a longo prazo.

O propósito do projeto é apoiar os quatro países na elaboração - em forma conjunta - e implementação de um marco comum institucional, legal e técnico para diligenciar e preservar o SAG para as gerações atuais e futuras.

Núcleos de Atendimento à Criança e ao Adolescente - Oferecem atividades a crianças e adolescentes, diariamente, nas áreas da educação, esporte, cultura, lazer, informática, cidadania e saúde, no horário complementar ao escolar.

Centro de Qualificação Social e Profissional - Desenvolve trabalho de qualificação e requalificação profissional, oferecendo cursos de culinária, padaria artesanal, corte e costura, artesanato, jardinagem horticultura e paisagismo, artefatos de couro, garçoneiro e *barman*, oficinas de bordados, oficina de técnicas de prestação de serviços e comércio, processamento artesanal de frutas, hortaliças e flores, economia e organização doméstica, visando a capacitação profissional e social, preparação para o mercado de trabalho, proporcionando geração de renda e evitando a exclusão social.

O programa prioriza pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social residentes no município, preferencialmente que pertençam às famílias atendidas nos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social, mas com as vagas disponíveis que atendem a demanda espontânea. O programa tem como parceiros as empresas Leite Nilza, a Ultragás, a Apis Flora e TV Futura.

- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- PAIF - Programa de Atenção Integral à família
- Programa Bolsa Família
- Programa Ação Jovem
- Programa de Renda Familiar Mínima
- Programa Renda Cidadã
- Programa Viva Leite
- Apoio Alimentar – Cesta Básica
- Programa Municipal do Idoso
- Programa Agente Jovem
- Núcleos de Atendimento à Criança e ao Adolescente
- Benefício de Prestação Continuada
- Programa de Atendimento e Assessoria às Entidades Sociais
- Centro de Qualificação Social e Profissional
- CABS - Central Administrativa de Benefícios Sociais
- Central de Alimentação e Nutrição
- CREAS - Centro de Referência especializado de Assistência Social
- Programa Pedagogia de Rua
- Programa Liberdade Cidadã
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti
- Programa Sentinela
- Programa Municipal de Auxílio às Famílias, crianças e adolescentes carentes de Recursos Materiais

- Programa para Pessoas com Deficiência
- Programa: Projeto Esperança - Núcleo de Convívio Social para mulheres vítimas de violência doméstica
- Assistência Jurídica
- Disque Denúncia
- Programa de Proteção Especial a crianças e Adolescentes em situação de Risco (PROTECA)
- Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vitimizados - CACAV
- Centro de Atendimento e Convívio em extensão supervisionada - CACES
- Programa Casa Travessia
- Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua - CETREM
- Programa de Incentivo à Família Substituta e Acolhedora
- FUNDET

Município de Leme-SP

- Programa Municipal de Erradicação da Tuberculose/Hanseníase
- Programa Municipal de DST/AIDS
- Programa Municipal de Controle de Dengue
- Programa Municipal Saúde da Mulher – Casa de saúde da mulher “Yolanda Penteado”
- Programa Municipal Criança Saudável
- Programa Municipal HiperDia (Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus)
- Programa Municipal de Saúde Bucal
- Programa Municipal de Planejamento Familiar “Jupyra de Castro Cardoso”
- Programa Municipal Saúde do Trabalhador
- Programa Municipal do Idoso
- Programa Municipal de Combate a Carências Nutricionais
- Programa Municipal de Fisioterapia
- Programa Municipal de Saúde Mental
- Farmácia do Povo (Farmácia de Manipulação)
- Programa Municipal de Informatização (cartão SUS/PMAT)
- Programa Municipal do Adolescente – Casa Aberta do Adolescente

- Maternidade Segura (parceria: Prefeitura Municipal de Leme, Santa Casa e Corpo Clínico da Santa casa de leme)
- Programa Remédio em casa
- Centro Regional de Diálise “Dr. José Antônio Pereira Couceiro”
- Programa Municipal de Imunizações
- Bolsa Alimentação / Bolsa Família
- Teste da Orelhinha “Sônia Maria Quaglia Armelim”
- Programa de Capacitação dos Funcionários da Saúde
- PROFAE
- Município Saudável
- Humanização do Atendimento dos usuários SUS
- Escola Promotora de Saúde (em implantação – parceria Secretaria Municipal de Educação e Cultura)
- Projeto Madrinha do Primeiro Mês e Projeto Viver.

Município de Paulínia-SP

Programa de Atendimento à Família - Possibilita atender à população com baixo poder aquisitivo, encaminhando, orientando e oferecendo alternativas para buscar soluções. Dentro deste programa, há diversos projetos em andamento.

PAS (Plantão de Atendimento e Serviços) - Proporciona atendimento à população economicamente carente, procurando suprir suas necessidades básicas.

PSA (Projeto de Suplementação Alimentar) - É voltado para o atendimento da criança desnutrida, bem como o Projeto do Leite, que propicia condições para aquisição de leite em pó, minimizando a carência alimentar de crianças e o projeto Grupo de Gestantes, que oferece às gestantes a oportunidade de reflexão sobre temas da área de saúde infantil, benefício previdenciário e confecção do enxoval para o bebê.

Projeto Assistência Judiciária Municipal - Orienta e atende a população carente quanto as sua dúvida e dificuldades no campo jurídico. Afim de garantir níveis de qualidade de vida compatíveis com a dignidade da cidadania, o projeto Complementando a Renda, viabiliza programas de subsídios técnico-financeiros as famílias.

SAT (Serviço de Atendimento ao Trabalhador) - visa funcionar como um canal de acesso entre empregador e empregado. Através dele, empresas de Paulínia e região, colocam à disposição suas vagas para que o SAT possa encaminhar gratuitamente os candidatos que buscam emprego.

Projeto COM-EMPREGO Paulínia - gerando empregos e oferecendo cursos de capacitação; projeto Reintegrar direcionado para desempregados com mais de 40 anos e aposentados; Educação para o Trabalho: projeto que visa ampliar as possibilidades de inserção de jovens entre 15 e 18 anos no mercado de trabalho.

Programa de Atenção à Pessoa Idosa (PAPI) - Promove e coordena ações preconizadas pela Política Nacional do Idoso no município, em articulação com outras Secretarias e Departamentos garantindo a concretização de atividades recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania, propiciando melhoria na qualidade de vida. Entre os projetos desenvolvidos, o Teatro na Terceira Idade.

Projeto Alfabetização de Idosos - possibilita o aprendizado da escrita, enquanto que os projetos Atividades Físicas e Recreativas na Terceira Idade e Fazendo Arte, promovem a vivência e o aprendizado de atividades físicas e artesanais.

Município de Guará-SP

Projeto Guri - Desenvolve as habilidades e potencialidades das crianças e adolescentes de áreas culturalmente carentes através da música, reconhecendo essa arte como agente de fortalecimento na construção da cidadania.

Município de Pirassununga-SP

Programa de Cooperativas de Desempregados – Ajuda a população desempregada a ser inserida no mercado de trabalho e oferece uma ajuda de custo.

Município de Jardinópolis-SP

Programa Pró-Lar Banco do Povo Paulista - Conceder financiamento para ampliação ou reforma de habitações populares, devidamente regularizadas junto à Prefeitura Municipal.

Projeto de Educação Ambiental nas escolas de Jardinópolis (Prefeitura Municipal de Jardinópolis; Secretaria Municipal da Educação e Secretaria Municipal do Meio Ambiente)

Município de Sertãozinho-SP

Programa Pró-Lar Banco do Povo Paulista - Concede financiamento para ampliação ou reforma de habitações populares, devidamente regularizadas junto à Prefeitura Municipal.

Município de São Simão –SP

Ogawa Butoh Center - Associação Cultural e Ecológica, com projetos nas áreas de Ecologia, Educação e Patrimônio Histórico, como por exemplo: proteção dos casarios, que na sua maioria foram construídos com características alemãs, a Casa de Cultura Marcelo Grassmann, tombada pelo CONDEPHAAT, e o Theatro Carlos Gomes são alguns exemplos desta arquitetura; preservação ao rio, fauna e flora circundados pelo Balneário do Rio Tamanduá; trilhas ecológicas; levantamento da fauna e flora do município de São Simão, bem como, proteger as espécies ameaçadas de extinção: "Tamanduá Bandeira", "Veado Mateiro" e "Lobo Guará"; vigilância ao cumprimento das Leis Municipais de Preservação: "Morro do Cruzeiro" e do "Bosque de Faveiros"; Educação Ambiental, realizado nas escolas do Município, visa através de oficinas de reciclagem e reutilização de sucata, resgatar nos estudantes a cidadania, promovendo a discussão sobre preservação ecológica e reciclagem de lixo.

Grupo Folclórico Zilda Pereira Portugal - trabalho realizado junto a crianças carentes, desenvolve coreografias que caracterizam o resgate cultural dos imigrantes que compuseram o perfil cultural de nossa cidade e de nosso país até os dias de hoje.

Delirium Teatro de Dança - desenvolve-se trabalho com pessoas de idade entre 51 e 85 anos.

Município de Araras-SP

Projeto Sorrir - tem o objetivo de garantir saúde bucal e proporcionar melhor qualidade de vida aos munícipes que necessitam de próteses dentárias. Criado pelo Fundo Social de Solidariedade. Tem parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Projeto Envolver - Primeiro empreendimento da Rede Social SP, é desenvolvido com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca).

Peti - Programa de Erradicação do Trabalho - atende atualmente em Araras 257 crianças e adolescentes. Eles recebem R\$ 60 por mês do programa através da Caixa Econômica Federal e precisam freqüentar a jornada ampliada, que inclui entidades como ACF (Associação Pró-Cidadão de Futuro), Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araras), Aevi/Sesi (Associação Ensinando a Viver "Prof. Manuel Moita Filho") Serviço Social da Indústria, Osaf – Obra Salesiana de Apoio Fraterno e Instituto Canossiano.

PCT - Programa de Capacitação para o Trabalho - Destinado a pessoas com idade ativa para o trabalho, carentes, de baixa renda, independente do nível de escolaridade, que estejam de certa forma excluídas do mercado de trabalho. Visa a inclusão ocupacional e remunerada e sua proposta é preparar estas pessoas para o mercado de trabalho alternativo, através dos mais variados cursos e palestras, criando assim aptidões e conhecimentos a serem desenvolvidos durante as atividades profissionais e pessoais. Os bolsistas do PCT recebem um salário mínimo, uma cesta básica mensal, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica específica, através da rede pública, trabalham 6 horas diárias e têm um dia da semana dedicado a cursos de capacitação.

Parceiros: Secretarias Municipais de Promoção Social, Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Infraestrutura e Agricultura, Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson/Unar e Centro Universitário Hermínio Ometto/Uniararas.

PAF – Programa de Atendimento Familiar - Programa de Atendimento Familiar, coordenado pela Secretaria Municipal de Promoção Social, visa proporcionar renda para famílias de munícipes que sejam residentes em Araras e cadastrados nos Plantões Sociais. Consiste na concessão de “bolsa auxílio”, paga através da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 80,00 e uma cesta básica. São analisados diversos quesitos como, por exemplo, a mulher ser responsável pelo sustento da casa ou ter renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo para fazer parte deste projeto. Além das restrições que ajudam a selecionar quem realmente precisa, a participação no programa implica na condição do integrante cumprir alguns compromissos, que são anteriormente passados às famílias pelas assistentes sociais da Secretaria de Promoção Social. Parceiros: Secretaria Municipal de Promoção Social e Associação Vida Nova.

Projeto Reintegração Social do Infrator - O Projeto Reintegração Social do Infrator é desenvolvido em parceria com o Poder Judiciário do Município e já vinha sendo desenvolvido pelo Fórum local, como alternativa para infrações consideradas leves. Com a necessidade de ampliar esta prestação de serviço foi feita uma parceria com a rede pública, visando reintegrar e socializar o infrator adulto sentenciado no cumprimento de penas alternativas através da prestação de serviços à comunidade na rede municipal ou instituições diversas. São atendidas em média 75 pessoas. Parceiros: Secretaria Municipal de Promoção Social e Fórum da Comarca de Araras/SP.

Prair - Projeto de Reestruturação e Apoio ao Irmão em Situação de Rua. O Prair tem capacidade para atender 12 pessoas do sexo masculino, acima de 18 anos e em situação de rua. Para integrá-lo é preciso residir no município pelo menos há um ano. O projeto, elaborado na Secretaria Municipal de Promoção Social, é executado na Casa Dia e visa o restabelecimento da integridade física e emocional da pessoa, promovendo qualidade de vida e resgate da cidadania.

Pami - Projeto de Apoio ao Migrante Itinerante - O Pami teve início em 18 de junho de 2005. A entidade atende mensalmente em média 300 pessoas. Até maio de 2006, foram 3.600 passagens fornecidas para toda a região, 43 mil pães e 18 mil saquinhos de leite de soja oferecidos. Também foi feita média de 60 encaminhamentos/mês para o Albergue do IDE, além de média de cinco encaminhamentos para o Centro de Saúde, 13 para a Clínica Antônio Luiz Sayão e 15 para o Serviço de Saúde Mental Aguinaldo Bianchini.

Projeto da Terceira Idade - Com 30 idosos carentes com idade média de 60 anos e atendidos pela Promoção Social, começou em Araras, em 1989, o Projeto Casa da Esperança. As reuniões eram realizadas mensalmente na Casa da Cultura “Emílio Silvestre Wolff”, sendo transferidas depois de seis meses para o Centro de Lazer da Terceira Idade Nair Marin, localizado na praça Martinico Prado.

Centro de Convivência do Idoso “Jesus de Nazaré”- Inaugurado em setembro de 1992, construído em terreno da Prefeitura, com área total de 3.467,92 m², atualmente, no Centro de Convivência do Idoso “Jesus de Nazaré”, existem 32 moradias de alvenaria individuais de 24,5 m² cada, compostas por quarto, cozinha e banheiro. O galpão, o salão de festas e a área de lavanderia comunitária possuem 88,75m² de construção, além de área comunitária de lazer e espaço livre para horta e jardim, totalizando 872,75 m² de construção. A idade mínima deve ser de 55 anos, sem distinção de estado civil, renda familiar de um salário mínimo e, no máximo, um e meio salários mínimos e principalmente ter condições de vida independente. O objetivo prioritário do CCI é garantir e assegurar ao idoso, alternativa de moradia, sistema casa-lar, propiciando sua autonomia, elevando sua auto-estima e proporcionando sua participação na sociedade. Parceiros: Secretarias Municipais de Promoção Social e de Saúde.

Projeto Cidadão de Futuro - Organização não governamental que, em parceria com a Prefeitura trabalha com as secretarias municipais de Educação e com a Promoção Social, esta através do SOS Bombeiros, a ACF tem atualmente 1.200 crianças e adolescentes de sete a 15 anos, distribuídos em sete núcleos: Senai, no José Ometto II, Narciso Gomes São João, Paróquia São Francisco de Assis, José Ometto II, Oratório Dom Bosco (Parque Dom Pedro), SOS Bombeiros, Vila Dona Rosa Zurita/Polícia Militar Ambiental. Com uma equipe de 80 funcionários entre estagiários do Curso Normal Superior, Pedagogia, Letras, Matemática, Educação Física, Serviço Social, Psicologia e Informática, além de auxiliar geral, psicóloga, assistente social e pedagogas, a associação vem cumprindo seus objetivos, proporcionando aos alunos novas perspectivas de futuro.

Município de Artur Nogueira –SP

Projeto “Aprendendo com a Natureza”.- O Projeto Aprendendo com a Natureza, concebido em convênio entre a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e a Fundacentro, tem como objetivo oferecer subsídios para que a escola tenha condições de fornecer ao aluno estruturas a fim de que eles possam se apropriar de conceitos que envolvem as questões ambientais e de saúde de forma crítica e reflexiva, buscando fomentar a discussão dos impactos ao ambiente e ao ser humano relacionados à produção agrícola e da necessidade de garantir a conservação dos recursos naturais que sustentam a agricultura, assim como da preservação da saúde de agricultores e consumidores.

Município de Engenheiro Coelho-SP

Projeto Educar - O objetivo do projeto Educar é o de assistência extra-escolar. “É um projeto que visa atender essas crianças com aulas de reforço, atividades recreativas e educacionais que envolvam a ética, cidadania, solidariedade e o respeito”, declara Samara Cristine Schenk Soares, coordenadora do projeto. Diretoria de Promoção Social de Engenheiro Coelho.²

² TRANSPETRO E TERRA BYTE, Relatório Ambiental OSBRA, 2007.

Município de Atibaia-SP

Programa de Incentivos – Leis Municipais de Incentivo: Hoteleiro, à Indústria e ao Esporte; Lei Municipal de Incentivo às Mes (micro-empresas) e EPPs (empresas de pequeno porte).

Programas de saneamento básico: Programa Saneamento para Todos; Pró-Saneamento; Programa PMAT; Programa PROMOB – Ministério das Cidades.

Programa de Turismo – Estância de Atibaia (com apoio do DADE – Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo); FUNTUR.

Coordenadoria Especial de Ação Comunitária: Restaurante Popular, Projeto Cozinha Experimental – CONSEA, Projeto de Geração de Renda – FUSSESP, Projeto Brechó da Construção – MDS. Programa Comunidades Saudáveis – Gabinete do Prefeito. Projetos de Cidadania – Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania. Rede Cidadã – Secretaria de Educação e Cultura. Atendimento à População em Situação de Vulnerabilidade – Secretaria de Saúde. Pró-Verde – Secretaria de Infraestrutura. Nossa Terra / Nossa Casa – Regularização Fundiária – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Cidade Verde – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Atibaia Oportunidades – Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Novos Empreendimentos Público-Privados – Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Juventude Ativa – Secretaria de Esportes e Lazer. Gestão da Política Habitacional – Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social. Agro Novo – Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Cultura para Todos – Departamento de Cultura. Atibaia é Nossa – Secretaria de Turismo. Água para Todos – SAAE.

Fundos Municipais: de Assistência Social; da Criança e do Adolescente; de Combate ao Desemprego; de Habitação; do Idoso; FUNDEB – de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; de Capacitação da Educação; de Saúde; de Assistência ao Trânsito; FUNTUR (Turismo).

Município de Bragança Paulista-SP

Programas Habitacionais. Programa Jovem Aprendiz Rural – Secretaria de Desenvolvimento dos Agronegócios. Programa Municipal de Abastecimento – Feiras Livres, Centro de Abastecimento e Mercado Municipal. Oficinas Culturais, Projeto Guri e Centro de Artesanato – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Projeto de Educação Ambiental, Sala Verde Pindorama e Biblioteca Itinerante – Secretaria de Educação. Centro Educacional da Vila Bianchi.

FSSM – Fundo Social de Solidariedade Municipal de Bragança Paulista. FUNDEB – Bragança Paulista.

Banco do Povo Paulista – Bragança Paulista.

Leis Municipais de Incentivo: à Cultura.

Município de Caçapava-SP

Projeto Guri – Caçapava.

Programa de EJA – Ensino de Jovens e Adultos.

Fundo Social de Solidariedade.

Município de Campinas-SP

Programa de Incentivos Fiscais – Lei Compre Campinas, Empresas em Geral, Empresas de Base Tecnológica, Procampis (inclusão social pelo ensino superior) e Hotelaria. Programa de Educação Ambiental.

Fundos Municipais: de Apoio ao Turismo, da Criança e do Adolescente, FAC – de Assistência à Cultura, e FICC – de Investimentos Culturais de Campinas.

Mapa Digital – Secretaria de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo. CEASA – Central de Abastecimento de Campinas. CIATEC – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (com UNICAMP). EMDEC – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (tráfego e transporte coletivo). IMA – Informática de Municípios Associados S/A (TIC e serviços gráficos). SANASA – Saneamento. SETEC – Serviços Técnicos Gerais (Mercado Municipal, fiscalização de solo público etc.). Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia (Regional). Ações Sociais com Entidades Cadastradas.

Conselhos: Assistência Social, Idoso, Tutelar, Defesa dos Direitos da Mulher, Direitos da Criança e do Adolescente, Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Campinas, CONDEPACC – Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, Municipal de Cultura, de Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano, da Cidade, Gestor da APA, e do Planejamento Participativo.

Município de Igaratá-SP

Programa de Educação Ambiental.

Fundo Social de Solidariedade.

Município de Itatiba-SP

Programa Municipal de Folclore – Colhendo Histórias. Cadastro de Artesãos (com SUTACO: 127 cadastrados) e Artistas.

Fundo Social de Solidariedade.

Programa Bolsa-Família. Banco do Povo Paulista. Programa Renda Cidadã. Programa de Geração de Renda. Ação Social com Entidades Cadastradas. Cooperativa de Material Reciclado – com USF (Universidade São Francisco). Centros Comunitários.

PROMIND – Programa Municipal de Incentivo Industrial.

Turismo: Roteiro Turístico, Roteiro Rural e Circuito das Frutas.

Município de Jaguariúna-SP

Programa de Conservação dos Patrimônios Culturais, Artísticos, Históricos e Arquitetônicos do Município. Casa da Memória de Jaguariúna – Memorial Padre Gomes. Museu Ferroviário – Maria Fumaça. Agenda Cultural. Roteiros. Mapa Turístico. Teatro Municipal Dona Zenaide.

Horta na Escola. Horta Solidária. Programa de Micro-Bacias. Programa de Capacitação Agrícola e Rural – curso de aproveitamento integral de frutas e hortaliças, curso de processamento de leite etc. e visitas a eventos. Assistência Técnica ao produtor e Patrulha Agrícola – apoio ao produtor rural com máquinas e implementos, além da Balança Municipal. Viveiro Florestal com doação de mudas. Coleta Seletiva (no CEMAR) – no Centro de Educação Municipal Ambiental (CEMA). Agenda 21 Municipal, com relatórios periódicos de meio ambiente. Agroturismo.

Comitê da Juventude Cidadã. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. CONDEMA.

Município de Morungaba-SP

Fundo Social de Solidariedade. Projetos de Ação Social.

Programa de Turismo. Parque Ecológico “Pedro Mineiro” – instalação com incentivos de meio de hospedagem privado.

Município de Nazaré Paulista-SP

Programa de Educação Ambiental. Projeto De Olho Nos Rios.

Programa de Turismo.

Sistema de informação digital.

Município de Piracaia-SP

Programa de Planejamento Participativo.

Programa de Turismo.

Município de São José dos Campos-SP

Programa de Ação Jovem (educação). Programa Agente de Cidadania. BEJ – Banco do Empreendedor Joseense. Bolsa-Família. Renda Mínima. Renda Cidadã. Programas Habitacionais. Programa de Capacitação Profissionalizante – PRODEC. Programa de Família Empreendedora. Programa de Abastecimento (Feiras Livres).

Informação digital. Programa de Reciclagem. Programa de Turismo. Programa de Desenvolvimento Econômico – industrial, serviços e agrícola.

FADENP – Fundo de Apoio ao Desporto Não-Profissional. Lei de incentivos fiscais a empresas, com incubadoras e serviços de apoio, Parque Tecnológico e Parque Industrial. Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Fundo Social de Solidariedade. Fundhas – Fundação Hélio Augusto de Souza (ensino). URBAM – Urbanizadora Municipal S/A (empresa de urbanismo). Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista – CECOMPI.

Município de Taubaté-SP

Projeto DAS – Departamento de Ação Social.

Desenvolvimento Econômico: GEIN – Grupo Executivo Industrial (apoio a: 218 empresas implantadas, 17 empresas em obras e 42 empresas em projeto de construção), GEAP – Grupo Executivo Agropecuário e GECOMP – Grupo Executivo do Comércio e da Prestação de Serviços.

Conselhos Municipais: de Controle Social, do Idoso, de Educação, de Programa Ensino Esporte Juventude, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Turismo, de Assistência Social, Antidrogas – COMAD, CONDEMAT (Meio Ambiente), de Habitação, do FUNEB e de Desenvolvimento Rural.

Leis de Incentivos Fiscais.

V.3.4.6 Identificação de Áreas Sensíveis

As áreas consideradas sensíveis na AID correspondem àquelas com maiores concentrações populacionais.

As fotos a seguir apresentam a região das Áreas Sensíveis do traçado do duto, incluindo suas coordenadas.

Tabela V.3.4.6-1- Áreas Sensíveis AID

Áreas Sensíveis	Municípios	Coordenadas UTM
Vila Canindé	Aramina – SP	7.767.284 N 203.133 E
Condomínio Panorama	Ribeirão Preto – SP	7.640.701 N 207.261 E
Jardim Independência	Porto Ferreira – SP	7.581.407 N 246.696 E
Jardim Aníbal	Porto Ferreira – SP	7.581.577 N 245.666 E

Áreas Sensíveis	Municípios	Coordenadas UTM
Jardim Jandira	Porto Ferreira – SP	7.581.128 N 247.061 E
Bairro Vitória	Porto Ferreira – SP	7.581.037 N 247.230 E
Bairro São Lázaro	Porto Ferreira – SP	7.582.462 N 245.693 E
Chácara – Bairro São Lázaro	Porto Ferreira – SP	7.582.817 N 245.810 E
Bairro Centenário	Porto Ferreira – SP	7.583.098 N 245.299 E
Bairro Porto Belo I	Porto Ferreira – SP	7.583.951 N 244.667 E
Bairro Porto Belo II	Porto Ferreira – SP	7.584.298 N 244.814 E
Fazenda Santa Terezinha	Leme – SP	7.545.714 N 260.292 E
Bairro Conceição (chácaras)	Engenheiro Coelho – SP	7.512.199 N 274.596 E
Bairro de Chácaras	Artur Nogueira – SP	7.503.979 N 278.777 E
Bairro do Tanquinho	Jaguariúna –SP	7.485.095 N 292.626 E
Bairro Carlos Gomes/Fazenda Sta. Rita do Mato Dentro	Campinas –SP	7.482.383 N 296.121 E
Bairro Monte Belo/Chácara Monte Belo	Campinas –SP	7.481.499 N 297.452 E
Bairro Gargantilha	Campinas –SP	7.480.541 N 299.792 E
Condomínio Colinas do Atibaia	Campinas –SP	7.475.719 N 301.656 E
Vila do Pereira/Bairro da Cachoeira	Atibaia - SP	7.449.638 N 351.170 E
Vila Pereira/Cachoeira Baixa	Piracaia– SP	7.447.884 N 356.632 E

Áreas Sensíveis	Municípios	Coordenadas UTM
Bairro do Peão	Igaratá– SP	7.445.280 N 373.409 E
Bairro Santo Agostinho	Igaratá– SP	7.445.578 N 386.605 E
Bairro do Turvo	São José dos Campos– SP	7.448.063 N 397.545 E
Bairro do Costinha	São José dos Campos– SP	7.447.020 N 405.102 E
Marambaia	Caçapava– SP	7.447.237 N 424.453 E
Vila André Martins	Caçapava– SP	7.447.206 N 427.277 E



Foto V.3.4.6-1 – Pequena Propriedade Rural - Município: Taubaté - Coordenadas UTM: 7.445.844 N e 440.725 E



Foto V.3.4.6-2 – Rua do Porto, faixa paralela com o Rio Paraíba - Município: Caçapava - Coordenadas UTM: 7.447.206 N e 427.277 E



Foto V.3.4.6-3 - Sítio Boa Esperança - Município: São José dos Campos - Coordenadas UTM: 7.447.485 N 405.380 E



Foto V.3.4.6-4 - Vista Fazenda Igaratá - Município: Igaratá - Coordenadas UTM: 7.447.836 N 357.720 E



Foto V.3.4.6-5 - Bairro Gargantilha - Município: Campinas -
Coordenadas UTM: 7.480.541 N 299.792 E



Foto V.3.4.6-6 - Sítio Esmeraldas - Município: Cosmópolis-SP -
Coordenadas UTM: 7.498.705 N 281.015 E



Foto V.3.4.6-7 - Chácara Santo Antônio - Município: Artur Nogueira-SP -
Coordenadas UTM: 7.502.930 N 279.689 E



Foto V.3.4.6-8 - Plantação de laranja - Município: Artur Nogueira-SP
Coordenadas UTM: 7.507.452 N 276.806 E



Foto V.3.4.6-9 - Sítio Conceição - Município: Engenheiro Coelho-SP -
Coordenadas UTM: 7.513.741 N 273.519 E



Foto V.3.4.6-10 - Fazenda Pinhalzinho - Município: Engenheiro Coelho-SP -
Coordenadas UTM: 7.516.925 N 271.465 E



Foto V.3.4.6-11 – Sítio São Sebastião - Município: Leme-SP.
Coordenadas UTM: 7.552.085 N 257.881 E



Foto V.3.4.6-12 – Bairro São Lázaro - Município: Porto Ferreira-SP
Coordenadas UTM: 7.582.462 N 245.693 E



Foto V.3.4.6-13 – Bairro Porto Belo I - Município: Porto Ferreira-SP

Coordenadas UTM: 7.583.951 N 244.667 E



Foto V.3.4.6-14 – Cruzamento com a rodovia SP-255, e canal ao fundo -
Município: Ribeirão Preto-SP - Coordenadas UTM: 7.640.773 N 207.197 E



Foto V.3.4.6-15 – Cruzamento com linha de transmissão em plantação de cana de
açúcar - Município: São Joaquim da Barra-SP -
Coordenadas UTM: 7.729.522 N 197.769 E



Foto V.3.4.6-16 – Vila Canindé - Município: Aramina-SP
Coordenadas UTM: 7.767.253 N 203.195 E



Foto V.3.4.6-17 – Rancho do Meu Sonho - Município: Uberaba-MG
Coordenadas UTM: 7.781.184 N 199.756 E

No **Anexo 9** é apresentado o mapa de vegetação da AID e pontos notáveis do traçado em escala 1:25.000.

No **Anexo 10** são apresentados os mapas de comunidades lindeiras, em escala 1:10.000.

No **Anexo 11** são apresentados os mapas de uso e ocupação do solo na Área de Influência Direta do duto SEDA – Trecho Uberaba – Taubaté.

No **Anexo 12** é apresentado o mapa de sensibilidade ambiental (escala 1:100.000) e as áreas sensíveis em escala (1:10.000).

V.3.4.7 Planos Diretores e Legislação de Uso e Ocupação do Solo

A **Tabela V.3.4.7-1**, apresenta a relação dos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo dos municípios afetados pelo empreendimento.

Tabela V.3.4.7-1 - Relação das Leis de Uso e Ocupação do Solo e Planos Diretores

Municípios	Uso e Ocupação do Solo	Plano Diretor
Aramina	Não possui	Não possui
Araras	Lei Complementar N° 3903/06.	Lei Complementar N° 3901/06.
Artur Nogueira	Lei Complementar 337/03.	Lei Complementar N° 441/07.
Atibaia	Lei Complementar N° 1749/80 e alterações.	Lei Complementar N° 2428/90.
Bragança Paulista	Lei Complementar N° 556/07	Lei Complementar N° 534/07.
Caçapava	Lei Complementar N° 109/99 e alterações.	Lei Complementar N° 254/07.
Campinas	Lei Complementar N° 6031/88, alterada por Leis Compl. N° 3/1991 e 6/2003.	Lei Complementar N° 15/06.
Cosmópolis	Lei Complementar N° 1644/90	Projeto de Lei N° 026/91
Cravinhos	Não possui	Lei Complementar N° 684/06
Engenheiro Coelho	Não possui	Não possui
Guará	Lei Complementar N° 046/06	Lei Complementar N° 046/06
Igarapava	Não possui	Lei Complementar N° 278/06.
Igaratá	Não possui	Não possui
Itatiba	Leis N° 3765/04, 3761/04 e alterações.	Lei Complementar N° 3759/04.
Ituverava	Lei Complementar N° 002/2006 e alteração 3.872/06	Lei Complementar N° 002/2006
Jaguariúna	Lei Complementar N° 97/04 e alterações.	Lei Complementar N° 96/04 e alteração Lei Compl. N°126/07
Jardinópolis	Lei Complementar N° 001 de 05 de outubro de 2006	Lei Complementar N° 001/06
Leme	Lei Complementar N° 152/95.	Lei Complementar N° 134/94.
Morungaba	Leis Complementares N° 1081/04, 1104/05, 1152/06.	Lei Complementar N° 1159/06.
Nazaré Paulista	Não possui	Lei Complementar N° 05/06
Orlândia	Lei Complementar N° 3.572/07	Não possui
Paulínia	Lei Complementar N° 36/07.	Lei Complementar N° 2852/06.
Piracaia	Lei 1700/93.	Lei Complementar N° 45/07.
Pirassununga	Lei Complementar N° 75/06.	Lei Complementar N° 69/06.
Porto Ferreira	Lei Complementar N° 12/97 e alterações.	Lei Complementar N° 74/07
Ribeirão Preto	Lei Complementar N° 2.157/07	Lei Complementar N° 501/95
Sales Oliveira	Não possui	Não possui
Santa Rita do Passa	Lei Complementar N°	Lei Complementar N°

Municípios	Uso e Ocupação do Solo	Plano Diretor
Quatro	2744/07	2667/06.
São Joaquim da Barra	Lei Complementar N° 036/07	Lei Complementar N° 086/06
São José dos Campos	Lei Complementar N° 165/97 e alterações.	Lei Complementar N° 306/06
São Simão	Não possui	Não possui
Sertãozinho	Lei Complementar N° 36/94	Lei Complementar N° 07/92
Taubaté	Projeto de Lei Complementar N° 12/08.	Projeto de Lei Complementar N° 12/08.
Uberaba	Lei Compl. 376/2007, alterada pela Lei compl. 387/2008.	Lei Complementar N° 359/06, alterada pela Lei Compl. N°385/08.

V.3.5 Patrimônio Histórico-Cultural

Este item tem por objetivo caracterizar os aspectos do patrimônio Histórico-Cultural da Área de Influência do empreendimento. Para sua elaboração, foram realizadas, além das observações de campo, consultas a instituições responsáveis pela preservação do referido patrimônio, nos níveis federal, estadual e municipal.

Estas instituições incluem o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT), e as Prefeituras Municipais, além de órgãos municipais destinados à proteção deste patrimônio, quando existentes.

Também foram consultados artigos em periódicos no portal SciELO³ e sites institucionais relacionados ao tema.

A Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento é composta pelos municípios de Uberaba, no estado de Minas Gerais, e Igarapava, Aramina, Ituverava, Guará, São Joaquim da Barra, Orlândia, Sales Oliveira, Jardinópolis, Sertãozinho, Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão, Santa Rita do Passa Quatro, Porto Ferreira, Pirassununga, Leme, Araras, Engenheiro Coelho, Artur Nogueira, Cosmópolis, Paulínia, Jaguariúna, Atibaia, Nazaré Paulista, Campinas, Morungaba, Itatiba, Bragança Paulista, Piracaia, Igaratá, São José dos Campos, Caçapava e Taubaté, no estado de São Paulo.

Estes municípios têm como principal Patrimônio Histórico-Cultural material conjuntos arquitetônicos significativos de relevância para a história local e regional.

No estado de Minas Gerais, no município de Uberaba-MG o Patrimônio Histórico-Cultural local é administrado pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (CONPHAU), enquanto o órgão estadual responsável é o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG).

³ www.scielo.org

No município de Uberaba não existe nenhum bem tombado pelo IPHAN ou IEPHA. Já os bens tombados na esfera municipal representam principalmente conjuntos arquitetônicos localizados na região central da sede municipal, que tem representatividade para a história local.

No estado de São Paulo, o Patrimônio Histórico-Cultural é administrado pelo órgão estadual Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Os bens tombados pelo CONDEPHAAT nos municípios da área de Influência Indireta (All) no estado são representados predominantemente por construções dos séculos XIX e XX, em sua maior parte nas regiões centrais das cidades, embora sejam encontrados casarões de fazendas nas áreas rurais.

A seguir, serão elencados os bens tombados pelo CONDEPHAAT nos municípios da All, segundo informações do órgão.

Araras-SP

FÓRUM

Praça Barão de Araras

Processo: 00453/74 Tomb.: Res. de 23/6/77 D.O.: 24/6/77

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 111, p. 16, 25/6/1979

O edifício, construído em fins do século XIX, foi utilizado como fórum e cadeia, além de ter funcionado, em suas dependências, a Câmara Municipal até 1916. Teve como construtor o arquiteto francês Victor Dubugras que, com apurada técnica construtiva, projetou estações ferroviárias, escolas e cadeias para o governo do Estado.

No Fórum de Araras, foram empregados materiais importados como o pinho de Riga, telhas de ardósia, entre outros. Vale a pena salientar o esmero do trabalho no forro do salão principal, no portão de ferro, através do qual se dá o acesso lateral, e na área da escada em que se introduziram vitrais.

Em 1979, o Estado cedeu o imóvel ao município para a instalação da Casa de Cultura.

Atibaia-SP

CASA DE CÂMARA E CADEIA

Praça Bento Pais

Processo: 00335/73 Tomb.: ex-officio em 24/7/74

Tomb.: Iphan em 23/8/55

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 81, p. 9, 24/7/1974

A antiga Casa de Câmara e Cadeia, construída após 1834, em taipa de pilão, sistema muito costumeiro no planalto paulista, possui um partido compacto, com telhado em quatro águas. A elevação principal apresenta, no pavimento superior, janelas balcão com guarda-corpo em madeira, sem qualquer requinte de decoração e, no térreo, janelas de peito, das quais as três da esquerda ainda apresentam as pesadas grades de ferro de quando o imóvel era utilizado como cadeia.

Após ter sido tombado pelo Iphan, o imóvel foi por este restaurado, entre os anos de 1958 e 1961. Tendo como proprietária a prefeitura, suas dependências abrigam atualmente o Museu Histórico Municipal.

SOBRADO JÚLIA FERRAZ

Rua José Lucas, 11, esquina com a Praça Claudino Alves

Processo: 19554/70 Tomb.: Res. de 7/2/75 D.O.: 8/2/75

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 92, p. 11, 17/2/1975

O primeiro documento localizado sobre o imóvel, datado de 1834, refere-se à venda da casa, ainda térrea, a Francisco Lourenço Cintra que, logo depois, a transferiu a seu irmão, coronel Manoel Jorge Ferraz.

Em 1845 o novo proprietário reformou a casa, transformando-a em sobrado. As obras ficaram a cargo de Manoel Joaquim Franco, conhecido sob a alcunha de Maneco Marceneiro.

A residência que abrigou por muitos anos a sua neta, Júlia Ferraz, foi construída em taipa de pilão, no pavimento térreo, e, no superior, em frontal tecido duplo, técnica não muito usual. Em 1903, a propósito de modernização, foi reformada exibindo, a partir de então, entre outras alterações, uma platibanda, em substituição aos seus longos beirais.

Atibaia e Bom Jesus dos Perdões-SP

SERRA DE ATIBAIA OU DE ITAPETINGA

Processo: 22366/82 Tomb.: Res. 14 de 6/7/83 D.O.: 8/7/83

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 12, p. 304, 1/9/1986

Orientada no sentido N-S com condições paisagísticas notáveis, a Serra de Atibaia, onde encontra-se o imponente domo de esfoliação da Pedra Grande, apresenta outras duas unidades geomorfológicas, pedológicas e de tecidos ecológicos: as encostas serranas que comportam campo de matações que se alternam com afloramentos de blocos rochosos arredondados e bolsas irregulares de solos argilo-arenosos, outrora totalmente florestados; e os patamares inclinados e lateralmente semi-convexos do piemonte da Serra, com decomposição mais homogênea de rochas.

O setor tombado corresponde à face da Serra voltada para a cidade de Atibaia, incluindo os baixos patamares do piemonte, que funcionam como obstáculo à proliferação de loteamentos predatórios e atividades incompatíveis com a criticidade geomorfológica, pedológica e hidrológica da Serra.

A área do tombamento envolve um polígono irregular contendo um eixo maior de 10.500 m por um eixo menor de 2.500 m, localizado entre as coordenadas UTM 7442,00-7432,00 kmN e 341,00-346,00 kmE.

Caçapava-SP

COLEÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO MUSEU PAULISTA DE ANTIGUIDADES MECÂNICAS

Fazenda Esperança

Processo: 00002/71 Tomb.: Res. 50 de 13/5/82 D.O.: 21/5/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 201, p. 52, 24/8/1982

O Museu Paulista de Antiquidades Mecânicas foi fundado em 1963, quando o governo do Estado de São Paulo considerou-o de utilidade pública através do Decreto-Lei no 42.254. O Museu surgiu de uma coleção particular de automóveis e outras peças mecânicas adquiridas por Roberto Eduardo Lee, desde 1948. A partir de 1964 todo o acervo foi transferido do galpão pertencente à S. A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, São Paulo, para a Fazenda Esperança.

Em 1962, a coleção particular de Roberto Lee já contava com mais de 20 veículos, muitos dos quais de grande valor histórico, tal a sua raridade. Hoje, o acervo tombado é composto de 97 veículos, motores, miniaturas de autos, distintivos de automóveis clubes de todo o mundo e cerca de 200 gravuras.

Campinas-SP

BOSQUE DOS JEQUITIBÁS

Entre as Ruas Coronel Quirino, General M. Salgado, Uruguaiana e Pedro Álvares Cabral

Processo: 09907/69 Tomb.: Res. de 9/4/70 D.O.: 10/4/70

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 1, p. 302, 26/10/1973

O Bosque dos Jequitibás foi criado em 1884 por Francisco Bueno de Miranda que manteve grande parte da vegetação existente. No começo do século, realizou obras como a abertura de alamedas e definição de áreas para piqueniques, viabilizando sua utilização pelo público, como era a sua intenção.

Sem o consentimento da companhia de ferro-carril local, implantou o transporte de bondes sobre trilhos, a tração animal, que teve de ser desfeito, levando o proprietário a oferecer o imóvel à prefeitura que o adquiriu em 1915.

Situado no centro da cidade de Campinas, em área totalmente urbanizada, o Bosque, de aproximadamente 10 ha, remanescente da flora original da região, permanece pouco alterado em sua composição arbórea, apesar da introdução de outras espécies vegetais. Possui uma nascente de água que alimenta um pequeno lago, no qual há uma ilha, um pequeno zoológico, além de museus, teatros e bares.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE

Rua Benjamin Constant, 1651 – Centro

Processo: 08491/69 Tomb.: Res. de 11/4/72 D.O.: 12/4/72

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 124 , p. 22, 4/7/1979

O desenvolvimento da cidade de Campinas deve-se à prosperidade da cultura do café e à sua comercialização. É a partir da década de 1870 que se intensifica o crescimento urbano, com a implantação da Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, além de outras melhorias, entre elas, a construção da Santa Casa de Misericórdia e Capela de Nossa Senhora da Boa Morte, contida em seu interior.

Inaugurada juntamente com o hospital, em 15/8/1876, a capela foi construída pelo padre J. J. Vieira, sob os auspícios do barão de Monte Mor. Possui na fachada três estátuas simbolizando a fé, a esperança e a caridade. No interior, o coro é decorado com pintura mural e grade que se prolonga pelas tribunas. Essas grades foram fabricadas pelos irmãos Bierrenbach, de Campinas, e o altar e as estátuas, confeccionadas em mármore de Carrara, por Blás Crespo Garcia, do Rio de Janeiro. O projeto do hospital obedece a uma simetria que pode ser considerada característica dos edifícios desta instituição, em que a Capela, ao centro, é flanqueada por alas simétricas de blocos hospitalares.

CASA GRANDE E TULHA

Avenida Arlindo Joaquim de Lemos, 1300

Processo: 24461/86 Tomb.: Res. 10 de 30/4/86 D.O.: 1/5/86

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 251, p. 66, 22/1/1987

No final do século XVIII, Campinas, já elevada à vila, desenvolvia-se com uma economia voltada à produção açucareira, que se estende até meados do século seguinte. Neste período, apresentou significativas transformações tanto no centro urbano, quanto na zona rural, nesta última, com a introdução de fazendas, estruturadas exclusivamente para o plantio e transformação do açúcar. Cláudio Fernandes de Sampaio e sua mulher Rosa Maria de Abreu e Silva, figurando entre os primeiros moradores no município de Campinas, também teriam sido os primeiros donos da fazenda em que, mais tarde, seria construída a casa

grande, por iniciativa da filha e herdeira Maria Felicíssima M. Abreu, casada com Joaquim Soares de Carvalho. A construção da tulha, anterior à da casa grande, ao que tudo indica, é de 1790. Em 1978, os novos proprietários realizaram reformas criteriosas no imóvel.

CATEDRAL METROPOLITANA

Rua Regente Feijó, 1013

Processo: 20217/77 Tomb.: Res. 20 de 30/5/81 D.O.: 18/6/81

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 148, p. 27, 22/12/1981

A Catedral de Campinas originou-se de recursos arrecadados da população campineira, no início do século XIX. Em 1845 já havia sido concluído o telhado e, em 1853, Antônio Francisco Guimarães, o "Bahia", um rico português, mandou buscar na Bahia o artista Vitoriano dos Anjos Figueira, para entalhar o altar-mor, dois púlpitos e as delicadíssimas rendas das grades da nave, coro e sacadas da capela-mor. Desentendendo-se com o novo presidente de obras da Catedral, Vitoriano deixou os trabalhos por volta de 1861, sendo concluídos pelo ituano Bernardino de Sena Reis e Almeida, que fez todos os altares da nave e os das duas pequenas capelas laterais.

A Catedral de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 8 de dezembro de 1883. A construção da sua fachada foi dirigida por Cristóvão Bonini e Ramos de Azevedo. Este último teve destacada participação na obra devido ao seu projeto para a introdução da torre, em taipa de pilão.

COLÉGIO CULTO À CIÊNCIA

Rua Culto à Ciência, 422

Processo: 22804/83 Tomb.: Res. SC 48 de 5/9/88 D.O.: 6/9/88

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 283, p. 73, 8/6/1989

Campos Sales, Francisco Glicério, Américo Brasiliense, Prudente de Moraes e outros membros da Sociedade Culto à Ciência, republicanos e positivistas, idealizaram, em 1869, edificar uma escola dirigida a todas as classes sociais, sem visar lucro algum. A escola, fruto de iniciativa particular, foi construída em uma chácara adquirida do tenente Antônio Rodrigues de Almeida, situada na antiga Rua Alegre.

O projeto da escola, de 1873, foi elaborado pelo engenheiro e empreiteiro Guilherme Krug que introduziu no edifício, de planta retangular com dois pavimentos, aspectos da arquitetura européia, como por exemplo, as janelas de mansardas e o tijolo à vista.

O Colégio Culto à Ciência sobreviveu graças às doações da sociedade campineira e subvenções esporádicas do governo. Em 1894, foi absorvido pela rede oficial de ensino e, no ano seguinte, ampliado e adequado à prática da nova política educacional.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNICAMP

Rua Culto à Ciência, 177

Processo: 22805/83 Tomb.: Res. 30 de 29/10/84 D.O.: 30/10/84

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 259, p. 68, 23/1/1987

A introdução do ensino profissional, no início deste século, coincide com a necessidade de mão-de-obra especializada pela indústria, em função de seu crescente desenvolvimento. Conseqüentemente, nas duas primeiras décadas, foram instaladas inúmeras escolas técnico-profissionais no estado de São Paulo.

A Escola Profissional Bento Quirino, inaugurada em 2/4/1918, foi projetada por Ramos de Azevedo, em alvenaria de tijolos e estilo eclético. Apresenta três pavimentos, um deles, porão utilizável, com plantas distintas entre si e simétricas em relação ao seu eixo transversal. O movimento da sua elevação principal é dado pela existência de corpos salientes, pequenas sacadas e diferentes modelos de esquadrias.

Em 1958, a Associação Bento Quirino doou o patrimônio ao governo do Estado de São Paulo. Nove anos depois, através de um convênio, o Colégio passou a ser administrado pela Unicamp.

ESCOLA NORMAL

Avenida Anchieta, 60

Processo: 21822/81 Tomb.: Res. 57 de 13/5/82 D.O.: 21/5/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 183, p. 43, 16/6/1982

A Lei 1.311, de 2/1/1912, estabeleceu a transformação de todas as escolas complementares em escolas primárias, o que implicou na substituição da Escola Complementar de Campinas pela Escola Normal Primária. O projeto de construção deste edifício, de autoria de César Marchisio, concretizou-se com o acordo firmado entre a Câmara Municipal de Campinas e o governo do Estado. As obras ficaram sob a responsabilidade da antiga Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Inaugurado em 14/4/1924, o edifício de grandes proporções, com três pavimentos, exemplar significativo do ecletismo, encontra-se implantando praticamente no alinhamento frontal do lote tendo como acesso principal uma , localizada em seu eixo de simetria. Possui pinturas nas paredes laterais do vestibulo e elementos decorativos e de composição nas fachadas.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Praça Marechal Floriano Peixoto, s/n

Processo: 20682/ 78 Tomb.: Res. 9 de 15/4/82 D.O.: 30/4/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 170, p. 39, 17/5/1982

Em meados do século XIX, a cidade de Campinas encontrava-se em franco desenvolvimento em virtude do crescimento da produção cafeeira. Um dos problemas enfrentados para a exportação do produto era a morosidade do seu transporte precário, feito em lombo de burro. Para solucionar esta deficiência, decidiu-se instalar uma ferrovia que ligasse Campinas a Jundiaí, completando o percurso Santos–Jundiaí, da Estrada de Ferro São Paulo Railway. Em 1867, foi criada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro para este fim. As obras de construção do trecho de 45 km da linha férrea iniciaram-se em 1870 e sua inauguração se deu em 11/8/1872.

A Estação de Campinas foi construída em estilo gótico-vitoriano, seguindo os padrões arquitetônicos ingleses, do século XIX. Em 1884, havia sido concluído o seu corpo central, acrescido, até 1930, de duas alas laterais. Algumas reformas foram realizadas no prédio, como: instalação de cobertura no acesso principal, janelas de madeira substituídas por caixilhos de ferro e, na cobertura da plataforma, introdução de estrutura metálica.

MERCADO MUNICIPAL

Rua Benjamin Constant, s/n

Processo: 22362/83 Tomb.: Res. 1 de 24/1/83 D.O.: 28/1/83

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 208, p. 57, 1/2/1983

A pedra fundamental da construção do Mercado Municipal foi lançada em 1907 e sua inauguração deu-se em 12/4/1908. O mercado foi projetado por Ramos de Azevedo, em estilo mourisco, com uma área total de 7.308,80 m² e construído por Augusto Fried. Sua planta é basicamente retangular, desenvolvida em três naves no sentido longitudinal. A iluminação em seu interior se dá através de aberturas localizadas na altura da linha dos beirais. Suas dependências encontram-se distribuídas entre boxes para armazéns, circulação e dois ambientes que sediaram a Companhia Funilense. Em 1933, foram realizadas reformas na iluminação, no piso e nos serviços de água e esgoto e, na década de 1970, na pintura e no piso, além do acréscimo de boxes.

PALÁCIO DOS AZULEJOS

Rua Regente Feijó, 841

Processo: 17270/70 Tomb.: ex-officio em 25/3/81

Tomb.: Iphan em 20/12/67

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 147, p. 27, 22/12/1981

O Palácio dos Azulejos compõe-se de dois edifícios geminados, cada um com seu portal. A residência da esquina pertenceu ao comendador Joaquim Ferreira Penteado, barão de Itatiba, e a outra, ao seu filho, Ignácio Ferreira de Camargo Andrade. Mais tarde, a prefeitura adquiriu as duas edificações e transformou-as em um único prédio.

Construído na segunda metade do século XIX, o solar mantém raras proporções de equilíbrio, principalmente em se tratando de duas residências concebidas independentes uma da outra. Na fachada foram aplicados azulejos portugueses, inclusive na platibanda que se encontra coroada por louça branca. São destaques a clarabóia com vidros coloridos, os gradis de ferro fundido no balcão do segundo pavimento e a porta de acesso principal. O imóvel sofreu algumas alterações, como: substituição de pisos e telhados, trechos de paredes removidos, criação de um pátio interno e construção de dependências anexas.

RESERVA FLORESTAL DA FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

Distrito de Barão Geraldo

Processo: 22326/82 Tomb.: Res. 3 de 3/2/83 D.O.: 4/2/83

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição nº 9, p. 303, 1/9/1986

Em setembro de 1981, reconhecendo o valor científico que representa a área florestal da antiga Fazenda Santa Genebra, sua proprietária, Jandira Pamplona de Oliveira, fez doação da área à Fundação José Pedro de Oliveira, vinculada à Prefeitura Municipal de Campinas.

A mata Santa Genebra constitui ecossistema que funciona como refúgio, abrigando exemplares de flora e fauna originais, que se encontram hoje em vias de extinção como, por exemplo, bandos de bugios, numerosos roedores e uma rica avifauna, além de 1.440 árvores identificadas, pertencentes a 37 famílias e 95 espécies. Na Reserva, banco genético de grande importância científica e verdadeiro "laboratório" vivo, desenvolvem-se diversas pesquisas no meio universitário, voltadas à composição florística, estrutura fito-ecológica, dinâmica populacional de espécies vegetais e sucessão ecológica. A área total tombada corresponde a 2.517.759 m², localizada entre as coordenadas UTM 7.476,00-7.473,00 kmN e 284,00-282,00 kmE.

SEDE DA FAZENDA MATO DENTRO

Estrada de Souza

Processo: 00309/73 Tomb.: Res. 34 de 10/5/82 D.O.: 13/5/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 173, p. 40, 25/5/1982

A antiga Fazenda Mato Dentro surgiu no início do século XIX, no período de desenvolvimento da produção açucareira na região de Campinas. Por volta de 1820, Maria Luiza de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha assumem a propriedade e iniciam o plantio e beneficiamento do café. Em 1936, a propriedade foi adquirida por Arnaldo Ribeiro Pinto e, em seguida, pelo governo do Estado de São

Paulo que ali instalou o Instituto Biológico e criou, em 1988, o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

A sede é um sobrado de grandes dimensões, com técnicas construtivas diversas, como a pedra entaipada na fundação, taipa de pilão e alvenaria de tijolos nas paredes. Coberta por telhas do tipo capa e canal, a estrutura do telhado, em tesouras de madeira, vence longos vãos, sem apoios intermediários.

A sede e a capela, juntamente com as pinturas do seu interior, foram restauradas recentemente para a instalação de um museu.

SEDE DA FAZENDA TRÊS PEDRAS

Distrito de Joaquim Egídio

Processo: 20427/77 Tomb.: Res. 7 de 19/3/82 D.O.: 27/3/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 163, p. 37, 1/4/1982

A Fazenda Três Pedras pertencia ao Engenho de Nossa Senhora da Conceição do Sertão, de propriedade do capitão-mor agregado, Floriano de Camargo Penteado. Com a sua morte, estas terras foram divididas entre seus herdeiros, cabendo a seu neto, Joaquim Floriano N. de Camargo, a Fazenda Três Pedras.

A sede, construída em 1871, é um sobrado de alvenaria de tijolos, associado à taipa, edificado sobre embasamento de pedra. Internamente, as paredes em pau-a-pique desgastadas pelo tempo foram substituídas sem alterar a planta original. A sua fachada é composta por duas varandas sobrepostas, com colunas apresentando diâmetros diferentes em cada pavimento. O muro que a envolve servia para isolá-la do antigo terreiro de café, senzala, pomar e pátio para estacionamento de animais e carruagens.

SOLAR DO BARÃO DE ITAPURA

Rua Marechal Deodoro, 1099

Processo: 22017/82 Tomb.: Res. 20 de 15/12/83 D.O.: 16/12/83

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 214, p. 60, 3/1/1984

Joaquim Policarpo Aranha, Barão de Itapura, nasceu em Ponta Grossa, no Paraná, por volta de 1809, e mudou-se muito jovem para Campinas, tornando-se mais tarde um dos ricos proprietários do município. Após a sua morte, em 1902, o solar em que residiu foi herdado por sua filha, Isolethe Augusta de Souza Aranha, e doado à Diocese de Campinas, em 1921. Desde 1956, a PUC encontra-se instalada neste edifício.

O antigo Solar do Barão de Itapura foi construído provavelmente em 1880. O imóvel, em estilo renascentista italiano, possui colunas da ordem jônica e sistema estrutural em alvenaria de tijolos. Na fachada principal, as janelas são em arco pleno no pavimento inferior passando, no superior, a vergas retas encimadas por pequenos

frontões triangulares. Sofreu algumas alterações como a construção de banheiros, substituição de venezianas por vitrôs e introdução de coberturas nos terraços.

Itatiba-SP

SOLAR ALVES LANHOSO

Rua Florêncio Pupo, 306

Processo: 24520/86 Tomb.: Res. SC 22 de 3/7/87 D.O.: 7/7/87

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 275, p. 71, 18/7/1988

A formação de Itatiba se deu de forma um tanto quanto pitoresca. Por volta de 1810, uma escolta comandada por Lourenço Leme perseguiu prisioneiros e após a contenda, de volta à Atibaia, tornou pública a fertilidade do solo da região de Itatiba que passou a receber os primeiros habitantes. Em 1814, foi construída a capela dedicada à Nossa Senhora do Belém e, em consequência do seu desenvolvimento, foi elevada à categoria de cidade, em 1876.

O Solar Alves Lanhoso foi construído por Bento Lacerda Guimarães, o barão de Araras, em 1859. A sua técnica construtiva é em taipa de pilão e encontra-se implantado nos alinhamentos do lote de esquina. A edificação é térrea, com cobertura em telhas capa e canal e, nas elevações, janelas dispostas seguindo um ritmo constante.

Pirassununga-SP

ESCOLA NORMAL

Rua José Bonifácio

Processo: 21717/81 Tomb.: Res. 44 de 12/5/82 D.O.: 21/5/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 184, p. 43, 16/6/1982

O projeto para a construção da antiga Escola Normal de Pirassununga, em estilo eclético, foi realizado por Carlos Rosencrantz e Achilles Nacarato, em 1912. A planta, em forma de "H", de grandes proporções, em três pavimentos, um dos quais porão habitável, possui, nas áreas reentrantes das elevações anterior e posterior, amplas escadarias, ao nível do primeiro pavimento. Estas elevações são marcadas pela verticalidade, proporcionada pelo jogo de segmentos verticais salientes e reentrantes, estes últimos correspondentes aos trechos em que encontram-se as alongadas esquadrias.

Em 1981, um incêndio destruiu parte de suas dependências que foram, em seguida, restauradas pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp), com assessoria do Condephaat.

Ribeirão Preto-SP

CASA TÉRREA

Rua Caramuru, 232

Processo: 25774/87 Tomb.: Res. SC 61 de 28/10/88 D.O.: 3/11/88

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 285, p. 73, 8/6/1989

Esta casa, de características bem peculiares, associa o modo de construir das áreas rural e urbana, no período em que o cultivo do café se expandia na região, no final do século XIX.

Externamente nos detalhes decorativos da edificação é visível a marcante influência da imigração italiana, cuja contribuição foi expressiva para o desenvolvimento da sociedade local. Em seu interior nota-se a preocupação com o requinte estético, principalmente em relação às paredes, amplamente decoradas com pinturas. Nas elevações posterior e lateral, uma grande varanda envolve a edificação, dando-lhe um aspecto despojado, em contraposição com a profusão de ornatos que caracteriza a sua fachada frontal.

ESTAÇÃO BARRACÃO

Avenida D. Pedro I, esquina com a Rua Rio Grande do Sul

Processo: 21364/80 Tomb.: Res. 31 de 7/5/82 D.O.: 13/5/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 174, p. 40, 25/5/1982

A povoação de Ribeirão Preto foi fundada, em 1856, por José Borges da Costa, Manoel Fernandes do Nascimento e outros que doaram ao município parte de suas terras adquiridas de sesmarias que pertenceram ao padre Manoel Pompeu de Arruda.

A Estação Barracão foi uma das primeiras a serem construídas na região, no período de 1870 a 1890, quando houve a grande expansão cafeeira. O nome deve-se à existência de um barracão, próximo a ela, onde os imigrantes se dirigiam para serem cadastrados junto às fazendas de café.

O projeto da Estação, em planta retangular, caracteriza-se pelo prolongamento das águas da cobertura, apoiadas em estrutura de madeira, protegendo a plataforma em um dos lados. A construção é em tijolo aparente, de procedência inglesa, como a maioria das estações da época.

QUARTEIRÃO PAULISTA E PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO

Rua XV de Novembro, 332, 354, 390 e 396

Processo: 29840/92 Tomb.: Res. SC 26 de 15/12/93 D.O.: 16/12/93

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 311, p. 78, 23/2/1994

Em 1886 iniciaram-se as primeiras providências para o ajardinamento da Praça Quinze de Novembro, ocasião em que foram plantadas uma série de figueiras. A praça passou por algumas remodelações e, em 1919, atingiu as suas dimensões atuais. Neste período, em seu interior se instalou a Cervejaria Antártica.

Somente em 1926 inaugurou-se o Hotel Central e, quatro anos depois, as construções complementares como o Teatro Pedro II e o edifício Meira Júnior. A inauguração desses edifícios, em 1930, implicou na última reforma importante da praça, quando se introduziu uma imponente fonte que substituiu o bar circular.

O Quarteirão Paulista, construído pela Companhia Cervejaria Paulista, constitui-se em exemplar eclético significativo das décadas de 20 e 30.

SISTEMA VIÁRIO, ÁREA VERDE E CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA ANTIGA FAZENDA MONTE ALEGRE - CAMPUS DA USP

Rua Cuiabá, 370

Processo: 24699/86 Tomb.: Res. SC 7 de 22/3/94 D.O.: 24/3/94

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 314, p. 79, 1/6/1994

As terras do Campus da USP originaram-se da antiga Fazenda Monte Alegre, cujas construções foram concluídas em torno de 1874. Destas, a sede foi o único imóvel que se conservou íntegro, abrigando atualmente o Museu Histórico Municipal.

O governo estadual, já proprietário da fazenda em 1942, instalou na propriedade a Escola de Agricultura Getúlio Vargas, desativada em 1948. Durante este período todas as obras da escola foram executadas segundo projeto neocolonial, do qual fazem parte um pavilhão principal, residências de professores, ginásio e instalações para esportes, inúmeros pavilhões ligados à prática agrícola e, ainda, toda uma infraestrutura viária e de abastecimento hidráulico. Quatro anos depois de desativado o conjunto, a Faculdade de Medicina passou a ocupar as instalações, promovendo ao longo do tempo ampliações para atender às necessidades dos novos programas.

THEATRO PEDRO II

Praça XV de Novembro, 370

Processo: 297/73 Tomb.: Res. 32 de 7/5/82 D.O.: 13/5/82

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 186, p. 44, 17/6/1982

Integrante do Quarteirão Paulista, o Teatro Pedro II destaca-se no conjunto de construções ecléticas voltado para a Praça Quinze de Novembro. O projeto, de autoria de Hipólito Gustavo Pujol Júnior, reuniu diversos estilos arquitetônicos, do neoclássico francês ao art-decô, resultando numa arquitetura indefinível. Inaugurado em 1930, teve algumas características originais alteradas quando transformado em cinema.

O teatro possui, ao todo, seis pavimentos, incluídos o subsolo e o sótão. No início da década de 1980, um incêndio destruiu grande parte do edifício que perdeu toda a sua cobertura e forro, além de parte dos elementos decorativos da boca de cena. Para reverter esta situação, a Prefeitura Municipal promoveu a restauração do teatro, concluída em 1996. O novo forro introduzido foi projetado pela artista plástica Tomie Ohtake e, o uso original, restabelecido.

Santa Rita do Passa Quatro-SP

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

Pátio da Estação, s/n ou Avenida Paulista, s/n

Processo: 00467/74 Tomb.: Res. 17 de 23/5/81 D.O.: 27/5/81

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 146, p. 26, 2/6/1981

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro construiu a Estação Ferroviária de Santa Rita, em 1899. O Ramal Férreo de Santa Rita funcionou até o ano de 1960 e, posteriormente, a estação abrigou uma escola de comércio e, em seguida, o Museu Zequinha de Abreu.

Na sua construção foram empregados muitos materiais importados como telhas, tijolos, estruturas de ferro na cobertura e esquadrias em pinho de Riga. De planta retangular, a sua cobertura, em estrutura metálica e folhas de zinco, avança, apoiada em pilares de ferro, cobrindo as plataformas e áreas circundantes. Em 1978 sofreu uma grande reforma, na qual foram demolidas algumas paredes, introduzidas portas e um anexo na parte posterior.

São Simão-SP

RESIDÊNCIA GRASSMANN

Rua Rodolfo Miranda, 203

Processo: 002315/77 Tomb.: Res. de 15/3/78 D.O.: 17/3/78

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 125, p. 22, 4/7/1979

A família Grassmann chegou à cidade de São Simão por volta de 1883. De origem alemã, Martim Grassmann desenvolveu diversas atividades econômicas e culturais, entre elas a fundação do Teatro Grassmann, em 1890, utilizado em 1908 para as primeiras apresentações do cinematógrafo.

A casa, um dos últimos exemplares da arquitetura alemã trazida pelos imigrantes, foi edificada por Martim, em 1905, com telhado sugerindo um chalé. Nela, nasceu Marcelo Grassmann, em 1925, gravador, desenhista e artista gráfico de grande talento, cuja produção tem sido muito premiada.

O imóvel, construído em tijolo no térreo e madeira no pavimento superior, possuía cerca de 150 herdeiros que acharam por bem doá-lo ao Estado, para a formação de uma casa de cultura, hoje Museu Marcelo Grassmann, onde estão contidas as principais obras do citado artista.

Sertãozinho-SP

FÓRUM E CADEIA

Praça Quinze de Novembro

Processo: 24159/85 Tomb.: Res. 53 de 19/9/85 D.O.: 20/9/85

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 240, p. 65, 21/1/1987

Em 15/8/1911, a Câmara Municipal de Sertãozinho aprovou a doação de um terreno ao governo do Estado para a edificação do Fórum e da Cadeia, onde se achava instalado o Mercado Municipal. O projeto, elaborado pelo arquiteto do escritório técnico do DOP, Manoel Sabater, da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1913, é idêntico ao de Taquaritinga, construído entre 1913 e 1916.

A inauguração deu-se em 23/7/1916 e, apenas em 1976, sob a administração da Secretaria de Segurança Pública, houve substituição do uso, passando a ser ocupado pela Delegacia de Trânsito.

O prédio tem a fundação construída em sapata corrida de alvenaria de tijolos, embasada em pedra bruta. O telhado foi coberto com telhas francesas que se encontram assentadas sobre madeiramento de peroba.

Taubaté – SP

CAPELA DE NOSSA SENHORA DO PILAR

Largo do Pilar, delimitado pelas Ruas Souza Alves e Chiquinha de Mattos

Processo: 00371/73 Tomb.: ex-officio em 12/3/82

Tomb.: Iphan em 26/10/44

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 161, p. 36, 12/3/1982

A Capela de Nossa Senhora do Pilar teve sua construção iniciada em 1725, por Timóteo Corrêa de Toledo, e foi inaugurada em 1/12/1747. Erguida em taipa de pilão, com planta hexagonal e fachadas sem adornos, possui cobertura acompanhando a geometria da planta, com beirais de cachorros. No interior, colunas de madeira sustentam o coro guarnecido de balaustrada em madeira trabalhada, cujo desenho verifica-se também na mesa de comunhão. Os altares principal e laterais foram construídos no final do século XVIII.

A capela manteve a função religiosa até 1950, aproximadamente, e, devido às más condições de conservação, passou a ser utilizada apenas eventualmente, para exposições e outras programações. Sofreu obras de reparo e conservação em 1870, sob a orientação e às expensas do cônego Benjamim de Toledo Mello, e nos anos de 1945, 1957 e 1964, tornando-se, mais tarde, sede do Museu de Arte Sacra.

CASA OLIVEIRA COSTA

Avenida Visconde do Rio Branco, 516

Processo: 20010/76 Tomb.: Res. de 30/6/77 D.O.: 1/7/77

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 129, p. 24, 18/7/1979

Manoel José Siqueira de Mattos, rico fazendeiro de café, mandou construir, em 1854, a sua residência urbana, na antiga Rua Direita. Em 1923, foi adquirida por Pedro Luiz de Oliveira Costa.

Trata-se de um edifício de porte médio, térreo, construído em lote de esquina, no alinhamento, com paredes em taipa de pilão e em pau-a-pique. Algumas paredes internas foram substituídas por outras em alvenaria de tijolos. O piso das salas e quartos é em tabuado largo e, nos demais cômodos, em ladrilho hidráulico. O telhado, coberto de telhas do tipo capa e canal, apresenta um beiral arrematado por cimalha e forro em madeira. Na porta de acesso principal acha-se inscrita a data da sua construção. Alugado pela prefeitura, abriga o Museu Municipal.

CHÁCARA DO VISCONDE

Avenida Monteiro Lobato

Processo: 00370/73 Tomb.: ex-officio em 13/10/80

Tomb.: Iphan em 23/7/62

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 136, p. 25, 29/5/1981

Francisco Alves Monteiro, nascido em Taubaté, em 1800, entre outras propriedades era dono da chácara que, após a sua morte, em 1874, ficou com o seu filho, José Francisco Monteiro, chefe político local e condecorado, em 1868, com o título de visconde de Tremembé. Ao falecer legitimou três filhos, entre eles, Anacleto Augusta do Amor Divino, mãe de Judite, Ester e José Bento Monteiro Lobato. A chácara, imortalizada por Monteiro Lobato em obra infantil, com o nome de Sítio do Pica-pau Amarelo, contava com uma área de 20 alqueires e foi legada à Judite Lobato que, durante a infância e adolescência, a freqüentava, juntamente com os irmãos.

Em 1948, como pagamento de dívida, foi entregue ao engenheiro Joaquim de Castro. Incluem-se no tombamento a casa, a capela, um cruzeiro, uma velha jaqueira e mais um terreno de 7.000 m².

CONVENTO DE SANTA CLARA

Praça Barão do Rio Branco, 30

Processo: 08575/69 Tomb.: Res. 23 de 1/7/86 D.O.: 2/7/86

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 254, p. 67, 23/1/1987

Os frades da Ordem de São Francisco se instalaram em Taubaté logo após a sua fundação, em 1639. Ainda no século XVII, construíram o Convento de Santa Clara que também era conhecido como Convento de São Francisco. Desta edificação restaram apenas as paredes externas, em taipa de pilão, sendo, as demais, de tijolos.

O plano geral da igreja é o franciscano dos séculos 17 e 18, destacando-se, lateralmente, uma sineira semelhante à da Igreja de São Francisco, da cidade de São Paulo, com volutas de inspiração barroca. Sofreu alterações como a introdução de uma rosácea no frontão da elevação principal, alteamento do telhado em cerca de 3 m e acréscimo, na lateral, de um pequeno anexo.

SEDE DA FAZENDA PASTO GRANDE

Processo: 00445/74 Tomb.: Res. SC 42 de 18/12/92 D.O.: 19/12/92

Livro do Tombo Histórico: Inscrição nº 304, p. 77, 5/5/1993

A sede da Fazenda Pasto Grande foi construída, provavelmente no século XVIII, por Pedro Pereira de Barros. Na partilha dos bens, à sua mulher, Quitéria Maria da Fonseca, coube a sede e metade das terras e, aos treze filhos, a outra metade. Pedro Pereira da Fonseca Teles, um dos filhos, tornou-se, o dono de toda a propriedade. Na fazenda desenvolveu-se a agricultura de subsistência, plantação de cana-de-açúcar e, depois, de café.

A sede, em taipa de pilão e pau-a-pique, conservou-se praticamente sem alteração. Destaca-se, no interior, um grande salão, para o qual se voltam cinco alcovas e em cuja extremidade encontra-se um pequeno oratório em madeira. O piso e o forro neste ambiente ainda são os originais, em tabuado de madeira, do tipo saia e camisa. Externamente, ao lado dos terreiros atijolados para a secagem do café, localizam-se, em péssimo estado de conservação, as construções em pau-a-pique destinadas à tulha e paiol.

Os bens tombados pelo IPHAN na AII do empreendimento, já descritos no inventário acima apresentado, são os seguintes:

- Casa de Câmara e Cadeia – Atibaia-SP
- Palácio dos Azulejos – Campinas-SP
- Capela de Nossa Senhora do Pilar e Chácara do Visconde – Taubaté-SP.

Não existe entre os municípios que compõe a AI do empreendimento nenhum patrimônio imaterial registrado pelo IPHAN, CONDEPHAAT ou IEPHA-MG.

A Serra do Mar e de Paranapiacaba, considerada como bem natural tombado pela Resolução do CONDEPHAAT n.40 de 06 de junho de 1985, inclui em uma área total de 1.208.809,83ha seus “Parques, Reservas e Áreas de Proteção Ambiental, além dos esporões, morros isolados, ilhas e trechos de planícies litorâneas.”⁴. Segundo a Resolução, esta área tombada compreende trechos dos municípios: Apiaí, Iporanga, São Miguel Arcanjo, Sete Barras, Eldorado Paulista, Jacupiranga, Barra do Turvo, Iporanga, Cananéia, São Vicente, São Bernardo do Campo, Cubatão, Pedro de Toledo, Itanhaém, Peruíbe, São Paulo, São Luiz do Paraitinga, Cunha, Caraguatatuba, Praia Grande, São Sebastião, Paraibuna, Pirituba Mirim, Salesópolis, Mogi das Cruzes, Suzano, Santos, Embu-Guaçu, Juquitiba, Mongaguá, Biritiba Mirim, Santo André, Rio Grande da Serra, Ubatuba, Natividade da Serra, Ilhabela, Ubatuba, Santo André, Ibiúna, Piedade, Iguape, Capão Bonito, Itariri, Miracatu, Guapiara, Juquiá, Juquitiba, Pilar do Sul, Sete Barras e Tapiraí.

Embora esta área esteja relativamente próxima a alguns dos municípios ao sul da AI, estes municípios não estão incluídos entre os que tem trechos dentro da referida área tombada.

A seguir, será apresentado um panorama do Patrimônio Histórico-Cultural por município componente da AI, considerando a presença de patrimônio material e imaterial, incluindo manifestações culturais, e a existência ou não de conselhos municipais específicos ou outras instituições ligadas à proteção deste patrimônio.

A maior parte dos municípios da Área de Influência Indireta não possui órgão público destinado exclusivamente à proteção deste patrimônio. Os bens materiais considerados como mais relevante são sobretudo construções históricas. As manifestações imateriais que demonstram os saberes e fazeres das populações ocorrem através de danças tradicionais, presentes, porém, em poucos municípios, e principalmente na produção de artesanatos variados.

Dentre o Patrimônio Histórico-Cultural identificado nestes municípios, não foram localizados dentro da AI do empreendimento quaisquer bens materiais ou manifestações culturais relevantes ou protegidos pelos órgãos responsáveis.

Uberaba-MG

O órgão de atuação mais relevante na preservação do Patrimônio Histórico-Cultural em Uberaba é a Fundação Cultural de Uberaba, vinculada à Prefeitura Municipal, e que tem como objetivo central ampliar e aprofundar a atuação da prefeitura no campo da cultura. A Fundação promove Oficinas de artes nas áreas de Teatro, Artes Visuais, Dança, Artesanato, Arte Afro-Brasileira, Viola e Música que se multiplicou também num Coral denominado “Cidade de Uberaba”.

⁴ Resolução CONDEPHAAT n.40 de 06/06/85, Artigo 1º.

São realizados ainda projetos mensais como a “Feira de Arte e Cultura”, e o “Domingo com Musica” que acontece no Mercado Municipal. São projetos fixos com proposta de valorizar os artistas uberabenses e intensificar a formação de público para a cultura.

O Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberaba (CONPHAU) é parte da Fundação Cultural de Uberaba. Este Conselho é responsável pelo tombamento de bens em nível municipal, incluindo edifícios de valor histórico no município como a Câmara Municipal de Uberaba. O CONPHAU mantém ainda o projeto "Museu a Céu Aberto", composto por painéis com o histórico de algumas ruas e praças da região central de Uberaba.

Dentre as manifestações culturais encontradas no município, destaca-se a catira, que pode ser considerada como autêntica dança brasileira, de nome e origem indígena. É uma espécie de sapateado brasileiro executado com "bate-pé" ao som de palmas e violas. Também conhecido como Cateretê é conhecido e praticado, largamente, no interior do Brasil, especialmente nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e, também, em menor escala no nordeste.

Em Uberaba existem três Grupos de Catira conhecidos: o da família Borges, o de Paulinho ‘Leiteiro’ e o de Manoel Teles.

Igarapava-SP

O município possui como principais manifestações culturais a “Festa da Cana” e o “Carnaval da Solidariedade”, apoiados pela Prefeitura Municipal. Existe ainda o Encontro de Folia de Reis. O poder público apóia ainda projetos como o Projeto Feliz Cidade, que tem como objetivo levar música, esporte, lazer, artesanato a diferentes bairros de nossa cidade, criando um espaço para que os artistas se apresentem.

Os equipamentos culturais identificados no município são o Anfiteatro da Casa da Cultura, o auditório da Escola Viva e a Biblioteca Municipal Odette de Barros Mott. A Casa de Cultura Altino Arantes reúne um acervo de livros, esculturas e pinturas, disponibilizado à população.

O município conta ainda com o Cine Teatro Igarapava, o Auditório de Arena Jair Rodrigues, onde há uma concha acústica. Não existe órgão municipal de proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural.

As principais formas de artesanato produzidas no município são Cerâmica, Trançado Em Fibras Naturais, Trançado em Fios Diversos, Artefatos em Couro, Artefatos em Metal, Rendas e Bordados, Tear, e Artefatos em Madeira. Parte deste artesanato é comercializada na Feira de Artesanato que ocorre anualmente, no mês de março.

Aramina-SP

Não foram identificados em Aramina instituições voltadas à preservação e reprodução de práticas culturais, nem de preservação do Patrimônio por parte da municipalidade.

Os Equipamentos Culturais localizados resumem-se ao Coreto da Praça Dr. José Colmanetti, e o Parque de Exposições Juvenal Campos. Há ainda uma Feira de Artesanato semanal onde artesãos locais apresentam e comercializam suas peças.

Ituverava-SP

O principal patrimônio do município é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída por escravos no século XVIII e tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal em 1966. O Patrimônio Histórico Municipal é responsável ainda pelo tombamento de outros bens arquitetônicos, como o Museu Histórico de Ituverava Joaquim Ribeiro da Rocha.

Ituverava possui ainda outros bens de valor histórico e cultural, como a Praça X de Março, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, e a Estação Ferroviária. O poder público cuida ainda da conservação do patrimônio natural, incluindo a cachoeira Salto Brilhante, de bom potencial turístico, e a mata preservada local.

Guará-SP

Guará não possui um órgão público responsável pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, ou bens culturais materiais e imateriais de maior relevância.

Os Equipamentos Culturais identificados no município são o Espaço Cultural Henrique Furtado Tannous, com cerco de som e imagem disponíveis à população, e a Biblioteca Municipal José Teodoro Figueiredo.

As principais formas de artesanato encontradas em Guará são a Tecelagem e a produção de Artefatos em Madeira.

São Joaquim da Barra-SP

Os espaços destinados a atividades culturais em São Joaquim da Barra incluem a Biblioteca Municipal e a Escola Técnica de Arte Municipal “Fabiano Lozano”, que mantém atualmente os cursos de Piano Clássico, Teclado, Flauta, Violão, Canto Coral e Bateria.

Os eventos culturais incluem a Feira do Livro, realizada anualmente na praça 7 de Setembro desde 2005

O município não possui um órgão público responsável pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural; seus bens de maior destaque são o Coreto e a Igreja da Praça da Matriz.

Orlândia-SP

Em Orlândia, existe uma boa estrutura de equipamentos culturais, embora não haja órgão na Prefeitura destinado à proteção do Patrimônio Histórico-Cultural. Alguns destes equipamentos culturais são o Anfiteatro da Escola Oswaldo Ribeiro Junqueira, a Biblioteca Municipal Geraldo Rodrigues, e a Casa da Cultura Cyro Armando Catta Preta.

O principal equipamento destinado à preservação deste patrimônio é o Museu Histórico e Pedagógico Lucas Monteiro de Barros, que inclui em seu acervo Livros, Objetos Arqueológicos, Esculturas e/ou pinturas, Ferramentas e utensílios de trabalho, Documentos, Imagem (cine, foto e vídeo), Objetos e utensílios domésticos, Armas e material bélico.

Manifestações de cunho cultural ocorrem principalmente no Teatro Municipal Profa. Maria José Betrami Gordin, e no Teatro do Arena da Praça dos Imigrantes.

Sales Oliveira-SP

Sales Oliveira possui uma estrutura de equipamentos culturais relevante, incluindo a Biblioteca Municipal Carmem Azevedo Guimarães, que possui em seu acervo, além dos livros, esculturas e pinturas; e o Cineteatro D. Virginia Ronchini Dantas.

Os principais espaços destinados à manifestação de práticas culturais são o Centro Cultural Santa Rita, o Posto Cultural Prof. Geraldo de Barros e a Sala de Exposição Permanente José Antônio da Silva.

Já o Patrimônio Histórico-Cultural é preservado principalmente através do Museu Histórico e de Curiosidades Estação Cultura, que possui um pequeno acervo de Esculturas e/ou pinturas, Imagem (cine, foto e vídeo), Documentos, Peças sacras, Ferramentas e utensílios de trabalho, e livros. O município não possui órgão público destinado especificamente à proteção deste patrimônio.

O artesanato em Sales Oliveira é composto sobretudo por Trançado em Fios, Artefatos em Couro, Rendas e Bordados, Artefatos em Madeira e Artefatos de Tecido. O município possui duas feiras anuais para exposição deste artesanato, a Expo-Art e a Natal com Arte.

Jardinópolis-SP

Jardinópolis não possui um órgão público responsável especificamente pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Porém, o município conta com um museu, o Museu Dr. Paulo Portugal, com acervo constituído por Objetos Arqueológicos, Esculturas e/ou pinturas, Documentos, e Livros, e uma série de outros equipamentos culturais.

Tais equipamentos incluem o Centro Estudantil Gininho Marchió, a Concha Acústica Maestro Salvador Princivalli, a Biblioteca Municipal Dr. João Batista Berardo, o Teatro Apollo, e o Teatro da Escola de Formação de Soldados da Polícia Militar.

Os bens mais relevantes são principalmente construções de finalidades religiosas, como a Capela do Senhor Bom Jesus da Lapa, a Igreja do Cemitério, curiosa por seu formato de disco voador, e a Matriz Nossa Senhora Aparecida, de estilo gótico.

Sertãozinho-SP

Sertãozinho possui como manifestação cultural mais relevante o teatro, que conta no município com uma série de grupos locais, além do oferecimento de cursos e realização de festivais. O principal espaço de realização destas apresentações é o Teatro Municipal de Sertãozinho.

A Prefeitura mantém o "Núcleo de Desenvolvimento Cultural Maestro Oscar Meneghini", conhecido na cidade como "Casa da Cultura", que abriga as mais variadas manifestações culturais como a Oficina Cultural de Sertãozinho; o ateliê municipal de artes plásticas; escola de música; oficina municipal de criação literária; e o videoclub municipal.

A "Casa da Cultura" conta ainda com o "CEMM - Centro Municipal de Memória", que tem como objetivo resgatar a história do município. O CEMM é dividido em dois setores, o Centro De Documentação Histórica, e o Museu De Sertãozinho. Existe ainda ni município o Museu da Cana, principal produto local e que tem grande influência na reprodução da vida cultural local.

No setor privado, os principais espaços culturais são a Escola de Artes Picasso, a Fundação Savegnago e a Casa Zanini.

Ribeirão Preto-SP

Ribeirão Preto possui o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (CONPACC), responsável pelo tombamento de uma série de imóveis relevantes para o Patrimônio municipal e regional, como casarões, o prédio da antiga algodoeira Matarazzo e parte do Cemitério Municipal.

Como município de vida cultural intensa, Ribeirão Preto conta com manifestações culturais de variadas formas, sendo as principais a música, incluindo a Orquestra Sinfônica da Sociedade Litero-Musical, a dança, com destaque para o festival anual Dança Ribeirão, e o teatro, em que o município conta com grande número de grupos locais.

O bem cultural mais relevante do município é o Theatro Pedro II, de grande valor histórico e arquitetônico, tombado pelo CONPACC e pelo CONDEPHAAT. Além deste, o município conta ocm o Teatro Municipal, o Teatro Auxiliadora, o Teatro Bassamo Vaccari e os Teatros de Arena Jaime Zeger e da Vila Tecnológica.

A estrutura de preservação do Patrimônio Histórico-Municipal inclui o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e os museus Museu do Café Francisco Schmidt, Museu Histórico Plínio Travassos dos Santos, Museu de Arte de Ribeirão Preto, Museu da Imagem e do Som e Museu Municipal da 2ª Guerra Mundial. Existem ainda 43 Bibliotecas Municipais. As manifestações literárias tem como espaço central a Academia Ribeirão-pretana de Letras.

Há um grande volume de produção local de artesanato, exposto e comercializado sobretudo nas Feiras de Artesanato semanais nos bairros Iguatemi, Tibério, dos Campos e Jardim Procópio.

Cravinhos-SP

Apesar de seu pequeno porte, o município de Cravinhos possui um órgão municipal destinado à preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico.

Este órgão é responsável pelo tombamento de 7 bens, todos conjuntos arquitetônicos representativos. Estes bens são a Igreja Matriz Velha, a Cadeia Pública, a Estação Ferroviária, o Grupo Escolar João Nogueira, o Mercado Municipal, a Igreja São Benedito e a Residência de Freiras. Todos os tombamentos foram realizados em 1985.

Além disso, a preservação da história local conta com o Arquivo Municipal.

A produção de artesanato no município é apoiada pela Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), sendo que os principais produtos são Rendas e Bordados, Tear, Tecelagem, e Artefatos em Madeira.

São Simão-SP

No município de São Simão, o bem de maior valor histórico-cultural é a Casa Grassman, tombada pelo Patrimônio Histórico Municipal, cujo valor histórico-cultural existe por ser representante na arquitetura do último chalé de madeira típico dos imigrantes alemães que se instalaram em São Simão.

O local hoje abriga uma casa de cultura, a Casa de Cultura Marcelo Grassman, que possui em seu acervo itens de cine, foto e vídeo, revistas, jornais e periódicos, livros, esculturas e pinturas, e outros documentos históricos.

O patrimônio local conta ainda com o Museu Histórico Alaur da Matta, que possui acervo composto por Documentos, Objetos Arqueológicos, Esculturas.

Uma manifestação bastante original encontrada em São Simão é a Corrida de Bigas, realizada na Fazenda Estrela d'Oeste.

Santa Rita do Passa Quatro-SP

Como município turístico, Santa Rita do Passa Quatro preserva uma série de bens naturais e históricos. Não existe, porém, órgão municipal responsável por tombamentos. Os bens naturais de maior relevância são as cachoeiras São Valentim e 3 Quedas e o Morro Itatiaia.

O município conta com o Museu Histórico e Pedagógico Zequinha de Abreu, em homenagem ao compositor nascido na cidade, localizado na antiga estação ferroviária de Santa Rita, com acervo que inclui discos, letras das músicas, móveis, instrumentos musicais e outros. Outro museu do município é o Museu da Psiquiatria.

Os imóveis de maior valor histórico no município são os casarões da Praça da Matriz, o Coreto Zequinha de Abreu, e a Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, principalmente pelas pinturas em seu interior. As artes literárias são apoiadas pela Academia Santa-Ritense de Letras.

Porto Ferreira-SP

O município de Porto Ferreira possui uma estrutura de preservação e reprodução do Patrimônio Histórico-Cultural de pequeno porte, não havendo órgão municipal destinado especificamente a esta função. Os únicos espaços culturais identificados foram a Casa de Cultura Elias dos Santos e o Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flavio da Silva Oliveira.

O município possui um patrimônio imaterial relevante, na forma da tradição na produção de cerâmica, que lhe valeu o título de Capital da Cerâmica. Esta atividade não só apresenta relevância econômica no município como permite a transmissão de conhecimentos tradicionais. Porém, não existe uma estrutura constituída para sua preservação.

Pirassununga-SP

Pirassununga é um município com boa estrutura de produção cultural, embora não possua órgão municipal responsável pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural.

Entre seus bens, o município conta com o Ecomuseu Municipal e o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Fernando Costa, o Parque Ecológico Municipal Prof. Décio Barbosa, o Horto Municipal, o Centro Cultural de Eventos Dona Belila e o Teatro Municipal “Cacilda Becker”.

Seu principal patrimônio natural e turístico é a Cachoeira de Emas, visitada também por moradores de outros municípios da região.

Leme-SP

O município de Leme não possui um órgão público responsável pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. O município possui o Arquivo Municipal e o Museu Histórico Prof. Celso Zoegas Taboas.

Como espaço para manifestações culturais variadas, existem apenas a Casa da Cultura Rafael Fininho Urban e a Concha Acústica.

Araras-SP

O município de Araras possui o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, responsável pelo tombamento de 36 bens, entre edificações, túmulos e estátuas.

Segundo informações da Prefeitura Municipal, estes bens são: Bens e Pertences da Fazenda Santo Antônio; Biblioteca Municipal Martinico Prado; Busto de Pedro do Carmo; Busto do Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira; Busto do Monsenhor Quércia; Busto do Prof. Milton Severino; Casarão na região central; Centro Espírita Cairbar Schutel; Cine Santa Helena; Conjunto de Jazigos no Cemitério Municipal; Conjunto de Onze Estátuas em Mármore; Edifício Antônio Lotto; EEPG Cel. Justiniano Whitaker de Oliveira; EEPG Ignácio Zurita Jr.; Estação da FEPASA; Estação Ferroviária; Igreja de Santa Cruz; Igreja do Santuário Sagrado Coração de Jesus; Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio; Igreja Presbiteriana de Araras; Instituto Nossa Senhora Auxiliadora; Jazigos do cemitério Municipal; Lago Bartira; Monumento da Praça da Bíblia; Monumento do Centenário da República; Monumento do Cristo Redentor; Monumento Zumbi dos Palmares; O Cruzeiro; Praça Barão de Araras; Sede da Fazenda Campo Alto; Sede da Fazenda Montevideu; Sede da Fazenda Morro Alto; Sede da Fazenda São Joaquim; Solar Dona Benedita Nogueira; Teatro Estadual de Araras, e Túmulos de Valor Histórico no Cemitério Municipal.

O artesanato em Araras possui grande relevância na cultura local. Os artesãos do município se encontram organizados na Associação de Artesanato e Oficina de Artes de Aarras ou na Associação dos Artesãos e Artistas Plásticos de Araras, cuja sede também é usada como espaço para reprodução do conhecimento. Há ainda uma série de feiras e exposições ao longo do ano, como a Feira de Artesanato do Lago e a feira Artesanato do Casarão.

Engenheiro Coelho-SP

O município de Engenheiro Coelho não possui um órgão público responsável pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, ou bens culturais materiais e imaterias de maior relevância.

O único bem localizado foi o Museu de Arqueologia Bíblica do centro Universitário Adventista – UNASP.

Artur Nogueira-SP

Artur Nogueira não possui órgão municipal de proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural. Não foram identificados ainda bens imateriais relevantes no município.

O equipamento disponível no município destinado à preservação deste patrimônio é o Centro Cultural e Museu Histórico de Artur Nogueira, que possui em seu acervo Documentos, Revistas, jornais e periódicos, Objetos e utensílios domésticos, Livros, e itens de cine, foto e vídeo.

Cosmópolis-SP

O município de Cosmópolis não possui órgão municipal destinado à preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, e conta apenas com uma pequena estrutura destinada à reprodução de práticas culturais locais, com base no Centro Cultural de Preservação Histórica de Cosmópolis e o Centro de Preservação da Memória. Ambos possuem acervos de documentos ligados à história do município e da região.

As manifestações culturais locais incluem, além de uma Feira de Artesanato mensal, o ensino e prática do canto na Sociedade de Canto Campos Sales, ligada à Escola Alemã.

Paulínia-SP

Paulínia conta com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Ambiental, Cultural e Turístico (COMPHACT) criado em 2006. O único bem tombado pelo município é o conjunto arquitetônico do centro, no entorno da Igreja de São Bento.

O município conta ainda com o Museu Municipal de Paulínia, cujo acervo inclui Livros, Objetos Arqueológicos, Esculturas e pinturas, Documentos, Ferramentas e utensílios de trabalho, e seu Arquivo Histórico.

Como espaço para reprodução cultural, existe no município o Centro de Integração das Artes (CIART), além do Sambódromo, utilizado no Carnaval e em outros eventos.

Jaguariúna-SP

O município possui um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, responsável pela preservação de bens históricos vinculados principalmente às antigas fazendas e à ferrovia.

Estes bens tombados pela municipalidade são: o Casarão Imperial de 1896; a Antiga Estação da EF Mogiana, onde atualmente funciona o Centro Cultural de Jaguariúna; a Maria-Fumaça; a Réplica das Caravelas; as sedes das Fazendas da Barra, Santa Úrsula, e Serrinha; a Ponte Pedro Abrocez Mogiana, de 1875; a Matriz Centenária de Santa Maria, de 1894; e a Pousada Vila Bueno, de 1880.

O artesanato no município tem foco na Cerâmica e Rendas e Bordados, incluindo também Artefatos em Madeira e Artefatos de Tecido. Há uma feira de artesanato semanal ao longo do ano todo.

Atibaia-SP

O Conselho do Patrimônio Cultural de Atibaia é o órgão municipal responsável pela preservação do Patrimônio Histórico-Cultural local. Os bens tombados por este órgão são: a Árvore Copaíba na Al. Lucas Garcez; a Capela da Fazenda Paranga, com obras de Vitor Brecheret; um exemplar do Jornal O Atibaiense, de 17 de fevereiro de 1906; o Santo Cruzeiro, na Praça dos 3 Poderes; e o Sobrado Júlia Ferraz.

O poder público contribui ainda na preservação do patrimônio imaterial através do oferecimento de cursos como o de viola caipira e acordeon. Também são realizados festivais de teatro amador, fotografia e curta metragens.

O artesanato produzido em Atibaia é de tipo variado, e existem duas entidades que congregam os artesãos locais: a Artesãos do Portão Associados (ARPA) e a Associação dos Artesãos de Atibaia.

Nazaré Paulista-SP

Nazaré Paulista possui uma pequena quantidade de bens históricos ou culturais expressivos, e não há um órgão público responsável especificamente pela preservação deste Patrimônio.

Os bens mais relevantes identificados são a Casa dos Escravos e a Capela da Represa, ambos em zonas periurbanas.

Existe no município uma feira semanal para promoção da cultura local, a Feira de Artesanto, Comidas Típicas e Lazer. O artesanato local é constituído principalmente de Modelagem em barro, Trançado Em Fibras Naturais, Trançado em Fios Diversos, Rendas e Bordados, Tear e Tecelagem.

Campinas-SP

Campinas possui uma série de bens tombados por seu valor histórico e cultural, a maioria vinculados ao período dos barões do café. O órgão municipal responsável pela defesa e proteção do patrimônio local, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC), é responsável pelo tombamento de 85 bens no município.

Estes bens incluem o Complexo Ferroviário Central da FEPASA, o Solar do Barão de Ataliba Nogueira, Solar do Barão de Itapura, Solar do Visconde de Indaiatuba, Catedral Metropolitana, Largo do Pará, Praça Carlos Gomes, e ainda os bens tombados também pelo CONDEPHAAT, anteriormente listados.

Juntamente ao CONDEPACC, foi criada a Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC), responsável por localizar, identificar e inventariar os bens culturais do município, e instruir os processos de tombamento e os referentes às áreas envoltórias dos bens tombados.

O município possui ainda cinco museus, quais sejam: Museu da Cidade; Museu da Imagem e do Som; Museu de Arte Contemporânea de Campinas; Museu de História Natural; e Museu de Arte Contemporânea de Campinas.

Além desta estrutura destinada à proteção do patrimônio, Campinas possui uma grande quantidade de grupos culturais que atuam na preservação e difusão de práticas culturais variadas. Um exemplo são as artes circenses, que no município são praticadas em três centros. Existe também uma grande quantidade de grupos de dança e teatro, e diversos espaços destinados a estas manifestações.

Morungaba-SP

Morungaba possui um Conselho Municipal de Cultura, porém não há órgão responsável por tombamento de bens na esfera municipal, nem foram identificados bens materiais ou imateriais de maior relevância.

O município possui como principal estrutura cultural o Espaço Cultural Morungaba – Sobrado Amalfi. O artesanato produzido localmente é pouco expressivo, e comercializado na Feira de Arte e Artesanato anual.

Itatiba-SP

Itatiba possui um Conselho Municipal de Cultura, criado em 2004 e contando com representantes de diversos segmentos culturais. Este Conselho é responsável por contribuir no desenvolvimento de políticas culturais no município; porém, não tem funções específicas de preservação do Patrimônio Histórico-Cultural.

Itatiba possui em sua região central, vários edifícios de valor histórico e arquitetônico. Estes casarões datam, em sua maioria, do século XIX e têm sido bem preservados até hoje. A igreja do Rosário é a mais antiga edificação existente em Itatiba, fundada em 1808. Embora tenha passado por várias alterações, ela não perdeu sua importância e referência histórica.

O Museu Histórico Municipal Padre Francisco de Paula Lima se encontra instalado em um casarão colonial no centro da sede municipal. O município conta ainda com um Arquivo Público Municipal.

Existe no município uma série de grupos dedicados à preservação de manifestações culturais, como a Associação dos Escritores, Poetas, Pintores e Trovadores de Itatiba e o Quilombo Brotas. No quilombo, descrito em maior detalhe no item **V.3.5.1 Comunidades Indígenas, Remanescentes de Quilombos e Populações Tradicionais**, os moradores mantêm tradições como a dança do jongo, histórias e lendas de tradição oral e outros usos de origem afrobrasileira.

Bragança Paulista-SP

O município de Bragança Paulista não possui instituição destinada especificamente à proteção do Patrimônio Histórico-Cultural. Não foram identificados no município, também, bens culturais materiais ou imateriais de maior relevância.

Os museus presentes em Bragança Paulista são o Museu do Telefone e o Museu Osvaldo Russomano, cujo acervo conta com Objetos Arqueológicos, Esculturas, pinturas, Documentos e Livros.

Os espaços destinados a apresentações culturais são a Sociedade Sinfônica Amadores da Arte Cultural e o Teatro da Igreja Santa Terezinha.

O artesanato no município é relativamente desenvolvido, com produção de peças de Modelagem em barro, Trançado Em Fibras Naturais, Trançado em Fios Diversos, Artefatos em Couro, Artefatos em Metal, Rendas e Bordados, Tear, Artefatos em Madeira e Artefatos de Tecido.

Os artesãos locais reúnem-se na Associação dos Artesãos de Bragança Paulista, e possuem como espaço de exposição e comercialização a Feira do Taboão, realizada semanalmente.

Piracaia-SP

O município de Piracaia possui uma estrutura muito deficiente de apoio às manifestações culturais e de preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Não há no município um órgão destinado a esta preservação. Não foram identificados, ainda, bens de maior relevância.

Piracaia não possui espaços culturais institucionalizados. A manifestação de maior expressividade encontrada foi a produção de artesanatos, centralizada na Associação de Artesãos de Piracaia.

Igaratá-SP

Igaratá não possui instituição voltada à preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Também não foram identificados no município espaços de produção cultural.

O patrimônio de maior relevância histórica são as ruínas da antiga sede do município, no Bairro do Jaguarí. Este patrimônio, porém, não se encontra bem preservado.

São José dos Campos-SP

O município de São José dos Campos possui Patrimônio histórico-Cultural expressivo. A Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), ligada à Prefeitura Municipal, é o principal órgão responsável por atuar junto ao patrimônio e às manifestações culturais e artísticas locais.

Vinculada a esta Fundação, existe o administrado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural (COMPHAC).

O COMPHAC possui uma lista de 25 bens tombados pela municipalidade, quais sejam: Capela Nossa Senhora Aparecida; Capela Santa Cruz; Capela São Miguel; Cinema Paratodos; Empresa de Luz e Força de São José dos Campos; Estação Eugênio de Mello; Estação Ferroviária Central de São José dos Campos; Estação Ferroviária do Limoeiro; Estação Ferroviária Engenheiro Martins Guimarães; Fórum; Igreja de São benedito; Mercado Municipal; Paço Municipal; Sanatório Vicentina Aranha; Sanatório Vila Samaritana; e Theatro São José.

A FCCR realiza ainda concursos de literatura, fotografia, vídeo, artes plásticas, desenho, etc., além dos mais tradicionais festivais de dança e de teatro do Vale do Paraíba, o Festidança e o Festival, respectivamente.

Existe ainda a preocupação em manter vivas as manifestações culturais no artesanato, música, dança e culinária, através de projetos como o grupo de folclore Piraquara, o Museu do Folclore e o Revelando São Paulo Vale do Paraíba, evento que reúne cidades do cone leste paulista para um grande encontro cultural.

Caçapava-SP

Não foi identificado em Caçapava órgão dedicado especificamente à preservação de Patrimônio Histórico-Cultural. O município, porém possui dois museus: o Museu Histórico e Pedagógico Ministro José de Moura Resende e o Museu Ipiranga, que reúnem peças ligadas à história do município e região.

Taubaté-SP

A preservação do Patrimônio Histórico-Cultural de Taubaté está cargo do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Urbanístico, Arqueológico e Arquitetônico, instituído em 1994.

Este órgão é responsável pelo tombamento de 27 bens imóveis no município, quais sejam: a área limitada pelos rios Itaim e Urupês; Núcleo Urbano de Quiririm; Capela de Nossa Senhora do Pilar; Capela Mortuária Visconde de Mossoró e de Tremembé; Capela Nossa Senhora Aparecida; Casa Oliveira Costa; Casarão dos Indiano; Chácara do Visconde/Sítio do Pica-pau amarelo; Galpões da Cia Taubaté Industrial; Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho; Convento de Santa Clara; Edifício residencial; Fachada de edificação construída em 1912; Fachada do século XIX – Monumento arquitetônico do ecletismo; Fachada de imóvel; Igreja Santa Terezinha; Imagem da Pietá; Mitra Diocesana; Monumento Arquitetônico de Fronteira; Taubaté Country Club; Palacete da Viscondessa de Tremembé; Região da Bacia do Rio Una; Residência Félix Guisard Filho; Sede da Fazenda Pasto Grande; Teatro Metrôpole; e Vila Santo Aleixo.

Taubaté conta ainda com cinco museus: o Museu da Imagem e do Som (MISTAU); o Museu da Imigração Italiana; Museu de Arte Sacra – Capela do Pilar; Museu Histórico e Pedagógico Monteiro Lobato; e Museu Paulo Camilher Florençano.

V.3.5.1 Comunidades Indígenas, Remanescentes de Quilombos e Populações Tradicionais

Para a elaboração deste diagnóstico, foram realizadas consultas a instituições relacionadas a tais comunidades e a bibliografia específica, com o intuito de verificar a existência ou não de Terras Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos e Populações Tradicionais nas Áreas de Influência Direta ou Indireta do empreendimento.

Foram enviados ofícios à Fundação Nacional do Índio – FUNAI e à Fundação Palmares, órgão do Ministério da Cultura que faz a identificação e o registro de auto-reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos no país, requerendo informações sobre a existência destas comunidades nos municípios.

A pesquisa de campo e os levantamentos institucional e bibliográfico não encontraram indícios da existência de comunidades indígenas, quilombolas ou tradicionais na AID do empreendimento.

De acordo com a discussão do conceito de populações tradicionais proposta pelo IBAMA, embora este não seja unívoco, deve compreender características como: dependência da natureza e profundo conhecimento de seus ciclos, transmitidos entre as gerações por via oral; importância estruturadora do local habitado e da unidade familiar; predominância de atividades de subsistência, com foco no extrativismo; e auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das demais.

De acordo com estas características gerais, não foram identificadas na Área de Influência Indireta do empreendimento comunidades com estas características. A população da AII, mesmo em áreas rurais afastadas dos centros urbanos, não apresenta especificidades culturais deste nível, não tendo sido localizados grupos culturalmente isolados.

Esta população também está inserida totalmente no modo de produção moderno, baseado na cultura com fins comerciais e, na maior parte dos casos, na venda da força de trabalho, o que impossibilita a caracterização de uma comunidade como população tradicional.

O extrativismo como principal atividade em uma comunidade não foi identificado em nenhum dos municípios considerados através de pesquisa de campo, levantamento bibliográfico ou consulta a instituições municipais. Na AII do empreendimento, o extrativismo é verificado apenas como atividade secundária, objetivando na maior parte dos casos apenas lazer. As áreas atravessadas pelo duto se encontram fortemente antropizadas, não havendo na maior parte dos municípios fontes suficientes para que uma comunidade de bases extrativistas possa obter seu sustento.

De acordo com a ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP)⁵, o estado de São Paulo conta hoje com 31 terras indígenas, sendo 29 destas com comunidades Guarani, uma Kaingang, uma Krenak e uma Terena. Apenas três destas já se encontram com a situação fundiária regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A CPISP disponibiliza dados sobre estas comunidades e a localização destas 31 terras indígenas, através do que foi possível verificar que não existe nenhuma terra indígena nos municípios que compõe a Área de Influência Indireta do empreendimento. O levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo realizados também não permitiram localizar a existência de comunidades indígenas isoladas na All, incluindo os municípios no estado de São Paulo e o município de Uberaba-MG.

Em levantamento realizado junto à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e à ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), verificou-se que o estado possui apenas 21 comunidades quilombolas reconhecidas pelo ITESP, a grande maioria no Vale do Ribeira.

Dentre os municípios componentes da All do empreendimento, foi localizada apenas uma comunidade remanescente de quilombolas reconhecida pelo ITESP. Não há comunidades quilombolas que já tenham recebido a titulação de suas terras na All, sendo estas apenas 6 em todo o estado. Com relação ao município de Uberaba-MG, consultas feitas à Fundação Palmares e ao INCRA levantaram que não há remanescentes de quilombolas registrados no município.

Existem registros de presenças de quilombos no século XIX nos municípios de Campinas e Atibaia; porém, não foram identificados remanescentes reconhecidos pelos órgãos de competência.

A comunidade remanescente de quilombolas localizada dentro da All, no município de Itatiba, é o Quilombo Brotas, localizado a 89 km de São Paulo. Segundo a Fundação Palmares, este quilombo teve origem no final da primeira metade do século XIX, quando um casal de escravos, Emília e Isaac Lima, depois de alforriados, passou a viver no local. O casal adquiriu as terras em 1879, utilizando a renda de pequenos trabalhos, como na venda de doces pelas ruas. Após a abolição da escravidão, em 1888, o lugar tornou-se moradia de muitos negros que não tinham para onde ir.

O Quilombo de Brotas possui uma área de 120mil m² e é habitado por cerca de 30 famílias. A principal base institucional da comunidade é a Associação Quilombo Brotas, formada por seus moradores em 2006, e responsável entre outras funções por organizar atividades como encontro de jongueiros e pela manutenção do patrimônio imaterial, através da reunião e difusão de lendas e fazeres tradicionais da comunidade. O sítio conta ainda com tenda de umbanda, biblioteca, e sala com computadores.

⁵ www.cpis.org.br

Este foi o primeiro quilombo urbano a ser reconhecido no Brasil pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no ano de 2004, e posteriormente pelo INCRA, em 2006. O quilombo está localizado no bairro Jardim Santa Filomena, região sudoeste do município, segundo consulta feita à Fundação Palmares em março de 2009.

O empreendimento atravessa um trecho na porção nordeste do município de Itatiba a mais de 17 km de distância do quilombo. Pela natureza do empreendimento e pelo quilombo estar em área urbana a grande distância do traçado do duto, não haverá interferências sobre a referida comunidade.

O **Anexo 17** apresenta o Laudo Arqueológico.

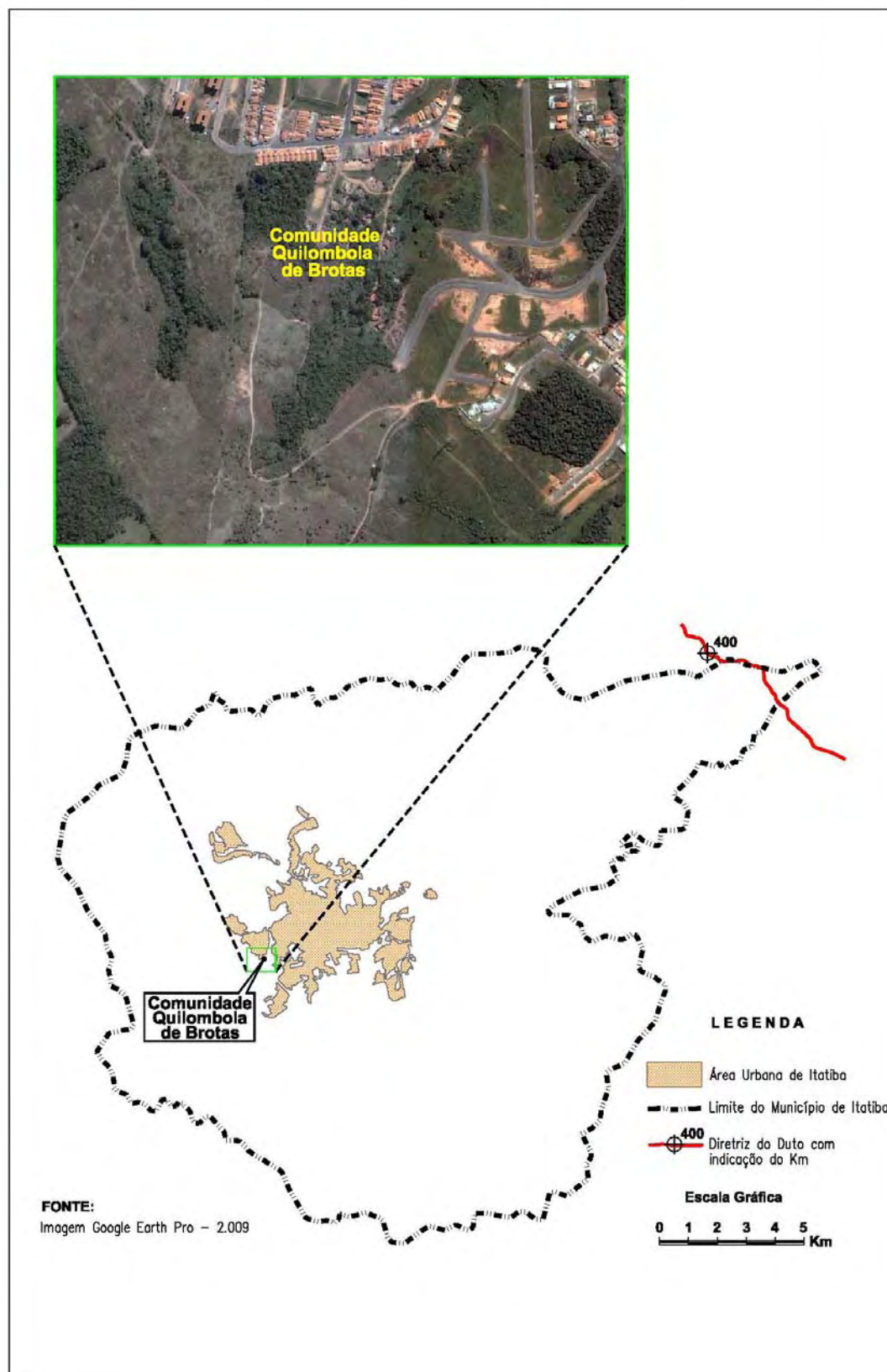


Figura V.3.5.1-1 - Quilombola de Brotas em Itatiba